

Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz 2016 - 2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PDI-FIOCRUZ 2016-2020

Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz

**Documento elaborado por Grupo Técnico da Vice-Presidência de Ensino,
Informação e Comunicação, com as contribuições da SubCâmara Técnica de Ensino –
Lato Sensu reunida em 25 de fevereiro de 2016**

Rio de Janeiro, março de 2016

Coordenação dos Trabalhos do PDI 2016-2020

Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC): **Nísia Trindade Lima**

Coordenação Geral de Pós-Graduação (CGPG): **Maria Cristina Rodrigues Guilam**

Equipe responsável pela elaboração do PDI

Organização e Consolidação Final: Paulo Sergio de Carvalho e Tânia Celeste Nunes

Projeto Gráfico e Diagramação: Maria Marta da Rocha Vasconcelos

Equipe de Elaboração

Adriana Miranda de Castro (IFF), Alex Príncipe (Presidência), Ana Furniel (VPEIC), Fabiana Damásio (DIREB/EFG), Fabio Lamin (VPEIC), Maria de Fátima M. Martins (ICICT), Marta Sartori (VPEIC), Paulo Carvalho (VPEIC/DIREB/EFG), Roberta Gondim (ENSP), Tânia Celeste Nunes (VPEIC), Tatiana Wargas (ENSP), Terezinha de Lisieux (Consultora-PPP), Vera Lucia Kadjaoglesian (Fiocruz-MS), Vinicius Araújo de Oliveira (UNA-SUS)

Apoio à elaboração de conteúdos

Adélia M. Oliveira Araújo (VPEIC), Adriana Geisler (INI), Alex Bicca (VPEIC), Ana Beatriz Aguiar Slaibe Lopes (VPEIC), Ana Paula Medeiros (DIC – ex-DIRAC), Anderson Boanafina (COC), Andréa da Luz (DIREH), Andréa Vasconcelos (DIC – ex-DIRAC), Angélica Baptista Silva (IFF), Carla Kaufman (DIREH), Carla Teixeira (VPEIC), Carmen Lúcia Pagotto (Farmanguinhos), Claudia Turco (DIPLAN), Fabio Lemos (VPEIC), Fabius Esteves (VPGDI), Guilherme Franco Neto (VPAAPS), Gustavo Portela (VPEIC), Isabel Lamarca (ENSP), Jorge Pessanha (DIC – ex-DIRAC), José Leonídio M. S. Silva (Coop.Social), Juliana de Meis (IOC), Manuel Luis (DIREH), Miriam Coen (VPGDI), Patricia Santos (Fiocruz-Brasília/EFG), Páulea Zaquini (EPSJV), Rosana Valente (VPEIC), Sueli Maria Motta Cardoso (DIPLAN)

Catálogo na fonte

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Rede de Bibliotecas da Fiocruz

Fundação Oswaldo Cruz

F981

Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz: PDI-Fiocruz 2016-2020 / Fundação Oswaldo Cruz. -- Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

218 p., il.

1. Planejamento. 2. Fundação Oswaldo Cruz. 3. Plano de Desenvolvimento Institucional. 4. Educação de Pós-graduação. 5. Educação em saúde. I.Título.

CDD - 22.ed. – 352.34

Direção da Fiocruz

Presidência da Fiocruz

Presidente

Paulo Gadelha

Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS)

Jorge Bermudez

Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC)

Nísia Trindade Lima

Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI)

Pedro Ribeiro Barbosa

Vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR)

Rodrigo Guerino Stabeli

Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

Valcler Fernandes

Chefe de Gabinete

Fernando José Marques de Carvalho

Conselho Deliberativo

ASFOC-SN – Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Pública

Justa Helena Franco

BIOMANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos

Artur Roberto Couto

COC – Casa de Oswaldo Cruz

Paulo Elian

DIC – Diretoria de Infraestrutura dos Campi (ex-DIRAC)

José Damasceno Fernandes

DIPLAN – Diretoria de Planejamento Estratégico

Claudia Turco

DIRAD – Diretoria de Administração

Cristiane Sendim

DIREB – Diretoria Regional de Brasília (Fiocruz Brasília)

Gerson Oliveira Penna

DIREH – Diretoria de Gestão do Trabalho

Juliano de Carvalho Lima

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Hermano Castro

EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Paulo César de Castro Ribeiro

FARMANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Fármacos

Hayne Felipe da Silva

IAM – Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco – ex-CPqAM)

Sinval Pinto Brandão Filho

ICC – Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)

Samuel Goldenberg

ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Umberto Trigueiros Lima

ICTB – Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ex-CECAL)

Carla de Freitas Campos

IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

Carlos Maurício de Paulo Maciel

IGM – Instituto Gonçalo Muniz (Fiocruz Bahia – ex-CPqGM)

Manoel Barral Netto

ILMD – Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia – ex-CPqLMD)

Sérgio Luiz Bessa Luz

INCQS – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde

Eduardo Chaves Leal

INI – Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas

Alejandro Hasslocher

IOC – Instituto Oswaldo Cruz

Wilson Savino

IRR – Instituto René Rachou (Fiocruz Minas – ex-CPqRR)

Zélia Maria Profeta da Luz

FIOCRUZ -CE – Fiocruz Ceará

Fernando Carneiro

FIOCRUZ-MS – Fiocruz Mato Grosso do Sul

Rivaldo Venâncio da Cunha

FIOCRUZ-RO – Fiocruz Rondônia

Ricardo de Godoi Mattos Ferreira

OUVIDORIA

João Gonçalves Barbosa Neto

Carta da Vice-Presidente de Ensino

A Fundação Oswaldo Cruz possui forte engajamento e tradição no ensino necessário à saúde pública, e especialmente naquele dirigido ao fortalecimento das capacidades do Sistema Único de Saúde, tendo iniciativas sistemáticas na educação técnica, nas atualizações e aperfeiçoamentos, e nos programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Este primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que temos a satisfação de apresentar às comunidades interna e externa traz elementos orientadores para o ensino, principalmente para aquele relacionado aos cursos de especialização pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, que são ofertados pelas Unidades da Fiocruz.

O credenciamento institucional da Fiocruz como escola de governo, para oferta de pós-graduação *lato sensu*, tal como orientado pelo Ministro Educação em entendimentos com a Presidência da Fiocruz em outubro de 2014, representa importante momento de fortalecimento e reconhecimento do trabalho realizado pela Instituição.

Neste momento, ao mesmo tempo que atende a requisitos necessários ao processo de credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo ofertante de cursos *lato sensu*, o PDI-Fiocruz possibilita uma visão ampla e global sobre esta Instituição Pública Estratégica de Estado para a Saúde e seus propósitos no campo do ensino, dando acesso a todas as pessoas interessadas na área.

O PDI Fiocruz 2016-2020 serve, assim, para reafirmar alguns de nossos valores institucionais: compromisso institucional com o caráter público e estatal, ética e transparência, qualidade e excelência, democratização do conhecimento e educação como processo emancipatório, dentre outros. A Instituição considera imprescindível adequar a formação em saúde às necessidades do SUS, à produção de práticas humanizadas e à consolidação da integralidade nas redes de atenção.

Nossos princípios institucionais defendem também a educação, a comunicação, a informação e o acesso aberto ao conhecimento científico como direitos humanos e fatores estruturantes para o fortalecimento do SUS, para o desenvolvimento institucional da Fiocruz e para seu relacionamento com a sociedade.

Aproveito para apresentar meus agradecimentos aos técnicos e dirigentes das diversas áreas da Fiocruz pelo engajamento e contribuição na elaboração deste PDI, e às orientações e apoios recebidos das equipes do MEC (SERES e INEP).

Nísia Verônica Trindade Lima

Vice-Presidente de Ensino, Comunicação e Informação da Fiocruz

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: Perfil Institucional	15
1.1 Caracterização institucional	15
1.2 Histórico e desenvolvimento da instituição	16
1.3 A Fiocruz como Escola de Governo	24
1.4 Planejamento Estratégico	25
1.5 Missão, objetivos e metas da instituição	27
1.5.1. A Missão, visão e valores da Fiocruz	27
1.5.2. Os objetivos estratégicos da Fiocruz	29
1.5.3. As metas institucionais	31
Capítulo 2: Gestão Institucional.....	33
2.1 Estrutura organizacional e modelo de governança	33
2.2 Macroprocessos finalísticos	46
2.3 Política de Gestão da Pesquisa	51
2.4 Política de Gestão do Ensino	53
2.4.1. Sistema de Registro Acadêmico atual – Siga	56
2.4.2. Preparação para o Novo Siga	57
2.5 Políticas de Gestão da Comunicação e Informação	58
2.5.1. Comunicação com a Comunidade Externa	59
2.5.2. Comunicação com a Comunidade Interna	66
2.6 Políticas de Transparência e Relacionamento com a Sociedade	67
2.7 Política Orçamentária-Financeira.....	69
2.7.1. Visão geral do Orçamento Fiocruz – período 2013 a 2016.....	71
2.8 Política de Cooperação Institucional (Nacional e Internacional).....	73
2.8.1. Inserção territorial.....	74
2.8.2. A participação da Fiocruz nas Redes de Saúde e Educação	75
2.8.3. Cooperação internacional	79
2.9 Responsabilidade Social	83
2.9.1. Indução estratégica	84
2.9.2. Cooperação técnica	86
2.9.3. Educação	86
2.9.4. Campanhas e eventos	87

2.10 Política de Avaliação institucional	87
2.10.1. Exemplos de avaliações e consultas existentes	88
2.10.2. A avaliação institucional do ensino na Fiocruz	90
2.10.3. A Comissão Própria de Avaliação – CPA	91
Capítulo 3: Projeto Político-Pedagógico Institucional.....	93
3.1 Propostas em defesa da saúde pública	94
3.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	96
3.2.1. A relação entre ensino e pesquisa.....	100
3.3 Diretrizes do ensino de pós-graduação	101
3.4 Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	103
Capítulo 4: A Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> presencial.....	107
4.1 Recuperação histórica e contextualização da oferta <i>Lato Sensu</i>	107
4.2 Organização didático-pedagógica dos cursos de especialização	113
4.3 Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	116
4.4 A oferta de Especializações Presenciais no período 2016-2020	117
Capítulo 5: Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> a Distância	123
5.1 Breve histórico do desenvolvimento da EaD na Fiocruz.....	123
5.2 A caracterização da oferta da ENSP na modalidade EaD.....	126
5.3 A caracterização da oferta EaD das demais unidades da Fiocruz.....	130
5.4 A Oferta de Especializações EaD em 2015	135
5.5 A oferta de Especializações EaD no período 2016-2020	136
5.6 Propostas de organização da oferta de cursos EaD na Fiocruz	138
5.7 Informações solicitadas pelo INEP (NT DAES/INEP nº 28/2015)	142
5.7.1. Articulação entre as metas e objetivos dos cursos EaD com a Missão institucional	142
5.7.2. Política institucional para a EaD e a questão dos polos.....	143
5.7.3. Comunicação interna com alunos de cursos a distância	144
5.7.4. Políticas de formação e capacitação para atuação na EaD dos técnicos administrativos.....	145
5.7.5. Política de formação de tutores	145
5.7.6. Plano de gestão para a modalidade EaD	147
5.7.7. Controle de produção e distribuição de material didático	147
5.7.8. Biblioteca: instalações para gerenciamento dos polos de apoio.....	148
5.7.9. Unidade de gestão acadêmico-operacional em EaD	149

Capítulo 6: Corpo docente e técnico-administrativo	151
6.1 Política de gestão do trabalho da Fiocruz	151
6.2 Composição e caracterização do corpo docente.....	153
6.2.1. Breve retrato dos docentes do <i>Lato Sensu</i>	154
6.3 Política de formação e capacitação da força de trabalho	155
6.3.1. Programa de Desenvolvimento Gerencial	158
6.3.2. Programa de Integração do Novo Servidor	159
6.3.3. Escola Corporativa	159
6.4 Cronograma de expansão da força de trabalho	160
Capítulo 7: Corpo Discente	161
7.1 Formas de acesso aos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	161
7.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas).....	162
7.3 Organização estudantil.....	163
7.4 Acompanhamento de egressos.....	163
Capítulo 8: Infraestrutura	165
8.1 Infraestrutura física	165
8.1.1. Contexto Geral	165
8.1.2. O Campus Fiocruz Manguinhos	166
8.1.3. Equipamentos disponíveis para o ensino em Manguinhos	169
8.1.4. Informações sobre as Unidades em outros Campi.....	173
8.1.5. Planos de expansão: projetos de grande vulto.....	175
8.2 Bibliotecas: acervos físicos e virtuais	178
8.3 Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação	182
8.4 Ações de promoção da acessibilidade física	184
Capítulo 9: Conclusões – Propostas Para O Ensino	187
Anexo I: Endereços das Unidades que ofertam <i>Lato Sensu</i>	191
Anexo II: Relação dos docentes dos cursos <i>Lato Sensu</i> – Fiocruz	193
Anexo III: Documentos e Normativos referidos	211
Anexo IV: Lista de Abreviaturas e Siglas	215

Introdução

A Fiocruz é referência para a Saúde Pública no Brasil e no mundo, dedicando-se à pesquisa, assistência, vigilância à saúde e produção de vacinas, medicamentos e outros insumos para a saúde. E destaca-se – em todo seu histórico de 115 anos – pela formação de trabalhadores para o referido campo, com a oferta de cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização, ensino técnico profissionalizante, bem como com a oferta de programas de mestrado e doutorado.

No campo da formação em saúde pública, já em 1908 iniciou-se a oferta do Curso de Aplicação de Manguinhos, que visava formar especialistas do Instituto Oswaldo Cruz e de outras instituições, nacionais e estrangeiras. Em 1925, previsto em Decreto presidencial, foi criado o Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública, para a preparação de médicos para as funções sanitárias, o que lhes dava também entrada direta para o serviço público. E em 1958, quatro anos após a criação da Escola Nacional de Saúde Pública, o Decreto nº 43.296 colocou para ela a prerrogativa da formação de especialistas em Medicina Sanitária para o funcionalismo federal. Em 1977, já como unidade da Fundação Oswaldo Cruz (criada em 1970), a ENSP iniciou a oferta descentralizada de seus cursos de especialização em Saúde Pública, em convênio com as secretarias de saúde dos estados e com universidades.

Desse período em diante, várias outras unidades da Fiocruz passaram a implementar cursos de especialização em seus campos de atuação, de tal forma que em 2016 existe uma significativa presença desses cursos, estando definida a oferta de 37 cursos presenciais (836 vagas), por 11 unidades da Fiocruz, e de 11 cursos na modalidade a distância, alcançando 5.510 vagas, ofertados por três unidades e suas parcerias.

No entanto, a implantação de mecanismos nacionais de regulação da oferta de cursos de especialização somente se iniciou, de fato, com a Resolução nº 14/1977, pelo Conselho Federal de Educação, regulamentando cursos de especialização como instrumento de qualificação do magistério superior, para suprir forte carência de docentes universitários. E muito depois, na década de 2.000, foram criadas novas resoluções buscando abarcar o que foi chamado de “instituições não-educacionais”, aquelas que, não sendo parte do sistema formal de ensino regido pelas normas do Ministério da Educação, estavam a pleitear a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, dentre estas, as Escolas de Governo da União, que possuem atribuição prevista na Constituição Federal (Art. 39, § 2º) de realizar a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, sendo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

Desta forma, durante alguns anos as Escolas de Governo puderam ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*, por meio de credenciamentos especiais concedidos pelo MEC ou CNE. Tal situação foi interrompida pela edição do Parecer CNE/CES nº 238/2009, que propôs a extinção dos credenciamentos especiais. Em seguida, foi editada a Resolução

CNE/CES nº 07/2011 que, embora mantendo a revogação do credenciamento especial para as “instituições não-educacionais”, previu que as Escolas de Governo poderiam ser credenciadas desde que se submetessem a avaliação externa, a ser conduzida pelo INEP.

Iniciou-se, então, um período que se prolongou por quase quatro anos, em que, por um lado as áreas do Ministério da Educação (SERES e INEP), em interlocuções com o Conselho Nacional de Educação e com as Escolas de Governo, produziram adaptações nos normativos e instrumentos necessários à operacionalização das avaliações institucionais dessas escolas; e, por outro lado, as escolas se prepararam para a participação nos processos avaliativos necessários ao credenciamento institucional. Em maio de 2014 foi homologado pelo MEC o Parecer CNE/CES nº 295/2013, com o instrumento de avaliação para credenciamento de escolas de governos, e somente a partir daí pôde o INEP e as Escolas darem andamento aos processos, que dependiam dessas definições.

A Fiocruz, nesse período manteve suas ofertas de cursos de pós-graduação *latu sensu*, por ser uma de suas responsabilidades no apoio ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde, ao mesmo tempo em que buscava solução para a insegurança jurídica existente sobre os certificados dos cursos ofertados, participando, por intermédio da ENSP e posteriormente também pelo acompanhamento da Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação – VPEIC, da atuação conjunta das escolas de governo organizadas no Sistema de Escolas de Governo da União – SEGU. Desta forma, em outubro de 2014, o Ministério da Educação orientou a Fiocruz a iniciar o credenciamento como Escola de Governo como um meio de reconhecimento de seus cursos e trajetória na formação em saúde, assim englobando todas as suas unidades.

Destarte, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 passou a ser construído, com vista ao atendimento das orientações emanadas do MEC/CNE, necessárias à avaliação externa a ser realizada pelo INEP, como condição para o credenciamento institucional da Fiocruz.

Este PDI 2016-2020 explicita as características principais da Fiocruz nos aspectos mais relacionados às suas ofertas educacionais e, com mais detalhe, na implementação de cursos de especialização, nas modalidades presencial e a distância. Sua estrutura de capítulos e itens buscou cobrir o conjunto de tópicos que constituem os indicadores componentes do instrumento de avaliação de Escolas de Governo descritos no Parecer CNE/CES nº 295/2013 e na Nota Técnica DAES/INEP nº 28/2015, no que se refere a educação a distância.

Não é uma tarefa simples, uma vez que a Fundação Oswaldo Cruz é uma instituição de características únicas, com atuação distribuída em todo o território nacional, em seus diversos campos de intervenção relacionados à saúde pública, à educação, ao meio ambiente e à CT&I.

Este Plano foi produzido tendo por base documentos institucionais, especialmente aqueles emanados dos Congressos Internos e relacionados às suas definições valorativas e propósitos e aos planos gerais que orientam suas ações de curto, médio e longo prazo.

A maioria desses documentos encontra-se disponibilizada no Portal da Fiocruz, que é também, em si, outra fonte importante de informações sobre a instituição amplamente utilizada nesta formulação. No **Anexo III** são listados os principais documentos utilizados e as referências para sua localização *on-line*. Também se valeu do levantamento de informações, por parte das unidades ofertantes de cursos *lato sensu* e das unidades técnico-administrativas da Fiocruz.

A elaboração coletiva deste PDI foi coordenada pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação – VPEIC, com o apoio de grupos de trabalho indicados pela Câmara Técnica de Ensino, com consultas às diversas áreas da gestão institucional e aproveitamento das definições estratégicas e conceitos expressos nos referidos documentos institucionais, principalmente as Resoluções do VI e do VII Congresso Interno da Fiocruz (2010 e 2014), o Relatório de Gestão da Fiocruz 2014, o Relatório de AutoAvaliação Fiocruz – Ciclo 2015 e a Carta de Serviços ao Cidadão.

Com sistematização geral produzida por Grupo de Trabalho estabelecido e coordenado pela VPEIC, uma versão preliminar do PDI 2016-2020 foi debatida pelos membros da SubCâmara Técnica do Ensino *Lato Sensu* – que é composta pelos Vice-Diretores de Ensino e representantes de todas as Unidades ofertantes de cursos de pós-graduação *lato sensu* da Fiocruz – em fevereiro de 2016, quando recebeu apreciações críticas e contribuições que ampliaram a qualidade de muitas informações, além de terem sido acrescentados conteúdos considerados necessários.

O PDI 2016-2020, que se desenvolve em nove capítulos a seguir, é instrumento necessário à viabilização do processo de avaliação externa a ser operada pelos avaliadores indicados pelo INEP e, mais do que isso, constitui fonte de orientação para a condução dos novos passos da pós-graduação *lato sensu* da Fiocruz, a serem implementados ao longo do seu período de vigência.

Capítulo 1: Perfil Institucional

Neste capítulo inicial deste Plano de Desenvolvimento Institucional serão apresentadas informações gerais que possibilitem a compreensão sobre os principais aspectos que caracterizam a Fundação Oswaldo Cruz como instituição pública historicamente engajada em diversos campos de atividades relacionados à saúde pública e ao desenvolvimento do conhecimento científico. Como o PDI está direcionado a apoiar o credenciamento institucional para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, as informações sempre darão maior destaque ao campo educacional.

Breves notas sobre o percurso histórico serão acompanhadas de informações descritivas, de cunho global, sobre as áreas diretamente engajadas na oferta de ensino *lato sensu* e sua produção recente. Em seguida, uma breve contextualização sobre o componente “escola de governo” que é assumido por toda a Fiocruz.

Após apresentar o modelo de planejamento estratégico participativo, o capítulo completa-se com a apresentação das definições congressuais relacionadas à Missão, Visão e Valores institucionais e os principais objetivos estratégicos relacionados ao ensino de pós-graduação *lato sensu*, finalizando com comentários sobre as metas institucionais.

1.1. Caracterização institucional

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é instituição com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na cidade do Rio de Janeiro, com prazo de duração indeterminado. Tem por finalidade desenvolver atividades no campo da saúde, do ambiente, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Criada pelo Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970 com o nome de Fundação Instituto Oswaldo Cruz, ganhou o seu nome atual em 1974, conforme art. 18 do Decreto nº 74.891, de 13 de novembro de 1974, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Saúde e dá outras providências.

O Estatuto vigente da Fiocruz foi aprovado pelo Decreto nº 4.725, de 9 de junho de 2003, que revogou o estatuto anterior, de 1976 (Decreto nº 77.481, de 23 de abril de 1976).

Conforme descrito adiante, a Fiocruz é composta por diversos órgãos e unidades técnico-científicas, sediadas no Estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do país, além de um escritório na África. Sua base de atuação é nacional.

A atuação no ensino é inerente à sua definição institucional, e o início dessas ações remonta aos primeiros anos do século XX pelas iniciativas do Instituto Oswaldo Cruz, que veio a compor a Fiocruz quando de sua criação.

A Fiocruz possui autonomia administrativa, patrimônio próprio e recursos do orçamento da União para manutenção das suas atividades, cumprindo as finalidades para as quais foi criada. E também possui autonomia didático-pedagógica para formular e implementar

seus programas de ensino, definir conteúdos, metodologias de ensino e formatos didático-pedagógicos, buscando o alinhamento com as diretrizes estratégicas de governo para o campo da saúde, do meio ambiente e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Desde 2003, todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz possuem, em suas atribuições previstas no Estatuto, o desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competências para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do país. Em 2016, 13 unidades – distribuídas em 8 endereços no país (Ver **Anexo 1**) – possuem oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, presenciais ou a distância.

O resumo histórico apresentado a seguir completa a caracterização da Fiocruz como instituição qualificada para a atuação no ensino, desde o nível básico e técnico, aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

1.2 Histórico e desenvolvimento da instituição

A Fundação Oswaldo Cruz é instituição centenária, originada de instituto criado em 1900 para fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica. Construiu uma trajetória que se confunde com o próprio desenvolvimento da saúde pública no país. Já em 1920, foi peça-chave para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, que em 1930 foi incorporado ao recém-criado Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Na atualidade, como Órgão de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde e braço direito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fiocruz tem uma atuação diversificada – que inclui estudos clínicos, epidemiológicos e em ciências biológicas, humanas e sociais; formação de recursos humanos do nível técnico ao doutorado; história da ciência e da saúde; atenção e promoção à saúde; prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais e de vigilância sanitária e serviços de referência; o controle de qualidade em saúde; e fabricação de medicamentos, vacinas e outros insumos estratégicos, além dos subsídios às políticas públicas.

Ao longo de sua história, a Fiocruz passou por diversos desenhos institucionais, tendo adquirido o seu nome e características atuais na década de 1970. O Decreto n. 66.624, de 22 de maio de 1970, incorporou à instituição unidades então existentes no Rio de Janeiro. Ainda nesse período, foram incorporados tradicionais centros de pesquisa em saúde pública de outros estados (Bahia, Pernambuco e Minas Gerais). No decorrer das décadas seguintes outras unidades foram constituídas, no Rio de Janeiro e em outros estados. Uma cronologia sintética dos principais momentos e evoluções relacionados à atuação da Fiocruz no campo educacional pode ser vista no **Quadro 1.1**.

Como principal instituição não-universitária de formação de recursos humanos na área de saúde no país, a Fiocruz exerce papel de formar quadros altamente especializados para o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e contribuir para o atendimento às necessidades do Sistema Único de Saúde nas áreas de atenção, gestão e vigilância em saúde. A este papel soma-se intensa atividade de educação e divulgação científica, que resultou na conquista do Prêmio Institucional Educacional de 2014 pela Associação Brasileira de Imprensa e Folha Dirigida e o Prêmio José Reis de divulgação científica concedido pelo CNPq em 2015.

Quadro 1.1: Evolução Institucional da Fiocruz (1900-1915) com foco no Ensino

Ano	Acontecimento relevante
1900	- Criação do Instituto Soroterápico Federal, rebatizado Instituto Oswaldo Cruz (IOC) em 1908.
1907	- IOC oferece cursos para médicos e veterinários - Integração de ensino e pesquisa – redes para formação de pesquisadores - Padrão para formação de pesquisadores e especialistas em saúde pública - “Experimento institucional inovador” – aliando formação teórica e treinamento prático.
1912	- Criação do Hospital Oswaldo Cruz (atual Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - INI)
1924	- Criação do Instituto Fernandes Figueira (IFF) – integrado à Fiocruz em 1970
1931	- A experiência pedagógica singular adquire status de instituição de ensino superior - Reconhecimento dado pelo estatuto das Universidades Brasileiras no contexto da reforma Francisco Campos
1942 / 1951	- IOC fortalece, diversifica e expande os cursos de aperfeiçoamento e especialização - Formação de enfermeiros, visitadoras sanitárias, engenheiros e guardas sanitários - 226 médicos sanitaristas foram diplomados pelo curso de saúde pública do IOC.
1950	- Criação do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães no Recife (integrado à Fiocruz em 1970) (Fiocruz Pernambuco).
1954	- Criação do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e alimentos, vinculado ao Ministério da Saúde e que em 1981 veio a se chamar Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), integrado à Fiocruz. - Mobilização em prol da institucionalização da Especialização em Saúde Pública . - Criação da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP , vinculada ao Ministério da Saúde e incorporada à Fiocruz em 1970. - Quadro de professores formado por profissionais de departamentos do Ministério da Saúde e diversas Universidades. - Espaço de inter-relação de diversas instituições, consolidando a especialização em Saúde Pública – Escola aberta – diversas experiências e concepções
1955	- Criação do Centro de Pesquisa René Rachou, Minas Gerais – incorporado à Fiocruz em 1970 (Fiocruz Minas Gerais)
1957	- Criação do Centro de Pesquisa Gonçalo Muniz, Bahia – incorporado à Fiocruz em 1970 (Fiocruz Bahia)
1970	- Estabelecimento da Fundação Oswaldo Cruz. - Integram-se na mesma instituição – Fiocruz Nacional: ENSP, IFF, René Rachou (MG), Gonçalo Muniz (BA), Aggeu Magalhães (PE) e outras Unidades do complexo FIOCRUZ. - Enriquecimento e ampliação das experiências de formação, pesquisa e ensino.
1975	- Programa Nacional de Cursos Descentralizados da ENSP . - Parcerias com Universidades e Secretarias de Saúde dos estados: formação de sanitaristas em todo o território nacional. - Embrião de Redes de instituições para projetos empreendidos pela Fiocruz no território nacional.
1976	- Criação de Farmanguinhos e Biomanguinhos .
1980 / 1990	- No contexto da Reforma Sanitária brasileira, surgem na Fiocruz novas unidades técnico-científicas (1985 e 1986) - I Conferência Nacional de Recursos Humanos (1986) - 8ª Conferência Nacional de Saúde – SUS – protagonismo da Fiocruz (1986).
1985	- Criação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) - formação de trabalhadores técnicos de nível médio do SUS.

Ano	Acontecimento relevante
1986	- Criação do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) - Criação da Casa de Oswaldo Cruz (COC).
1994	- Criação do escritório técnico da Amazônia, que se tornaria o Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia)
1997 / 2000	- Desafio permanente e importantes iniciativas na formação técnica de nível médio – protagonismo da EPSJV. - Parceria com o MS: PROFORMAR, PROFAE, formação de agentes comunitários de saúde, Mestrado profissional da RET-SUS. - Implantação das estratégias de Programa de Educação a Distância e Escola de Governo pela ENSP.
2000/2007	- Mestrado profissional, envolvendo conjunto das unidades da Fiocruz, para formação de quadros avançados vinculados ao MS e a outras instituições. - EPSJV – reconhecida como Centro Colaborador da OMS
2008	- Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública com a Secretaria-Executiva na ENSP. - Criação do primeiro escritório técnico no exterior, em Moçambique. (Fiocruz África).
2009	- Inauguração do Instituto Carlos Chagas (ICC), em Curitiba. (Fiocruz Paraná) - Início da estruturação dos escritórios da Fiocruz (CE e MS)
2010	- Criação da UNA-SUS – Universidade Aberta do SUS. Oferta de cursos a distância, em grande escala, e incentivo a parcerias com diversas IES – tendo a Fiocruz como Secretaria Executiva.
2011 / 2013	- Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou a criação da Escola de Governo em Saúde (EGS) em Brasília. - Incorporação de ações de reestruturação da Atenção Básica. PROVAB. - Desafios dos novos institutos (IFF,INI) fortalecem a formação de quadros para o SUS em nível nacional. - Criação do Laboratório de Telessaúde e de Telemedicina do IFF – LABTEL (2012). - Iniciada criação do Escritório Fiocruz-Piauí
2014 / 2015	- UNA-SUS alcança 100 mil matrículas de profissionais da saúde em todas as regiões do país. - Apoio à formação dos quadros do Programa “Mais Médicos”. - Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> oferecida em 12 unidades da Fiocruz, sempre relacionada às áreas de pesquisa.

Na atualidade, a Fiocruz é uma instituição composta por diversas unidades internas, com papéis específicos e experiências consolidadas em seus campos. Ao todo, são 16 unidades técnico-científicas, voltadas para ensino, pesquisa, inovação, assistência, desenvolvimento tecnológico e extensão no âmbito da saúde. Deste conjunto, 11 estão situadas no Rio de Janeiro e cinco em outras unidades da federação (Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco). Também há quatro escritórios em outros estados (Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia). Ademais, a Fiocruz possui sua representação em Brasília (DIREB), como órgão vinculado à Presidência. Todas essas unidades ou órgãos já atuam no ensino e pesquisa (**Quadro 1.2**) e serão descritos no item 2.1 do próximo capítulo.

Assim, a Fiocruz está presente em 10 unidades da Federação e no DF, e em Moçambique, na África. Quase todas as áreas da instituição possuem iniciativas educacionais, muitas das

quais engajadas na oferta de cursos de especialização *Lato Sensu*, residências, mestrados profissionais, mestrados e doutorados e outros formatos adequados a situações específicas.

Na década de 1990, a Fiocruz diversificou o seu modo de organização dos cursos, mantendo a modalidade presencial no Rio de Janeiro e em algumas das suas regionais, e também incorporando a Educação a Distância, na Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, como um mecanismo potente de profissionalização da força de trabalho em todo o Brasil e de qualificação do setor público de saúde. A partir desse período, a instituição passou a realizar a articulação com redes de ensino. Por exemplo, ela sedia e coordena a Secretaria Executiva da Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública (por meio da ENSP) e da Universidade Aberta do SUS-UNASUS, cuja secretaria executiva está sediada na Diretoria Regional da Fiocruz em Brasília. Também exerce a secretaria de comunicação, por meio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Rede Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – RET-SUS.

Quadro 1.2: Unidades Técnico-Científicas e Regionais da Fiocruz em 2015

Unidades Situadas no Campus de Manguinhos (Rio de Janeiro)	Local
COC - Casa de Oswaldo Cruz	RJ
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca	RJ
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	RJ
ICICT – Inst.de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde	RJ
ICTB – Instituto de Ciências e Tecnologias em Biomodelos (ex-CECAL)	RJ
INCQS - Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	RJ
INI - Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (ex-IPEC)	RJ
IOC - Instituto Oswaldo Cruz	RJ
Biomanguinhos - Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos	RJ
Unidades Situadas em outros Campi no Rio de Janeiro	
Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos	RJ
IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira	RJ
Unidades e Escritórios situados em outras Unidades da Federação	
Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD – ex CPqLMD)	AM
Fiocruz Bahia - Instituto Gonçalo Muniz (IGM – ex-CPqGM)	BA
Fiocruz Brasília - Escola Fiocruz de Governo (EFG/DIREB)	DF
Fiocruz Ceará	CE
Fiocruz Mato Grosso do Sul	MS
Fiocruz Minas - Instituto René Rachou (IRR – ex-CPqRR)	MG
Fiocruz Paraná - Instituto Carlos Chagas (ICC)	PR
Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães (IAM – ex-CPqAM)	PE
Fiocruz Piauí	PI
Fiocruz Rondônia	RO

Tendo assumido protagonismo no apoio à construção e consolidação do SUS, em seus diversos campos de atuação, especialmente na gestão, atenção e vigilância em saúde, ao longo do processo de luta pela democratização do país, a Fiocruz constituiu-se como uma complexa instituição, com cultura bastante específica.

Mediante crescente engajamento com as políticas públicas de saúde na busca da superação dos problemas agudos e crônicos que afligem a saúde da população brasileira, a Fiocruz se firmou também como uma instituição reconhecida na área da pesquisa, que associada ao ensino compõe uma matriz que reflete a vitalidade dos seus grupos de pesquisa e que acompanha e procura contribuir com a formação de técnicos e pesquisadores para exercerem suas funções no Sistema Único de Saúde.

A relação entre ensino e pesquisa está presente em toda a história da formação de pessoal de saúde na Fiocruz, tendo o ensino se estruturado na convivência entre os cursos *Lato Sensu* (especialização, aperfeiçoamento e atualização) e os *Stricto Sensu*.

A partir do final da década de 1990, observa-se um aumento significativo da oferta de cursos de *Lato Sensu*, com a expansão de cursos nas unidades que já ofertavam, com o início dos cursos na modalidade de educação a distância e com a crescente participação de diferentes unidades da Fiocruz em projetos de ensino. Assim, a oferta de cursos de especialização na Fiocruz no ano de 2015 foi de 38 cursos presenciais e 9 cursos na modalidade EAD, sob responsabilidade de 13 unidades da Fiocruz, com grande diversidade de campos temáticos tratados, tais como Vigilância em Saúde, Saúde Pública, Gestão da Saúde, Infectologia, Atenção à Saúde da Mulher, dentre muitos outros.

Também a partir da década de 2000, observa-se um aumento significativo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, assim como um esforço institucional importante na implantação do mestrado profissional.

Nos Quadros 1.3 e 1.4 estão relacionados os cursos de pós-graduação presenciais (*Lato Sensu* e *Stricto Sensu*) oferecidos no período 2014-2015.

Ademais, cabe destacar a tradição da atuação da Fiocruz na modalidade Educação a Distância, iniciada pela ENSP em 1998 e depois ampliada para outras unidades, em muitos casos em parceria com a ENSP. A EaD configura-se como uma iniciativa estratégica de formação de profissionais de saúde. Os cursos nessa modalidade são oferecidos por meio de parcerias internas de suas diversas unidades, como a Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o Instituto Leônidas e Maria Diane (ex-CPqLMD – Fiocruz Amazônia), o Instituto Fernandes Figueiras (IFF) e o Instituto de Ciências e Tecnologias em Biomodelos (ex-Centro de Criação de Animais de Laboratório - Cecal), a Fiocruz Mato Grosso do Sul, o Instituto Gonçalo Muniz (ex-CPqGM - Fiocruz Bahia) e o Instituto Aggeu Magalhães (ex-CPqAM - Fiocruz Pernambuco), e mais recentemente a Escola Fiocruz de Governo (DIREB - Brasília). Desde 2001 as parcerias externas também constituem importante estratégia de fortalecimento do EaD, como por exemplo o Programa de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde – PROFAE, em parceria com 45 Universidades no país. Além disso, a Fiocruz passou a oferecer cursos também através do Sistema UNA-SUS - Universidade Aberta do SUS, do Ministério da Saúde, que já realizou uma oferta de 280.000 matrículas, no período 2010-2015.

Quadro 1.3: Cursos de Especialização *Lato Sensu* – presenciais (2014-2015)

Unidades no Campus de Manguinhos	
COC	- Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde - Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde
ENSP	- Direito e Saúde - Gestão da Atenção Básica - Gestão da Atenção Básica e Promoção do Desenvolvimento Social - Gestão de Hemocentros - Gestão e Tecnologias do Saneamento - Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos - Pneumologia Sanitária - Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social - Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Saúde Pública - Saúde Pública / SMSDC-RJ - Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - Vigilância Sanitária
EPSJV	Trabalho, Educação e Movimentos Sociais
ICICT	- Informação Científica e Tecnológica em Saúde
INCQS	- Controle da Qualidade de Produtos, Ambientes e Serviços Vinculados à Vigilância Sanitária
INI	- Monitoria em Ensaio Clínicos - Multiprofissional em Imunizações e Saúde do Viajante - Infectologia para Médicos Estrangeiros - Vigilância em Saúde - Psicologia Hospitalar na área de Infectologia
IOC	- Ciência, Arte e Cultura na Saúde - Ensino em Biociências e Saúde - Entomologia Médica - Malacologia de Vetores
Unidades em Outros Campi - RJ	
Farmanguinhos	- Gestão da Inovação em Fitomedicamentos - Tecnologias Industriais Farmacêuticas
IFF	- Atenção à Saúde da Mulher - Enfermagem Neonatal - Controle de Infecção
Unidades em outros Estados	
Fiocruz Amazônia	- Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - Gestão de Organizações Públicas em Saúde
Fiocruz Bahia	- Ensino em Biociências e Saúde
Fiocruz Brasília – EFG	- Direito Sanitário - Saúde Coletiva
Fiocruz Pernambuco	- Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – PROGESUS 2015

Quadro 1.4: Programas Pós-Graduação *Stricto Sensu* – presenciais (2014-2015)

Unidades no Campus de Manguinhos	Programa	Nível	Nota CAPES
BIOMANGUINHOS	- Tecnologia de Imunobiológicos	Profissional	4
COC	- História das Ciências	Acadêmico	5
ENSP	- Saúde Pública	Acadêmico	6
		Profissional	5
	- Saúde Pública e Meio Ambiente	Acadêmico	6
	- Epidemiologia em Saúde Pública	Acadêmico	6
		Profissional	5
	- Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (Rede: UFRJ/Fiocruz/UFF/UERJ)	Acadêmico	4
EPSJV	- Educação Profissional em Saúde	Profissional	3
ICICT	- Informação e Comunicação em Saúde	Acadêmico	5
ICTB (ex-CECAL)	- Ciência em Animais de Laboratório	Profissional	3
INCQS	- Vigilância Sanitária	Acadêmico	5
		Profissional	4
INI	- Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas	Acadêmico	6
	- Pesquisa Clínica	Profissional	3
IOC	- Biologia Parasitária	Acadêmico	7
	- Biologia Celular e Molecular	Acadêmico	7
	- Ensino em Biociências e Saúde	Acadêmico	5
	- Medicina Tropical	Acadêmico	5
	- Biologia Computacional e Sistemas	Acadêmico	4
	- Biodiversidade e Saúde	Acadêmico	4
Fiocruz/ABRASCO	- Saúde da Família (Rede Nacional)	Profissional	3

Unidades em Outros Campi - RJ	Programa	Nível	Nota CAPES
FARMANGUINHOS	- Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica	Profissional	4
IFF	- Saúde da Criança e da Mulher	Acadêmico	5
		Profissional	5
	- Pesquisa Aplicada à Saúde da Criança e da Mulher	Acadêmico	4

Unidades em Outros Estados	Programa	Nível	Nota CAPES
Fiocruz Amazônia	- Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia	Acadêmico (Mestrado)	3
Fiocruz Bahia	- Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa	Acadêmico	4
Fiocruz Brasília – DIREB/ EFG	- Políticas Públicas em Saúde	Profissional	3
Fiocruz Ceará	- Saúde da Família (Rede RENASF)	Profissional	3
Fiocruz Minas	- Ciências da Saúde	Acadêmico	6
	- Saúde Coletiva	Acadêmico	4
Fiocruz Paraná	- Biociências e Biotecnologia	Acadêmico	4
Fiocruz Pernambuco	- Saúde Pública	Acadêmico	4
		Profissional	4
	- Biociências e Biotecnologia em Saúde	Acadêmico	4

No **Quadro 1.5** é apresentada a oferta recente de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade a distância.

Quadro 1.5: Cursos de Especialização *Lato Sensu* – a distância (2014-2015)

Unidade	Curso
ENSP (no Campus de Manguinhos)	- Alimentação e Nutrição na Atenção Básica - Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde - Avaliação em Saúde - Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade - Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - Gestão da Saúde da Pessoa Idosa - Gestão em Saúde - Gestão de redes de atenção à saúde - Impactos da Violência na Saúde - Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente
EFG (Fiocruz Brasília)	- Direito Sanitário (para CONASS)
Fiocruz Mato Grosso do Sul (Campo Grande - MS)	- Atenção básica em saúde da família (parceria UFMS) - Atenção básica em saúde da família (parceria UFMS/ UNIR/ Fiocruz RO) - Gestão em saúde no sistema prisional (parceria UFMS)

Cabe destacar como acréscimo ao panorama aqui apresentado, a forte vinculação da Fiocruz com a vida em sociedade, decorrente dos objetos que constituem seus projetos institucionais. Sua vocação como uma instituição de Estado se projeta desde as funções ligadas ao saneamento das cidades no início do século XX até os dias atuais, com relação ao controle de doenças que afligem todas as camadas da nossa população, como se pode observar com os agravos associados ao Vírus Zika nos dias atuais.

1.3 A Fiocruz como Escola de Governo

Em 1998 concebeu-se, na ENSP, a ideia de Escola de Governo em Saúde, para viabilizar o compromisso com a geração de inovações para o SUS, por meio da formação de gestores dos estados e municípios. Tratou-se de uma reorientação estratégica dos programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica com vista a aumentar a capacidade de governança de sistemas, serviços, organizações e programas de saúde, e também gerar novos conhecimentos e tecnologias, consolidando o papel estratégico da instituição como agência pública governamental. Como consequência, logo em seguida buscou-se ampliar a participação da Escola na capacitação profissional dos quadros do Ministério da Saúde e de suas agências reguladoras, e consolidar a Escola de Governo em Saúde, principalmente pelas estratégias associadas ao uso de tecnologias de educação a distância e o desenvolvimento de parcerias e atuação em rede com outras escolas de saúde pública.

As demais unidades da Fiocruz, em diferentes graus e momentos, de modo próprio ou em parceria com a ENSP, também passaram a se engajar na oferta de propostas educacionais voltadas a gestores e técnicos atuantes no SUS. Assim, foi se constituindo o entendimento de que o conceito de *Escola de Governo em Saúde* envolve toda a instituição.

Em abril de 2011, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou o conceito de Escola de Governo em Saúde para toda a instituição e consolidou a ideia de Núcleo Federal de Ensino na Fiocruz Brasília, que veio a ser denominado, a partir de 2015 Escola Fiocruz de Governo. A Diretoria Regional de Brasília já operava cursos de pós-graduação *lato sensu*, atualizações e aperfeiçoamentos desde o ano de 2004, e a partir de 2010 passara a sediar a Secretaria Executiva da Universidade Aberta do SUS.

Desta forma, o conceito de Escola de Governo em Saúde tornou-se uma orientação estratégica na atuação do conjunto da Fiocruz, que ganhou toda concretude a partir de 2014 quando, em razão das alterações nos processos de credenciamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* das então chamadas “instituições não educacionais” (aquelas que não se constituíam como Instituição de Ensino Superior em sentido estrito), foi necessário preparar toda a Fiocruz para o processo de avaliação externa, conduzido pelo INEP, para seguir a orientação dada pela Resolução CNE/CES nº 07, de 8 de setembro de 2011, que veio a ser consolidada por meio do Instrumento de Avaliação Externa de Escola de Governo contido no Parecer CNE/CES 295/2013, homologado pelo Ministro da Educação em 07 de maio de 2014.

Desde o ano de 2003, a ENSP já participava das articulações gerais das escolas de governo federais e da Rede Nacional de Escolas de Governo, incentivadas pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A partir de 2011, sob coordenação da ENAP, ganhou vitalidade o Sistema de Escolas de Governo da União – SEGU, cuja articulação fora proposta no Decreto nº 5707/2006, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Com o novo contexto configurado ao final do primeiro semestre de 2014 relacionado ao credenciamento das escolas de governo para a oferta de pós-graduação *lato sensu*, a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz – VPEIC passou também a participar do SEGU, uma vez que outras unidades da Fiocruz também estavam engajadas na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, também necessitando de regularização do credenciamento dos cursos ofertados.

Assim, além da atuação nos debates e elaboração de proposições das Escolas de Governo da União para o novo marco regulatório dos cursos de pós-graduação especialização *lato sensu*, em fase de elaboração pelo Conselho Nacional de Educação, a Fiocruz obteve do Ministro da Educação o entendimento sobre o credenciamento institucional único da Fiocruz para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, naturalmente cabendo à VPEIC a coordenação e articulação das unidades internas engajadas nessas ofertas.

1.4 Planejamento Estratégico

O modelo de planejamento participativo e ascendente, que é uma das marcas da Fiocruz, traz em seu bojo uma série de desafios. Um destes desafios é a coordenação entre os processos de planejamento das diversas unidades de forma a constituir um processo de planejamento corporativo global, que expresse e represente os objetivos estratégicos da instituição como um todo.

Desde 2003 foi instituído o processo de formulação e acompanhamento dos planos elaborados em cada unidade, tendo como ferramenta de suporte o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE). Os profissionais da DIPLAN acompanham o Plano Anual (PA) de cada Unidade, analisando sua conformidade com as metas pactuadas, com as que se vinculam às ações do Plano Plurianual (PPA) e sua contribuição ao Plano Quadrienal (PQ) da Fiocruz. Assim, considerando tanto o planejamento interno como o externo à Fiocruz, as unidades elaboram seu Plano Anual de forma a refletir as pactuações em termos de metas físicas e em termos de programação orçamentária.

Constitui-se assim a Agenda Estratégica da Fiocruz, que corresponde a um conjunto sistemático de definições sobre objetivos e resultados institucionais relacionados à sua Missão e Visão de Longo Prazo, assim como sobre os meios que permitirão alcançá-los. A Agenda Estratégica Fiocruz é construída a partir de dois importantes instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual do Governo Federal e o Plano Quadrienal da Fiocruz.

Desta forma, há um complexo quadro de planos institucionais com focos temporais diversos, tal como pode ser visto no Quadro 1.6, apresentado no Relatório de Auto-Avaliação Fiocruz 2015.

Quadro 1.6: Descrição dos Planos Institucionais da Fiocruz

Planos Institucionais	Detalhamento	Partes Envolvidas
Plano Longo Prazo (PLP)	Definição das diretrizes estratégicas (missão, visão, valores e objetivos)	Presidência, Coletivo de Gestores, Comunidade Fiocruz e Congresso Interno
Plano Plurianual (PPA-Fiocruz)	Ações da Fiocruz que contribuem para o PPA do Governo Federal	Presidência, Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI) e Diretoria de Planejamento Estratégico (DIPLAN)
Plano Quadrienal Fiocruz (PQ)	Estratégias de médio prazo para realização da visão (macroprojetos)	Presidência, Coletivo de Gestores, Comunidade Fiocruz e Congresso Interno
Plano Quadrienal Unidades (PQU)	Estratégias das Unidades de contribuição para execução dos macroprojetos institucionais	Força de trabalho e Direção da Unidade
Plano Anual (PA)	Projetos e Atividades que compõem os macroprocessos e macroprojetos institucionais a serem executados no período de um ano	Força de trabalho, núcleo de planejamento e Direção da Unidade

Quadro extraído do RAA – Relatório de Auto-Avaliação Fiocruz 2015 – pp. 56-57.

Reproduzimos descrição sintética dos procedimentos de planejamento estratégico na Fiocruz, articulando o conjunto da instituição, extraída do Relatório de Auto-Avaliação Fiocruz – Ciclo 2015:

“O Plano de Longo Prazo Fiocruz – PLP 2022, criado e aprovado pelo VI Congresso Interno em 2010, por dinâmica composta por visão conjuntural (proposta de país), análise setorial (análise de tendências e desafios para a saúde), análise situacional externa e interna (condicionantes relevantes para a orientação estratégica – ameaças, oportunidades, pontos fracos e fortes), define seu credo na perspectiva para 2022, atualizando a Missão, Valores e Visão e sua arquitetura estratégica.

O Plano Quadrienal (PQ), gerado e aprovado no Congresso Interno, é o plano institucional de médio prazo que se baseia nos eixos e objetivos estratégicos do PLP 2022, para definir os macroprojetos institucionais, que buscam alinhar as unidades às diretrizes da Fiocruz. Embora apenas as representações institucionais participem das deliberações em plenária, toda a instituição se mobiliza para o debate do texto de referência do Congresso Interno, composto de análises e sínteses/teses.”

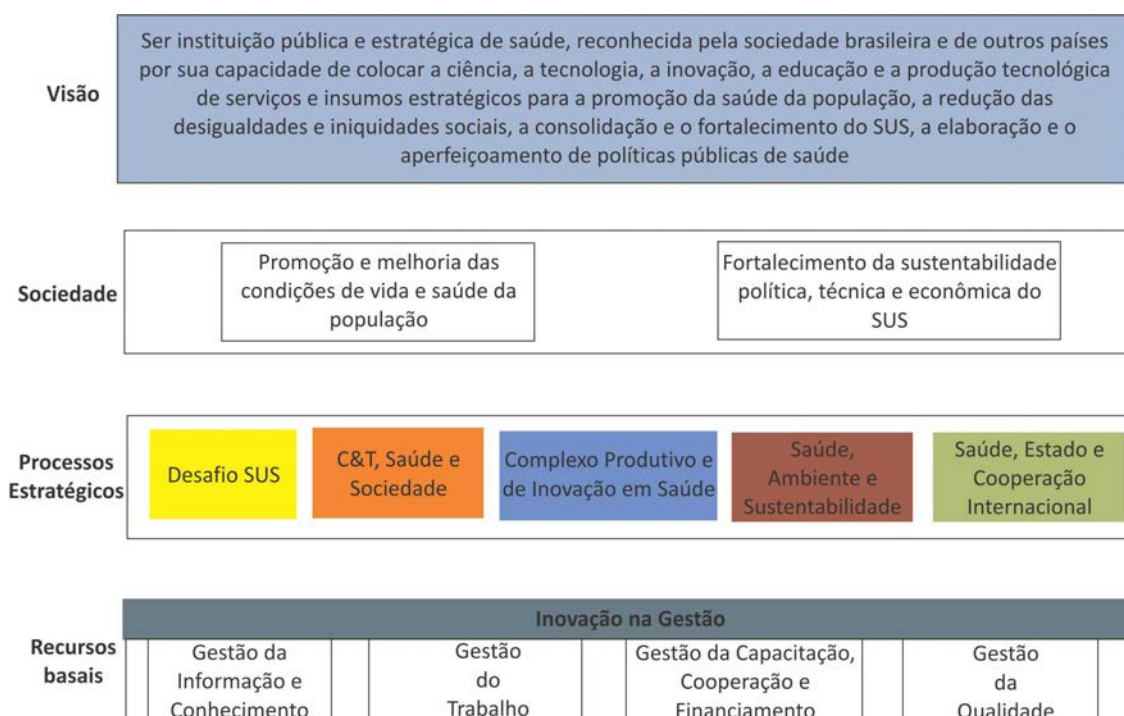
O Plano de Longo Prazo – PLP 2022 está composto por 58 objetivos estratégicos distribuídos por cinco eixos temáticos, que refletem os focos centrais de atuação da organização:

1. Desafios do Sistema Único de Saúde – cujo nome foi atualizado, no VII Congresso, para “Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimento e Formação para o SUS”;
2. Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade;

3. Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde;
4. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade;
5. Saúde, Estado e Cooperação Internacional.

Também foi agregado um sexto eixo – Inovação na Gestão – relacionado à gestão estratégica dos recursos tangíveis e intangíveis que dão sustentação às atividades finalísticas da instituição. Ver Quadro 1.7.

Quadro 1.7: Mapa Estratégico Fiocruz 2022
(VI Congresso, 2010, atualizado no VII Congresso, 2014)



1.5 Missão, objetivos e metas da instituição

1.5.1. A Missão, visão e valores da Fiocruz

Os compromissos com o projeto da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS foram reafirmados na declaração da Missão institucional da Fiocruz aprovada no seu VI Congresso Interno, em 2010 e reiterada no VII Congresso Interno de 2014, possuindo a seguinte formulação:

Missão da Fiocruz

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Tal declaração especifica sua identidade, sendo uma expressão sintética do que estabelece seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.725, de 09 de junho de 2003, onde se afirma, em seu Art. 1º, sua finalidade de desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, o decreto sinaliza 11 atribuições, das quais muitas acentuam seu papel na pesquisa, na educação e na informação para a Saúde, Ciência e Tecnologia.

No final de 2015, Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno debateu e aprovou atualizações no Estatuto da Fiocruz. No que se refere ao Art. 1º, além de introduzir uma 12ª atribuição, incluiu a questão ambiental em todos os itens pertinentes. Assim, reproduzimos abaixo a versão atualizada das atribuições:

- I. participar da formulação e da execução das Políticas Nacionais de Saúde, Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e as demais políticas em consonância com a área da saúde;
- II. promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas para as finalidades a que se refere o caput, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa para a saúde e ambiente;
- III. desenvolver atividades de educação e de formação de força de trabalho para a saúde, ambiente, ciência e tecnologia e inovação.
- IV. desenvolver tecnologias de produção, produtos e processos e outras tecnologias de interesse para a saúde e ambiente;
- V. desenvolver atividades de referência para a vigilância e o controle da qualidade em saúde e ambiente;
- VI. fabricar produtos biológicos, diagnósticos, profiláticos, prognósticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;
- VII. desenvolver atividades assistenciais de referência, em apoio ao Sistema Único de Saúde, ao desenvolvimento científico tecnológico e de inovação, e aos projetos de pesquisa;
- VIII. desenvolver atividades de produção, captação e armazenamento, análise e difusão da informação em Saúde, Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- IX. desenvolver atividades de prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde, ambiente, ciência, tecnologia e inovação;
- X. preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da FIOCRUZ e contribuir para a preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas;
- XI. promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e inovação e de cooperação técnica voltadas para conservação do ambiente e da biodiversidade; e
- XII. promover a popularização da ciência.

O VII Congresso Interno também manteve, com atualizações, as proposições aprovadas no VI Congresso, reafirmando sua Visão e Valores, tal como reproduzido a seguir:

Visão

Ser instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde.

Valores

- Compromisso institucional com o caráter público e estatal;
- Ciência e inovação como base do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde;
- Ética e transparência;
- Cooperação e integração;
- Diversidade étnica, de gênero e sociocultural;
- Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores;
- Qualidade e excelência;
- Redução das iniquidades;
- Compromisso com as principais metas de transformação social do Estado brasileiro;
- Compromisso socioambiental;
- Democracia participativa;
- Democratização do conhecimento;
- Educação como processo emancipatório.

1.5.2. Os objetivos estratégicos da Fiocruz

No VII Congresso Interno, a Fiocruz atualizou seus objetivos estratégicos para o período 2014-2017, relacionados a cada um dos 5 eixos finalísticos da instituição. Trata-se de uma grande quantidade de proposições, especificadas em vários níveis (resultados para a sociedade, processos internos e recursos basais/inovação na gestão). Os objetivos estratégicos estão integralmente descritos no Relatório do VII Congresso interno, páginas 23 a 35, disponível no Portal Fiocruz.

Os objetivos mais diretamente relacionados ao campo da educação e formação em saúde – aos quais está vinculada a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* estão no Eixo 1 (Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimento e Formação para o SUS). No entanto, em outros eixos existem também alguns objetivos vinculados ao ensino de pós-graduação *lato sensu* (Eixo 2 – Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade; Eixo 4 – Saúde e Sustentabilidade Socioambiental; Eixo 5 – Saúde, Estado e Cooperação Internacional). Desta forma, apresentamos a seguir, de maneira agregada, todos os objetivos que fazem referência mais direta ao ensino *lato sensu*, assim como alguns relacionados aos modelos e arranjos e gestão necessários à sua viabilização.

[EIXO 1] – Resultados para a sociedade – Objetivo destacado:

- Qualificar e ampliar a formação de trabalhadores em saúde para Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e para o SUS.

Processos internos – objetivo relacionado:

- Adotar estratégias pedagógicas inovadoras e implantar plataforma educacional capaz de interoperar com ambientes virtuais externos e com o sistema EAD da Fiocruz, visando a formação dos trabalhadores para o SUS, em compasso com os processos formativos presenciais.

Recursos basais/inação na gestão – objetivos destacados:

- Atualizar e tornar interoperáveis tecnologias para plataformas educacionais.
- Implantar novo sistema interoperável de gestão acadêmica.
- Promover o princípio da integração curricular nos programas de formação de trabalhadores para o SUS, compreendendo os fundamentos científicos e tecnológicos do processo produtivo contemporâneo e as bases conceituais da saúde pública e do SUS.
- Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores no trabalho da Fiocruz no campo da educação, especialmente nas ações de formação de quadros profissionais para o SUS e atividades intersetoriais.

[EIXO 2] – Resultados para a sociedade – Objetivos destacados:

- Garantir acesso aberto ao conhecimento produzido pela Fiocruz e contribuir para políticas públicas de acesso aberto ao conhecimento científico e cultural nacional e internacionalmente, ampliando o diálogo permanente com a população, fortalecendo o controle social e o exercício da cidadania.
- Democratizar a comunicação, promover o debate público e o acesso à informação em saúde para os cidadãos.

Processos internos – Objetivos destacados:

- Fortalecer a pós-graduação visando à formação de profissionais em alinhamento com a nova agenda de PD&I.
- Avançar na integração dos recursos corporativos nacionalmente (Fiocruz Nacional): aperfeiçoar uma estratégia de alocação e compartilhamento de recursos (humanos, tecnológicos e outros) entre as diversas Unidades da Fiocruz, visando o desenvolvimento das Unidades descentralizadas (regionais) e daquelas em fase de implantação.
- Incentivar ações de interiorização, reconhecendo as especificidades regionais e a diversidade cultural, contribuindo para a promoção da saúde.
- Atualizar, implementar e fortalecer a política de informação e comunicação integrada da Fiocruz, e consolidar uma política de divulgação científica e popularização da ciência, e com foco nas demandas do SUS.
- Fomentar projetos relacionados à temática de saúde nas fronteiras, estruturando linhas de pesquisa e intervenção, bem como projetos de pós-graduação e nível técnico, em articulação com os sistemas de saúde dos países vizinhos.

Recursos basais/inação na gestão – Objetivo destacado:

- Fortalecer política de captação, capacitação, formação e valorização de profissionais para as áreas de atuação prioritárias de acordo com a agenda da Fiocruz.

[EIXO 4] – Processos internos – Objetivo destacado:

- Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores voltados para a formação de quadros profissionais para o SUS e demais políticas intersetoriais.

Recursos básicos/Inovação na gestão – objetivo destacado:

- Estabelecer grade de formação/capacitação sobre sustentabilidade para o universo de trabalhadores da Fiocruz.

[EIXO 5] – Processos internos – Objetivo destacado:

- Consolidar redes de instituições estruturantes para pesquisa, saúde pública, atenção e desenvolvimento educacional.

Recursos básicos/Inovação na gestão – objetivos destacados:

- Ampliar a competência institucional e orientar as práticas profissionais no campo da diplomacia em saúde e cooperação internacional, estimulando a especialização através da oferta de formação para trabalhadores que atuem na área.
- Aperfeiçoar o acolhimento de estrangeiros na Fiocruz, incluindo cursos introdutórios, quando necessário.

1.5.3. As metas institucionais

A agenda estratégica da Fiocruz é resultante de um complexo processo de elaboração, articulação e coordenação de diversos planos institucionais, conforme já descrito no item 1.4. A Fiocruz participa no Plano Plurianual de Governo e o Relatório de Gestão 2014, em seu capítulo 5, traz detalhada descrição sobre os resultados alcançados em inúmeros projetos institucionais expressos na forma de iniciativas ou metas que contribuem para os objetivos estratégicos setoriais, em seus diversos campos de intervenção, com destaque para os grandes projetos estruturantes relacionados à pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, já é bastante ampla e assumida pela maior parte das unidades. Vários dos cursos se consolidaram, com processos de revisão e atualização, mantendo uma oferta estável nas últimas décadas. No entanto, o planejamento de longo prazo da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* tornou-se problemático em razão de dificuldades relacionadas ao processo regulatório, principalmente a partir de 2009, quando o Parecer CNE/CES nº 238/2009 indicou a extinção da possibilidade de credenciamento especial para instituições que não se classificassem como Instituição de Ensino Superior.

O credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo, possibilitado graças aos Pareceres CNE/CES nº 7/2011 e nº 295/2013, cria maior governabilidade institucional para o planejamento da oferta de cursos *lato sensu*, possibilitando a definição de metas institucionais para este segmento do ensino. A elaboração deste PDI 2016-2020 é passo importante para o fortalecimento da capacidade de definição sobre o futuro dos Cursos *Lato Sensu* na Fiocruz.

Assim, nos capítulos 4 e 5 são apresentadas as projeções de ofertas de cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais (item 4.4) e a distância (item 5.5) para o período 2016-2020, realizadas ainda em momento anterior ao credenciamento.

E no Capítulo 9 são apresentadas propostas para o ensino na Fiocruz, tendo como foco principal a pós-graduação *lato sensu*. Conforme se verá, muitas delas representam resultado de reflexões e aprendizados coletivos ocorridos durante o processo de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020.

Capítulo 2: Gestão Institucional

Por atuar nos diversos campos vinculados à Saúde Pública no Brasil, como órgão de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde, a Fiocruz mantém vínculos importantes com as políticas de Saúde, de Ambiente, de Educação e de Ciência e Tecnologia e outras políticas públicas em consonância com a área de saúde. Configurou-se como uma instituição de grande complexidade, que busca constantes aperfeiçoamentos organizacionais e modos de garantir a gestão de seus macroprocessos finalísticos.

Assim, este capítulo dedica-se inicialmente a apresentar a estrutura organizacional, com a descrição das atribuições das unidades e órgãos que constituem a Fiocruz, apontando também seus papéis na estrutura de governança capaz de garantir, dentro desta diversidade de áreas e atores internos, o funcionamento democrático e participativo.

Em seguida são resumidos os nove macroprocessos finalísticos, em torno dos quais a Fiocruz organiza sua pluralidade de ações, para possibilitar uma visão panorâmica da atuação da instituição.

Tendo em vista os objetivos prioritários deste PDI, os demais itens do capítulo buscam apresentar os principais aspectos da gestão institucional da Fiocruz, fazendo a descrição de sua política de gestão de pesquisa, política de gestão do ensino, políticas de gestão de comunicação e de informação, políticas de transparência e relacionamento com a sociedade, política orçamentária-financeira e sua política de cooperação institucional (composta pela cooperação nacional e cooperação internacional). O capítulo é concluído com a política de avaliação institucional.

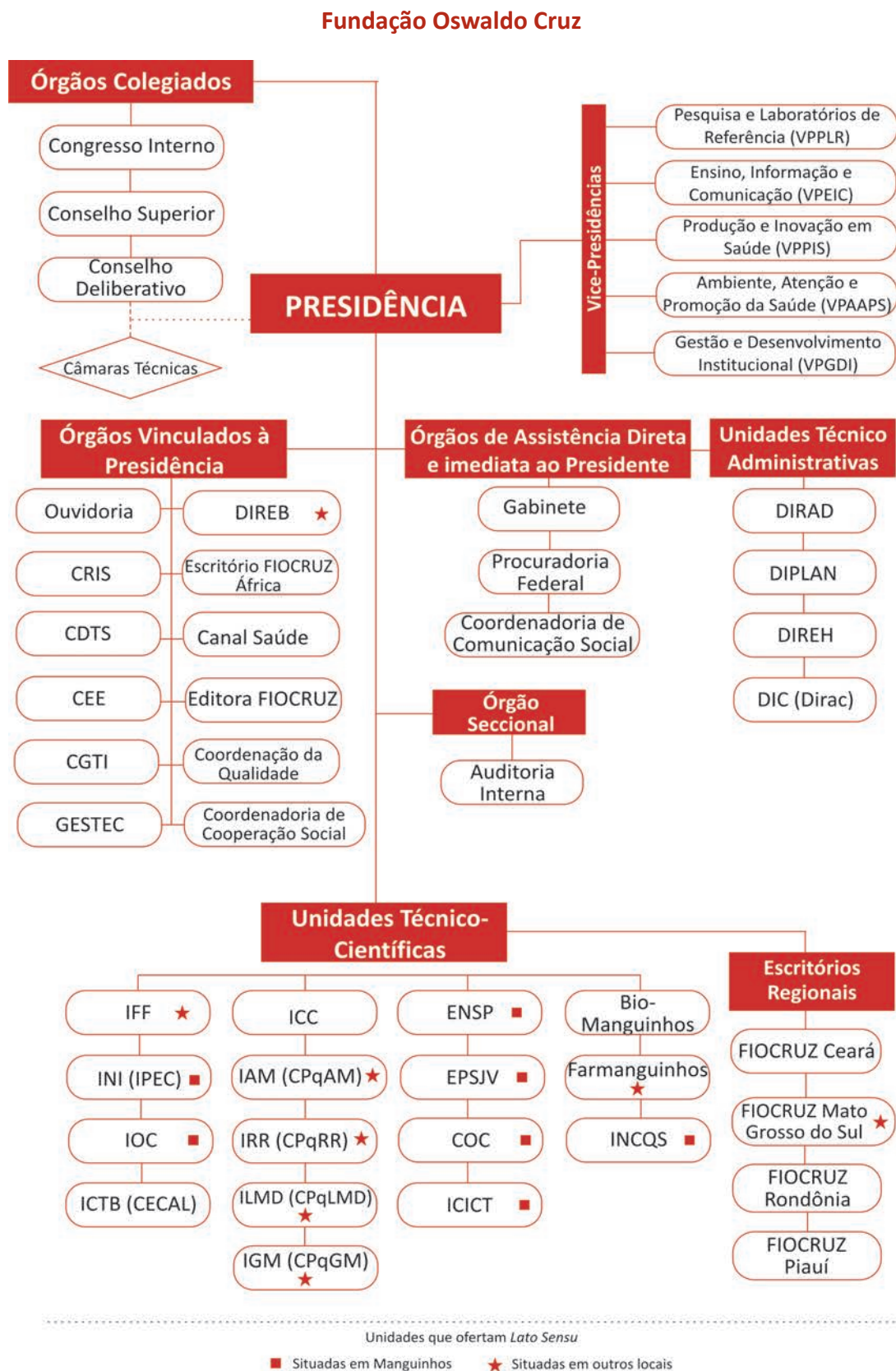
O capítulo baseia-se principalmente na produção institucional consolidada no Relatório de Gestão 2014, no Relatório de AutoAvaliação 2015 e também nas informações disponibilizadas no Portal Fiocruz, instrumento bastante poderoso na disseminação de informações e apoio à comunicação nos campos da pesquisa, do ensino e das intervenções em saúde.

2.1 Estrutura organizacional e modelo de governança

A estrutura organizacional a seguir baseia-se no Anexo I do Decreto nº 4.725, de 9 de junho de 2003 que apresenta o Estatuto da Fiocruz. No entanto, ao longo do período ocorreram diversas atualizações nas estruturas, no que se refere a detalhamento de suas denominações, atribuições e vinculações. Em novembro de 2015, a Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno aprovou diversas modificações, com atualizações de nomenclaturas e criação de unidade ou órgãos.

A nova estrutura organizacional da Fiocruz em implantação pode ser visualizada na Figura 2.1, adiante. Uma descrição sobre o papel de cada órgão ou unidade, baseada no Relatório de Gestão 2014, com atualizações aprovadas no final de 2015, propicia uma visão geral sobre a Instituição.

Figura 2.1: Estrutura Organizacional Aprovada em Dez/2015



I – Presidência

Ao Presidente incumbe dirigir a Fiocruz, coordenando a formulação e a implementação das políticas institucionais, em consonância com as diretrizes do Conselho Superior, do Congresso Interno e do Conselho Deliberativo. É o representante máximo da instituição. Cabe-lhe convocar e presidir o Conselho Deliberativo, assim como aprovar normas regulamentares e praticar todos os atos pertinentes à administração orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de material e serviços gerais, na forma da legislação em vigor e ouvidos, no que couber, o Conselho Deliberativo e o Conselho Superior.

O presidente da Fiocruz e os Vice-Presidentes são nomeados pela Presidência da República, sendo o Presidente a partir de lista tríplice indicada pela comunidade de servidores da organização, na forma prevista pelo Regimento. Os diretores das unidades técnico-científicas, por sua vez, são indicados pela presidência da Fiocruz, também a partir de uma lista tríplice, escolhida pela comunidade de cada unidade através do voto direto. Compete aos diretores indicar os responsáveis pelos órgãos e subunidades componentes das unidades, sendo facultado às unidades estabelecer processo de consulta ou eleição para o provimento destes cargos, o que efetivamente ocorre em alguns casos. O mandato dos dirigentes é de quatro anos, conforme definição do Regimento Interno, admitida a recondução por um período igual e consecutivo.

As Vice-Presidências são órgãos de assessoria ao Presidente, cujos gestores são indicados por ele ao Ministro da Saúde, após homologação do Conselho Deliberativo. Os campos temáticos e responsabilidades das Vice-Presidências podem ser alterados a cada gestão.

II - Órgãos colegiados

Conselho Superior

O Conselho Superior da Fiocruz tem por missão exercer o controle social em nome da sociedade civil. É responsável, entre outras atividades, por acompanhar a execução de planos estratégicos, e recomendar providências que julgar convenientes para a adequação das atividades técnicas e científicas da Fiocruz à consecução dos seus objetivos.

Os critérios para composição do Conselho Superior são definidos no art. 8º do Regimento da Fiocruz: é integrado necessariamente por membros que não pertençam ao quadro de servidores da Instituição, com exceção do presidente da Fiocruz, que o preside. Os representantes da sociedade civil são indicados pelo Conselho Nacional de Saúde e nomeados pelo Ministro da Saúde, entre representantes do poder público, personalidades de reconhecida competência técnico-científica, representantes do SUS, da área de Ciência e Tecnologia e de outros setores, tais como Educação, Ambiente, Previdência, Agricultura e Trabalho.

Congresso Interno

O Congresso Interno é o órgão máximo de representação da comunidade da Fundação Oswaldo Cruz. A ele compete deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno e propostas de alteração do estatuto, bem como sobre matérias de importância estratégica para os rumos da instituição.

O evento, que acontece a cada quatro anos, é presidido pelo presidente da Fiocruz e composto por delegados eleitos pelas unidades, em número proporcional aos de seus servidores. Conforme definido no Regimento Interno da Fiocruz, o Congresso Interno é convocado, ordinariamente, pelo presidente da Fiocruz no seu primeiro ano de mandato ou, extraordinariamente, por iniciativa do presidente; por iniciativa de dois terços dos membros do Conselho Deliberativo da Fiocruz; por cinquenta por cento mais um dos delegados; ou por um terço dos servidores estatutários da Fiocruz. Os critérios para a composição do Congresso Interno, incluindo a representação proporcional por unidade ou grupo funcional, são definidos pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz.

Conselho Deliberativo

Instância deliberativa, sendo o órgão superior de formulação e condução da política de desenvolvimento institucional que delibera sobre a programação de atividades e a proposta orçamentária anual; acompanha e avalia o desempenho das unidades; recomenda a implementação de melhorias; decide sobre a política de pessoal, criação e extinção de unidades, bem como sobre a destituição dos seus diretores; e designa a comissão eleitoral para escolha do presidente da instituição.

O Conselho Deliberativo é composto, conforme atualização do texto do estatuto em novembro de 2015 pelo VII Congresso Interno, pelo Presidente, Vice-presidentes, Chefe de Gabinete, por um representante do Sindicato de Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (ASFOC-SN), pelos dirigentes máximos das unidades técnico-científicas, técnico-administrativas, pelos auditor-chefe, procurador-chefe e ouvidor, pelo dirigente da Diretoria Regional de Brasília.

O Conselho Deliberativo é presidido pelo Presidente da Fiocruz, sendo suas deliberações adotadas pela maioria simples dos votos dos seus membros, exceto os diretores das unidades técnico-administrativas. A Presidência organiza a sua pauta de decisões para reuniões que acontecem ordinariamente ou extraordinariamente em consonância com as demandas institucionais e com o plano estratégico definido no Congresso Interno.

Câmaras Técnicas

Fornecem assessoria às decisões estratégicas do Conselho Deliberativo da Fiocruz, além de constituírem espaços privilegiados de debate ampliado de questões estratégicas para a instituição referentes às áreas de atuação da Fundação (pesquisa, produção de insumos em saúde, laboratório de referência, ensino, gestão, atenção de referência). São compostas por representantes das unidades e vice-presidências que atuam nestas diferentes áreas, cabendo aos Vice-Presidentes a coordenação daquelas vinculadas à sua área. A Fiocruz tem uma Câmara Técnica específica para as ações de ensino, da qual fazem parte duas Subcâmaras, uma para o *Lato Sensu* e outra para o *Stricto Sensu*.

III - Vice-presidências

Aos Vice-Presidentes incumbe representar o Presidente, ou por designação deste, substituí-lo; assessorar o Presidente na administração da Fiocruz, e, coordenar, implementar e avaliar programas horizontais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino, serviços, produção, informação em saúde e desenvolvimento institucional. Também lhes cabe monitorar a execução das metas institucionais e os programas horizontais.

Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde – VPAAPS

Coordena e promove a integração e sinergia das ações institucionais nas áreas de ambiente, atenção e promoção da saúde, visando atender às necessidades do Sistema Único de Saúde, tendo em vista os determinantes sociais da saúde.

Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação – VPEIC

Coordena e integra projetos dirigidos à modernização das práticas pedagógicas e da gestão do conhecimento, além de promover e apoiar as iniciativas de caráter inovador nas áreas de ensino e de informação científica em saúde. A atuação no segmento de ensino abrange a formação de nível técnico e de pós-graduação, nas modalidades presenciais e a distância. No campo da informação e comunicação, a atuação compreende a produção acadêmica, científica disponibilizada nos formatos impresso e eletrônico, a produção de material audiovisual; sistemas de informação acadêmica; rede de bibliotecas; editora, museu, notícias e eventos.

Vice-presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência – VPPLR

Responsável por coordenar o fomento e a indução à pesquisa, abrangendo a pesquisa básica, clínica, voltada para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, mediante programas de incentivo, provimento de bolsas de estudo em pós-graduação e de atração de pesquisadores sêniores, oriundos de outras instituições para colaboração e incorporação de conhecimentos e tecnologias.

É também responsável pela gestão de plataformas tecnológicas, voltadas à pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área biomédica, por meio do Programa Institucional de Indução à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – PCTIS. Apoia a geração de conhecimento para a promoção de soluções em saúde e a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças prevalentes no país.

Vice-presidência de Produção e Inovação em Saúde – VPPIS

Tem por objetivo promover e integrar as atividades de produção e inovação na Fiocruz, para atender e subsidiar políticas públicas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS). Sua atuação engloba tanto a formulação de políticas quanto o estabelecimento das bases para uma atuação integrada com foco na capacitação tecnológica e produtiva nacional no campo da saúde. As atividades da VPPIS refletem a prioridade atribuída pela Fiocruz ao atendimento da demanda nacional por uma base tecnológica e industrial compatível às propostas de desenvolvimento socioeconômico e ao ideário do Sistema Único de Saúde.

Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional – VPGDI

Responsável por articular o sistema democrático e participativo de governança da organização ao modelo de gestão estratégica, por meio do fomento e da formulação de políticas, programas e projetos, bem como estabelecendo mecanismos de viabilização que promovam o fortalecimento institucional. Dentre suas atividades, a VPGDI dedica-se à criação, ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de instrumentos incrementais e inovadores de governança e gestão, na busca contínua do desempenho gerencial com crescimento e sustentabilidade organizacional.

IV - Órgãos de assistência direta e imediata à Presidência da Fiocruz

Gabinete

Dá assistência à Presidência em sua representação política e social e na articulação com as demais áreas da Fiocruz, além de outras atividades designadas pelo Presidente da Fiocruz.

Procuradoria Federal

Atua no exame prévio da legalidade dos atos administrativos e orientação ao gestor público, no exercício de suas atividades, observando, sempre, os princípios constitucionais da Administração Pública.

Coordenadoria de Comunicação Social - CCS

É responsável por definir as diretrizes e coordenar o trabalho de comunicação da instituição. Atua em quatro eixos: assessoria de imprensa e produção jornalística, comunicação interna, comunicação institucional e formação da imagem pública da Fundação. Seu objetivo é divulgar o trabalho institucional e a produção científica da Fundação e favorecer o controle social, com

prestação de contas permanente do dinheiro público que é aplicado na Fiocruz. É responsável pela Revista de Manguinhos, veículo oficial da Presidência da Fiocruz, e pelo jornal Linha Direta, de circulação interna; e ainda pela manutenção e pelo conteúdo veiculado na Web TV Fiocruz, assim como pela Agência Fiocruz de Notícias, site voltado para jornalistas, que nele buscam pautas e matérias.

V - Órgãos Vinculados à Presidência

Ouvidoria Geral

É um canal de comunicação com a sociedade e um instrumento de gestão participativa, que atua de forma isenta e ética na análise e encaminhamento das manifestações da sociedade, relativas às atividades da Fiocruz, visando ao aprimoramento institucional, bem como contribuir para a ampliação da gestão participativa e do controle social.

Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS

Atua para fomentar a perspectiva da saúde global, apoiando e coordenando o crescente intercâmbio internacional da Fiocruz, no campo da cooperação técnica, tanto com instituições dos países desenvolvidos quanto com os países em desenvolvimento. Cumpre um compromisso estratégico da instituição, alinhado aos desafios e tendências assumidas pelo Brasil na sua política externa soberana e de solidariedade entre os povos, de expandir conceitos e políticas de saúde, em favor do acesso universal e do bem-estar em saúde e de maior qualidade de vida num mundo cada vez mais globalizado.

Diretoria Regional de Brasília - DIREB

É um órgão de representação político-institucional da Fiocruz, no Distrito Federal, junto aos órgãos e instituições públicas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, setor privado e terceiro setor; assiste ao Presidente e demais autoridades da Fiocruz em Brasília. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa aplicada, dirigidas a governança e gestão de políticas públicas e saúde; busca contribuir para a consolidação do SUS, por meio da formação de quadros estratégicos, que acontece no âmbito da Escola Fiocruz de Governo; realiza parcerias com instituições de ensino, saúde e pesquisa, articulando e apoiando redes sociotécnicas e as unidades da Fiocruz, que respondam às necessidades da gestão da saúde, nos âmbitos federal e regional. Além disso, abriga a secretaria executiva da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS).

Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde – CDTS

O Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) atua para transformar o conhecimento em propostas de soluções para a melhoria da saúde dos brasileiros e de outras populações. Com o objetivo de preencher lacuna importante no processo de inovação em saúde no Brasil, o CDTS realiza atividades de referência em Ciência Translacional para o desenvolvimento de produtos e processos para a saúde.

Canal Saúde

Canal Saúde de TV do SUS, criado pela Fiocruz, participa na construção de políticas de comunicação e informação em saúde, ciência, tecnologia e inovação. A Unidade atua no planejamento, execução e avaliação de ações relativas à produção e veiculação de audiovisuais em Saúde, Ambiente e CT&I, promovendo o debate público e a participação social.

Editora da Fiocruz

A Editora Fiocruz produz e difunde literatura em Saúde, Ambiente, Ciência e Tecnologia e Inovação, participando da construção de políticas editoriais de comunicação e informação em saúde nos âmbitos da Fiocruz e do SUS, junto a entidades, organismos e instituições nacionais e internacionais.

Centro de Estudos Estratégicos – CEE

Realiza prospecção e análise de cenários que podem impactar a trajetória da Fiocruz e do país, quanto aos principais aspectos que incidem sobre as políticas de saúde e CT&I e visa construir saber estratégico e aplicável.

Escritório da Fiocruz África

Localizado em Maputo, tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde, desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos, incluindo o Programa de Cooperação Interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique. Os programas de cooperação preveem o intercâmbio profissional, com deslocamento periódico de alunos e profissionais à Fiocruz, no Brasil, por períodos variados, para complementação de treinamentos, capacitações e formações acadêmicas e aperfeiçoamento técnico-profissional; reformulação dos Institutos Nacionais de Saúde e apoio diferenciado para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e transferência de tecnologia para a área de produção.

Coordenação da Qualidade – CQuali

Trabalha no aprimoramento das práticas e processos institucionais, segundo normas nacionais e internacionais de gestão da qualidade, com o propósito de garantir a segurança e a eficácia dos produtos e serviços ofertados à população, a transparência e a resolutividade da gestão pública.

Coordenadoria de Gestão de Tecnologia de Informação – CGTI

É responsável por coordenar as atividades inerentes à governança e gestão da tecnologia de informação, construindo arcabouço de conhecimentos, técnicas e padrões que propiciem a segurança das informações e comunicações na Fiocruz.

Coordenação de Gestão Tecnológica - GESTEC

A Gestec é um órgão de assessoria à presidência da Fiocruz, vinculada a Vice-presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) e tem como missão contribuir para aprimorar a política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na Instituição, utilizar estrategicamente os mecanismos do Sistema Internacional de Propriedade Intelectual e de transferência de tecnologia, com vistas à efetiva incorporação pela sociedade dos resultados de sua pesquisa. Coordena o Sistema de Gestão Tecnológica e Inovação da Fiocruz - Sistema Gestec-NIT.

Coordenadoria de Cooperação Social

Com foco no desenvolvimento territorializado e sustentável, incentiva trocas e diálogos entre a Fiocruz e entidades públicas, privadas e movimentos sociais. Busca induzir a realização de intervenções articuladas e integradas por meio de projetos e programas especialmente voltados para o desenvolvimento de tecnologias sociais em saúde. Atua na construção de iniciativas solidárias e estruturantes que produzam resultados positivos na saúde e nas condições de vida da população na região de Manguinhos. Ademais há projetos sociais desenvolvidos em unidades da Fiocruz situadas em outros estados.

VI - Órgão Seccional

Auditoria Interna

A Fiocruz possui uma unidade de Auditoria Interna em cumprimento ao que dispõe o Decreto 3.591/2000 onde é exigido que as entidades da Administração Indireta criem uma unidade de auditoria interna com suporte necessário de recursos humanos e materiais. De acordo com o Estatuto da Fiocruz, aprovado pelo Decreto 4.725 de 09/06/2003, a Auditoria Interna - Audin é um órgão seccional pertencente à estrutura organizacional da Instituição e está subordinada diretamente à Presidência da Fiocruz.

A auditoria interna apoia os gestores da instituição na análise da legalidade e a legitimidade dos atos administrativos, além de examinar os resultados institucionais quanto à economicidade, eficácia e eficiência das diversas áreas da gestão e sistemas administrativos.

VII. Unidades Técnico-Administrativas

Diretoria de Planejamento Estratégico – DIPLAN

Fornece apoio à Presidência, ao Conselho Deliberativo e às unidades da Fiocruz no processo de gestão estratégica da organização, oferecendo subsídios e ferramentas para a formulação estratégica, alinhamento organizacional e avaliação do desempenho institucional. A Diplan mantém relacionamento permanente com os núcleos de planejamento das diversas unidades da Fiocruz, além de promover reuniões periódicas de seus representantes no Fórum de Planejamento. Suas atividades incluem a análise e a avaliação de documentos e propostas de natureza estratégica da Fiocruz e das esferas federais de gestão, a elaboração e a aprovação de convênios e o cadastro de projetos no Fundo Nacional de Saúde.

Diretoria de Administração – DIRAD

Unidade normatizadora da gestão central, suas atividades concentram-se no planejamento, coordenação, supervisão e execução das operações comerciais, da gestão econômico-financeira e de informações gerenciais. Administra os recursos financeiros, exercendo o papel de “setorial contábil”. Acompanha a execução orçamentária dos recursos alocados nas diversas unidades da Fiocruz e gere os processos de aquisição de bens e serviços. É também responsável pela coordenação administrativa do programa Farmácia Popular do Brasil.

Diretoria de Infraestrutura dos Campi – DIC (ex-DIRAC)

Responsável pelo gerenciamento do espaço físico da Fiocruz, atuando em Manguinhos/Rio de Janeiro - RJ e em diversas atividades de infraestrutura nos demais campi do Rio de Janeiro, bem como nos campi de outras localidades como Brasília, Ceará e Mato Grosso do Sul. Nas unidades técnico-científicas e escritórios localizados no Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Fiocruz África presta assessoria técnica para desenvolvimento de projetos e ações ligados à sua missão que é prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Diretoria de Gestão do Trabalho – DIREH

Suas atividades contribuem para ampliar a eficácia e a efetividade do trabalho realizado na Fiocruz e para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mediante a formulação e implementação de políticas, estratégias e instrumentos de gestão do trabalho. Integra ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador. Cada unidade da Fiocruz possui um Serviço de Recursos Humanos (SRH), com os quais a Direh interage permanentemente, orientando suas atividades de organização da gestão de recursos humanos e acompanhamento da vida funcional dos trabalhadores.

VIII. Unidades Técnico–Científicas

A. Unidades situadas no Campus de Manguinhos

Casa de Oswaldo Cruz – COC

Unidade dedicada à produção e disseminação do conhecimento histórico da saúde e das ciências biomédicas; preservação e valorização do patrimônio cultural da saúde; educação em seus campos de atuação e divulgação da ciência e tecnologia em saúde. A COC abriga o mais expressivo acervo documental da saúde do Brasil, a única pós-graduação em História das Ciências e da Saúde no país e edita o periódico trimestral *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Preserva ainda o patrimônio arquitetônico da Fiocruz; participa de redes de informação na América Latina e, desde 1999, populariza a ciência por meio do Museu da Vida, que possui uma visitação de cerca de 200 mil pessoas por ano.

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP

Tem como missão gerar, absorver, compartilhar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde pública, através da pesquisa e desenvolvimento, educação, cooperação técnico-especializada e prestação de serviços assistenciais, visando à melhoria das condições de saúde da população e à promoção da vida com qualidade. É voltada para a capacitação e formação de recursos humanos para o SUS e para o sistema de ciência e tecnologia, a produção científica e tecnológica e a prestação de serviços de referência no campo da saúde pública. Participa ativamente no desenvolvimento de debates sobre propostas de políticas públicas de saúde e promove cursos para formar profissionais comprometidos com as ações governamentais e com a transformação do contexto social brasileiro.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV

Realiza atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. Atua, portanto, com o segmento dos trabalhadores de nível fundamental e médio, que correspondem à maioria dos profissionais de Saúde no Brasil. Tem como principais objetivos: coordenar e implementar programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elaborar propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formular propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produzir e divulgar conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A EPSJV é um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a educação de técnicos em saúde. E sedia a Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, que envolve 101 instituições de 22 países.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICICT

Participa da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desenvolve estratégias e executa ações de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, visando atender às demandas sociais do Sistema Único de Saúde e de outros órgãos governamentais. Sua organização e gestão levam em conta seu caráter público e estatal, seu compromisso social, a integralidade da Fiocruz e o modelo de gestão participativa, de forma transparente, eficiente e eficaz.

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS

O INCQS é referência nacional para as questões analítico-laboratoriais relativas ao controle da qualidade de alimentos, medicamentos, cosméticos, artigos e insumos para diálise e de saúde, conjuntos, reagentes e insumos diagnósticos, saneantes domissanitários, sangue e

hemoderivados, saúde ambiental e medicamentos biológicos. Trabalha em estreita cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com as secretarias estaduais e municipais de saúde, entre outros parceiros nacionais e internacionais. Atua na promoção de ações regulatórias em parceria com a ANVISA; no estabelecimento de normas e metodologias de controle da qualidade para rede de laboratórios do SUS; na assessoria técnica, como unidade de referência, à rede nacional de laboratórios de controle de qualidade em saúde; nas áreas de controle da qualidade de produtos para consumo humano; e no ensino, de pesquisa e de tecnologias de laboratório relativas ao controle da qualidade de insumos, produtos, ambientes e serviços sujeitos à ação da Vigilância Sanitária.

Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI (ex-IPEC)

Unidade que tem a missão de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população brasileira, através de ações integradas de pesquisa clínica, desenvolvimento tecnológico, ensino e assistência de referência na área de doenças infecciosas. **Suas principais atividades são** assistência médica de referência em doenças infecciosas, vacinação no Centro de Referência em Imunobiológicos Especiais, ensaios clínicos sobre prevenção, tratamento, diagnóstico e fatores relacionados às doenças infecciosas, cursos de especialização em diversos temas de doenças infecciosas, residência médica, curso de especialização para médicos estrangeiros e programa de mestrado e doutorado acadêmicos em pesquisa clínica em doenças infecciosas e de mestrado profissional em pesquisa clínica.

Instituto Oswaldo Cruz – IOC

Atua nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e na prestação de serviços de referência para diagnóstico de doenças de relevâncias epidemiológicas no Brasil, genéticas e controle de vetores, buscando a garantia de padrões de biossegurança, qualidade e de gestão ambiental. Mantém coleções biológicas de importância nacional e internacional e forma técnicos e cientistas por meio da atuação na educação profissional e de pós-graduação. A base de ação do Instituto são seus 72 laboratórios de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, dedicados ao estudo e à geração de produtos e insumos para diversas doenças.

Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos de Manguinhos – Biomanguinhos

Unidade responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, reativos e biofármacos voltados para atender prioritariamente às demandas da saúde pública nacional. Além da produção de imunobiológicos, investe continuamente na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico. Parcerias com outras instituições - públicas e privadas - garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico.

Observação: A 3ª Plenária Extraordinária do VI Congresso Interno (nov/2013) aprovou a elaboração de Projeto de Lei visando criar a Companhia Brasileira de Tecnologia em Saúde – Biomanguinhos. Enquanto o Projeto não é transformado em lei, Bio-Manguinhos fica vinculada à categoria de unidade técnico-científica.

Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos – ICTB (ex-CECAL)

Unidade que atua no desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e inovação, no âmbito da Ciência em Animais de Laboratório; no ensino, assessoria e colaboração técnico-científica em suas áreas de competência, para o fortalecimento dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia do país. É responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas à criação, produção e fornecimento de animais de laboratório, prioritariamente para as atividades finalísticas da Fiocruz.

B. Unidades em outros Campi no Rio de Janeiro

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF

Unidade voltada para ensino, pesquisa, assistência, desenvolvimento tecnológico e extensão no âmbito da saúde da mulher, da criança e do adolescente. O Instituto atua, ainda, nas áreas de desenvolvimento tecnológico em saúde, cooperação nacional e internacional e coordenação de redes, como a Rede Brasileira e o Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano, a Rede Brasileira de Pesquisas Neonatais, entre outras. Integra, ainda, a Rede Nacional de Pesquisa Clínica e a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde.

Instituto de Tecnologia em Fármacos de Manguinhos – Farmanguinhos

Referência mundial por atuar na regulação de preços no mercado de antirretrovirais, Farmanguinhos é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde, produzindo medicamentos para atender aos programas estratégicos do Governo Federal, que são distribuídos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de atender demandas emergenciais no Brasil e no exterior, no combate a doenças endêmicas, como malária e tuberculose, doenças do sistema nervoso central, para os programas de diabetes e hipertensão, antirretrovirais contra AIDS, entre outros.

O Instituto também desenvolve atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de princípios ativos por meio da síntese química, da química de produtos naturais e de métodos analíticos, onde estabelece importantes parcerias público-privadas nacionais e internacionais nas suas áreas de conhecimento.

C. Unidades em outras Regiões do País

Instituto Aggeu Magalhães – IAM (Fiocruz Pernambuco – ex-CPqAM)

Contribui para a geração de conhecimentos e inovação tecnológica para a melhoria das condições sanitárias da população, particularmente na região nordeste brasileira, mediante geração de evidências científicas e tecnológicas indutoras de políticas de saúde e de ciência e tecnologia em saúde e de ações integradas de pesquisa, ensino, serviços e cooperação técnica. Possui trabalho sistemático de pesquisa e de ensino visando à prevenção e ao controle de doenças endêmicas agudas e crônico-degenerativas no Nordeste; e vem ampliando suas atividades no campo do desenvolvimento de imunobiológicos, métodos de diagnóstico e no desenvolvimento tecnológico.

Instituto Carlos Chagas – ICC (Fiocruz Paraná)

Unidade situada na cidade de Curitiba voltada para o desenvolvimento de pesquisas em biologia celular e molecular na área de problemas de saúde humana e veterinária, desenvolvimento de produtos biotecnológicos e ensino em biociências e biotecnologia. Atua nas áreas de bioquímica, biologia molecular e biologia celular de agentes infecciosos e seus hospedeiros, no estudo da regulação da expressão gênica de microorganismos e parasitas, na caracterização molecular de células tronco, em virologia molecular e em biotecnologia

Instituto Gonçalo Muniz – IGM (Fiocruz Bahia – ex-CPqGM)

Atua principalmente na área de pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, formação de recursos humanos e disseminação da informação em saúde. Tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida da população por meio da geração e difusão de conhecimento científico e tecnológico, no estado da Bahia e no Brasil.

Instituto René Rachou – IRR (Fiocruz Minas – ex-CPqRR)

Tem sede em Belo Horizonte e está voltado para a pesquisa de agravos à saúde prevalentes no país. Tem a missão de melhorar a qualidade de vida da população, atendendo as necessidades nacionais de saúde mediante pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, ensino e serviços de referência. Desenvolve projetos em várias áreas da biomedicina – principalmente relacionados às doenças negligenciadas, como Chagas, helmintoses intestinais, esquistossomose, leishmanioses, malária, virologia, além de antropologia da saúde.

Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD (Fiocruz Amazônia – ex-CPqLMD)

Com sede em Manaus, realiza pesquisas nas áreas de saúde indígena, ecologia de doenças transmissíveis, doenças infecciosas - diagnóstico e controle, diversidade microbiana com importância para a saúde e história das ciências na Amazônia. Tem a missão de contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde das populações amazônicas e para o desenvolvimento científico e tecnológico regional, integrando a pesquisa, a educação e ações de saúde pública.

IX. Escritórios

Fiocruz Mato Grosso do Sul

Inaugurado em 2011, o Escritório da Fiocruz em Mato Grosso do Sul encontra-se em fase de implantação. Desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas áreas temáticas de Saúde das Populações Indígenas, Saúde das Populações Vulneráveis, Saúde e Sociedade, Meio Ambiente: Biodiversidade e Agronegócio, em paralelo aos projetos de ampliação, visando à consolidação de uma nova Unidade da Fiocruz.

Fiocruz Ceará

Escritório técnico que se encontra em desenvolvimento, tem como objetivos principais fortalecer a atenção primária à saúde e a Estratégia da Saúde da Família; atuar na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação em fármacos, medicamentos, equipamentos e materiais de saúde; e realizar pesquisas científicas direcionadas à realidade ambiental e epidemiológica da região, entre outras atividades.

Fiocruz Rondônia

Atua principalmente na área de inovação e pesquisa científica relacionada às questões de saúde pública, desenvolvimento tecnológico, disseminação de informações em saúde e formação de recursos humanos, em níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de implantar, articular e acompanhar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pela Fiocruz.

Fiocruz Piauí

Seu projeto de desenvolvimento prevê estudos sobre biomas, doenças infecciosas, saúde do trabalhador, saúde materno-infantil, entre outros campos, além do desenvolvimento de programas de formação e ensino direcionados às demandas do estado. Por meio de parcerias locais, regionais e federais, algumas das ações estão em andamento, como a realização de seminários com lideranças locais e grupos de pesquisa focados em subsidiar a implantação da unidade e a identificação das principais ações de cooperação, já existentes e potenciais, entre a Fiocruz e as instituições e grupos de pesquisa piauienses.

Sobre o modelo de governança

O Portal da Fiocruz, ao se referir ao modelo do sistema de governança da Instituição, indica que este “possui destaque singular no âmbito da administração pública brasileira em razão de estar estruturado com princípios, estruturas e práticas participativas e democráticas incorporadas nos processos de tomadas de decisões corporativas, resultando em deliberações colegiadas em todos os níveis organizacionais. O sistema de governança democrática da Fundação é um exemplo de modelo de gestão pública, pois é efetivo em termos de resultados institucionais, eficaz na busca de soluções eficientes para as demandas de saúde da população e transparente na prestação de contas à sociedade brasileira”.

O seu modelo democrático e participativo é consagrado em seu Estatuto e no Regimento Interno. Este caráter é dado, de um lado, pelos mecanismos de consulta à comunidade de trabalhadores da organização para a escolha dos dirigentes – o presidente da Fiocruz, os diretores das unidades técnico-científicas e de apoio e, em alguns casos, os dirigentes de subunidades – e, de outro lado, pelos dispositivos de gestão colegiada, em que participam representantes das unidades e dos trabalhadores. Nesse sentido, a Fiocruz conta com dois órgãos colegiados deliberativos, o Conselho Deliberativo e o Congresso Interno, e um órgão consultivo, o Conselho Superior.

A consulta para a escolha dos dirigentes, assim como os órgãos de gestão colegiada, são instrumentos institucionais que permitem contrabalançar, em razão de seu caráter ascendente e participativo, a cadeia de responsabilidades descendente, da sociedade e do governo, seu representante, à hierarquia interna de órgãos, unidades e subunidades, com vistas à realização das finalidades expressas através dos instrumentos legais que disciplinam a missão institucional da Fiocruz.

Os dispositivos institucionais de gestão colegiada desempenham um papel fundamental na estrutura de governança da Fiocruz. Dentro da lógica da gestão colegiada, observa-se que os dispositivos de delegação são reforçados por dispositivos de gestão orçamentária. Cabe, por exemplo, à Presidência da Fiocruz, por meio da Diretoria de Planejamento Estratégico e da Diretoria de Administração, coordenar a elaboração da programação física e orçamentária anual das atividades da organização, incluindo a distribuição dos recursos orçamentários entre as diversas unidades, que deverá ser aprovada, entretanto, pelo Conselho Deliberativo, isto é, pelo órgão colegiado da Fiocruz em que participam os dirigentes das próprias unidades.

Tal sistema de governança possibilita a existência de altos graus de autonomia das diversas unidades técnico-científicas, em que a unidade de ação é garantida pelas definições orientadoras estabelecidas periodicamente pelo Congresso Interno e pelos diversos fóruns e organismos de interlocução e pactuação interna.

Assim, a estrutura de governança da Fiocruz busca conciliar, de um lado, o imperativo do cumprimento de sua missão institucional, bem como suas responsabilidades frente ao Governo e à Sociedade, e, de outro lado, as aspirações da comunidade de servidores,

observando-se a importância, já mencionada acima, dos ativos de conhecimento incorporados no quadro de profissionais para a geração de valor na organização. O cumprimento, pela Fiocruz, de sua missão e atribuições se dá através de uma série de dispositivos de delegação, em sentido descendente, que tem por finalidade vincular a liderança da organização, isto é, seus dirigentes, aos objetivos e finalidades institucionais.

2.2 Macroprocessos finalísticos

Nove processos finalísticos correspondem às principais operações da Fiocruz e demonstram a grande diversidade institucional que a caracteriza:

- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
- Produção de Insumos para a Saúde
- Educação e Formação em Saúde
- Atenção de Referência em Saúde
- Serviços Laboratoriais de Referência em Saúde
- Informação e Comunicação em Saúde
- Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Saúde
- Manutenção das Coleções Biológicas da Saúde
- Análise da Qualidade de Produtos e Insumos para a Saúde

A implementação destes nove macroprocessos envolve a atuação articulada entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que as atividades de ensino e pesquisa ocorrem em escolas e centros especializados para tais ofertas, mas também nas unidades fabris, laboratórios e outros equipamentos nos quais se realizam atividades voltadas ao atendimento à população ou à preservação do meio ambiente, que podem de um modo genérico ser compreendidas como do campo da extensão.

No Relatório de Gestão 2014, o Quadro A.1.4 (páginas 46 a 56) descreve cada um desses macroprocessos finalísticos, assim como os produtos e serviços relacionados a cada um deles, e os principais “clientes atendidos”. Uma versão sintética é apresentada a seguir.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

Descrição:

Representa um conjunto essencial de atividades, definidor da identidade da organização; todas as Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz desenvolvem atividades de pesquisa e desenvolvimento, inclusive as unidades de produção.

Produtos e Serviços:

- Pesquisa biomédica, pesquisa clínica, pesquisa em saúde coletiva (epidemiologia, políticas, planejamento e gestão, ciências sociais e humanas).
- Desenvolvimento tecnológico de insumos para a saúde.
- Desenvolvimento de tecnologias sociais e de gestão na área da saúde.

Produção de Insumos para a Saúde

Descrição:

Refere-se às atividades de produção industrial de medicamentos, vacinas e soros e reagentes diagnósticos, que concentram a maior parte dos recursos orçamentários (mais de 50%) destinados à Fiocruz. O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Biomanguinhos tem capacidade para garantir a autossuficiência em vacinas essenciais para o calendário básico de imunização do Ministério da Saúde. O Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, maior laboratório oficial vinculado ao Ministério da Saúde, produz mais de um bilhão de unidades de medicamento/ano, destinados aos programas estratégicos do SUS. O Instituto Carlos Chagas, unidade técnico-científica localizada em Curitiba, produz kits diagnósticos para ações de vigilância epidemiológica e insumos para o controle de qualidade de sangue doado na hemorrede brasileira.

Produtos e Serviços:

- Produção de vacinas: DTP e Haemophilus influenzae tipo B (tetraivalente), febre amarela, Haemophilus influenzae tipo B, meningite A e C, poliomielite e tríplice viral.
- Produção de kits de reagentes para diagnóstico laboratorial de doenças como: doença de Chagas, leishmanioses, leptospirose, AIDS e agravos causados por helmintos.
- Produção do kit NAT HIV/HCV, para controle de qualidade de sangue doado.
- Produção de biofármacos utilizados no tratamento de hepatites crônicas e anemias graves (Alfa interferona 2b e Alfa poietina), integrantes do Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde.
- Produção de medicamentos de base sintética: antibióticos, anti-inflamatórios, anti-infecciosos, antiulcerantes, analgésicos, medicamentos para doenças endêmicas como malária e tuberculose, antirretrovirais, medicamentos para o sistema cardiovascular e o sistema nervoso central, e para os programas de diabetes e hipertensão.

Educação e Formação em Saúde

Descrição:

Abrange atividades relacionadas com pós-graduação, *lato e stricto sensu*, educação profissional, formação de quadros, profissionais e gestores, para atuação junto ao Sistema Único de Saúde e ao complexo produtivo da saúde. A Fiocruz oferece diversos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (residência, especialização, aperfeiçoamento e atualização), presencial e a distância, nas diferentes unidades técnico-científicas, e cursos de educação profissional, por meio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz desenvolvem também programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, com cursos de doutorado, mestrado acadêmico ou profissional.

Produtos e serviços:

- Na esfera da pós-graduação *Lato Sensu*, são ofertados cerca de 50 cursos de especialização (nem todos no mesmo ano) e diversos cursos de aperfeiçoamento e atualização, tanto nas modalidades presencial como a distância, por meio de várias Unidades da Fiocruz. Os cursos de especialização são vinculados a linhas de pesquisa. Ainda no campo do *lato sensu*, há expressiva oferta de residências médicas e multiprofissionais.
- A Fiocruz possui 26 programas de pós-graduação *Stricto Sensu* recomendados pela CAPES:
- 21 programas na modalidade Acadêmica: História das Ciências, Epidemiologia em Saúde Pública, Saúde Pública (Rio de Janeiro), Saúde Pública e Meio Ambiente, Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa, Ciências da Saúde, Saúde Coletiva, Biociências e Biotecnologia em Saúde, Saúde Pública (Pernambuco), Biociências e Biotecnologia, Informação e Comunicação em Saúde, Pesquisa aplicada à saúde da criança e da mulher, Saúde da Criança e da Mulher, Vigilância Sanitária, Biodiversidade e Saúde, Biologia Celular e Molecular, Biologia Computacional e de Sistemas, Biologia Parasitária, Ensino em Biociências e Saúde, Medicina Tropical, Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas.
- Cinco programas exclusivamente de Mestrado Profissional: Tecnologia de Imunobiológicos, Educação Profissional em Saúde, Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica, Saúde Materno-Infantil, Pesquisa Clínica. E quatro programas em ambas as modalidades: Epidemiologia em Saúde Pública, Saúde Pública (RJ), Saúde Pública (PE), Vigilância Sanitária.
- No campo da educação profissional em saúde, a Fiocruz oferece cursos técnicos e de qualificação profissional na área da saúde nos campos da Atenção, Gestão, Imagenologia, Manutenção de Equipamentos, Registro e Informação, Vigilância e Técnicas Laboratoriais. Os cursos são ofertados de forma integrada com o ensino Médio, concomitante com o Ensino Médio ou Subsequente ao Ensino Médio. Ainda na Educação Básica a Fiocruz desenvolve o Programa de Vocação Científica (Provoc) com o objetivo de receber jovens estudantes nos laboratórios de pesquisa da Fiocruz, visando a incentivá-los a seguirem carreiras científicas.
- Também oferece cursos para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atenção de Referência em Saúde

Descrição:

A Fiocruz oferece importantes serviços de prestação direta de cuidados de saúde à população, através do Sistema Único de Saúde, como o Instituto Fernandes Figueira, que oferece serviços de saúde a pacientes referenciados na área de saúde materno-infantil; e para o Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas, referência de alta complexidade em doenças infecciosas. A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca reúne igualmente um amplo portfólio de serviços, no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - referência em saúde do trabalhador com serviços especializados, no Centro de Referência Professor Hélio Fraga - especializado em tuberculose multirresistente e outras micobacterioses, e o Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria - referência ambulatorial de média complexidade para a população do bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, na vizinhança do campus da Fiocruz. Além destas atividades, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca participa da gestão da atenção primária no município do Rio de Janeiro através do Projeto TEIAS Território-Escola, também em Manguinhos. Adicionalmente, a Fiocruz conta com ambulatorios de referência em diversas patologias infecciosas (hanseníase, hepatites, chagas, esquistossomose, leishmaniose) no Instituto Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisa René Rachou, Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fiocruz Rondônia.

Produtos e Serviços:

- Serviço de alta complexidade em ginecologia, incluindo tratamento clínico e cirúrgico de doenças ginecológicas, e diagnóstico precoce das formas de câncer mais comuns no gênero feminino.

- Serviço de referência para atenção à gravidez de risco fetal durante todo o ciclo da gestação ao parto e assistência à criança, no pós-parto e etapas subsequentes.
- Serviços de atenção à saúde da criança e do adolescente em diversas especialidades: alergia e imunologia, hepatologia, cirurgia pediátrica, clínica médica, dermatologia, fisioterapia, fonoaudiologia, genética, ginecologia, neurologia, nutrição, pediatria e terapia ocupacional.
- Serviços de assistência médica de referência em doenças infecciosas, incluindo consultas ambulatoriais, exames, internação hospitalar e hospital-dia. São atendidos portadores de HIV/Aids, HTLV, doenças sexualmente transmissíveis (DST), doença de Chagas, toxoplasmose, leishmaniose, tuberculose, doenças febris agudas (dengue, malária, influenza, varicela, leptospirose, entre outras), além de assistência a vítimas de acidentes com animais peçonhentos.
- Centro de Referência em Imunobiológicos Especiais e serviço de orientação a viajantes.
- Atenção especializada à saúde do trabalhador nas seguintes especialidades: audiologia, dermatologia ocupacional, fisioterapia pulmonar, neurotoxicologia, pneumologia ocupacional, saúde mental, toxicologia.
- Serviços ambulatoriais de média complexidade para a população do bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, em diversas especialidades.

Serviços Laboratoriais de Referência em Saúde

Descrição:

A Fiocruz possui 49 laboratórios e departamentos, distribuídos entre diferentes unidades técnico-científicas, considerados centros de referência nacional, que realizam procedimentos de alta complexidade para complementação diagnóstica, com capacidade para dar respostas imediatas a problemas emergenciais, como epidemias ou novas doenças; desempenham, igualmente, atividades de controle de qualidade analítica para toda a rede de laboratórios de saúde pública do país. Destacam-se recentemente Ebola, Zika e Chikungunya.

Produtos e Serviços:

- Serviços laboratoriais de referência em: leishmaniose tegumentar, esquistossomose, malária, dengue, doença de Chagas, filarioses, hepatites virais, hantavírus, riquetsioses, Aids, carbúnculo, diagnóstico histopatológico de doenças infecciosas, enteroinfecções bacterianas, febre amarela, gripe, hanseníase, hidatíose, leptospirose, micoses sistêmicas e peste.

Informação e Comunicação em Saúde

Descrição:

Reúne um conjunto amplo e heterogêneo de atividades envolvendo ações nas áreas da comunicação científica, divulgação científica e popularização da ciência, assim como ações no campo da comunicação institucional para a área da Saúde Pública e para o Sistema Único de Saúde. Diversas unidades técnico-científicas da Fiocruz desenvolvem atividades nestas áreas, como o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, responsável pelo portal Fiocruz, pela Rede de Bibliotecas da Fiocruz, pelas Bibliotecas Virtuais em Saúde e pela produtora e distribuidora VideoSaúde; e a Casa de Oswaldo Cruz, responsável pelo Museu da Vida, que desenvolve atividades informativas e educativas em ciência, saúde e tecnologia de forma lúdica e criativa, através de exposições permanentes, atividades interativas, multimídias, teatro, vídeo e laboratórios, e saneantes domissanitários, sangue e hemoderivados e medicamentos biológicos. No cumprimento de seu papel no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, atua em estreita cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e com secretarias estaduais e municipais de Saúde.

Produtos e Serviços:

- Serviços diversos como: portais da Fiocruz na internet, Rede de Bibliotecas da Fiocruz, Bibliotecas Virtuais de Saúde, edição de periódicos científicos nas áreas de saúde pública

e ciências biomédicas, edição e distribuição de periódicos voltados para a informação, educação e comunicação em saúde.

- As exposições do Museu da Vida têm por objetivo divulgar junto ao grande público, de forma interativa, temas relativos a conceitos e à história da ciência, da biologia e da saúde pública, incluindo mostras itinerantes, que percorrem diversas capitais e cidades do interior do país.
- A VideoSaúde Distribuidora tem um acervo de mais de quatro mil títulos nas áreas de ensino e pesquisa em saúde e conta milhares de usuários cadastrados, entre organismos e instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), entidades privadas, escolas, organizações não governamentais e comunitárias, além de usuários individuais.
- A Editora Fiocruz contabiliza cerca de 300 títulos em seu catálogo.
- O Canal Saúde está no ar diariamente, das 8 às 23 horas, com produções próprias e em parceria com produtores independentes e outras instituições.

Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Saúde

Descrição:

Abrange as atividades de preservação do patrimônio bibliográfico, arquivístico, museológico e arquitetônico da saúde sob a responsabilidade da Fiocruz. A Casa de Oswaldo Cruz é a unidade técnico-científica dedicada à preservação da memória da instituição, assim como a conservação e restauração do patrimônio arquitetônico, ambiental e urbanístico da Fiocruz. O acervo documental sob sua guarda é o mais expressivo do país sobre os processos políticos, sociais e culturais da saúde, incluindo os arquivos pessoais de cientistas e sanitaristas como o próprio Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Souza Araújo e Belisário Penna.

Produtos e Serviços:

- O acervo arquivístico da Fiocruz reúne mais de cem fundos e coleções de documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e filmográfico, que abrangem o período entre 1803 e 2008.
- O acervo bibliográfico é especializado em História da Medicina, História da Saúde Pública, História, Sociologia e Filosofia da Ciência, e conta com cerca de 34 mil itens.
- O patrimônio urbanístico-arquitetônico inclui o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos e as edificações históricas do Campus Fiocruz Mata Atlântica no Rio de Janeiro, além do Palácio Itaboraí, em Petrópolis-RJ.
- O acervo museológico é composto por cerca de duas mil peças catalogadas, abrigado em prédio construído especificamente para este fim.

Manutenção das Coleções Biológicas da Saúde

Descrição:

Atividades relacionadas à aquisição, preservação, identificação, catalogação e distribuição de microorganismos autenticados, destinados à utilização em pesquisa científica, estudos epidemiológicos, bem como no desenvolvimento e produção de bioprodutos para diagnóstico, vacina e medicamentos, incluindo a prestação de serviços especializados. As coleções biológicas da Fiocruz são mantidas por diferentes unidades técnico-científicas da Fundação, com apoio técnico e gerencial da Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência.

Produtos e Serviços:

- O conjunto das coleções biológicas da Fiocruz é composto pela coleção histopatológica da febre amarela, por 17 coleções microbiológicas e 11 zoológicas. Os exemplares representam a biodiversidade genética de bactérias, protozoários, fungos e animais de importância médica e ambiental; a memória epidemiológica e o registro de variações ocorridas em agentes etiológicos ao longo do tempo; e as populações genéticas de organismos relacionados a

pesquisas em saúde pública, além de acervos microbiológicos com potencialidade na produção de novos insumos de interesse biotecnológico.

- As coleções biológicas da Fiocruz oferecem produtos e serviços qualificados para aplicações em pesquisa e desenvolvimento que incluem, dentre outros, a produção de insumos para diagnóstico, vacinas e medicamentos.

Análise da Qualidade de Produtos e Insumos para a Saúde

Descrição:

O Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, unidade técnico-científica da Fiocruz, constitui um serviço de referência nacional em análises laboratoriais para o controle da qualidade de alimentos, medicamentos, cosméticos, artigos e insumos para diálise e de saúde, conjuntos, reagentes e insumos diagnósticos, saneantes domissanitários, sangue e hemoderivados e medicamentos biológicos. No cumprimento de seu papel no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, atua em estreita cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e com secretarias estaduais e municipais de Saúde.

Produtos e Serviços:

- Controle da qualidade de produtos para consumo humano, compreendendo alimentos, medicamentos, sangue e hemoderivados, imunobiológicos, cosméticos, domissanitários, reativos para diagnóstico e artigos de saúde em geral.
- Promoção de ações regulatórias, estabelecimento de normas e metodologias de controle da qualidade para a rede de laboratórios do SUS.
- Assessoria técnica, e capacitação de profissionais da rede nacional de laboratórios de controle de qualidade em saúde.

2.3 Política de Gestão da Pesquisa

A realização de pesquisas básicas e aplicadas, assim como a proposição de critérios e mecanismos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e tecnologia e saúde fazem parte da própria definição da identidade da Fiocruz. As ações de fortalecimento da pesquisa são articuladas no Plano Institucional de Indução de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PCTIS), parte delas sob coordenação da Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência – VPPLR e parte sob os cuidados da Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde – VPPIS.

A VPPLR tem a responsabilidade sobre as diretrizes estratégicas da pesquisa institucional que pautam a concorrência de projetos e bolsas por parte dos pesquisadores da Fiocruz.

O PCTIS é pensado em três eixos principais, assim definidos:

a) **Geração e difusão do conhecimento de excelência** – que implica apoiar propostas de pesquisa de excelência na fronteira do conhecimento mas que estejam ainda em fase inicial, seja na implantação de novas áreas do conhecimento ou na difusão do conhecimento.

b) **Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (PIDTS)** – que significa articular o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a multidisciplinaridade, com vistas à geração de produtos, processos e serviços com impacto na saúde e no desenvolvimento econômico e social.

c) **Desenvolvimento do Parque Tecnológico Institucional** – Redes de Plataformas – voltado a fortalecer as infraestruturas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação

nas unidades da Fiocruz, através da aquisição e modernização racional dos equipamentos de grande porte e/ou na fronteira do conhecimento, visando à continuidade dos serviços prestados além da otimização dos custos de manutenção e insumos.

Conforme posicionamento do VII Congresso Interno (2014), “a ênfase na inovação deve seguir processos de fortalecimento da pesquisa estratégica, com o aumento da integração entre a pesquisa básica e a aplicada, para a superação dos desafios do atual quadro epidemiológico brasileiro”.

Por meio de convênios com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico há quatro programas: o Programa Pesquisador Visitante, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Ao se considerar o conjunto de suas unidades técnico-científicas, a Fiocruz está engajada em 29 áreas de pesquisa, cada uma delas desdobrada em linhas e projetos, todos eles interagindo como fonte de organização e enriquecimento do ensino. Em seu conjunto as 29 áreas de pesquisa abrangem 271 linhas de pesquisa.

Ressalte-se que existe uma importante vinculação entre as linhas de pesquisa e as ações de ensino na Fiocruz. A este propósito, ver no próximo capítulo exemplo sobre os cursos de especialização ofertados pela ENSP e as linhas de pesquisa a que estão associados (item 3.2.1).

Áreas de Pesquisa Implementadas pela Fiocruz

- | | |
|---|---|
| ▪ Entomologia, Biologia de Vetores e Reservatórios de agentes infecciosos | ▪ Epidemiologia, Métodos Estatísticos e Quantitativos |
| ▪ Microbiologia em Saúde e Ambiente | ▪ Vigilância em Saúde |
| ▪ Virologia e Saúde | ▪ Políticas Públicas, Planejamento e Gestão em Saúde |
| ▪ Parasitologia | ▪ Gestão de Ciência e Tecnologia em Saúde |
| ▪ Imunidade e Inflamação | ▪ Promoção da Saúde |
| ▪ Modelos experimentais de doenças | ▪ Avaliação e Economia da Saúde |
| ▪ Doenças Crônicas e não transmissíveis, medicina regenerativa | ▪ Informação e Comunicação em Ciências e Saúde |
| ▪ Nanotecnologia e novos materiais | ▪ Sociologia, Antropologia, Filosofia e Saúde, Cultura e Sociedade |
| ▪ Genômica, Proteômica, Biologia de Sistemas, Biologia Sintética, Computação Científica | ▪ História, Saúde e Ciência |
| ▪ Genética e Epidemiologia Molecular em Saúde, Farmacogenética | ▪ Educação em Ciências e Saúde |
| ▪ Pesquisa Clínica e Ensaios Clínicos | ▪ Educação não formal e divulgação das ciências e saúde |
| ▪ Saúde e Gênero, Saúde do Idoso | ▪ Pesquisa e Desenvolvimento de fármacos e medicamentos |
| ▪ Saúde Perinatal, da Criança e do Adolescente | ▪ Pesquisa e Desenvolvimento de Diagnósticos |
| ▪ Ambiente, Ecologia e Saúde | ▪ Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas Profiláticas e Terapêuticas |
| | ▪ Pesquisa e Desenvolvimento de Processos Industriais |

2.4 Política de Gestão do Ensino

Ao estabelecer a sua natureza e finalidade, o Estatuto da Fiocruz (Dec. nº 4725, de 9 de junho de 2003) explicita para a instituição um campo de atuação complexo que articula a participação na elaboração de políticas públicas de saúde, educação e CT&I; a realização de pesquisas básicas e aplicadas; a formação de recursos humanos; o desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos para a saúde; a fabricação de produtos e medicamentos; o desenvolvimento de atividades assistenciais de referência em apoio ao SUS; a prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde e CT&I; a preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas, dentre outros.

Desta forma, as políticas de gestão do ensino são necessariamente articuladas com outras políticas, como a de pesquisa, de comunicação e informação, de prestação de serviços e entregas de produtos de saúde à população.

A governança do ensino na FIOCRUZ acompanha o modelo de gestão da instituição como um todo, que se organiza em colegiados, com reuniões periódicas e análises de processos de maior abrangência na instituição e nas Unidades.

No Congresso Interno, como já citado anteriormente, a área de Ensino se faz representar de forma bastante expressiva, acompanhando e se integrando aos ciclos de renovação institucional. Em razão disso, por exemplo, os últimos Congressos Internos, após realizarem análises críticas sobre a situação da formação dos profissionais da saúde, aprovaram diretrizes para este campo.

Desta forma, o texto do VII Congresso (2014) destaca alguns aspectos de caráter global para o campo da educação para o trabalho em saúde, conforme se apresenta de modo resumido no quadro a seguir.

A formação para o trabalho em saúde: análise da situação

- A formação de profissionais se orienta cada vez para imperativos do mercado, muitas vezes, sem considerar o conjunto das necessidades de saúde da população, agravando de forma específica em cada caso, o quadro das desigualdades sociais internas.
- Alto grau de instrumentalidade e fragmentação na formação oferecida aos trabalhadores da saúde. Conteúdos geralmente apresentados de forma descolada de seus fundamentos científicos e sociais, o que compromete uma apropriação integral das técnicas e saberes. Compromete, principalmente, o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo sobre o fazer social desses trabalhadores, sua inserção nos sistemas públicos de saúde e sua compreensão acerca dos determinantes sociais e ambientais da saúde.
- A educação para o trabalho em saúde, como todas as demais questões relacionadas com a saúde humana, está determinada por processos sociais, econômicos e ambientais que precisam ser enfrentados nos planos nacional e global para a redução das iniquidades socio sanitárias e para a construção dos sistemas públicos universais de saúde almejados.
- No Brasil, um dos principais desafios para a consolidação do SUS encontra-se na necessidade de reorientar o modelo de atenção e gestão em saúde, tendo em vista a integralidade das ações. Tal reorientação implica a promoção de novas abordagens no campo da educação para o trabalho em saúde, bem como a reformulação das estruturas e conteúdos curriculares na área da saúde. Implica também o fortalecimento das políticas de informação e comunicação.

Após destacar a atuação estratégica da Fiocruz no apoio à implementação das políticas estruturantes coordenadas pelo Ministério da saúde (Programa de Valorização da Atenção Básica – PROVAB e Programa Mais Médicos, por exemplo), o VII Congresso ressaltou as estratégias de formação por meio de redes colaborativas, como parte necessária da qualificação continuada, tanto no nível profissional técnico, no nível superior ou na pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Algumas declarações relacionadas à educação e formação produzidas pelo VII Congresso Interno estão resumidas no quadro abaixo.

Proposições para a educação em Saúde nas resoluções do VII Congresso

- As iniciativas educacionais da Fiocruz ao longo dos anos “partiram da compreensão segundo a qual a formação para o SUS requer um modelo de aprendizagem em rede, coerente com os princípios da educação permanente”.
- Ademais, o Congresso reafirma, em especial, que a formação inicial dos trabalhadores em saúde é condição estruturante do funcionamento do Sistema de Saúde. Assim, “defendemos o caráter integrado e integral de qualquer projeto público que tenda a articular organicamente a formação de trabalhadores em saúde, em todos os níveis, que incorpore tanto os fundamentos científico-sociais da sua atividade como os pressupostos e problemáticas que orientam a organização do sistema público de saúde. Isso implica a consideração dos determinantes sociais e ambientais da saúde e do modelo de atenção primária à saúde como eixos centrais da organização da formação desses trabalhadores”.
- Os atores fundamentais dessa articulação são os gestores municipais e estaduais do SUS, as instituições de ensino, os estudantes das profissões de saúde, os conselhos municipais e estaduais de saúde, bem como os movimentos ligados ao controle social das ações e políticas públicas de saúde.
- Abordagens pedagógicas inovadoras, adicionais à concepção tradicional baseada na transmissão de conhecimento e que dialoguem com o cenário social contemporâneo, onde novas tecnologias de informação e comunicação ganham papel estruturante”.
- “Um dos mais importantes desafios para que se atenda a essas orientações consiste na escala de formação. Uma importante estratégia é o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação (plataformas de educação a distância, telessaúde, produção e difusão de recursos audiovisuais etc.), bem como a apropriação do conceito de convergência tecnológica para órgãos gestores do SUS. Estratégia que também pode atender ao crescente papel da instituição na cooperação internacional, onde a saúde cada vez mais ocupa espaço diferenciado no relacionamento entre países. Ressalta-se, porém, que o uso de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação requer uma reflexão apurada sobre as estratégias didáticas mais apropriadas em cada caso, de acordo com as concepções que orientam a formação.”
- “Os avanços alcançados pela instituição são reconhecidos, mas há necessidade de promover maior integração das ações educacionais realizadas pelas diferentes unidades da Fiocruz, favorecendo seu alinhamento às necessidades do SUS”.
- “O desafio de tornar essa integração efetiva implica o necessário debate a fim de estabelecer convergência de propósitos e concepções pedagógicas - incluindo aí a discussão das tecnologias educacionais -, sem prejuízo de diferenças conceituais e políticas. Implica também a definição de atribuições entre as unidades como parte de uma política institucional de formação que contemple os diferentes tipos de trabalhadores necessários ao SUS.”

Outro importante componente da governança da Fiocruz é constituído pelas diversas Câmaras Técnicas, cujos pronunciamentos têm caráter propositivo, e que têm a finalidade de prestar assessoria técnica e científica à Presidência e ao Conselho Deliberativo nas suas áreas de competência, visando a formulação e avaliação de políticas institucionais, e a promoção da articulação horizontal entre os diversos Programas Institucionais. Cada Câmara Técnica é coordenada pelo Vice-Presidente da área a que está relacionada. Dentro dessa dinâmica geral de governança da instituição, a gestão da área de ensino é realizada mediante a articulação de três âmbitos distintos: (1) o âmbito da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC); (2) o âmbito das Unidades; e (3) o âmbito dos programas de ensino e cursos.

No que se refere à Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC), cabe a ela coordenar a Câmara Técnica de Ensino, formada por representações de cada Unidade que elabora as propostas de diretrizes para o ensino e outras matérias que envolvem a organização e gestão dessa área na FIOCRUZ. A Vice-Presidente da área apresenta essas propostas ao Conselho Deliberativo, com vistas à sua aprovação. A VPEIC conta ainda com uma Coordenação-Geral de Pós-Graduação.

O segundo plano de gestão do ensino se realiza nas Unidades, com as suas Vice-Direções de Ensino e algumas delas com Câmara Técnica de Ensino da Unidade, com representações departamentais.

O terceiro âmbito é representado pela gestão dos cursos ou de programas de ensino, alguns dos quais sob a forma de colegiado.

Aqui, vale destacar que cada Unidade responsável por oferta de ensino possui suas estruturas responsáveis pelos serviços de secretaria acadêmica. Tais serviços de gestão acadêmica contam com equipes especializadas, cada um estabelecido de acordo com as necessidades e especificidades de cada unidade, todos utilizando o sistema de gerenciamento acadêmico – SIGA, descrito no item 2.4.1.

A Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação é responsável pelo acompanhamento e gerenciamento do Sistema SIGA, mantendo equipe que realiza interlocução contínua com as Secretarias Acadêmicas das unidades, por meio da qual consolida as informações gerais sobre a oferta de ensino da Fiocruz, além de exercer funções de orientação, capacitação e incentivo à padronização de procedimentos, quando couber.

As SECA – Secretarias Acadêmicas são descritas no capítulo 8, sobre infraestrutura, item 8.1.3.5.

No segundo semestre de 2014, a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação conduziu, na Câmara Técnica de Ensino, a elaboração e discussão do documento “Diretrizes para as atividades de ensino de pós-graduação”. Posteriormente apresentou-o ao Conselho Deliberativo, que o apreciou no mês de novembro. As diretrizes definidas estão apresentadas no capítulo seguinte, item 3.3.

2.4.1. Sistema de Registro Acadêmico atual – Siga

A informatização dos processos administrativos relacionados ao ensino ofertado pela Fiocruz remonta a uma parceria iniciada em 2003 com o Instituto Stela, organização sem fins lucrativos vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina. Esta organização – que criou o Sistema Lattes com a Capes (1999) e a Plataforma Sinaes com o Inep (2005) – realizou para a Fiocruz a atualização da Plataforma Stela (que fora criada em 1995 para a UFSC), dando origem a um conjunto de sistemas de apoio à gestão dos programas de ensino da Fiocruz.

Desta forma, a Plataforma SIGA foi disponibilizada no segundo semestre de 2003, voltada para o gerenciamento dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Fiocruz. Posteriormente foram desenvolvidos sistemas voltados para os programas de pós-graduação *Lato Sensu* e, por último, para o ensino profissional em saúde. Tais sistemas cresceram separadamente, não estando interligados.

A Plataforma SIGA é composta por três conjuntos de sistemas, que atendem aos níveis *Stricto Sensu* (SIGASS), *Lato Sensu* (SIGALS) e educação profissional em saúde (SIGAEPS) nas várias unidades da Fiocruz. Para cada nível, existe um conjunto de sistemas que atendem as atividades de ensino, automatizando os processos associados a estas atividades.

Esses três conjuntos possuem características similares. Aqui se destacam informações relacionadas ao SIGALS, que é um conjunto de sistemas que atendem as atividades de ensino da pós-graduação no nível *Lato Sensu* (cursos de especialização, residência médica, aperfeiçoamento e atualização) das unidades da Fiocruz. É composto por quatro sistemas:

- 1. Sistema Secretaria:** Apoio os funcionários da secretaria acadêmica nas várias atividades administrativas e de controle acadêmico de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Para apoiar as atividades de gestão administrativa e acadêmica, este sistema trata de diversos processos e informações relacionados ao funcionário da Secretaria. Os principais processos atendidos são: atendimento ao aluno, atendimento à coordenação, atendimento aos docentes, aos candidatos, controle acadêmico e a coordenação de ensino.
- 2. Portal público externo:** Trata-se de um conjunto de informações disponibilizadas para a comunidade interessada em conhecer os cursos de pós-graduação de nível *Lato Sensu* da Fiocruz. São apresentadas informações dos cursos, dos docentes, egressos, disciplinas e a possibilidade de inscrição on-line de candidatos interessados nos cursos. O portal para o público externo é utilizado para inscrição em cursos e também como canal de comunicação e divulgação de informes para a comunidade através do mural de notícias.
- 3. Sistema Professor:** São funcionalidades disponibilizadas para apoiar os professores em suas atividades diárias. Entre elas destaca-se a gestão de suas turmas (disciplinas

por este ministrada) com a possibilidade de emitir conceitos diretamente no sistema. Outra funcionalidade é a solicitação de requerimentos diretamente no sistema.

- 4. Sistema Aluno:** Neste sistema o aluno poderá ver o histórico de disciplinas cursadas e acompanhar os conceitos emitidos pelos professores. O aluno poderá também solicitar declarações, atualizar os seus dados cadastrais e interagir com a secretaria.

2.4.2. Preparação para o Novo Siga

O surgimento e desenvolvimento do atual sistema de registro acadêmico trouxe soluções importantes para o manejo das informações necessárias à gestão adequada de uma oferta de ensino que é cada vez maior e mais diversificada, engajando todas as unidades da Fiocruz. Naturalmente os problemas de funcionamento e adequação são diversos e há algum tempo ficou afirmada a necessidade de desenvolvimento de um novo sistema acadêmico (provisoriamente chamado “Novo SIGA”), que possibilite uma visão integrada das necessidades e peculiaridades das diversas unidades e dos níveis de educação, do ensino básico à pós-graduação, nas modalidades presenciais e a distância.

O Novo SIGA deverá possibilitar um maior intercâmbio entre as diversas parcerias da Fiocruz e dos programas, especialmente com a UNA-SUS (Universidade Aberta do SUS), por meio da Plataforma Arouca e com a CAPES, por meio da Plataforma Sucupira.

A construção do novo sistema de gerenciamento acadêmico é coordenada pela equipe da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação, que articula e viabiliza a participação de profissionais das secretarias acadêmicas das diversas unidades da Fiocruz e conta com a produção da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação. O novo sistema deverá permitir:

- a unificação dos processos e das informações inerentes ao ensino, respeitando as particularidades das unidades, níveis e modalidades de curso;
- Disponibilização de um conjunto de funcionalidades que visam cobrir todas as atividades identificadas nos processos de ensino;
- Diminuição da necessidade de apoio ao Sistema Acadêmico (planilhas ou outros sistemas com finalidade específica);
- Integração, em um único banco de dados, de todas as informações inerentes aos diversos níveis de ensino oferecidos pelas unidades Fiocruz;
- Disponibilização de um conjunto de informações gerenciais com uma visão integrada de todos os tipos de cursos e de todas as unidades da Fiocruz.

Ao final de 2015, trabalhava-se na formulação e levantamento de processos de Educação a Distância e de Educação Corporativa, por meio de Grupo de Trabalho criado com este objetivo. Atualmente, investe-se no desenvolvimento do sistema de acordo com especificações já estabelecidas para a Fase 1 e na integração com a Plataforma Arouca, um banco de dados “que concentra o histórico educacional e profissional

daqueles que atuam na área da saúde. Essas informações vêm de várias fontes, como Ministério da Saúde – por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da Agência Nacional de Saúde (ANS), Ministério da Educação – por meio da Comissão Nacional de Médicos Residentes (CNRM), Ministério do Trabalho e Emprego, Universidades, escolas de saúde, entre outros” (Portal Unasus).

2.5 Políticas de Gestão da Comunicação e Informação

Um dos objetivos estratégicos da Fiocruz elencados no Eixo “Ciência Tecnologia, Saúde e Sociedade” consiste em “atualizar, implementar e fortalecer a política de informação e comunicação integrada da Fiocruz, e consolidar uma política de divulgação científica e popularização da ciência, e com foco nas demandas do SUS”.

De fato, a comunicação e a informação são áreas estratégicas da Fiocruz. Por meio de diversos canais, em formatos impressos, eletrônicos e digitais, a instituição busca contribuir para a democratização de informações e conhecimentos na área da saúde, além de dar suporte à formulação e implantação de políticas, programas e intervenções no setor.

Em 2014, a instituição aprovou sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade de sua produção científica, aumentar o impacto e contribuir para o desenvolvimento da ciência.

A Política deve orientar as práticas para tornar pública a produção intelectual da instituição, assim como consolidar as diretrizes que dispõem sobre o processo de registro e disseminação de sua produção técnico-científica.

A iniciativa também torna obrigatório o depósito de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação da Fiocruz e de artigos científicos publicados em periódicos no Repositório Institucional Arca, resguardando-se aos autores os direitos autorais, morais ou patrimoniais, e os usos comerciais de suas obras. A inclusão, no Repositório Arca, de monografias dos cursos de especialização *lato sensu* já ocorre, embora ainda não seja obrigatória, havendo também outras iniciativas das unidades para divulga-las em seus portais. A institucionalização do depósito de monografias no Repositório Arca é uma das metas a ser realizada no período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), vinculada à Presidência da Fiocruz, é responsável por definir as diretrizes e centralizar o trabalho de comunicação na instituição, atuando na formação da imagem pública da Fiocruz. Desde 2007 a CCS, por meio de clippings diários – com análises mensal e anual – acompanha a imagem da instituição junto à sociedade. Através da apreciação das notícias veiculadas nas diversas formas de mídia são elaborados relatórios com análises qualitativas e quantitativas das matérias com citações à Fiocruz.

O Portal Fiocruz constitui a entrada para a grande maioria dos dispositivos e estratégias de compartilhamento de conhecimentos e informações produzidos pela Fiocruz. Implantado em 2005 e reformulado em 2012, o novo Portal Fiocruz, além de agregar diversos sítios das unidades, incorporou requisitos para melhor usabilidade,

acessibilidade e interatividade, sendo um canal dinâmico de comunicação e de informação. É dirigido principalmente ao cidadão, com conteúdo abrangente em relação às atividades desenvolvidas pela Fiocruz, por meio de uma única interface. O projeto foi concebido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

Para apresentar um panorama geral da política de comunicação e informação, apresentam-se a seguir, de modo resumido, os principais dispositivos e instrumentos, que estão descritos de modo mais detalhado no Portal, onde também se colocam os links para os diversos sites que compõem essa rede interna.

Ao final, em item específico coloca-se em destaque as diversas estratégias relacionadas à comunicação da Fiocruz com seu público interno (servidores, terceirizados, alunos e demais colaboradores).

2.5.1 Comunicação com a Comunidade Externa

Bibliotecas

A Fiocruz reúne um rico acervo bibliográfico disponível nas formas física e virtual. As bibliotecas físicas são organizadas em rede e reúnem milhares de obras adquiridas desde a criação da Fundação, em 1900. A Rede de Bibliotecas da Fiocruz é composta por 17 bibliotecas físicas, proporcionando o conhecimento integrado entre as bibliotecas localizadas no Rio de Janeiro, em Salvador, Belo Horizonte, Manaus, Recife, Brasília e em diversos centros de informação e documentação. O objetivo da Rede de Bibliotecas é ampliar o acesso a todo um universo de informações, disponível em um conjunto expressivo e representativo de acervos especializados em saúde, para o público em geral e os pesquisadores da área. O site da Rede de Bibliotecas da Fiocruz fornece informações sobre cada uma delas, sobre a rede e a lista de periódicos correntes.

Já as bibliotecas virtuais em saúde (BVS) reúnem publicações de várias instituições e redes acadêmicas, organizadas por temas. No caso da área de saúde, a temática compreende Saúde Pública, Aleitamento Materno, Doenças Infecciosas e Parasitárias, entre outras. Atualmente a Fiocruz coordena 12 BVS, que têm suas páginas próprias e estão, também, reunidas na Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz (BVS Fiocruz).

Além das bibliotecas, o acervo acadêmico da instituição também está reunido em dois ambientes virtuais: um é o Repositório Institucional (Arca) e outro é o Portal de Teses, descritos adiante.

A coordenação de todos os acervos bibliográficos é realizada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict).

As bibliotecas físicas da Fiocruz estão articuladas em uma rede de cooperação, que tem por objetivo qualificar o atendimento ao usuário e potencializar suas ações para a difusão da informação científica e tecnológica em saúde. Os acervos bibliográficos estão disponíveis em diversas unidades da Fundação. Elas estão relacionadas no Quadro 2.1.

As bibliotecas virtuais em saúde são um projeto liderado pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas), em conjunto com o Ministério da Saúde, para a ampliação do livre acesso à informação em saúde.

O Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) coordena bibliotecas virtuais em temas variados. A Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz (BVS Fiocruz) reúne o conteúdo de dez bibliotecas temáticas e de outras três biográficas, que estão relacionadas no Quadro 2.2.

Repositório Institucional – Arca

Sintonizada com os debates nacionais e internacionais sobre o acesso aberto ao conhecimento, a Fiocruz lançou seu repositório institucional, batizado de Arca, em abril de 2011.

O Arca reúne e disponibiliza a produção intelectual da Fiocruz de forma ampla, em consonância com o movimento de acesso aberto à informação científica: artigos científicos, teses e dissertações, relatórios técnicos, vídeos e todo um conjunto de conteúdos digitais originários da pesquisa, do ensino e do desenvolvimento tecnológico da Fiocruz.

No repositório, o conhecimento produzido na Fiocruz permanece preservado e, ao mesmo tempo, ganha visibilidade, uma vez que toda esta produção citada acima, constituída de mais de 10.000 itens bibliográficos, pode ser acessada livremente.

Portal de Teses

O Portal de Teses Fiocruz tem como objetivo estimular a disseminação e a integração dos conhecimentos e práticas de saúde, veiculados nas teses e dissertações defendidas na Fundação Oswaldo Cruz.

Para isso, reúne em sua base de dados um acervo da produção científica da instituição, permitindo ao visitante localizar a produção institucional na área das Ciências da Saúde - seja identificando a biblioteca onde o original se encontra, seja oferecendo o texto completo para leitura.

A ideia é atuar como facilitador e dar visibilidade à produção institucional por meio do trabalho colaborativo entre os acervos que compõem a Rede de Bibliotecas da Fiocruz, oferecendo uma visão de conjunto das dissertações e teses.

Política de Publicações

A Política de Publicações é bastante diversificada e visa cumprir a missão da Fiocruz de produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos voltados para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a Fiocruz dispõe de Editora consolidada e inúmeras publicações, em meio impresso e eletrônico. São livros, revistas e boletins elaborados com o intuito de atender às necessidades do vasto e heterogêneo público da Fundação.

Criada em 1993, a Editora surgiu da necessidade de tornar público e ampliar o acesso ao conhecimento científico produzido nas áreas da saúde, criando um espaço

para dar visibilidade aos resultados de pesquisas. A Editora contabiliza a publicação de cerca de 400 títulos, que disseminam não só a produção acadêmica da Fiocruz, mas qualquer estudo de importância e impacto para a área da saúde em âmbito nacional e internacional. Assuntos que estão nas pautas de prioridades do Ministério da Saúde e que agregam conhecimento para áreas específicas recebem atenção especial. Diante da necessidade de textos que façam interface com outras áreas do conhecimento, a Editora conta com seis coleções: Antropologia e Saúde; Criança, Mulher e Saúde; História e Saúde; Loucura & Civilização; Saúde dos Povos Indígenas; Temas em Saúde. Além disso, a política de traduções tem como foco obras de importância em saúde que ainda não tenham similar em português.

Portal de Periódicos

Criado em 2015, é o ambiente que integra as revistas científicas editadas pela Fiocruz, agregando artigos, notícias, entrevistas, vídeos e infográficos com base na produção científica em saúde. É mais um espaço aberto para a produção e a comunicação científica, a diversidade de ideias, o diálogo e o compartilhamento de saberes.

Quadro 2.1: Bibliotecas Físicas da Fiocruz

- Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (COC)
- Biblioteca de Manguinhos (IOC e INI)
- Biblioteca Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)
- Biblioteca Saúde da Mulher e da Criança (IFF)
- Biblioteca de Saúde Pública (ENSP)
- Biblioteca Emília Bustamante (EPSJV)
- Biblioteca de Ciências da Saúde Prof. Zigman Brener (IRR – Belo Horizonte)
- Biblioteca do Instituto de Pesquisa Leônidas & Maria Deane (ILMD – Manaus)
- Biblioteca de Ciências Biomédicas Eurydice Pires de Sant’Anna (IGM – Salvador)
- Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães (IAM – Recife)
- Biblioteca do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH)
- Biblioteca de Medicamentos e Fitomedicamentos (Farmanguinhos)
- Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES)
- Biblioteca da Direb (Brasília)
- Biblioteca de Educação e Divulgação Científica do Museu da Vida (COC)
- Biblioteca Walter Mendes (Centro de Ref. Prof. Hélio Fraga) – em reestruturação
- Biblioteca da Coordenação de Gestão Tecnológica (GESTEC)
- Biblioteca Livre do Fórum Itaboraí

Quadro 2.2: Bibliotecas Virtuais da Fiocruz

Temáticas	Biográficas
- BVS Aleitamento Materno - BVS Bioética e Diplomacia da Saúde - BVS Doenças Infecciosas e Parasitárias - BVS Determinantes Sociais em Saúde - BVS Educação Profissional em Saúde - BVS História e Patrimônio Cultural da Saúde - BVS Integralidade em Saúde - BVS Pensamento Social (em construção) - BVS Saúde Pública - BVS Violência e Saúde	- BVS Adolpho Lutz - BVS Carlos Chagas - BVS Sergio Arouca

Quadro 2.3: Periódicos científicos publicados pela Fiocruz

Revista	Unidade	Periodicidade	Meio
Cadernos de Saúde Pública	ENSP	Mensal	Impresso
História, Ciências, Saúde – Manguinhos	COC	Trimestral	Impresso
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	IOC	8 números/ano	Impresso
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	ICICT	Trimestral	Eletrônico
Revista Fitos	Farmanguinhos	Trimestral	Impresso
Trabalho, Educação e Saúde	EPSJV	Quadrimestral	Impresso
Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia	INCQS	Trimestral	Eletrônico

Revistas Institucionais

As publicações institucionais estão discriminadas no Quadro 2.4. Todas elas também são disponibilizadas em modo eletrônico, no Portal da Fiocruz.

Boletins

A Fiocruz produz boletins, com periodicidade variada, abordando temas relacionados à saúde, ciência e pesquisa. Eles estão relacionados no Quadro 2.5.

Audiovisuais

A Fiocruz produz, armazena e torna disponíveis recursos audiovisuais que contribuem significativamente para a disseminação de conhecimentos na área de saúde. Além de contar com o Canal Saúde, uma emissora de televisão que coloca no ar dez horas de programação diariamente, a Fundação possui uma distribuidora de vídeos e ainda um banco de imagens, que dispõe de fotografias das mais diversas unidades da Fundação. Esse rico acervo audiovisual não apenas torna mais eficiente a propagação das informações, mas preserva, também, a memória da Fiocruz.

No canal oficial da Fundação no YouTube, há diversos vídeos com reportagens, debates e comunicados, além de filmes que mostram aos internautas as diversas atividades da Fiocruz.

Quadro 2.4: Publicações institucionais periódicas da Fiocruz

Revista	Unidade	Periodicidade	Meio
Revista Radis	ENSP	Mensal	Impresso
Poli - Saúde, Educação e Trabalho	EPSJV	Bimestral	Impresso
Revista de Manguinhos	FIOCRUZ	Trimestral	Impresso
Rets - Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde	EPSJV (secretaria)	Bimestral	Impresso
RET-SUS	EPSJV (secretaria)	Trimestral	Impresso

Quadro 2.5: Boletins periódicos publicados pela Fiocruz

Boletim	Unidade Responsável	Periodicidade
Boletim eletrônico da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fiocruz	ICICT	Mensal
Boletim eletrônico de História da Saúde e da Medicina	COC	Mensal
Ciência & Sociedade	Museu da Vida	Mensal
Crisinforma	CRIS/CCS	Bimestral
Fonoaudiologia na saúde do trabalhador	ENSP/CEREST-SESDEC-RJ	Quadrimestral
Informe Ensp	ENSP	Diário
Observatório do Cecal	ICTB (ex-CECAL)	Bimestral

Canal Saúde

O Canal Saúde é uma emissora de televisão pública no âmbito do Ministério da Saúde, sediada na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Como missão, produz conteúdo sobre saúde estimulando a cidadania da população brasileira. Retrata a Saúde Pública no Brasil em sua totalidade, e é a única emissora do país com uma programação exclusiva sobre o tema.

Os programas exibidos pelo Canal Saúde têm caráter jornalístico e informativo. Os temas estão relacionados ao conceito ampliado de saúde, em concordância com o que preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS). O entendimento da saúde vai muito além da ausência de doença e incorpora um conjunto de fatores que favorecem o bem-estar do indivíduo em sua integralidade.

Sua veiculação é nacional, garantida em TV aberta UHF (antena parabólica) e através da WebTV. A partir do início de 2016, o Canal Saúde passou a fazer parte da TV aberta, na multiprogramação da TV Brasil, no Rio de Janeiro e em Brasília. Trata-se de importante

passo para se consolidar como emissora do SUS, estando previsto que ainda em 2016 chegue a São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. A meta é atingir 279 municípios com mais de 100 mil habitantes até 2019.

Videodistribuidora

A VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz faz pesquisa, captação, catalogação, tratamento, produção e distribuição de audiovisuais sobre saúde. Seu acervo está disponível para usuários cadastrados, entre eles organismos e instituições do Sistema Único de Saúde (SUS), entidades privadas, escolas, estudantes, organizações não governamentais e comunitárias, além de usuários individuais.

Catálogos com todos os títulos do acervo podem ser acessados pela Internet. Os vídeos estão, ainda, à disposição do público em videotecas, como as da Biblioteca de Manguinhos e da Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), no campus Manguinhos, e da Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco).

A VideoSaúde Distribuidora é vinculada ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), que coordena, também, a participação da Fiocruz na TV Universitária do Rio de Janeiro (UTV), no canal 11 da NET, e exibe programas na NBR – Radiobras, no canal 4 da NET, e em outras emissoras públicas, educativas e comunitárias.

Banco de Imagens

O Fiocruz Imagens reúne produções fotográficas de diferentes unidades da Fundação. Seu objetivo é atender à necessidade de acervos iconográficos usados em produtos de comunicação. As imagens são cadastradas num mesmo sistema de gerenciamento, dentro do qual são distribuídas em categorias, como animais e plantas, meio ambiente e saúde, entre outras.

Criado pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), o Fiocruz Imagens tem como objetivo intensificar o trabalho cooperativo em benefício da ciência e da tecnologia em saúde.

Observatórios

A Fiocruz desenvolve instrumentos de tecnologia e informação que possibilitam o acompanhamento do desempenho das ações em saúde. Por meio de fontes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais, os observatórios monitoram e coletam materiais sobre temas de saúde, tecnologia e meio ambiente. Os indicadores para análises de pesquisas e monitores podem ser acessados on-line por gestores de saúde, pesquisadores, estudantes e jornalistas. Ver Quadro 2.6.

Quadro 2.6: Observatórios da Fiocruz

Observatório	Responsáveis
ÁguaBrasil - Sistema de avaliação da qualidade da água, saúde e saneamento	ICICT + MS/SVS
Mapa da Injustiça Ambiental	FIOCRUZ + FASE + MS
Observatório de Tecnologia da Informação e Comunicação em Serviços de Saúde	ICICT + UFRGS
Observatório dos Técnicos em Saúde	EPSJV
Observatório Juventude C&T	EPSJV
Observatório Nacional de Clima e Saúde (Observatorium)	ICICT + ENSP + INPE
ProAdess	ICICT
Projeto de Planejamento da Pesquisa Nacional de Saúde	MS/FIOCRUZ + IBGE
Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (Sisap-Idoso)	ICICT + MS
Sistema de Produção da Rede de Bancos de Leite Humano	IFF
Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox)	ICICT

Sites temáticos

A Fundação produz diversos sites, que oferecem variados acervos e reflexões sobre temas relacionados a ciência e saúde. Ver Quadro 2.7.

Quadro 2.7: Relação dos Sites Temáticos do Portal Fiocruz

Site	Área Responsável
Aids 20 anos depois	IOC
Banco de materiais educativos sobre hanseníase	IOC
Centro Colaborador em Saúde Pública e Ambiente.	VPAAPS
Centro Colaborador de Vigilância Sanitária (CECOVISA)	ENSP
Centro de Conhecimento em Saúde Pública e Desastres.	ENSP
Clube do Explorador Mirim	Museu
Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)	CBNSS
Determinantes Sociais da Saúde	ENSP
Dengue – vírus e vetor.	IOC
Dicionário histórico-biográfico ciências da saúde no Brasil (1832-1930)	COC
Dicionário da Educação Profissional em Saúde	EPSJV
Invivo	COC/Museu
Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente	VPEIC
Observatório Juventude, Ciência e Tecnologia	EPSJV
Participação Cidadã (blog, parado 2013)	ENSP
PenseSUS	ICICT-CEBES- ABRASCO

Site	Área Responsável
Portal Doença de Chagas	IOC
Projeto Insulina Brasileira	Farmanguinhos
Rede Dengue	VPAAPS
Saúde em pauta	ENSP
Sistema de Informação em Biossegurança (SIB)	ENSP
Vida e saúde do campo	ENSP

Redes de informação

A Fiocruz cria e participa de redes de informação que reúnem diversas instituições, profissionais, acadêmicos e interessados em torno de temas específicos. Ver Quadro 2.7.

Quadro 2.8: Redes de Informação com participação da Fiocruz

Rede	Envolvidos
IdeiaSUS	VPAAPS + Conass, Conasems
Proqualis	ICICT + MS/SAS
Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS)	EPSJV + MS, Conass, Conasems
Redes Fito	Farmanguinhos
Rede Genoma de Minas Gerais	Fiocruz-MG
Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (Rets)	EPSJV (sec) + 19 países / OPAS
Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde	OPAS
Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (Rebec)	FIOCRUZ + MS + OPAS

Jogos e materiais educativos

Diversas unidades da Fiocruz desenvolvem atividades e materiais interativos e educativos voltados a estudantes, pesquisadores e profissionais de saúde. Entre os produtos estão livros, boletins, jogos, projetos audiovisuais e multimídias.

Os laboratórios de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos e de Educação em Ambiente e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) desenvolvem uma série de projetos de educação em saúde. Também produzem diversos materiais de cunho didático e interativo o Museu da Vida, a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

2.5.2 Comunicação com a Comunidade Interna

A Fiocruz dispõe de canais internos de comunicação, que buscam divulgar informações à comunidade interna, promover interação e tornar mais ágeis processos de trabalho. Os espaços colegiados, a Ouvidoria, a Intranet Fiocruz, a Lista Fiocruz-L e os boletins institucionais (como o Linha Direta) se destacam neste processo de comunicação interna,

coordenado pela CCS em rede de comunicadores, envolvendo todas as unidades e áreas da Fiocruz.

A Intranet foi desenvolvida para os usuários internos, principalmente para fins de comunicação interna, gestão e administração. Disponibiliza produtos e serviços de informação e comunicação aos funcionários, aos demais trabalhadores e ao conjunto das unidades. As unidades mantêm Intranets próprias em apoio às suas necessidades singulares, atendendo às especificidades de comunicação e gestão de uma instituição com a complexidade da Fiocruz. A Intranet Fiocruz, lançada em 2005 e reformulada em 2009, está em processo de reestruturação com vista a sua transformação em componente interinstitucional de um Portal Corporativo da Fiocruz, tornando mais efetiva sua função de integrar e articular a informação e a comunicação de interesse comum, em um ambiente marcado por uma grande descentralização e diversidade.

Para os seus trabalhadores, a Fundação mantém listas de e-mails para mensagens institucionais (Fiocruz-L), enviadas pela CCS e pelas assessorias de comunicação das unidades de acordo com normas de um manual publicado em 2009. O Icti criou e mantém a Intranet Fiocruz, em que são postadas matérias e divulgados serviços voltados para os trabalhadores. Têm destaque as páginas desenvolvidas e mantidas por algumas diretorias, como a de Gestão do Trabalho (Direh), que traz informações de grande interesse para o público interno, como transporte coletivo e manual do servidor, também para o público externo, como o processo de admissão de concursados. A Direh mantém serviço de atendimento telefônico (Direh Atende) e e-mail para esclarecimento de dúvidas.

Em maio de 2011, a CCS começou, em parceria com as assessorias de comunicação da Fiocruz, a implementação de um novo veículo de comunicação voltado para o público interno: a WebTV, na qual são divulgadas informações de forma integrada aos demais veículos. Um de seus objetivos é permitir que todas as unidades, tanto nos campi do Rio como nos de outros estados, tenham acesso a assuntos de interesse comum a toda a Fundação.

2.6 Políticas de Transparência e Relacionamento com a Sociedade

O estabelecimento de canais de acesso às informações da Fiocruz é um processo consolidado que instituiu o Fale Conosco do Portal Fiocruz, Mídias Sociais, a Ouvidoria Geral da Fiocruz e mais recentemente, para dar cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2012), o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) como os principais canais de comunicação com o cidadão usuário dos serviços da Fiocruz e a sociedade em geral. A maioria das Unidades também possui canais de comunicação com o usuário, com vista a atender solicitações específicas de cada uma delas.

A Ouvidoria Geral da Fiocruz, criada no ano de 2005, atende por telefone, carta, pessoalmente, caixa de comunicação e internet. O Fale Conosco do Portal Fiocruz disponibiliza uma página própria, contendo um formulário específico que permite aos cidadãos o envio de solicitações e pedidos de informação em geral.

O Relatório de Gestão 2014 traz um detalhado capítulo sobre “Relacionamento com a Sociedade”, no qual descreve todos os mecanismos de acesso às informações da Fiocruz. Além dos serviços específicos (ver Quadro 2.9), o relatório também explicita os seguintes canais de participação: audiências públicas, Conselho Superior da Fiocruz, Conselho Gestor do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (ENSP), Conselho Gestor Intersectorial – TEIAS Manguinhos, Mídias Sociais (Facebook, Twitter, YouTube).

Desde 2013 são comunicadas pela CCS, as decisões do Conselho Deliberativo da Fiocruz, com divulgação dos documentos apreciados pelos conselheiros, entrevistas em vídeo sobre os mesmos temas. Todas as decisões são registradas em atas executivas, que são disponibilizadas para a comunidade Fiocruz pela Intranet. Ademais, em 2014 e 2015 foram promovidas Audiências Públicas de Prestação de Contas do exercício anterior, nas quais o presidente da Fiocruz traçou um detalhado panorama de atuação da instituição ao longo do ano anterior, fez análise do contexto político e econômico nacionais, abordando ainda a formatação de agendas prioritárias e atuação matricial da instituição.

Quadro 2.9: Canais de relacionamento da Fiocruz com a Sociedade

<i>Serviço de Ouvidoria</i>
Público-Alvo: Sociedade em geral e trabalhadores da instituição Objeto: Recebe reclamação, denúncia, sugestão e elogio, relacionados aos serviços prestados pela Fiocruz, feitas tanto pelos cidadãos quanto trabalhadores da instituição. Deve ser acionado, preferencialmente, após serem esgotadas as possibilidades de atendimento na unidade responsável pelo serviço ou caso o atendimento recebido não seja considerado satisfatório ou adequado. Forma de Acesso ao Serviço: pessoalmente, por telefone, carta, internet (Portal Fiocruz) ou caixas de comunicação, localizadas nas unidades que prestam serviço diretamente ao cidadão. Responsável: Ouvidoria Geral.
<i>Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)</i>
Público-Alvo: Sociedade em geral Objeto: Serviço disponível na Ouvidoria Geral da Fiocruz para recebimento de pedidos de informação enquadrados pela Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/ 2011). Atende às solicitações de informações recebidas pelo sistema informatizado da Controladoria Geral da União – e-SIC, relativos a documentos e informações institucionais que não estejam disponibilizados no portal ou por outras vias administrativas. Nota: Informações classificadas como sigilosas pela legislação vigente não serão concedidas. Forma de Acesso ao Serviço: pela internet (Portal Fiocruz). São fornecidas orientações por telefone, carta ou pessoalmente sobre como utilizar o sistema e-SIC/CGU Responsável: Ouvidoria Geral.
<i>Fale Conosco</i>
Público-Alvo: Sociedade em geral Objeto: Recebe solicitações de informações relacionadas a diversas atividades da Fiocruz, tais como: cursos, serviços de saúde, medicamentos, vacinas, aquisições, suprimentos, entre outros. Forma de Acesso ao Serviço: internet (Portal Fiocruz). Os Fale Conosco das Unidades podem ser acessados pelos sítios eletrônicos de cada Unidade, e estão descritos na Carta de Serviços Fiocruz (3ª edição). Responsável: IciCT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)

Público-Alvo: Sociedade em geral

Objeto: Esclarece dúvidas sobre medicamentos, vacinas, kits diagnóstico e biofármacos. Este canal pode ser utilizado para comunicar eventuais problemas relacionados aos produtos, fazer sugestões e críticas, e notificação de suspeita de reação adversa a medicamentos. As manifestações recebidas são tratadas, acompanhadas e retornadas aos cidadãos-usuários pela Unidade responsável da Fiocruz.

Forma de Acesso ao Serviço: telefone, carta ou e-mail.

Responsáveis: SAC Biomanguinhos (vacinas, biofármacos e kits diagnóstico); SAC Farmanguinhos (medicamentos).

Atendimento por telefone

Público-Alvo: Sociedade em geral

Objeto: Recebe pedidos de informação e orientação relacionados a serviços prestados por Unidades da Fiocruz.

Forma de Acesso ao Serviço: telefone.

Responsáveis: (EAD)/ENSP; Banco de Leite Humano/IFF; Serviço de Atendimento ao Telespectador (SAT); Serviço de Gestão Acadêmica (SECA)/ENSP; SOS Amamentação/IFF026 8877; Secretaria Escolar da EPSJV.

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços, instituída em 2010, expressa os principais compromissos da Fundação no atendimento aos requisitos de seus cidadãos-usuários e busca facilitar o acesso aos seus diversos serviços e produtos.

Estão enumerados na Carta todos os serviços que a Fundação oferece aos usuários-cidadãos, aos estudantes, aos profissionais de saúde e a outras instituições, com horários de atendimento, requisitos, telefones e endereços. Suas páginas descrevem, ainda, a atuação e as atividades que ocorrem em cada unidade e escritório da Fiocruz, no Brasil e no exterior.

O documento foi proposto pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GestPública) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para apoiar as instituições públicas na melhoria contínua da qualidade da gestão pública. Já em terceira edição, construída com base em interlocuções entre os diversos segmentos da Instituição, a Carta de Serviços é disponibilizada em formato virtual, no Portal da Fiocruz, e também em meio impresso, para consulta na recepção das diversas unidades.

A Coordenação da Qualidade Fiocruz/VPDI é a área responsável pela consolidação, atualização e acompanhamento da Carta de Serviços Fiocruz.

2.7 Política Orçamentária-Financeira

O processo de programação orçamentária é anualmente desenvolvido na organização desde 2003, em processo participativo que envolve as diferentes unidades, através de ciclos de discussões estratégicas com a Diretoria de Planejamento (Diplan), com o

objetivo de propor a alocação de recursos para assegurar a implementação do Plano Anual em primeira instância.

As necessidades identificadas, apoiadas não apenas nas discussões internas, mas também em estudos orçamentários que avaliam a evolução de gastos, são consolidadas pela Diplan e submetidas ao Ministério da Saúde. Para inclusão na Lei Orçamentária Anual, principal fonte de financiamento da Fiocruz.

Após aprovação da LOA, outras rodadas de negociações internas são realizadas, de forma a garantir os recursos necessários, após possíveis cortes ou contingenciamentos, para os projetos estratégicos e para as metas operacionais das diversas Unidades. O resultado destas negociações, conduzidas pela VPGDI e pela Diplan, são apresentados e aprovados pelo CD da Fiocruz.

As principais fontes de recursos financeiros para a composição orçamentária são os recursos do Tesouro (LOA) e recursos financeiros de origem nacional e internacional, provenientes de acordos de cooperação em seus variados instrumentos.

A composição do orçamento de cada unidade da Fiocruz, que deve assegurar as metas pactuadas anualmente, faz-se pela dotação orçamentária com base tanto na LOA quanto nos projetos e operações propostos e desenvolvidos. Agregam-se a estes valores, os recursos externos, captados e desenvolvidos por cada unidade.

A partir de 2012, os recursos relativos a capital passaram a ser alocados conforme Plano Diretor de Investimentos, correspondendo às prioridades estratégicas e aos critérios de alocação de recursos definidos em curto e médio prazo. O Plano Diretor de Investimentos para o período de 2012 a 2015 foi elaborado com o objetivo de oferecer uma maior organicidade aos investimentos da Fiocruz, visando, por um lado, a otimização de recursos e, por outro, a indução de uma lógica que se compatibilize com a atuação em redes. Sua concepção se baseou em quatro princípios norteadores: i) o estabelecimento de uma relação custo-benefício mais adequada; ii) o compartilhamento de recursos; iii) o alinhamento estratégico com as diretrizes institucionais expressas nos planos corporativo e das unidades e, iv) a possibilidade da implementação efetiva da avaliação dos resultados dos investimentos definidos. Os recursos de investimento definidos são direcionados para aquisição de equipamentos biomédicos e de produção; investimentos em tecnologia da informação; aquisição de material permanente; e adequações físicas destinadas à incorporação de novos equipamentos ou serviços.

Os projetos de grande vulto, pactuados com o Ministério da Saúde, são administrados centralmente, para sua posterior utilização pelo conjunto das unidades e incluídos no PPA. Sobre os projetos de grande vulto, ver o item 8.1.5, neste PDI.

O limite orçamentário da Unidade é programado com base nas Diretrizes Orçamentárias estabelecidas para o ano, documento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz. As Diretrizes Orçamentárias buscam atingir dois resultados: obter ganhos de eficiência organizacional e gerir o crescimento institucional, pois a ampliação de atividades deve ser acompanhada de estratégias para absorver seu impacto nos custos da organização.

As Diretrizes Orçamentárias têm buscado estabelecer estratégias para os gastos de maior impacto orçamentário, como terceirização de recursos humanos, serviços com mão de obra, concessionárias de serviços públicos, material de consumo, manutenção de equipamentos e manutenção predial.

A partir de 2012, as unidades da Fiocruz foram compreendidas como estruturas implementadoras, já que possuem a função de realizar a estratégia.

Considerando o planejamento interno e externo à Fiocruz, as unidades elaboram seu Plano Anual de forma a refletir as pactuações tanto em termos de metas físicas quanto de programação orçamentária.

O processo de construção do Plano Anual da Fiocruz pressupõe as seguintes etapas: elaboração de estudos com base nas Diretrizes Orçamentárias do ano para subsidiar definição de tetos orçamentários; inserção dos projetos e operações que compõem o Plano Anual pelas unidades; análise dos Planos Anuais pela DIPLAN; apresentação do PA Fiocruz com detalhamento do orçamento por Unidade para aprovação em CD Fiocruz e monitoramento de execução de metas físicas e execução orçamentária por ação. Essas etapas que devem ser seguidas tanto pela Presidência quanto pelas unidades.

2.7.1. Visão geral do Orçamento Fiocruz – período 2013 a 2016

Apresentam-se a seguir aspectos do orçamento geral da Fiocruz, evidenciados por meio de alguns dos itens da Lei Orçamentária Anual – LOA do período de 2013 a 2016 (Tabela 2.1). De imediato se percebe tratar-se de um orçamento aparentemente vultuoso, da ordem de 2,5 bilhões de reais/ano, o que somente serve para mostrar a dimensão e complexidade das inúmeras ações desenvolvidas pelas diversas áreas da Instituição.

Tabela 2.1: Grandes itens do Orçamento Fiocruz 2013-2016

Grandes itens orçamento	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016
Pessoal e encargos sociais	899.903.250	993.259.211	1.096.221.425	1.164.873.214
Outras despesas correntes	1.380.777.853	1.264.332.153	736.943.214	715.054.166
Precatórios	0	0	19.880.064	5.273.140
Investimentos	440.815.708	499.266.903	459.545.557	532.978.238
Total Fiocruz	2.721.496.811	2.756.858.267	2.312.590.260	2.418.178.758

Na Tabela 2.2 são apresentadas de modo sintético as definições orçamentárias relativas às chamadas Ações Regulares da Fiocruz, dentre as quais nos interessa destacar a ação 20YD – Educação e Formação em Saúde.

A Ação Educação e Formação em Saúde tem previsão orçamentária de R\$ 34.095.200,00 no ano de 2016. Na Tabela 2.3, esta Ação é apresentada em seus três desdobramentos (Planos Orçamentários), que cobrem o conjunto do ensino ofertado pela Fiocruz.

Tabela 2.2: Ações Regulares da Fiocruz – LOA 2013 a 2016

Ações Regulares	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016
Total	409.222.155	452.575.211	520.383.655	574.657.634
Total Custeio	353.893.157	375.989.837	486.618.274	526.288.170
Total Investimento	55.328.998	76.585.374	33.765.381	48.369.464
Discriminação das Ações				
2000 - Administração da unidade	145.287.155	159.361.145	210.444.576	233.539.034
0716 - Cumprimento de débitos judiciais periódicos vincendos	70.000			
2B42 - Cooperação técnica nacional e internacional em ciência e tecnologia em saúde	11.100.000	11.100.000	12.880.000	12.880.000
20AQ - Manutenção de coleções biológicas da ciência e da saúde no brasil	2.600.000	2.600.000	2.780.000	0
6174 - Análise da qualidade de produtos e insumos de saúde	7.000.000	8.000.000	8.840.000	8.840.000
6179 - Comunicação e informações para a educação em saúde e em ciência e tecnologia	21.000.000	23.000.000	25.566.374	25.566.400
8305 - Atenção de referência e pesquisa clínica em patologias de alta complexidade da mulher, da criança e do adolescente e em doenças infecciosas	32.550.000	35.881.566	41.324.000	50.986.000
8315 - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde	86.500.000	92.000.000	98.000.000	101.000.000
8327 - Serviço laboratorial de referência para o controle de doenças	12.450.000	12.450.000	13.680.000	13.680.000
20Q4 - Operação do Canal Saúde	14.700.000	14.700.000	14.860.000	14.860.000
20YD - Educação e formação em saúde	25.345.000	25.345.000	26.920.000	34.095.200
20KO - Desenvolvimento tecnológico e inovação para a prevenção e vigilância de doenças transmissíveis e na resposta às emergências	2.650.000	2.650.000	3.000.000	1.800.000
20K1 - Instalação de novas plataformas para o desenvolvimento tecnológico em saúde	8.900.000	8.837.500	8.424.750	8.424.800
7674 - Modernização de unidades de saúde da Fiocruz	31.000.000	48.650.000	45.860.000	61.200.000

Tabela 2.3: Detalhamento da Ação 20YD - Educação e Formação em Saúde

Planos Orçamentários	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016
0008 – Educação Permanente e Pós-Graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde	19.041.000	19.041.000	20.060.000	27.000.000
0009 – Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio	2.900.000	2.900.000	3.160.000	3.500.000
000A – Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS	3.404.000	3.404.000	3.700.000	3.700.000
TOTAL Ação 20YD – Educação e Formação em Saúde	25.345.000	25.345.000	26.920.000	34.095.200

2.8 Política de Cooperação Institucional (Nacional e Internacional)

Cooperação, colaboração, parcerias, redes: estas palavras estão muito presentes e profundamente interligadas em toda a narrativa histórica da Fiocruz, desde suas origens, sendo parte importante de sua identidade institucional.

A Fiocruz é instituição federal que se tornou nacional, com atuação em todo o país e com profundas ligações com a saúde pública em qualquer território, portanto também intrinsecamente associada e comprometida com a atuação internacional, seja pela participação nos organismos multilaterais de saúde, seja nas relações com países e instituições estrangeiras.

A dimensão das atividades e intervenções da Fiocruz só chegou a atingir o patamar atual, porque foram ancoradas numa política de incentivo e construção de cooperações técnicas e políticas, com diversificados arranjos, desenhos e características. Como consequência, a Fiocruz participa das mais diversas redes, de alguma forma, associadas às questões da saúde, e – em muitos casos – é promotora da construção de redes, em geral assumindo nelas papel de destaque.

Sendo a própria Fiocruz o resultado da junção de várias e renomadas instituições de pesquisa, ensino e assistência à saúde – como os Centros de Pesquisa em Saúde de Minas, Pernambuco e Bahia, além da Escola Nacional de Saúde Pública, do Instituto Fernandes Figueira e do Instituto Oswaldo Cruz – pode-se dizer que está em seu DNA o aprendizado sobre a importância da cooperação e das parcerias institucionais, e o consequente desenvolvimento de mecanismos de pactuação e construção de consensos para a operacionalização coordenada de ações e projetos complexos.

A política de cooperação institucional da Fiocruz é um dos fundamentos de seu sucesso e atualidade, em seus 115 anos de atuação. Isto pode ser bem evidenciado ao analisar a amplitude de sua inserção em todo o território brasileiro, o que ganha destaque nos

anos recentes como uma diretriz clara evidenciada em seus Congressos internos. Com profundo engajamento nas ações estratégicas de construção e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, mantém relacionamento intensivo em cooperação com o Ministério da Saúde e demais agentes e entes públicos participantes deste grande empreendimento.

A cooperação é viabilizada por meio de acordos, convenções e outros dispositivos, e em sua grande maioria envolve a implementação de estratégias de redes cooperativas – com diversos graus de institucionalização e estruturação, a depender dos objetos e objetivos envolvidos. E a cooperação com os organismos internacionais de saúde e com os mais diversos países e instituições estrangeiras, constituindo uma política de relações internacionais bem articulada com a diplomacia brasileira em saúde, representa um ponto também a ser destacado.

Conforme destaca o relatório final do VII Congresso Interno (2014), a Fiocruz participa de modo ativo nas diversas iniciativas governamentais estratégicas para o enfrentamento dos grandes desafios de capacitação da força do trabalho do SUS. A propósito, aponta a importância “da criação do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), pelos Ministérios da Saúde e da Educação, que, a partir da integração entre gestão, academia e serviços e do recurso a metodologias de educação a distância, viabiliza a oferta educacional para programas prioritários, a exemplo do Provac e do Mais Médicos. Desde 2010, a Fiocruz exerce a função de Secretaria Executiva e participa do Comitê Gestor e do Colegiado Institucional do UNASUS”.

Ademais, o relatório acentua que “os atores fundamentais dessa articulação são gestores municipais e estaduais do SUS, as instituições de ensino, os estudantes das profissões de saúde, os conselhos municipais e estaduais de saúde, bem como os movimentos ligados ao controle social das ações e políticas públicas de saúde”.

As conclusões do VII Congresso Interno destacam a importante atuação da Fiocruz em redes de formação: “a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública; a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS); a Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde; a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família; e o Campus Virtual da Saúde Pública (CVSP/Opas). É relevante também o papel internacional da Fiocruz na formação de recursos humanos para as sociedades latino-americanas e africanas, por meio das Redes de Escolas Técnicas, de Escolas de Saúde Pública e de Institutos Nacionais de Saúde da América do Sul e da CPLP”.

2.8.1. Inserção territorial

Desde a sua origem, em 1900, a Fiocruz é uma instituição federal voltada à pesquisa, extensão ao ensino relacionado à Saúde Pública no Brasil, dando contribuições estruturantes para problemas ocorrentes nas mais diversas e longínquas regiões do país. Já nas duas primeiras décadas do século XX diversas expedições foram empreendidas nas várias regiões do interior do país, as primeiras lideradas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas,

algumas objetivando principalmente intervenções médico-sanitárias, outras focadas em investigação científica, pontuadas de observações antropológicas e sociológicas. Tais expedições contribuíram para fundamentar um movimento em prol da modernização dos serviços sanitários não só na capital da República, mas em todo o país.

A configuração da instituição como Fundação Oswaldo Cruz, por meio do Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970 e a incorporação de unidades e instituições localizadas no Rio de Janeiro e de consolidados centros regionais de pesquisa em Saúde pública (situados em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco), formalizou e ampliou o caráter nacional da atuação da instituição.

Tal dimensão, nas décadas seguintes, acentuou-se de modo crescente e consciente. Foram criadas novas unidades no Campus de Manguinhos e desenvolveu-se a política de implantação de escritórios ou unidades situadas nas diversas regiões do país, com o apoio do Ministério da Saúde.

Desta forma, em 2016 a Fiocruz possui sedes instaladas em 11 unidades da Federação (ver Quadro 1.2), além de manter um escritório em Maputo, Moçambique. No entanto, sua contribuição não se limita a esses territórios, seja por meio de parcerias com outras instituições locais ou pelo uso cada vez mais intensivo da educação a distância e da telessaúde.

A ampliação da Fiocruz rumo à diversidade de territórios do país é reflexo da construção de um pensamento nacional sobre a saúde, que se expressou de modo sólido a partir dos anos 1970 e veio a dar base à constituição do Sistema Único de Saúde na década de 1980. Ademais, uma vez que a saúde não possui fronteiras, a atuação articulada em âmbito internacional é uma das diretrizes da instituição.

Em seu VI Congresso Interno (2010), houve a decisão coletiva por “ampliar nacionalmente as atividades da Fiocruz, de modo a desconcentrar suas atividades, fortalecendo os atuais institutos e a associação em rede com instituições existentes, adotando estratégias diferenciadas conforme as especificidades regionais/locais e contribuindo para a redução das desigualdades e iniquidades regionais no campo da saúde e da ciência e tecnologia em saúde”. Por isso, em seu Plano Quadrienal 2011-2014 criou o Macro-Projeto “Presença Nacional da Fiocruz: Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí”, que entre seus objetivos destacou “colaborar com os sistemas estaduais e municipais de saúde e de CT&I em saúde na redução das desigualdades e iniquidades regionais, principalmente na área de formação e qualificação de trabalhadores da saúde, no desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação tecnológica e produção de insumos estratégicos em saúde e em outras ações de cooperação técnica ou prestação de serviços para a saúde”.

2.8.2. A participação da Fiocruz nas Redes de Saúde e Educação

A Fiocruz tem importante atuação nas mais diversificadas Redes relacionadas ao campo da saúde, tanto aquelas relacionadas a intercâmbio de conhecimentos em áreas de pesquisa, como as articulações com vista à implementação das políticas públicas de saúde.

No Quadro 2.10 relaciona-se uma amostra das redes em que a Fiocruz está engajada, sendo que em várias delas exerce funções de coordenação (secretaria executiva) ou de comunicação.

Quadro 2.10: Fiocruz nas Redes de Saúde e Educação (exemplos)

Rede	Participação da Fiocruz
Rede de Escolas de Saúde Pública da Unasul (RESP/Unasul)	Sec. Executiva: ENSP
Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde	Sec. Executiva: EPSJV
Rede Nacional Laboratórios de Controle Qualidade em Saúde	INCQS
Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano	Coordenação: IFF
Rede Brasileira de Pesquisas Neonatais	Coordenação: IFF
Rede Nacional de Pesquisa Clínica	IFF, INI,
Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde	Participa: IFF
Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde - BIREME	ICICT
Rede Dengue, Zika e Chikungunya	Coordenação: VPAAPS
RedesFito	Farmanguinhos
Rede Manguinhos Sustentável (?)	ENSP
Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica (RFPC)	Unidades Fiocruz
Banco de Práticas e Soluções em Saúde e Ambiente (IdeiaSUS)	Coordenação: VPAAPS
Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva – RedEscola	Sec. Executiva: ENSP
Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS)	Sec. de Comunicação – EPSJV
Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde (MS – OPAS)	IAM (CPqAM), ENSP, COC, EPSJV
Sistema Universidade Aberta do SUS – UNASUS	Sec.Executiva: Fiocruz
Campus Virtual de Saúde Pública OPAS	Nodo Brasil coordenado pela Fiocruz
Renasf – Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família	Fiocruz-CE participa
Rede Nacional de Escolas de Governo / Sistema de Escolas de Governo da União – SEGU	ENSP / VPEIC

A seguir, faz-se uma descrição das Redes que atuam no campo da formação e capacitação dos dirigentes e trabalhadores do SUS, diretamente relacionadas à viabilização das ofertas formativas da Fiocruz, no que se refere à garantia de ampliação do escopo para a esfera nacional. Tais redes, em larga medida, estão engajadas na oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sobretudo aqueles ofertados na modalidade a distância.

Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva (RedEscola)

Auto-definida como espaço de diálogo permanente entre instituições de ensino de saúde no Brasil, articuladas em torno da educação permanente e comprometidas com uma cultura de cooperação, de forma a favorecer a construção compartilhada, a

circulação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências no interior do SUS, a Rede de Escolas é composta por **47 Escolas e Centros Formadores**, integrando Escolas ligadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Saúde e Centros Universitários engajados nessas atividades nas cinco regiões do país.

Tem por missão “Articular e fortalecer as escolas e os centros formadores em saúde pública/coletiva, mediante estratégias para o desenvolvimento de políticas e ações no âmbito da Educação na Saúde, visando a produção do conhecimento e a qualificação da força de trabalho no SUS”.

Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS)

A RET-SUS é uma estratégia de articulação, troca de experiências, debates coletivos e construção de conhecimento em Educação Profissional em Saúde. Trata-se de uma rede governamental criada em 2000 pelo Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), com vista a fortalecer a formação do pessoal de nível médio que atua na área da Saúde.

A RET-SUS é composta por 40 escolas técnicas, centros formadores de recursos humanos e escolas de Saúde Pública do SUS de todos os estados do Brasil. São todas instituições públicas, voltadas para a formação dos trabalhadores de nível médio do sistema de saúde. A coordenação-geral da RET-SUS fica a cargo da Coordenação de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges) da SGETES/Ministério da Saúde. A Secretaria de Comunicação é sediada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV, concentrando a Revista da RET-SUS, o site, o boletim eletrônico, o twitter e o facebook da Rede.

Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde

É uma iniciativa patrocinada pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Programa de Cooperação Técnica da Representação da OPAS/OMS no Brasil. Constituída desde 1999, sob a coordenação nacional da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), tem o propósito de produzir estudos e pesquisas, bem como propiciar o mais amplo acesso a informações e análises sobre a área do trabalho e da educação na saúde no País, com vistas a contribuir para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos na área de Recursos Humanos. A Fiocruz possui 4 estações localizadas na Fiocruz Pernambuco, Casa de Oswaldo Cruz, ENSP, e EPSJV.

Sistema Universidade Aberta do SUS - UNASUS

A UNASUS foi criada pelo Ministério da Saúde em 2010 para atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais de saúde que atuam no SUS, por meio da educação a distância. O Sistema é composto por três elementos: a Rede colaborativa de instituições de ensino superior, que conta com 35 instituições de ensino superior (ver Quadro 2.11), o Acervo de Recursos Educacionais em Saúde – ARES e a Plataforma Arouca.

Quadro 2.11: Instituições que Compõem o Sistema Una-SUS

- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
- 29 Universidades Federais: Rondônia (UNIR); Sergipe (UFSE); Tocantins (UFT); Paraíba (UFPB); Alagoas (UFAL); Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Juiz de Fora (UFJF); Mato Grosso (UFMT); Minas Gerais (UFMG); Ouro Preto (UFOP); Pelotas (UPel); Pernambuco (UFPE); Santa Catarina (UFSC); São João Del Rei (UFSJ); São Paulo (UNIFESP); Amazonas (UFAM); Ceará (UFC); Espírito Santo (UFES); Estado do Rio de Janeiro (UniRio); Maranhão (UFMA); Mato Grosso do Sul (UFMS); Pará (UFPA); Paraná (UFPR); Piauí (UFPI); Rio de Janeiro (UFRJ); Rio Grande do Norte (UFRN); Rio Grande do Sul (UFRGS); Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade de Brasília (UnB);
- 4 Universidades Estaduais: Amazonas (UEA); Rio de Janeiro (UERJ); Londrina (UEL); Santa Cruz (UESC)
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)

Um dos objetivos da UNA-SUS é a educação permanente, visando à resolução de problemas presentes no dia a dia dos profissionais de saúde que atuam no SUS. Para isto, os cursos oferecidos pela Rede têm enfoque prático e dinâmico, utilizando tecnologias interativas e métodos educacionais centrados na problematização das situações encontradas no ambiente de trabalho e na reflexão sobre as práticas profissionais.

Todos os cursos são inteiramente gratuitos e a modalidade de educação a distância foi escolhida para facilitar o acesso dos profissionais de saúde aos cursos, que incluem as modalidades qualificação profissional, aperfeiçoamento, especialização e mestrado profissional, e podem ser acessados facilmente e com isso, ampliar, em muito o número de profissionais capacitados e dar conta de responder rapidamente aos desafios na área da saúde que estão colocados hoje.

A proposta da Universidade Aberta do SUS é formar profissionais em larga escala, em programas de dimensão nacional, inicialmente para incentivar a carreira dentro do Programa de Saúde da Família, e hoje ofertando cursos nas mais diversas áreas no campo da saúde.

O Acervo de Recursos Educacionais em Saúde é composto pelo depósito obrigatório de todo material didático produzido no âmbito do UNA-SUS, além de outros acervos validados do Ministério da Saúde. Contava, em março de 2015, com 2.580 recursos nos formatos de Texto, Vídeo, Backups Moodle, Imagens, SCORM e Áudio. O ARES conta com uma política de curadoria, para garantir que os recursos sejam classificados de acordo com a sua vigência e compatibilidade com as novas plataformas educacionais, como Tablets e Celulares.

A Plataforma Arouca é o maior repositório de informações sobre os profissionais de saúde do país, contendo informações sobre seu histórico profissional e educacional registrado em bases de dados oficiais e também sobre os cursos realizados e em andamento na UNA-SUS. Graças a esse sistema é possível fazer o monitoramento online dos beneficiários das ações da UNA-SUS. Por exemplo, até março de 2016 a UNA-SUS acumulava a realização de 226.057 matrículas nos cursos de qualificação profissional e 53.057 matrículas nos cursos de especialização.

O Sistema UNASUS é coordenado pelo Ministério da Saúde, por meio da atuação conjunta da SGTES e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Além dessa coordenação conjunta do UNA-SUS, a Fiocruz exerce a Secretaria Executiva do UNA-SUS, responsável pelo monitoramento e avaliação das ações do Sistema. Essas ações incluem: o desenvolvimento e manutenção do ARES e da Plataforma Arouca, a supervisão da produção e oferta dos cursos do UNA-SUS, assim como o monitoramento online diário de todas atividades educacionais e de supervisão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, subsidiando o pagamento das bolsas de formação, supervisão e tutoria. A Fiocruz também é uma instituição integrante da Rede UNA-SUS, tendo produzido e oferecido diversos cursos principalmente relacionados às temáticas saúde pública e doenças infecto-contagiosas, com destaque para o Curso de Manejo Clínico de Zika que já atingiu mais de 15.000 pessoas.

Campus Virtual de Saúde Pública OPAS (CVSP-OPAS)

O Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP/OPAS) é um espaço de comunicação e de aprendizagem para desenvolver cooperação interdisciplinar no campo da formação em saúde. Resultou de uma parceria entre a OPAS e 12 países da América Latina e Caribe. Sua missão é desenvolver as capacidades institucionais e competências individuais para a melhoria contínua no desempenho de práticas de saúde pública, mediante um modelo de gestão que opera ensino, instituições de serviços, e as associações de técnicos e profissionais que integram a força de trabalho em saúde pública dos países participantes da rede.

O Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP/Brasil) constitui-se um nó da rede baseado num modelo de gestão descentralizada. Lançado em 2003, é liderado pela Fiocruz, através da Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação. Estabeleceu cooperação técnica com a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública e a UNASUS.

O CVSP/Brasil tem como principais serviços: ambiente virtual de aprendizagem na plataforma Moodle, repositório de recursos educacionais e um portal agregador de informações da rede. As ofertas formativas do CVSP são constituídas pela integração das diversas instituições que oferecem cursos e recursos que respondam aos padrões adotados, bem como pelo uso comum de ferramentas tecnológicas para intercâmbio de informações nas diferentes redes parceiras, especialmente com a Rede da UNASUS e Rede de Escolas de Saúde Pública.

Atualmente, o Campus Virtual Fiocruz em parceria com o Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS disponibiliza um ambiente virtual para gestão de cursos virtuais. Para visitar os cursos EAD: [http://www.aulas.cvspbrasil.fiocruz.br/](http://www aulas.cvspbrasil.fiocruz.br/)

2.8.3. Cooperação internacional

Em 2014, durante seu VII Congresso Interno, a Fiocruz reafirmou seu “compromisso de participar ativamente da estruturação de políticas de diplomacia em saúde e cooperação internacional, em consonância com as diretrizes do governo brasileiro, especialmente em apoio ao Ministério da Saúde”.

Na oportunidade declarou a prioridade para as relações Sul-Sul, com os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e com os países da América Latina e África, resguardando as suas soberanias. E destacou ainda a importância de manter colaboração e intercâmbio com organismos internacionais e instituições de saúde de diferentes países, coerente com o princípio da solidariedade entre os povos.

O VII Congresso Interno também validou o mapa estratégico da Fiocruz, no qual pontuou o Eixo 5 – Saúde, Estado e Cooperação Internacional – em que estabelece para a Fiocruz a visão de “ser instituição de excelência em diplomacia da saúde, articulando os demais eixos temáticos na captação e oferta de cooperação estratégica e estruturante para o fortalecimento de Sistemas de Saúde e de Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde”.

Os posicionamentos estratégicos adotados para as relações internacionais estão disseminados no Portal da Fiocruz: “A Fiocruz tem exercido, historicamente, vasta atuação internacional, estabelecendo intercâmbio com instituições de saúde e de ciência e tecnologia em diversos países, atividade que atualmente é coordenada pelo Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris)”.

A Fundação mantém estreitas relações com as áreas internacionais do governo brasileiro, principalmente com o Ministério da Saúde, por meio da Assessoria Internacional da Saúde (Aisa), e com o Ministério de Relações Exteriores, por suas secretarias técnicas e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Dessa forma, a Fiocruz reafirma sua posição de instituição estratégica do Estado nacional e importante protagonista do intercâmbio em saúde global.

Soma-se a isto uma série de iniciativas multinacionais que contam com a participação da Fiocruz, incluindo sua presença nos conselhos das instituições que as promovem (ONU, OMS etc.), em especial nas negociações para novas orientações políticas no período pós-2015. Ou, ainda, em reuniões internacionais, como a Conferência de Determinantes Sociais da Saúde (2011), a Rio+20 (2013) e os debates sobre os objetivos relativos ao setor da Saúde no contexto das Metas de Desenvolvimento Sustentável.

A Fundação conta ainda com o reconhecimento da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS). Vale registrar que foram designados sete Centros Colaboradores da instituição na rede internacional das organizações, o que confirma sua excelência em saúde global.

Orientações estratégicas – Cooperação Sul-Sul

No âmbito da cooperação Sul-Sul, seguindo a orientação diplomática do governo, a Fiocruz desenvolveu o conceito de Diplomacia da Saúde para tratar das questões que transcendem as fronteiras nacionais e expõem os países às influências globais.

O conceito consiste em estabelecer políticas, reflexões e ações internacionais baseadas na ideia de que a saúde é um direito humano fundamental e representa um fator determinante do desenvolvimento.

A partir dessa premissa, a participação institucional da Fiocruz na política externa brasileira se orienta para a construção e a consolidação de estratégias baseadas no princípio da solidariedade internacional e na promoção da equidade em saúde.

A atuação da Fiocruz nesse campo inclui: a incorporação da análise de fatores e de determinantes econômicos e sociais externos ao setor da saúde; o fortalecimento da inserção dos países menos desenvolvidos no fluxo da globalização, de forma mais equitativa; o desenvolvimento da governança internacional relativa à informação, regulamentação e cooperação em saúde.

Ainda no âmbito da cooperação Sul-Sul, a Fiocruz implantou a estratégia de cooperação estruturante, destinada à promoção predominante de ações que visam o desenvolvimento dos sistemas de saúde dos países parceiros. Tal estratégia busca reforçar as instituições que apoiam a estruturação desses sistemas, incluindo os próprios Ministérios de Saúde, os Institutos Nacionais de Saúde, Centros de Formação em Saúde Pública e de Técnicos em Saúde, Centros de Atenção de Saúde e Complexos de Produção de Insumos, entre outros.

A cooperação se desenvolve por meio de parcerias, com planejamento estratégico compartilhado entre os países, levando em conta a realidade local, incluindo as necessidades e recursos próprios. Além disso, envolve a capacitação avançada de profissionais e a apropriação da governança, contribuindo para a sustentabilidade das melhorias alcançadas.

Com a orientação estratégica ancorada nos princípios da diplomacia de saúde e das ações estruturantes dos sistemas de saúde, a cooperação Sul-Sul proposta pela Fiocruz visa o alcance dos seguintes benefícios sociais: melhor qualidade de vida e mais equidade na saúde das populações; geração de conhecimento e inovação em ciência e tecnologia aplicadas à saúde; ampliação da produção e do acesso a insumos essenciais para a saúde; e garantia de adequação das iniciativas ambientais relativas à saúde.

Orientações estratégicas – Cooperação Norte-Sul

No campo da cooperação Norte-Sul, predominam os projetos orientados pelas instituições doadoras, incluindo assessoria especializada, participação em pesquisas, capacitação avançada, transferência de tecnologias, em geral negociadas diretamente com as unidades técnicas, com ou sem financiamento específico. Usualmente, esta cooperação prioriza cuidados relativos a doenças específicas: detecção de fatores desencadeantes, diagnóstico, tratamento e/ou orientação sanitária.

Importante contribuição nessa área vem sendo aportada pela concessão de bolsas do Programa Brasileiro de Ciência Sem Fronteiras (Capes/CNPQ), facilitando a pós-graduação no exterior - especialmente, no caso da Fiocruz, nos níveis de doutorado e pós-doutorado.

Negociações recentes vêm estruturando novas modalidades de relações com instituições de grande porte, incluindo o estabelecimento de um Núcleo Fiocruz-Pasteur, a Aliança Fiocruz-Yale University, a consolidação de programas apoiados pelo NIH (por meio do Fogarty International Center), entre outros.

Organizações e instituições

Abaixo estão relacionadas algumas das entidades com quem a Fiocruz mantém relacionamento.

Organizações multilaterais

- Banco Mundial
- Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef)
- Organização das Nações Unidas (ONU)
- Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid)

Organizações regionais e sub-regionais

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- Mercado Comum do Sul (Mercosul)
- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
- Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)
- União das Nações Sul-Americanas (Unasul)

Instituições públicas e privadas

- Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ)
- Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (Cida)
- Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica)
- Aliança Global para o Desenvolvimento de Drogas contra Tuberculose (TB Alliance)
- Aliança Nacional para Ciências da Vida e da Saúde (Aviesan) – França
- Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp)
- Centro de Controle de Doenças (CDC) – EUA
- Centro Internacional de Desenvolvimento da Pesquisa (IDRC) – Canadá
- Iniciativa para Drogas contra Doenças Negligenciadas (DNDI) – Multilateral
- Instituto Nacional de Saúde (NIH) – EUA
- Rede Internacional dos Institutos Pasteur (Riip) – França

2.9 Responsabilidade Social

A Coordenadoria de Cooperação Social é o órgão da Presidência da Fiocruz responsável pela indução, pelo fomento e pela articulação de projetos e programas sociais desenvolvidos pela Fundação, principalmente nos territórios do entorno de seus *campi*.

Em linha com a missão institucional da Fiocruz, a Coordenadoria assume o compromisso de interagir com o poder público, instituições e organizações para o enfrentamento e a redução das desigualdades e iniquidades sociais da saúde – relacionadas às condições gerais de vida, ambiente, trabalho e acesso à cultura, educação, lazer e serviços essenciais.

Cabe à Cooperação Social estimular o desenvolvimento de tecnologias sociais em saúde a partir de metodologias participativas e integradoras entre os saberes popular e científico.

As iniciativas desenvolvidas pela Fiocruz se articulam, especialmente, com organizações de base sociocomunitárias, grupos e movimentos sociais em territórios em situação de vulnerabilidade civil, social e ambiental, visando a proposição, a participação e o controle de políticas públicas promotoras de saúde.

Com projetos sociais estruturados desde 2003, a partir de 2009 a Coordenadoria de Cooperação Social passou por alinhamento à missão institucional da Fiocruz no que tange à necessidade de reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde, estes relacionados aos seus determinantes sociais (modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais).

A Coordenadoria direciona, induz e participa de iniciativas para o desenvolvimento da Tecnologia Social em Saúde. Nessa perspectiva, foram publicados duas edições do edital da Cooperação Social, no qual foram selecionados 36 projetos, com ações em 12 cidades e nove estados brasileiros, e envolveram cerca de 50 mil trabalhadores rurais; jovens (16 a 29 anos); adolescentes; estudantes e educadores; pacientes de saúde mental; gays; profissionais da saúde; movimentos sociais; e moradores de favelas e comunidades tradicionais.

Os projetos foram voltados para redução das desigualdades e iniquidades em territórios socioambientalmente vulneráveis, tendo como base a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e a democracia participativa.

Os projetos sociais na Fiocruz estão inseridos na política de extensão e são desenvolvidos por suas Unidades, com autonomia para escolha do objeto e público alvo. Ao final de 2015 foram computados 79 projetos desenvolvidos por 16 Unidades técnico-científicas e administrativas, atendendo cerca de 106 mil pessoas distribuídas em vários estados do país, com investimento de cerca de R\$ 7,3 milhões.

Quadro 2.11: Relação dos Projetos Sociais com participação da Fiocruz

UNIDADE FIOCRUZ	QTD PROJ	LOCALIZAÇÃO
CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica	14	Jacarepaguá / RJ
Cooperação Social Presidência Fiocruz	11	Manguinhos / RJ
Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF)	10	Flamengo / RJ
Instituto Gonçalo Moniz (IGM)	10	Salvador / BA
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)	9	Manguinhos / RJ
Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos)	5	Jacarepaguá / RJ
Instituto René Rachou (IRR)	4	Belo Horizonte / MG
Instituto Carlos Chagas	3	Curitiba / PR
Casa de Oswaldo Cruz (COC)	2	Manguinhos / RJ
Diretoria de Gestão do Trabalho (Direh)	2	Manguinhos / RJ
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)	2	Manguinhos / RJ
Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)	1	Manguinhos / RJ
Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Biomanguinhos)	1	Manguinhos / RJ
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)	2	Manguinhos / RJ
Diretoria Regional de Brasília (Direb)	1	Brasília / DF
Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	1	Manguinhos / RJ
Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina (VPAAPS)	1	Paraty/RJ
Total	79 projetos	

Como forma de publicizar para a comunidade Fiocruz e para a sociedade os resultados e impactos produzidos pelos projetos sociais desenvolvidos pelas Unidades e Presidência, criou-se em 2013 o Grupo de Trabalho em Indicadores Sociais, com representação de 12 Unidades da Fiocruz, e definiram-se os eixos norteadores relacionados ao modo de agir em cooperação social. O trabalho do GT foi concluído com a construção de 27 indicadores distribuídos em 4 dimensões de análise, que foram submetidos à análise de especialistas e à Comunidade Fiocruz, tendo sido publicada versão validada no final de 2015, para imediata implementação

A partir das diretrizes e dos eixos da Cooperação Social da Fiocruz, foram realizadas ações nas seguintes áreas: Indução Estratégica; Cooperação técnica e acompanhamento de projetos e convênios; Cursos formativos; Projetos; e Campanhas e eventos.

2.9.1. Indução estratégica

Comunicação Solidária

O Projeto Desenvolvimento de Tecnologia Social em Comunicação para Promoção de Saúde em Manguinhos capacitou tecnicamente jovens de Manguinhos em parceria com o Centro Universitário Augusto Mota (UNISUAM) para constituição de uma Agência de Comunicação Comunitária para atuação em Manguinhos a partir do desenvolvimento de Tecnologia de Informação e Comunicação (jornal impresso mensal e blog).

Gestão Participativa e Territorializada de Políticas Públicas

A cooperação social vem apoiando processos educativos e de mobilização social no território em Manguinhos, a fim de colaborar com a gestão participativa e territorializada da Política Pública de Saúde, a partir do Conselho Gestor Intersectorial, vinculadas ao Território Integrado de Atenção à Saúde – Escola Manguinhos (Teias-Escola Manguinhos). Além disso, a Fiocruz contribui diretamente com o Conselho Comunitário de Manguinhos (CCM). O CCM é um organismo autônomo, funcionando enquanto colegiado dos atores coletivos atuantes em Manguinhos e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável local. A Fiocruz participa da Rede Manguinhos Sustentável, para apoiar as ações construídas no âmbito do Conselho Comunitário de Manguinhos, por meio da articulação das esferas de governos, empresas, universidades e institutos de pesquisa a fim de disponibilizarem e permutarem conhecimentos, bem como pactuarem ações e estratégias relevantes ao desenvolvimento sustentável do território ampliado de Manguinhos.

Ações socioambientais territorializadas

A Cooperação Social apoia o grupo de articulação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha e seus desdobramentos no diálogo com os movimentos sociais, organizações de base, empresas, instituições de pesquisa e Poder Público, resultando na construção do Observatório do Canal do Cunha.

Segmento Infanto-Juvenil

A partir das Unidades da Fiocruz e em parceria com Organizações Sociocomunitárias, são desenvolvidos projetos envolvendo o público infanto-juvenil, como o Programa Jovens Aprendizes de produção cultural em divulgação científica; Laboratório de Educação Territorializada e Cidadã, Projeto Crescendo com Manguinhos; Oficina Portinari; Escola de Música de Manguinhos entre outros.

Arranjos Socioprodutivos

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre Fiocruz, Fiotec e BNDES para o apoio ao desenvolvimento dos territórios urbanos e rurais socioambientalmente vulnerabilizados a partir de financiamentos de projetos de geração de trabalho e renda voltados para promoção à saúde, coordenado pela Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. No final de 2015 foi firmada uma parceria técnica e financeira para os próximos cinco anos, prevendo investimento de 15 milhões de reais oriundos do Fundo Social do BNDES, que contemplarão 12 propostas de inclusão socioeconômica e desenvolvimento solidário, saudável e sustentável de comunidades rurais e urbanas. Os projetos serão assessorados por várias unidades da Fiocruz e serão desenvolvidos em comunidades quilombolas e caiçara, favelas, assentamentos rurais, áreas de produção agrícola familiar e floresta urbana.

Fórum do Movimento Social de Manguinhos

Espaço aberto aos atores coletivos e cidadãos de Manguinhos, com finalidade de instaurar cidadania crítica com adoção da metodologia de formação na ação. Foi constituído em fevereiro de 2007.

2.9.2. Cooperação técnica

A cooperação técnica com instituições públicas e privadas visa o assessoramento na formulação e gestão de projetos realizados por Organização de base sociocomunitária. As ações resultaram na celebração de convênios com instituições com capacidade técnica e atuação comprovada nos territórios vulnerabilizados (comunidades), como o Ecomuseu e o Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina.

Merece destaque também, o assessoramento ao Conselho Comunitário de Manguinhos para elaboração de quatro projetos (Núcleo de Costureiras do Complexo de Manguinhos; Agência de Comunicação Comunitária; Arranjo Sócio Produtivo de Segurança Alimentar e Nutricional em Favelas; e Arranjo Sócio Produtivo da Música em Manguinhos) que foram contemplados no Acordo de Cooperação Técnica Financeira com o BNDES.

2.9.3. Educação

Curso Elaboração e Gestão de Projetos Sociocomunitários

Objetiva estimular vivências e práticas de lideranças comunitárias na elaboração e gestão de projetos sociocomunitários. Realizado desde 2011, parceria da ENSP com a DIRAD.

Curso Governança Democrática Territorial

Busca formar atores sociais dos territórios em contexto de vulnerabilidade socioambiental, a partir do intercâmbio com especialistas da Fiocruz e UFRJ. Parceria entre a Coordenadoria de Cooperação Social e o Campus Fiocruz Mata Atlântica.

Curso de Produção Cultural em Divulgação Científica

Realizado pelo Museu da Vida, é uma ação de educação não formal voltada para jovens estudantes entre 16 e 19 anos, alunos do 2º e 3º ano do ensino médio de escolas da rede pública do entorno do campus Manguinhos da Fiocruz.

Qualificação em Participação Social e Gestão em Saúde

Destinado a conselheiros de saúde, gestores, trabalhadores do setor e demais representantes da sociedade civil, contribuindo para qualificar a intervenção e interação destes atores junto aos mecanismos institucionalizados do Sistema Único de Saúde (SUS). A primeira formulação do curso ocorreu em 2011, na Escola Politécnica Joaquim Venâncio (ESPJV). Para a edição de 2016, o curso passará a ser oferecido pela Coordenadoria em parceria com a ESPJV.

Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Ensino Fundamental e Médio, para moradores das comunidades de Manguinhos e trabalhadores terceirizados. Realizado desde 2004, em 2012 a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio assumiu a responsabilidade pedagógica, financeira e a certificação dos estudantes concluintes.

Projeto de inclusão de pessoas portadoras de deficiência auditiva

Realizado desde 2002, contempla mais de 110 pessoas e tem objetivos voltados para treinamento e qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho. Atualmente, o projeto é realizado em parceria entre a Fiocruz e o CVI (Centro de Vida Independente) e coordenado pela Cooperação Social.

2.9.4. Campanhas e eventos

Fiocruz pra Você

Desde 2010 a Campanha Fiocruz pra Você criou o espaço Cooperação Social, no qual os projetos apresentam oficinas de artes plásticas, contação de histórias, apresentações de vídeos, músicas, danças, teatro, exposições, pinturas em telas e apresentações dos projetos. Essas atividades representam uma pequena mostra dos projetos desenvolvidos nas Unidades e pelos parceiros da Fiocruz, como movimentos e organizações sociais, principalmente, dos campi de Manguinhos e de Mata Atlântica. Dentre estas se destacam:

Feira do Talento

Para artesãos da Cidade de Deus, apoiados pela Gestão Social de Farmanguinhos, apresentarem e comercializarem sua produção artesanal. Ocorre desde 2007.

2.10 Política de Avaliação institucional

As sistemáticas de avaliação estão disseminadas na cultura de gestão participativa que caracteriza a Fundação Oswaldo Cruz. A consolidação de um sistema de governança democrática (tratado no item 2.1 deste capítulo), por meio do qual se consolida o planejamento institucional participativo e ascendente, coloca as práticas de avaliação no centro dos processos de debate interno e nas tomadas de decisão sobre os rumos e prioridades da instituição.

Nos Congressos internos quadrienais, a instituição consolida sua análise dos contextos externo e interno e, consoante avaliação de sua atuação no período anterior, define ou atualiza seus objetivos estratégicos. Conforme já descrito, a agenda estratégica da Fiocruz, que é construída a partir do Plano Plurianual do Governo Federal e do Plano Quadrienal da Fiocruz, é permanentemente trabalhada nos fóruns internos, desde o Conselho Deliberativo da Fiocruz até os fóruns internos das Unidades.

Em razão da diversidade de seus campos de atuação, muitos dos quais exigem rígidos critérios de segurança e acompanhamento, disseminaram-se na Fiocruz diversos mecanismos de avaliação focados em tópicos institucionais específicos. Existem desde os procedimentos previstos nas legislações relacionadas ao controle, quanto aqueles construídos e pactuados nos processos internos de construção de consensos. Alguns dos mecanismos de suporte à avaliação estão relacionados a seguir.

2.10.1. Exemplos de avaliações e consultas existentes

Avaliação legal-administrativa

Seguindo as orientações da Controladoria Geral da União, a Auditoria Interna – Audin cuida da sistemática de avaliação e monitoramento institucional, para fiscalizar e comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos da Fiocruz, procurando examinar seus resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais.

Canais de escuta ao Cidadão

Os vários canais de relacionamento com a sociedade – dentre os quais se destacam a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão, o Fale Conosco – fornecem inúmeros subsídios e informações que são tratados internamente, contribuindo para os processos de avaliação interna e de melhoria de serviços e processos. Mais recentemente, as Audiências Públicas de Prestação de Contas do exercício anterior constituem momento de apresentações sistematizadas dos resultados e a abertura às contribuições dos cidadãos interessados.

Relatório de Autoavaliação da Gestão Fiocruz

Em 2003 a Fiocruz aderiu aos critérios de excelência da gestão pública (atual Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Desde então utiliza referenciais comparativos para avaliar o desempenho institucional. O principal critério para analisar o desempenho da organização é o grau de alcance das metas comprometidas com o Ministério da Saúde. Desde 2002, as informações são consolidadas no Relatório de Gestão, mas a partir de 2007, com a introdução do processo de avaliação contínua da gestão, com ciclos anuais que vão incorporando os resultados de maior relevância, no Relatório de Avaliação da Gestão, ambos divulgados no Portal Fiocruz. Em 2012 a Fiocruz recebeu do Programa GesPública o certificado de nível 7 em gestão, depois reiterado em 2013. Os certificados variam entre notas 1 e 9 e o destaque é que foi a primeira vez no mundo que uma organização do porte da Fiocruz atingiu o nível 7.

O processo de autoavaliação visa garantir a segurança e a eficácia dos produtos e serviços ofertados à população e a transparência e a resolutividade da gestão pública. Ele é conduzido pela Coordenação da Qualidade Fiocruz (CQuali), vinculada à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional.

O Relatório de Autoavaliação da Gestão, produzindo anualmente, é um amplo retrato do desenvolvimento da instituição nos mais diversos critérios previstos pelo Programa GesPública. Nele estão consolidadas informações e resultados que dão visibilidade aos esforços contínuos de aperfeiçoamentos da gestão.

Pesquisa de Imagem e Satisfação dos Gestores do SUS

A Coordenação de Qualidade realiza bianualmente a Pesquisa de Imagem e Satisfação dos Gestores do SUS. Seu público-alvo são os Secretários Municipais de Saúde de diversas cidades do Brasil, incluindo as 26 capitais de estado e Secretários Estaduais de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal. Também inclui dirigentes de várias áreas do Ministério da Saúde.

A avaliação da imagem e da atuação da Fiocruz é ponto de partida para estreitar o relacionamento com as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Além dessa pesquisa de satisfação dos gestores, inúmeras outras áreas da Fiocruz realizam levantamentos de satisfação de seus usuários. Tem grande importância os procedimentos estabelecidos nas áreas de produção (Farmanguinhos, Biomanguinhos), em que as informações das pesquisas de satisfação, reclamações e sugestões dos usuários são utilizadas para aprimoramento de produtos e serviços.

Cabe aqui destacar que várias unidades de ensino/pesquisa, como a ENSP, ICICT, IOC e a EPSJV, garantem a participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das unidades. Estas unidades também realizam de forma rotineira o levantamento de expectativas e de satisfação com as disciplinas e cursos ministrados, para verificar a percepção dos alunos dos programas *Stricto Sensu* e *Lato Sensu* a respeito da qualidade do ensino, aplicando ao final de cada disciplina um questionário.

Pesquisa de Reputação da Marca Fiocruz

Outra iniciativa que passa a contribuir para o processo de avaliação institucional é a recente pesquisa a respeito da reputação da marca Fiocruz, concluída em 2015.

Os públicos de interesse entrevistados foram compostos de formadores de opinião (governo, imprensa, academia e controle social), de beneficiários (população em geral, pacientes e estudantes) e de integrantes do complexo econômico da saúde (fornecedores, parceiros e financiadores).

Por meio desse levantamento a Fiocruz reafirmou evidências de seu peso institucional. Pela resposta a quatro perguntas (tem uma boa reputação geral? É uma instituição sobre a qual tenho boa impressão? É uma instituição na qual eu confio? É uma instituição que admiro e respeito?), obtiveram-se resultados acima de 75% em todos os segmentos, destacando que os valores mais elevados foram consignados pelos públicos que conhecem mais profundamente as frentes de trabalho da instituição, que foram os pacientes (83,8%) e os estudantes (80,0%).

Sistema de Avaliação de Desempenho

Sob responsabilidade da Diretoria Gestão do Trabalho – Direh, a Fiocruz realiza anualmente a avaliação de desempenho de seus servidores desde 2001. A partir de 2010, acompanhando alterações na legislação, esse sistema vem sendo aperfeiçoado para um modelo baseado em competências e resultados, o que leva à integração com as práticas de gestão e à pactuação de metas individuais.

A progressão na carreira, prevista na legislação coloca entre seus pré-requisitos a obtenção, na avaliação, de média final maior do que 7, o que é considerado como estímulo ao desenvolvimento contínuo para alcançar a progressão por mérito.

Esse processo de avaliação exige da Fiocruz o estabelecimento de um conjunto de indicadores globais e intermediários, referentes a cada ano, para utilização como referência ao alcance das metas institucionais. A Portaria da Presidência nº 1246, de 1º de outubro de 2015 relaciona 15 indicadores globais para a instituição e uma série

de indicadores intermediários relacionados a cada uma de suas unidades. A análise dos indicadores intermediários evidencia que as Unidades mensuram diversos aspectos que contribuem para avaliação específica da atuação no ensino, com destaque para os seguintes: matriculados e egressos nos cursos de *Lato Sensu*, egressos no *Stricto Sensu*, percentuais de profissionais capacitados, incremento das certificações realizadas, percentual de egressos no ano, índice de qualificação do corpo docente, tempo médio para titulação no *Stricto Sensu*, proporção de publicações em revistas indexadas, matrículas viabilizadas na educação profissional, capacitação de gestores do SUS via mestrado profissional - Rede Cegonha, incremento da oferta de vagas de Programas de Residência, e outros tantos vinculados aos investimentos em pesquisa e publicações.

Programa Fiocruz Saudável

Na Fiocruz, os ambientes de trabalho e a análise de riscos são avaliados por meio de metodologias participativas. O Programa Fiocruz Saudável, instituído em 1998, vem sendo fortalecido e para o período 2015-2019 estabeleceu várias metas que representam trabalhos específicos de avaliação institucional em seus campos de abordagem. Desta forma, no fator Saúde estabeleceu metas de avaliação dos ambientes e processos de trabalho, assim como a exposição de ruídos e exposição a substâncias tóxicas. Também propôs a implantação de avaliação e monitoramento das condições higiênico-sanitárias das lanchonetes e restaurantes da Fiocruz em unidades-piloto. No fator Ergonomia, propõe-se a avaliação participativa para elaboração dos padrões para aquisição de mobiliário.

O Programa Fiocruz Saudável constitui, portanto, um instrumento significativo para alimentar a avaliação dos fatores que afetam o bem-estar, a satisfação e a motivação dos servidores da Fiocruz, que se desenvolve nos espaços democráticos e participativos da instituição (colegiados, conselhos deliberativos, câmaras técnicas, grupos de trabalho).

2.10.2. A avaliação institucional do ensino na Fiocruz

A oferta de cursos de especialização *Lato Sensu*, que teve forte crescimento a partir dos anos 1990, principalmente para atender a demandas de qualificação da força de trabalho e da gestão do SUS, realizou-se em um ambiente de pouca definição regulatória externa. Porém, graças ao ambiente cultural interno caracterizado pelo debate coletivo nos mais diversificados fóruns, os processos de avaliação institucional da oferta de cursos de pós-graduação vem acontecendo em momentos especialmente projetados – como em seminários e rodadas de debate chamados pela Vice-Presidência de Ensino e envolvendo todas as unidades – e se tornaram mais sistemáticas no interior da Câmara Técnica de Ensino, que conta com a representação de todas as unidades engajadas nas ofertas de ensino.

Já a situação dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* na Fiocruz é mais formalizada, uma vez que a Fiocruz se submete às avaliações externas realizadas pela CAPES. No âmbito do *stricto sensu*, registrou-se a melhoria contínua dos indicadores dos programas, com alto percentual de cursos avaliados nos níveis 5, 6 e 7. Neste caso, os processos formais de avaliação institucional do ensino da Fiocruz levaram ao esforço

permanente de suas Unidades em atingir os padrões e critérios definidos pelo sistema de avaliação instituído pelos órgãos superiores. Ver a pontuação obtida pelos programas no Quadro 1.4, no capítulo 1.

2.10.3. A Comissão Própria de Avaliação – CPA

A evolução da situação regulatória dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* no Brasil resultou, enquanto não se institui um Marco Regulatório geral para a oferta desse tipo de curso, na definição pelo Conselho Nacional de Educação de que as Escolas de Governo podem oferecer cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, desde que se submetam a processo de credenciamento educacional pelo Ministério da Educação (Resolução CNE/CES nº 07/2011). Para viabilizar tal processo de credenciamento educacional de Escolas de Governo foi estabelecido o Instrumento para Avaliação Externa (Resolução CNE/CES nº 295/2013), que pressupõe a necessidade de Comissão Própria de Avaliação, em moldes similares àqueles previstos na legislação referida às Instituições de Ensino Superior (Lei nº 10.861/2004 – SINAES).

A CPA prevista na legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES é responsável pela condução dos processos internos de avaliação e pela sistematização e prestação de informações aos órgãos do sistema. Assim, seguindo as orientações estabelecidas no Artigo 11 da Lei nº 10.861/2004, a Fundação Oswaldo Cruz estabeleceu no início de 2016 a sua Comissão Própria de Avaliação. Para isso, levou em conta sua experiência própria de avaliação institucional (processos e instâncias diversificados, tais como alguns exemplificados acima), de forma que a CPA venha a produzir articulação entre conhecimentos já produzidos e a elaboração de novas abordagens específicas para a área do ensino, sobretudo as experiências de oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, presenciais e a distância.

Assim, os critérios utilizados para a configuração de sua primeira CPA conjugaram fatores relacionados à cultura institucional com a exigências do contexto do ensino na Fiocruz – em que o credenciamento para a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* representa a principal pendência institucional – com destaque para os seguintes:

- Agilidade de atuação – para isso se estabeleceu um quantitativo enxuto de representantes (duas pessoas por segmento da comunidade Fiocruz), para que os primeiros trabalhos possam se desenvolver com maior fluidez, enquanto a instituição se qualifica nestes novos mecanismos e procedimentos avaliativos;
- Diversidade de segmentos da comunidade – procurando seguir a orientação legal, de modo adaptado à sua realidade, foram definidos seis segmentos a estarem representados na Comissão: (a) instituições externas vinculadas à educação em saúde; (b) gestão do ensino na Fiocruz; (c) docentes; (d) técnicos administrativos; (e) alunos e/ou egressos dos cursos; e (f) sociedade civil organizada.
- Foco na oferta de pós-graduação *Lato Sensu* – considerando as necessidades colocadas pelo processo de avaliação externa conduzido pelo INEP, a CPA deverá levantar e sistematizar informações gerais relacionadas às cinco dimensões estabelecidas pelo Instrumento de Avaliação Externa. Assim, dará prioridade

às informações relacionadas à caracterização da função “escola de governo” amplamente disseminada nas Unidades da Fiocruz. Desta forma, os diversos outros campos de atuação da Fiocruz – tais como pesquisa, assistência, vigilância em saúde e produção de insumos para saúde – serão abordados de modo mais global, o suficiente para permitir a caracterização institucional.

A composição destes critérios foi construída à luz do aprendizado recente de constituição de CPA por diversas escolas de governo em processo de credenciamento, buscando constituir uma comissão de caráter amplo e garantir sua representatividade. Por isso, levando em conta o profundo vínculo da Fiocruz com as instâncias do SUS, para representar as instituições externas engajadas na educação em saúde, foi convidado o Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – SGETES, que é responsável pela coordenação da política nacional de educação permanente em saúde, assim como a ABRASCO, reconhecida associação nacional engajada na qualidade do ensino de pós-graduação em saúde coletiva. Para garantir a representatividade da gestão de ensino da Fiocruz, foram definidas uma pessoa vinculada à atuação da Coordenação Geral de Pós-Graduação da Vice-Presidência de Ensino - CGPG, Informação e Comunicação e uma pessoa de representação regional, a Fiocruz Mato Grosso do Sul, assim também garantindo a participação regional nesta comissão, que é uma orientação geral de nosso sistema de governança. A representação de docentes e de técnicos-administrativos foi buscada procurando alcançar a diversidade das unidades internas da Fiocruz, associada a competências relacionadas ao ensino de pós-graduação *lato sensu*. Para a representação de alunos e/ou egressos, foi escolhido um ex-aluno do curso de especialização mais antigo da ENSP, o Curso de Saúde Pública e um outro do Instituto Oswaldo Cruz indicado pela Associação de Pós-Graduandos, que representa os estudantes de *lato sensu* e de *stricto sensu*. Por fim, para representar a sociedade civil organizada, foi convidado um representante de movimento social parceiro da Fiocruz, no âmbito dos projetos vinculados à Coordenadoria de Cooperação Social, e um representante do Conselho Nacional de Saúde.

A Comissão Própria de Avaliação será um novo suporte à melhoria da qualidade do ensino na Fiocruz, devendo propiciar em sua primeira gestão importantes contribuições de articulação e sistematização das experiências de avaliação já em curso – seja aquelas de caráter mais geral e relacionadas à gestão, já apontadas acima – seja aquelas implementadas por Unidades da instituição, no seu fazer educacional. Espera-se que tal experiência contribua para o enriquecimento do próprio conhecimento da instituição sobre si própria, avançando no aprofundamento de visões comuns, resguardando o caráter de autonomia de cada unidade.

Mantendo seu foco nas condições da oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, a CPA produzirá conhecimentos novos sobre esse campo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e maior compromisso e articulação com a missão institucional. Como tal, será um instrumento de autoconhecimento institucional que produzirá, no decorrer de seu percurso de ação, subsídios para apoiar e qualificar os processos de avaliação realizados pelos conselhos superiores (CD Fiocruz e CD de cada Unidade, Conselho Superior), além de fortalecer um rico intercâmbio com os principais parceiros relacionados à educação em saúde e à formação para o SUS.

Capítulo 3: Projeto Político-Pedagógico Institucional

Ao longo de sua história, a Fundação Oswaldo Cruz consolidou definições e valores que orientam sua atuação multifacetada nos campos da pesquisa, da produção de insumos de saúde, da intervenção (assistência, atenção, promoção e vigilância) e da educação em saúde. Emergiu assim uma identidade complexa, engajada na construção e na consolidação da democracia no país. As formulações conceituais e propositivas de suas estratégias de intervenção na realidade nacional são o resultado de processos contínuos de debate, que são aprofundados e consolidados periodicamente nas resoluções de seus Congressos Internos quadrienais, engajando o conjunto da Instituição.

No entanto, a formulação de seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, cuja necessidade vem sendo debatida nas áreas de ensino desde a última década, só vem se efetivando no período mais recente, no contexto do credenciamento educacional da oferta de seus cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

A diversidade de objetos de atuação das unidades existentes, a diversidade de sua inserção nas várias regiões do país e a diversidade de percursos históricos e institucionais que resultaram – a partir dos anos 1970 – na consolidação da atual Fundação Oswaldo Cruz levaram à constituição de um forte valor de Autonomia de cada área, com o desenvolvimento concomitante de mecanismos de governança democrática para garantir a unidade e as definições centralizadas necessárias ao efetivo cumprimento da Missão institucional. Em razão disso, cada Unidade engajada na oferta de programas de ensino produziu suas orientações metodológicas e pedagógicas próprias, embora sempre alinhadas com as definições de cunho geral elaboradas nos debates coletivos congressuais. Na conjuntura do período 2014-2015 retomaram-se debates para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Fiocruz, com a consciência de que será um processo permanente, aberto às diferenciações e especializações de acordo com as características das unidades existentes.

Assim, as formulações aqui apresentadas representam o estado atual dos acúmulos de discussão coletiva, valendo-se principalmente de resoluções congressuais ou de formulações de fóruns coletivos como a Câmara Técnica de Ensino. No primeiro semestre de 2015, retomou-se o debate coletivo para a construção do Projeto Político-Pedagógico da Fiocruz na Câmara Técnica de Ensino, tendo se constituído Grupo de Trabalho para consolidação e aprofundamentos e posterior debate e validação nos fóruns da Instituição, ação que está em andamento. O documento preliminar apresentado à Câmara Técnica (“Projeto Político-Pedagógico da Fiocruz: unidade na diversidade e compromisso com o trabalho e a educação em saúde”, junho/2015) é insumo para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional, destacando que vários de seus itens já foram incorporados no primeiro capítulo deste documento.

Ao longo do próximo período ele será objeto de sucessivos aperfeiçoamentos, em interação com a Câmara Técnica de Ensino, visando incorporar toda a riqueza do ensino da FIOCRUZ e buscando abranger os diferentes níveis de ensino que compõem a oferta educativa da instituição.

3.1 Propostas em defesa da saúde pública

Congruente com a Missão institucional, o VII Congresso Interno da Fiocruz (2014) aprovou uma Carta Política na qual expressou suas preocupações, reflexões e propostas frente aos desafios e impasses enfrentados pelo Sistema Único de Saúde, uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro. Nela, expõe os seus posicionamentos, que orientam a sua ação nas diversas frentes (ensino, pesquisa, extensão, produção de insumos, etc). A íntegra da Carta Política está disponível no Relatório do VII Congresso, divulgado no Portal Fiocruz. Apresenta-se a seguir uma versão abreviada:

Carta Política do VII Congresso – versão resumida

1. A luta pela saúde como direito humano e social recoloca o desafio de enfrentar as desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes sociais e ambientais da saúde na sua plenitude, por intermédio de políticas que assegurem a soberania nacional.
2. A saúde é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. O SUS deve ser garantido com o financiamento público adequado para assegurar a universalidade e a integralidade da atenção. A sustentabilidade do SUS depende da expansão dos recursos destinados à saúde, por meio de iniciativas que ampliem os orçamentos e as fontes de financiamento do setor.
3. A saúde da população brasileira sofre o impacto da transição demográfica (provocada por aumento da longevidade e ampliação da expectativa de vida, por mobilidade geográfica e novos arranjos territoriais), gerando diferentes necessidades de atenção à saúde. Ao mesmo tempo, persistem doenças infecciosas e surgem outras, o que exige uma abordagem diferenciada por parte de diversas políticas sociais e econômicas que têm impacto sobre a saúde. Daí ser fundamental reafirmar a saúde como espaço de intervenção intersetorial, principalmente no âmbito da seguridade social, mas também das políticas de habitação, saneamento, justiça, trabalho, de meio ambiente, produção de alimentos, cultura, educação pública e CT&I.
4. Crescem as lesões e mortes por causas externas (acidentes de trânsito e violência que atinge as camadas mais jovens da sociedade); a violência e discriminação de gênero, raça e orientação sexual e também contra crianças, adolescentes e idosos; as taxas de homicídios equivalentes às de conflitos bélicos; e a violência policial indiscriminada, principalmente contra os mais pobres. Ademais há a questão das drogas, que deve ser abordada como um problema de saúde pública e não com a atual predominância de ações repressivas – outro tema desafiador para a produção de conhecimentos interdisciplinares capazes de fundamentar a elaboração e a implantação de políticas públicas nas áreas de justiça, educação, assistência social, saúde e segurança pública.
5. A implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pós-2015 servirá para a mobilização em torno do enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade do planeta e das desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes sociais e ambientais da saúde. Ganham destaque temas como mudança climática e de biomas, biodiversidade, saúde humana, animal e de ecossistemas. Ao lado da implementação de

adequadas políticas de saneamento em larga escala, propõe-se discutir e revisar o modelo de desenvolvimento nacional que gera impactos nocivos sobre o ambiente e as populações tradicionais. Há necessidade de ampliar o controle e a regulação de produção, comercialização e uso de agrotóxicos, de antimicrobianos e hormônios na criação animal intensiva, que colocam em risco as populações.

6. A Fiocruz presta decisivo apoio à reorientação dos modelos de formação e educação permanente voltados para os trabalhadores do SUS. Considera imprescindível adequar a formação em saúde às necessidades do SUS, à produção de práticas humanizadas e à consolidação da integralidade nas redes de atenção, em respeito aos princípios do SUS. Destaca-se, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento da escuta às instâncias de participação social.
7. A Fiocruz entende a geração e disseminação de conhecimento científico, assim como a pesquisa e sua tradução em inovação para a saúde, como fundamento e eixo transversal às suas diversas áreas de atuação. Reforça-se a importância da pesquisa como pilar de qualquer processo de inovação, independentemente do direcionamento temático.
8. A educação, a comunicação, a informação e o acesso aberto ao conhecimento científico são entendidos, acima de tudo, como direitos humanos e fatores estruturantes para o fortalecimento do SUS, para o desenvolvimento institucional da Fiocruz e para seu relacionamento com a sociedade. Constituem-se como fundamentos para a pesquisa, a prestação de serviços, a formação, o planejamento e a gestão interna. Simultaneamente, a comunicação, a informação, a popularização e a difusão da ciência estabelecem formas e meios pelos quais os temas de CT&I e saúde podem ser compartilhados com o cidadão, em uma visão dialógica, na qual a sociedade é participante ativa e não mera receptora.
9. Instituição estratégica de Estado, a Fiocruz reafirma seu compromisso de participar ativamente da estruturação de políticas de diplomacia em saúde e cooperação internacional, em consonância com as diretrizes do governo brasileiro, especialmente em apoio ao Ministério da Saúde.
10. Os movimentos sociais e as manifestações populares evidenciam uma sociedade em transformação, que reivindica a concretização de direitos: saúde e educação de qualidade; mais emprego e melhores condições de trabalho e salário; acesso à moradia e à terra; transporte público eficiente, barato e acessível; participação ativa nas decisões sobre os gastos públicos e na vida política nacional. Sabe-se que os impasses e desafios do SUS e da saúde pública brasileira, longe de estarem circunscritos ao setor, requerem uma ampla e profunda reforma do Estado e do sistema político com reformas na legislação, na Justiça e nos orçamentos; com o fortalecimento da democracia através do controle social; com a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais; e com a utilização de mecanismos de democracia participativa para a tomada de decisões sobre políticas sociais.
11. A Fiocruz apoia firmemente a adoção de legislações e medidas governamentais, que aumentem a capacidade do Estado na gestão da CT&I, cruciais para assegurar e ampliar o acesso a insumos de saúde, bem como promover a inovação e uma política industrial que reduzam a dependência da importação de medicamentos, equipamentos médicos e outros insumos, fortalecendo a soberania nacional em área estratégica. A Fiocruz assume o compromisso de contribuir para a proteção da saúde da população e para a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos, bens e serviços, bem como para o desenvolvimento do sistema nacional de vigilância sanitária.
12. A capacidade institucional de contribuir para o desenvolvimento tecnológico exige permanente compromisso da Fiocruz com a implantação de infraestrutura adequada e com a adoção de processos que contemplem a capacitação e a saúde de seus trabalhadores, a valorização das carreiras, a garantia de condições de trabalho adequadas e o aperfeiçoamento dos modelos organizacionais e de financiamento e dos mecanismos de avaliação e planejamento, atentando para mudanças de cultura institucional. Dessa forma, busca-se aperfeiçoar a gestão da inovação e fortalecer a integração de suas unidades técnico-científicas, valorizando a diversidade institucional para o enfrentamento

de problemas complexos de saúde. Em especial, faz-se necessário aproximar as atividades de educação, pesquisa, produção, atenção e assistência à saúde de referência, de modo a consolidar o projeto de presença nacional da instituição, reduzir as desigualdades regionais e consolidar programas estratégicos.

13. A Fiocruz está comprometida com o aprimoramento constante e transparente de seu modelo de gestão democrática e participativa, convicta de que este é um dos pilares que sustentam seu compromisso social e de eficiência e sua consolidação institucional. A Fiocruz reafirma, assim, a valorização dos profissionais e seu compromisso com a sociedade e com a prestação de serviços públicos de qualidade, em defesa do SUS.

3.2. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

As práticas acadêmicas da FIOCRUZ são ancoradas no tripé ensino-pesquisa-extensão no seu sentido mais amplo, articulado com o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, bem como a formação, qualificação e aperfeiçoamento de pessoal para o setor saúde, especialmente para o SUS. A produção de conhecimentos está intrinsecamente vinculada à inovação para a saúde, o desenvolvimento social e a cidadania, em conformidade com a visão de futuro da FIOCRUZ.

A magnitude e complexidade da oferta educacional e científica da FIOCRUZ são evidenciadas pelo nível dos resultados das atividades de suas Unidades constituídas de pesquisas, ensino nos níveis técnico, de pós-graduação *Stricto Sensu e Lato Sensu* (residências e especializações), com ampla produção de teses, dissertações, inovações tecnológicas, publicações e com impacto de sua produção técnico-científica na sociedade brasileira e no exterior.

Dessa forma, a convivência entre ações voltadas para a formação de pesquisadores e para a formação de profissionais de saúde marca, desde suas origens, a história das ações de ensino na FIOCRUZ, envolvendo parcerias diversas com agências estatais e instituições universitárias, nacionais e internacionais.

Todos esses processos formativos são orientados pelos Valores gerais da Fiocruz, reafirmados em seu VII Congresso Interno (2014), já relacionados no capítulo 1 deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Enquanto instituição educadora no campo da saúde, a FIOCRUZ ancora-se no conjunto de valores assim explicitados:

Valores da Fiocruz relacionados ao Ensino em Saúde:

- Saúde como direito universal e dever do Estado;
- Saúde orientada pela Ética que valoriza a vida;
- Consolidação da Saúde Coletiva nos seus compromissos com a promoção da equidade, da cidadania e dos direitos sociais;
- Formulação das condições necessárias à manutenção, promoção e reprodução da vida humana saudável, tendo como marco de referência epistêmico a compreensão da complexidade existente nos processos de saúde/doença/cuidado em espaços socioculturais e ambientais específicos;
- Abordagem inter e transdisciplinar, com a compreensão da saúde em sua expressão no indivíduo, no coletivo e na população, em sua vivência em sociedades e Estados determinados no tempo e no espaço.
- Reconhecimento da diversidade da natureza dos saberes e dos interesses das ações a eles vinculados.

Os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas educacionais da FIOCRUZ se baseiam nos seguintes pilares epistemológicos, políticos e sociais:

Princípios orientadores das práticas educacionais

- Compreensão da complexidade e heterogeneidade dos objetos e objetivos dos seus processos formativos no âmbito dos cursos e das pesquisas e o fato de serem historicamente situados na sociedade brasileira, o que implica fundamentalmente a não neutralidade da visão da educação e do seu papel político e social, enquanto instituição formadora de quadros para o desenvolvimento da ciência, do SUS e da saúde da população brasileira.
- Reconhecimento de que os processos pedagógicos vão além dos mecanismos reprodutores e homogeneizadores do saber e do conhecimento, contribuindo para a apreensão e aprendizagem de forma não hegemônica através da crítica, criatividade e formação cidadã.
- A educação e a saúde entendidas como campos de conhecimento e de práticas sociais, indissociavelmente ligados, pautados na compreensão do contexto histórico-social, na explicação e enfrentamento dos problemas, políticas e práticas em saúde, com a colaboração das ciências em geral, e em especial das ciências humanas e sociais, das artes e da comunicação.
- A pesquisa e o trabalho são considerados como princípios educativos, face à indissociabilidade dos processos formativos com a produção de conhecimentos, bem como com o mundo do trabalho, articulados e orientados para as necessidades de trabalhadores, gestores e usuários atuantes no SUS e do modelo de atenção e gestão em saúde.
- Participação, democratização, colaboração, interdisciplinaridade, disseminação de conhecimentos enquanto conceitos ancorados na pesquisa produtora de conhecimentos, na cooperação e na absorção de novas tecnologias em parcerias, redes e outras práticas colaborativas e renovadoras, que possibilitam a capilarização e ampliação da oferta e dos resultados, ao tempo em que integram diferentes culturas de formação e formatação de programas com horizontalidade e alcance nacional e internacional.
- Avaliação compreendida como princípio estruturante e estratégico para as mudanças dos sujeitos, dos currículos, das práticas profissionais e da Instituição.

Dessa maneira, as iniciativas educacionais praticadas na FIOCRUZ são implementadas por meio de variadas estratégias e técnicas pedagógicas, desde as que privilegiam o processo individualizado às que encontram no grupo e na coletividade o terreno fértil para o processo de ensino-aprendizagem.

A diversidade de públicos-alvo, de objetivos, de conteúdos e de modalidades de ensino implicam grande variedade de itinerários formativos e curriculares, e multidisciplinaridade dos objetos em interação nas ações educativas, constituindo bases importantes para as práticas profissionais que as demandam. Há, assim, um enriquecimento mútuo entre práticas profissionais e práticas educativas.

Há, por conseguinte, diálogo intenso subjetivo e objetivo no âmbito dos processos pedagógicos desenvolvidos nas Unidades de ensino da FIOCRUZ, e sua interpretação requer um olhar compreensivo à matriz institucional em que se incluem as concepções de ensino-aprendizagem e os paradigmas curriculares. Daí seus itinerários formativos apresentarem múltiplas referências, com variadas bases teórico-metodológicas, fundamentadas particularmente nos pressupostos e estratégias pedagógicas oriundos da aprendizagem significativa, do ensino-aprendizagem baseado em problemas concretos, no construtivismo, da educação permanente em saúde, da educação politécnica, da pedagogia crítica e emancipatória, da complexidade e multirreferencialidade.

Aprendizagem Significativa e Construtivismo:

O objeto de aprendizagem deve fazer sentido para o aprendiz que reconhece a existência de diversidade de sentidos, racionalidades e linguagens nos processos de produção de conhecimento e de aprendizagem. Adota abordagens pedagógicas voltadas para o ‘aprender a aprender’ estimulando os sujeitos aprendizes a manter-se atualizados de forma autônoma, crítica e investigativa ao longo de sua trajetória profissional; Isso porque a disposição desses alunos para aprender é fundamental para o processo pedagógico, bem como os materiais didáticos. Valoriza as experiências dos sujeitos na produção de conhecimento. Ademais, trata-se de processos de ensino-aprendizagem significativa mediante protagonismos ativo dos sujeitos aprendentes orientada para o aprender fazendo, integração do subjetivo e objetivo, para a criatividade e solução de problemas concretos. O aluno é agente ativo do seu próprio conhecimento, constrói significados, define sentidos, re-significa suas representações, e constrói assim novos conhecimentos. Em cada sujeito há um processo interno de mudanças que, porém, se faz com outras pessoas. Referências: Ausubel e Vygotsky.

Ensino-Aprendizagem baseado em problemas concretos:

Nos cursos que adotam essa metodologia é crucial a problematização para a aquisição de atitudes e posturas críticas que possibilitem superar os problemas e obstáculos para a melhor compreensão e apreensão da realidade. Por exemplo, no caso da saúde, problemas decorrentes da segmentação do conhecimento que dificultam a compreensão e resolução dos problemas oriundos dos processos de saúde/cuidado/atenção. Adota-se a metodologia de aprendizagem baseada em problemas (PBL) de maneira a superar as tradicionais memorizações dos conteúdos. Referência: Berber.

Educação Permanente em Saúde:

A educação permanente em saúde se orienta por processos educativos com itinerários formativos voltados para o trabalho, buscando nessa interação a melhoria e qualidade do próprio trabalho. Desta forma, é a pedagogia do trabalhador que objetiva o desenvolvimento de competências

necessárias ao enfrentamento e acompanhamento de constantes mudanças no mundo do trabalho decorrentes de inovações técnico-científicas, culturais e da gestão na sociedade contemporânea. Esse processo pedagógico valoriza o diálogo com as novas práticas de gestão e organização dos serviços de saúde do SUS, e, para tanto, a compreensão do processo do trabalho é fundamental para identificar quais os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desenvolvimento das competências identificadas. Referências: Ceccim, Davini.

Educação Politécnica

A concepção Politécnica da Educação propõe através de sua dimensão infra-estrutural, a identificação de estratégias de formação humana, com base nos modernos processos de trabalho, que apontem para uma reapropriação do domínio do trabalho, somente possível a partir das transformações tecnológicas. Em sua dimensão socialista, uma concepção politécnica de educação busca expor a relação entre formação humana e um projeto de sociedade sem classes. Trata-se da possibilidade de formar profissionais não apenas por meio da teoria, mas também por meio da prática num processo em que o educando aprende praticando, e, ao praticar, compreende os princípios científicos que estão direta e indiretamente na base da organização do trabalho na sociedade. Da mesma forma, essa concepção de formação postula que o processo de trabalho desenvolva em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais, pois, tais aspectos são características intrínsecas e concomitantes no trabalho humano.

Pedagogia Crítica e Emancipadora:

Os processos educativos da FIOCRUZ buscam construir e apoiar espaços de emergência de sujeitos, comprometidos com as transformações no campo da saúde coletiva, pela produção de reflexão crítica e de práticas desenvolvidas nas diversas esferas da vida social e acadêmica. As metodologias emancipadoras propostas por Paulo Freire tomam como ponto de partida o saber e a experiência cultural do aprendiz – por meio de processos dialógicos entre educador e educando – para a busca de conhecimentos que lhe possibilitem comparar, criticar, superar e construir visões de mundo dos projetos sociais e de uma saúde de natureza pública. Referência: Paulo Freire.

Complexidade e Multirreferencialidade:

A crítica ao modelo hegemônico de se fazer ciência e produzir conhecimentos está associada e repercute no processo educativo da sociedade contemporânea caracterizada pela complexidade, interligação de tecnologias da comunicação e informação, fragmentação do conhecimento, incompletude, incerteza, heterogeneidade, contradição, e diversidade de sujeitos e objetos. Propõem-se mudanças na gestão do ensino mediante diversidade do conhecimento na perspectiva multirreferencial, associada à pesquisa colaborativa e multidisciplinar. A educação implica para o professor na escuta do aluno na sua diversidade cultural e na troca de saberes entre docente/estudante. Busca-se a formação de sujeitos humanos, em que a solidariedade e ética são formas de conectar e religar as pessoas e os saberes. Referência: Edgar Morin.

Por fim, em linhas gerais, para a implementação de seus cursos, as Unidades de ensino baseiam-se nas seguintes estratégias no planejamento, organização e implementação das ações educativas:

Estratégias da implementação das ações educativas:

- Construção do projeto político-pedagógico.
- Definição dos profissionais que irão implementar o projeto.
- Seleção dos conteúdos, saberes, conhecimentos teóricos e práticos e competências profissionais apropriadas, integrados e articulados com os objetos e objetivos da formação desejada.
- Desenho do itinerário formativo ancorado nas teorias pedagógicas embasadoras dos cursos da Unidade de Ensino, e para tal, inclusão das metodologias de ensino-aprendizagem que favoreçam e atendam os ritmos e necessidades individuais e coletivos, a reflexão e a crítica, a compreensão subjetiva e objetiva dos determinantes e condicionantes do objeto no âmbito da saúde e da realidade social, bem como, o enfrentamento de problemas, conflitos e sua resolução, entre outras características.
- Construção e definição dos parâmetros e práticas da relação entre os sujeitos aprendizes e os responsáveis pela condução do processo educativo.
- Escolhas e definição dos processos avaliativos, de forma adequada, integrada e coerente com os sujeitos aprendizes e os princípios pedagógicos, filosóficos e políticos da qualificação e objetivos desejados.

3.2.1. A relação entre ensino e pesquisa

Na caracterização oferecida no capítulo 1 já ficou apontada a forte interligação entre pesquisa, ensino e aplicação na Fiocruz, marca de sua identidade institucional. E no capítulo 2 foi sumarizada a política de gestão de pesquisa: são 29 áreas de pesquisa que abrangem 271 linhas de pesquisa, e inúmeros projetos a elas associados.

Os cursos de especialização *lato sensu* na Fiocruz estão diretamente ligados aos investimentos realizados nas diversas linhas de pesquisa, representando um espaço muito significativo para a disseminação de conhecimentos, além de retroalimentarem a reflexão e aprofundamento dos processos de pesquisa implementados.

A título de exemplo da vinculação existente entre esses campos, relacionamos o caso da Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP. Conforme se apresenta no Quadro 3.1, a ENSP oferece um conjunto de 26 diferentes cursos de especialização que estão diretamente relacionados a 18 linhas de pesquisa. Ressalte-se que há outras 31 linhas de pesquisa que não possuem cursos *lato sensu* associadas a elas diretamente e que os cursos relacionados no quadro possuem cronogramas de oferta diferenciados, não estando todos presentes em cada oferta anual.

As demais unidades apresentam uma situação similar ao caso da ENSP. Ademais, vale lembrar que no caso dos programas de pós-graduação *stricto sensu* existe o mesmo de tipo de associação entre linha de pesquisa e ensino oferecido.

Quadro 3.1. Relação entre Linha de Pesquisa e Cursos de Especialização: exemplo ENSP

Linhas de Pesquisa ENSP	Cursos de Especialização
Alimentação e nutrição	- Alimentação e Nutrição na Atenção Básica - Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição
Avaliação de políticas, sistemas e programas de saúde	- Avaliação em Saúde
Avaliação de serviços e tecnologias em saúde	- Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente
Biossegurança e ambiente	- Biossegurança para Laboratório de Saúde Pública
Desenvolvimento, Estado e saúde	- Saúde Pública
Direito, saúde e cidadania	- Direito e Saúde
Educação e comunicação em saúde	- Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde
Formulação e implementação de políticas públicas e saúde	- Saúde Pública
Gênero e saúde	- Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos
Instituições, participação e controle social	- Saúde Pública
Planejamento e gestão em saúde	- Gestão da Saúde da Pessoa Idosa - Gestão de Hemocentros - Gestão de Redes de Atenção à Saúde - Gestão em Saúde - Gestão da Atenção Básica - Saúde Pública
Promoção da saúde	- Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social - Saúde Pública
Saneamento e saúde ambiental	- Gestão e Tecnologias do Saneamento
Saúde e trabalho	- Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
Saúde mental	- Saúde Mental e Atenção Psicossocial
Vigilância epidemiológica	- Pneumologia Sanitária
Vigilância sanitária	- Vigilância Sanitária - Saúde Pública
Violência e saúde	- Impactos da Violência em Saúde

3.3. Diretrizes do ensino de pós-graduação

Durante o ano de 2014, no contexto dos debates preparatórios ao VII Congresso Interno, a Câmara Técnica de Ensino formulou, ainda em caráter preliminar (portanto, em fase de debate e aperfeiçoamento nos diversos fóruns das Unidades e nos fóruns comuns), um conjunto de diretrizes do ensino de pós-graduação na Fiocruz.

Na oportunidade foi apontado que a política de ensino da Fiocruz abarca um amplo campo de oferta e modalidades de ensino, desde o ensino técnico de nível médio, os

programas de atualização e aperfeiçoamento, os programas de pós-graduação *Lato Sensu* (especializações, residências médicas e residências multiprofissionais) até os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados), em modalidades presenciais, semi-presenciais e a distância, sendo necessário consolidar um documento político-educacional comum a toda a instituição, com as definições estratégicas e orientação gerais que contribuem para o desenvolvimento da organicidade institucional e o aumento de sinergia entre as atividades das diversas unidades internas, sem enfraquecimento ao valor de Autonomia das unidades no desenho e gestão de seus projetos próprios. No entanto, em vista do maior avanço dos debates relativos ao ensino de pós-graduação – propiciado pelos necessários intercâmbios e interfaces com o Sistema Federal de Ensino – foi possível pactuar as principais diretrizes orientadoras para a pós-graduação.

Diretrizes para o ensino de pós-graduação

1. Consolidar a pós-graduação e sua interação com a produção científica e tecnológica, a inovação em saúde e o fortalecimento do SUS;
2. Apoiar o Programa de Excelência da Pós-Graduação da FIOCRUZ, promovendo debates pertinentes e implementando propostas concretas para o alcance de seus objetivos.
3. Aperfeiçoar mecanismos de formulação, integração e fortalecimento do ensino *Lato Sensu*, buscando apoio permanente às estruturas de governo que regulam essa formação no país, abrindo espaços para a compreensão das especificidades do *Lato Sensu* para apoiar o Sistema Único de Saúde brasileiro.
4. Implantar a proposta elaborada pelo Fórum das Unidades Regionais para a integração do Ensino na FIOCRUZ, criando as condições para a oferta compartilhada de disciplinas, aperfeiçoando o processo regulatório e regimental dessa iniciativa, propiciando a mobilidade dos docentes e discentes, investindo no reforço à infraestrutura de comunicação virtual com Web e Videoconferência e estimulando a orientação e co-orientação de alunos fora dos seus programas de origem.
5. Incorporar novas tecnologias como elemento intrínseco à moderna formulação dos projetos de educação na saúde, superando a visão de seu uso como ferramenta para abrigar processos educativos diversos. Apoiar o Projeto de Telemedicina e Telessaúde, dando visibilidade aos seus objetivos de ensino para todas as Unidades da FIOCRUZ e integrando esforços para seu aperfeiçoamento.
6. Apoiar o projeto de criação do Campus Virtual da FIOCRUZ, explorando seu potencial agregador de possibilidades que envolvem todos os níveis de formação da instituição, desde o nível médio até a pós-graduação *Stricto Sensu*, e desenvolver mecanismos concretos para a sua implementação.
7. Apoiar a formação em larga escala através da UNA-SUS, construindo arranjos de cooperação das instituições partícipes, com criatividade e inclusão, e qualificando os resultados para o SUS e o Sistema de C&T.
8. Aprofundar o perfil da FIOCRUZ na sua vocação do trabalho com Redes, diversificando as oportunidades e estimulando a relação dessas Redes com o conjunto da Instituição.
9. Tendo em vista as mudanças que vêm sendo efetuadas nos modelos de oferta formativa apoiados pelo Ministério da Saúde, através da ampliação atual e futura das Residências; as etapas de continuidade do PROVAB e do Programa Mais Médicos, entre outras inovações pedagógicas em caráter expansivo, explorar e problematizar o perfil da preceptoria como

uma prática importante de mediação da oferta formativa contemporânea. Nessa mesma perspectiva, dar continuidade ao processo para criação do Mestrado Profissional em Rede para a Saúde da Família-PROFSAUDE.

10. Promover discussão sobre diretrizes e novas visões sobre a educação na sociedade contemporânea, com ênfase no papel da Fiocruz. Com este objetivo promover o Seminário “Educação para a Fiocruz do Futuro”, a ser realizado em maio de 2015, no âmbito das comemorações dos 115 anos da Fiocruz. O Seminário terá por finalidade colocar em foco análises, diretrizes e projetos educacionais e deverá contribuir para a definição de políticas institucionais

3.4. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação e o acompanhamento da aprendizagem são componentes significativos do itinerário formativo e das práticas de uma instituição educativa, expressam simultaneamente concepções pedagógicas, visão de mundo e de sociedade, bem como, balizam o alcance dos seus objetivos educacionais. Nas Unidades de ensino da Fiocruz tem-se como parâmetro avaliativo de um lado, os objetivos mais amplos referentes à contribuição a ser dada à ciência, tecnologia, prestação de serviços de saúde pública/coletiva e ao SUS, por meio da excelência da formação de gestores, docentes, técnicos e pesquisadores comprometidos com a saúde das populações. Por outro lado, às finalidades da educação de contribuir para a formação equitativa, cidadã, ética, política e democrática dos sujeitos aprendentes. Discutir sobre os critérios da avaliação e indicadores a serem utilizados é uma das diretrizes da Fiocruz para os cursos de pós-graduação.

A avaliação tem sido, simultaneamente, um dos componentes das ações de planejamento que subsidiam as decisões, estratégia pedagógica de aprendizagem e instrumento de reflexão contínua sobre a própria instituição educativa e da formação dos profissionais/estudantes participantes dos cursos *Lato Sensu*. O processo de avaliação e acompanhamento do ensino aprendizagem é sistemático, contínuo, orientador, integral, inclusivo, relacional, quantitativo e qualitativo, emancipatório e crítico.

No âmbito das Unidades de ensino praticam-se principalmente as seguintes modalidades de avaliação, a depender da função que venha a ter no itinerário formativo do curso: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica é realizada no início do curso, dos módulos e das disciplinas, por meio de coleta de informações e sondagem dos estudantes participantes, para melhor conhecer sobre seus conhecimentos, experiências, habilidades e atitudes que trazem para a nova experiência formativa. Esse tipo ou dimensão da avaliação é informativa, conhecida como sondagem de nivelamento e também pode ter a função de construção de linha base para acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem e mudanças do/no estudante. A avaliação formativa refere-se à investigação da prática dos processos escolares que possibilita, tanto ao docente como ao estudante, identificar e informar o nível e grau da aprendizagem resultante do ensino, detectar limites e lacunas e melhorar o processo ensino-aprendizagem, na busca da excelência da formação.

A avaliação e acompanhamento do ensino na Fiocruz efetivam-se por meio da avaliação da aprendizagem do estudante-profissional, da avaliação dos processos de ensino dos cursos oferecidos, da avaliação dos projetos e programas e da Unidade de ensino-pesquisa.

A avaliação da aprendizagem do aluno tem duas finalidades básicas: possibilitar ao estudante de forma significativa a reflexão sobre seu processo de aprendizagem auto-formativo, e orientá-lo quanto aos passos seguintes a serem dados, bem como, enriquecer o aprendizado durante o próprio processo de avaliação. E para o professor, essa avaliação tem a função de desvelar o momento presente do aluno enquanto aprendiz e agente do seu processo de aprendizado. A depender da metodologia, do instrumento e da frequência de avaliação utilizada, revela-se o que foi aprendido pelo estudante quanto aos conhecimentos, habilidades, competências, quais as dificuldades e limitações que precisariam ser superadas e que dependem da atuação dos vários atores do processo educativo.

De maneira geral, consideram-se outros aspectos como importantes, tais como: clareza e explicitação dos critérios de avaliação no plano de ensino; avaliação coerente com o conteúdo programático das disciplinas e módulos; ser sempre de natureza construtiva para a aprendizagem do estudante, e, obedecer as normas legais vigentes do Ministério da Educação e do Regimento Geral dos Cursos *Lato Sensu* da Fiocruz.

As avaliações do curso e do programa visam promover mudanças na qualidade dos serviços educacionais prestados, possibilitam replanejar as estratégias e aperfeiçoar os procedimentos, a fim de se atingir os objetivos previamente definidos. Avaliam-se as disciplinas ou módulos ao seu final, de sorte a colher informações sobre os conteúdos, as oficinas, disciplinas e módulos, atendimento administrativo, o corpo docente e as instalações. Trata-se de um processo que varia a depender da natureza e objetivos de cada Unidade. Pode ser realizada por meio de auto-avaliação, de levantamento de opiniões usando questionários ou formulários específicos, por escrito ou *on-line*, de forma anônima ou não, em que se obtém informações segundo a perspectiva dos respondentes sobre a atuação do corpo docente e preceptores, de todos implicados no processo de realização dos cursos, e as condições estruturais da Unidade de ensino e pesquisa. Em geral, a análise crítica do programa ou curso possibilita à coordenação e sua equipe introduzir mudanças e ajustes na realização do curso a fim da consecução dos objetivos estabelecidos. As experiências exitosas são examinadas para difundi-las com os outros programas.

Ademais, a partir do estabelecido pelo Programa de Excelência para a Pós- Graduação para garantir a sua qualidade, realiza-se a avaliação institucional, cujos resultados possibilitam desenvolvimento de estratégias de acompanhamento dos efeitos dos cursos nos egressos e introduzir ajustes às necessidades formativas do SUS para melhorar a articulação com os serviços de saúde. Outras iniciativas são desenvolvidas em colaboração com entidades como a ABRASCO, a exemplo da formulação e acompanhamento do Sistema de Acreditação Pedagógica para os cursos *Lato Sensu* em Saúde Coletiva,

em implantação na Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública, sob a coordenação da ABRASCO. Essa proposta visa a qualidade da formação ministrada, a partir do gerenciamento pactuado coletivamente dos parâmetros e critérios definidos e adotados para a certificação do curso e do programa.

Segundo o Regimento Geral de Ensino da Pós-Graduação *Lato Sensu* da Fundação Oswaldo Cruz, para o estudante obter a aprovação e certificação final do curso precisa ser aprovado nas disciplinas e no trabalho final (TCC), e ter frequência mínima de 75% da carga horária de cada disciplina. Nos cursos à distância a frequência é obrigatória nos encontros presenciais das atividades programadas.

Para a avaliação da aprendizagem das disciplinas e/ou módulos pode haver ajustes e variações a depender da natureza, conteúdo, objetivos, e metodologia de ensino-aprendizagem das disciplinas do curso, a depender se a disciplina é teórica, prática, no âmbito do serviço de saúde, presencial, semi-presencial e à distância. No geral, adotam-se vários critérios selecionados, dentre os seguintes:

- Participação em sala de aula (30 ou 40%);
- Participação nos debates;
- Apresentação de seminário;
- Provas escritas ou orais;
- Fichamento/resenha da bibliografia do curso;
- Elaboração de projetos, resumos, relatórios, trabalhos temáticos e/ ou outros, em grupos e/ou individuais, intra ou extra-classe;
- Avaliação por meio de rodas dialógicas, seminários, trabalhos desenvolvidos nas oficinas, participação nas ações relacionadas à saúde;
- Auto-avaliação ao final de cada módulo, de forma escrita ou oral.
- Algumas Disciplinas exigem trabalho final.
- Avaliação coletiva, durante uma reunião em que estudantes e docentes analisam seus relatórios e portfólios das experiências vividas.
- Avaliação realizada por preceptores quanto a atividade realizada pelo estudante / participante no serviço.

O aproveitamento acadêmico de cada disciplina ou módulo é expresso por meio de conceitos, considerando-se o conceito C o mínimo para aprovação: A – Excelente (equivalente a notas entre 9 e 10); B – Bom (equivalente a notas entre 7,5 e 8,9); C – Regular (equivalente a notas entre 6 e 7,4); D – Insuficiente (equivalente a notas entre 0 e 5,9). Aquele que tiver conceito D é reprovado na disciplina e se receber duas vezes este conceito é desligado do curso.

Será considerado aprovado no módulo o participante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 pontos, dentre as notas de 0 a 10.

- Notas entre 9,0 a 10 – A (excelente)
- Notas entre 7,5 a 8,9 – B (bom)

- Notas de 6,0 a 7,4 – C (regular)
- Notas menores que 6,0 – D (insuficiente).

O estudante participante poderá ser desligado do curso se obtiver avaliação insuficiente, frequência abaixo do percentual requerido para as atividades teóricas ou práticas, e descumprimento ao regulamento do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requerido obrigatoriamente para a aprovação e certificação final do estudante. Trata-se de um trabalho individual escrito em geral durante o curso sobre a temática estudada em que o aluno revele a incorporação de seus aspectos teóricos, conceitual, metodológico, tecnológico, político, entre outros. Pode ser desenvolvido e apresentado nos seguintes formatos: desenvolvimento de um projeto de intervenção; uma monografia; artigo científico resultante da construção e execução do projeto de pesquisa ao longo do curso com o intuito de fortalecer a relação ensino e pesquisa, sempre seguindo as normas de formatação e apresentação da ABNT referente à elaboração de publicação científica. Cada aluno tem um professor orientador, especialista no tema e/ou abordagem metodológica, que se torna responsável pelo acompanhamento da produção do TCC, processo esse que pode ou não ser acompanhado pelas várias instituições envolvidas no desenvolvimento do curso. A entrega do TCC deve ser ao final do curso dentro do prazo, com parecer favorável do orientador, que o distribui para os componentes da banca examinadora darem seus pareceres. A exposição final do TCC, opcionalmente para cada curso, pode ser oral para o público interno e externo e o estudante deve apresentar a versão final do seu TCC após vinte dias com as sugestões da banca integradas ao trabalho. Projetos envolvendo seres humanos ou animais deverão passar pelo comitê de ética da Fiocruz.

Capítulo 4: A Pós-Graduação *Lato Sensu* presencial

A experiência de pós-graduação da Fiocruz fundamenta-se na produção de conhecimentos e práticas de saúde com base no diálogo com os contextos sanitários. A estratégia de combinar “formação teórica e treinamento prático de pesquisadores e especialistas” é elemento constituinte da própria identidade da multifacetada instituição que veio a ser a Fundação Oswaldo Cruz. Desde as primeiras décadas do século XX, que o Instituto Oswaldo Cruz produz experiência inovadora, que cresceu à margem das escolas de ensino superior, ao combinar ensino e pesquisa e se afirmar pelo caráter aplicado, fornecendo os contornos do *lato sensu* desde o seu nascimento.

Em que pese o fato de que a política de ensino da Fiocruz seja ampla e voltada para as diversas modalidades e objetivos de qualificação da força de trabalho do SUS (desde a educação de jovens e adultos – EJA, a educação profissionalizante e até à diversidade de oferta de ensino de pós-graduação), este Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI prioriza a atenção aos programas de pós-graduação *Lato Sensu*, em razão da urgência de se explicitarem os fundamentos balizadores para o credenciamento institucional desta oferta pelo MEC. Por isso, este capítulo apresenta um panorama da evolução da oferta de pós-graduação *Lato Sensu* na Fiocruz, caracteriza a oferta atual – presencial e a distância - e pontua as perspectivas para o período 2016-2020, à luz das orientações do VII Congresso Interno.

4.1. Recuperação histórica e contextualização da oferta *Lato Sensu*

A tradição de pesquisa e ensino voltada para a resolução de problemas de saúde pública consolidou-se inicialmente no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), ainda nas primeiras décadas do século XX. Já em 1908, o Curso de Aplicação de Manguinhos – com características de especialização pós-graduada – começou a formar especialistas do próprio IOC e de outras instituições do Brasil e mesmo de outros países. Tal curso tinha duração de dois anos em tempo integral e foi ofertado até a década de 1960. Já em 1925, o IOC passou a ofertar o Curso de Especialização de Higiene e Saúde Pública (criado pelo Dec. nº 16.782-A/1925), que visava aperfeiçoar médicos para desempenhar funções sanitárias e abria-lhes o direito à nomeação para os cargos federais, com precedência sobre quaisquer outros candidatos, o que era reconhecimento claro da qualidade do ensino oferecido. Daí, em 1931, o IOC teve concedido mandato universitário, por contribuir para a ampliação do ensino da Universidade do Rio de Janeiro mediante a oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Conforme cuidadosa investigação de Azevedo e Ferreira,¹ ao longo das décadas seguintes o IOC vivenciou diversos embates entre posições quanto à sua incorporação formal ao ensino superior do país ou à manutenção de suas atividades docentes e de pesquisa de modo autônomo.

No ano de 1953, assistiu-se a uma importante mudança institucional, quando o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, foi dividido em dois ministérios, dando surgimento ao Ministério da Saúde (MS) e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Naquele período, movimentações do corpo técnico-científico do IOC buscando mantê-lo sob jurisdição do MEC e não do MS evidenciam tensões e visões diferenciadas quanto à missão do Instituto, nutridas em boa medida pela escassez de recursos orçamentários provenientes do governo e ao peso da área de produção de vacinas e soros que sufocava e limitava a produção de pesquisa científica.

Em setembro de 1954, a criação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) vinculada ao Ministério da Saúde trouxe novos elementos para a política de ensino da Fiocruz, que viria a se constituir na década de 1970. O Decreto nº 43.926, de junho de 1958, é que de fato estrutura e coloca para esta escola a prerrogativa da formação de especialistas em Medicina Sanitária para o funcionalismo federal, iniciando sua oferta educativa em 1959.

A criação da Fundação Oswaldo Cruz, por meio do Dec. nº 66.624, de 22 de maio de 1970, incorporou o IOC e outras instituições, já afirmando em seu artigo 2º, entre outras finalidades, a de “promover a formação, o aperfeiçoamento de pesquisadores em ciências biomédicas, de sanitaristas e demais profissionais de saúde”. Ainda no mesmo ano, a ENSP foi incorporada à Fiocruz. Em 1976, a criação das unidades de Farmanguinhos e Biomanguinhos, voltadas à produção de medicamentos, além de colocar a Fiocruz no centro das soluções públicas relacionadas a este tema tão estratégico e sensível para a população, em certa medida foi uma resposta às demandas expressas pelos técnicos no início dos anos 1950.

No âmbito da educação formal, na primeira metade dos anos 1960 foram formuladas as primeiras definições para uma política de pós-graduação no país (centrada basicamente no *Stricto Sensu*), por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024/1961). O Parecer Sucupira (CFE 977/1965), considerado texto fundante da pós-graduação brasileira, diferencia conceitualmente o *Stricto Sensu* do *Lato Sensu*, porém regulamenta apenas o primeiro. Apenas em 1977, por meio da Resolução nº 14, o Conselho Federal de Educação regulamentou os cursos de aperfeiçoamento e especialização como instrumento de qualificação na carreira de Magistério Superior, visando suprir a forte carência de docentes nos cursos universitários que tiveram um incremento grande a partir da reforma universitária de 1968.

1 AZEVEDO, N. & FERREIRA, L. O. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19(2): 581-610, 2012.

Neste ambiente, ao longo das décadas de 1970 e 1980, em contexto de lutas contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, o movimento sanitarista se fortaleceu em todo país, intimamente ligado aos movimentos sociais populares que apresentaram sua expressão mais madura em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde. A Conferência teve papel fundamental para o processo constituinte, de tal forma que a nova Constituição Federal promulgada em 1988 acolheu a maioria das proposições desse forte movimento social, resultando daí o surgimento do Sistema Único de Saúde, detalhado depois na Lei nº 8080/1990.

A formação de técnicos e gestores de saúde pública para o país, nesse contexto de redemocratização, representou momento rico de atuação da Fiocruz – principalmente pela atuação da ENSP – em articulação com centros de ensino localizados nas regiões do país, sobretudo no período 1975-1985, com um vínculo que foi se consolidando a partir de 1975 pelo Programa Nacional de Cursos Descentralizados, voltados para a formação de sanitaristas que viriam a ser incorporados aos sistemas de saúde dos estados em todas as regiões do país. Com a criação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO, em 1979, esta passou a ter um papel importante na avaliação e na articulação da oferta desse ensino voltado à consolidação da política nacional de saúde, com destaque muito especial ao papel de lideranças que seriam absorvidas pelo Sistema de Saúde, dando corpo a uma burocracia tecnicamente formada para integrar o que viria a se constituir no Sistema Único de Saúde brasileiro. Ao longo desse período se consolidaram as residências em medicina preventiva e social e se iniciaram em 1977 os cursos de especialização em saúde pública pela ENSP, mediante convênios com as secretarias de saúde dos estados e parcerias com universidades.

No ano de 1979 a ENSP iniciou sua oferta de mestrado em Saúde Pública, passando também a ofertar o Doutorado a partir de 1980. As parcerias estabelecidas nos anos 70 e 80 propiciaram a criação de bases conceituais e políticas que mobilizaram, em períodos subsequentes, a organização e funcionamento das Redes de Ensino que trabalham articuladas à FIOCRUZ, como por exemplo a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública - RedEscola e Rede de Escolas Técnicas do SUS, a Rede Nordeste de Saúde da Família, dentre outras.

O *Lato Sensu* da Fiocruz reflete a missão das suas Unidades, tanto em seu conjunto, quando do diálogo com os princípios e valores de uma saúde pública universal e equânime, como também em respeito às especificidades próprias às diversas vocações constitutivas de cada uma delas. A pluralidade temática, aliada à capacidade de construção de sinergias e complementaridades e a atuação em Rede, têm sido responsáveis pelo enriquecimento teórico-metodológico do *lato sensu*, nomeadamente no que se refere às metodologias de aprendizagem, além dos campos da saúde.

Com a ampliação das demandas de formação e o entendimento político sobre a importância do fortalecimento da gestão do SUS, no ano 1998 se iniciara a oferta de cursos na modalidade a distância e a constituição da Escola de Governo em Saúde

na ENSP. Os programas EaD estiveram voltados, num primeiro momento, a cursos de aperfeiçoamento e atualização e, num segundo momento, iniciou-se a oferta de cursos de especialização, à época todos considerados como pós-graduação *Lato Sensu*.

No decorrer da década de 2000, a oferta de pós-graduação *Lato Sensu* foi acentuada, em decorrência de alguns fatores, tais como o fortalecimento do SUS, com o surgimento e incremento de diferentes áreas de atuação, como também em sintonia com a consolidação do novo contexto governamental, especialmente relativo à criação em 2003, no Ministério da Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde – SGTES e em seguida a institucionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS (2004).

Na Fiocruz, o modelo de gestão participativa instituído a partir de 1985 se consolidava. Em 2007 constitui-se a Subcâmara de Pós-Graduação *Lato Sensu*, que realizou, sob liderança da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Pesquisa, sequenciados processos de debates e elaborações sobre a política de ensino da Fiocruz para as especializações. Nos anos seguintes, os debates trataram da marcante heterogeneidade e diversidade dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* ofertados; a tendência à ampliação da oferta devido às demandas crescentes que incidem sobre a Fiocruz; a insuficiência da regulação em nível nacional e institucional; e a necessidade de ampliar a participação das lideranças atuantes na Pós-Graduação *Lato Sensu* nas diversas unidades técnico-científicas para a revisão dos regimentos de Ensino da Fiocruz e das referidas unidades. Realizaram-se vários debates visando a consolidação de um Projeto Político-Pedagógico da instituição, incentivando-se cada unidade a avançar em suas elaborações específicas.

Os debates sistemáticos realizados no período 2007-2009 apontaram, além das preocupações com a frágil situação regulatória desses programas, a necessidade de aprofundar o conhecimento interno sobre a atuação das diversas unidades, visando constituir vocabulário comum e a consolidação de uma política de ensino *Lato Sensu* para a Fiocruz.

As Tabelas 4.1, 4.2. e 4.3 apresentam informações consolidadas sobre a dimensão da oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* no período 2008 a 2015, com a ressalva de que nos dados de 2015 faltam informações do mês de dezembro.

Em resumo, pode-se afirmar que ao longo do período, 13 unidades da Fiocruz ofertaram uma média de 44 cursos por ano, equivalendo a um total de 8.315 alunos matriculados (média de 1.039 por ano) e 6.054 alunos titulados.

Tabela 4.1: Especializações *Lato Sensu* Presenciais: Cursos Oferecidos (2008-2015)

Unidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
COC		1	3	3	2	2	2	2	15
IGM (CPqGM)								1	1
IAM (CPqAM)	3	2	3	3				1	12
ILMD (CPqLMD)	1	2	7	5	8	2	6	2	33
DIREB/EFG	5	4			2			3	14
ENSP	11	13	20	15	16	8	11	13	107
EPSJV	1	1		2		2	2	1	9
FarManguinhos		2	2	2	2	2	2	2	14
ICICT	1	3	3	2	2	2	1	2	16
IFF	6	7	6	15	16	18	4	3	75
INCQS	1	2	1	3	3	1	1	1	13
IOC	3	3	4	4	4	4	4	3	29
IPEC/INI	1	1	0	2	3	2	2	5	16
Total	33	41	49	56	58	43	35	39	354

Fonte: VPEIC – Consolidação de informações das Secretarias Acadêmicas, 2015.

Tabela 4.2: Especializações *Lato Sensu* Presenciais: Alunos Matriculados (2008-2015)

Unidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
COC		22	53	61	43	38	37	33	287
IGM (CPqGM)								21	21
IAM (CPqAM)	170	135	80	8				24	417
ILMD (CPqLMD)	18	44	275	70	420	75	84	125	1111
DIREB/EFG	212	293			92			226	823
ENSP	399	385	423	511	273	202	325	317	2835
EPSJV	31	25		93		177	66	47	439
FarManguinhos		60	60	54	64	64	58	43	403
ICICT	59	66	59	21	18	14	43	29	309
IFF	86	81	75	99	57	92	87	42	619
INCQS	16	43	12	73	65	23	8		240
IOC	48	91	152	76	81	151	22	26	647
IPEC/INI	37	2	0	31	34	4	8	48	164
Total	1076	1247	1189	1097	1147	840	738	981	8315

Fonte: VPEIC – Consolidação de informações das Secretarias Acadêmicas, 2015.

Tabela 4.3: Especializações *Lato Sensu* Presenciais: Alunos Titulados (2008-2015)

Unidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
COC		0	21	56	59	32	35	32	235
IGM (CPqGM)								21	21
IAM (CPqAM)	50	44	74	85	66				319
ILMD (CPqLMD)	16	10	29	58	122	58	99	11	403
DIREB/EFG	0	211	158	204	30	63			666
ENSP	478	484	478	242	253	447	602	164	3148(*)
EPSJV	30	19	10	26		46	9		140
FarManguinhos		5	23	22	38	36	25	5	154
ICICT	44	34	26	38	7	18	13		180
IFF	81	81	75	14	54	70	43	27	445
INCQS	2	23	16	8	30	23	1		103
IOC	19	7	23	24	21	28	16	14	152
IPEC/INI	25	31	0		19	2	4	7	88
Total	745	949	933	777	699	823	847	281	6054

Fonte: VPEIC – Consolidação de informações das Secretarias Acadêmicas, 2015.

(*) A diferença de valores, a maior para o número de alunos titulados em relação aos matriculados, deve-se a ação de formalização da titulação de egressos de anos anteriores com pendências no sistema de gestão acadêmica.

A Tabela 4.4 apresenta informações agregadas (extraídas das três tabelas anteriores) sobre a quantidade de cursos e matrículas oferecidos e alunos titulados em cursos de especialização *Lato Sensu* presencial no ano de 2015. A relação desses 39 cursos ofertados pode ser consultada no capítulo 1, Quadro 1.3.

Tabela 4.4: Especializações *Lato Sensu* presenciais – cursos ofertados em 2015

Unidade	Cursos Oferecidos	Alunos Matriculados	Alunos Titulados (até nov/2015)
COC	2	33	32
IAM (CPqAM)	1	24	
IGM (CPqGM)	1	21	21
ILMD (CPqLMD)	2	125	11
DIREB/EFG	3	226	
ENSP	13	317	164
EPSJV	1	47	
Farmanguinhos	2	43	5
ICICT	2	29	
IFF	3	42	27
INCQS	1		
INI	5	48	7
IOC	3	26	14
Total	39	981	281

Fonte: VPEIC – Consolidação de informações das Secretarias Acadêmicas, 2015.

O Relatório de Gestão 2014 trouxe informações consolidadas dos resultados daquele ano, evidenciando que a Fiocruz titulou 2.784 alunos de cursos de pós-graduação *stricto* e *Lato Sensu*.

A distribuição apresentada na Tabela 4.5 demonstra que 78% dos egressos provieram de cursos *Lato Sensu*. Neste montante estão incluídos também os concluintes de Residências, Aperfeiçoamentos e Atualizações. O total de concluintes dos Cursos de Especialização foi 847, representando 30,5% do total dos cursos de pós-graduação da Fiocruz.

Tabela 4.5: Distribuição de egressos de pós-graduação por titulação - Fiocruz, 2014.

Programa/Curso	Egressos	Percentual
Pós-Graduação Stricto Sensu	617	22
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	2.176	78
Total	2.784	100

Fonte: VPEIC, 2015 (citado no Relatório de Gestão 2014, página 217)

4.2 - Organização didático-pedagógica dos cursos de especialização

A realização das atividades finalísticas dos processos de ensino da Fiocruz estão a cargo das Unidades onde eles estão sediados, com uma retaguarda de gestão acadêmica e escolar tanto nas Unidades como na Vice-Presidência de Ensino, por meio da sua Coordenação-Geral de Pós-Graduação.

A gestão dos cursos segue um processo de planejamento ancorado na Vice-Direção de Ensino das Unidades, com Secretarias acadêmicas que lhe dão o suporte necessário à confecção dos editais, aos processos seletivos, à análise dos projetos pedagógicos dos cursos e toda a movimentação subsequente para garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, e o caráter público da sua oferta educativa. Os processos de ensino são regidos pelo regimento geral de ensino da Fiocruz, elaborado e revisado periodicamente, em interação da Vice-Presidência de Ensino com membros da Câmara Técnica convidados para tal fim. Cada unidade também constitui regulamento de ensino próprio mantendo coerência com o regimento geral da Fiocruz.

Cada curso tem um coordenador e alguns deles trabalham com um colegiado de gestão, composto por docentes ligados aos Departamentos ou Laboratórios. Esses docentes são propositores dos cursos, para os quais elaboram os projetos pedagógicos específicos, que são aprovados pela coordenação de ensino da Unidade. Os cursos contam com docentes e pesquisadores das Unidades, ou convidados de outras Unidades ou Instituições, incorporando por vezes profissionais, gestores, especialistas, ou representantes de associações ou segmentos da comunidade, de acordo com os objetos tratados.

Os estágios têm também natureza variável, e beneficiam-se da estrutura de serviços da própria instituição (Hospitais, Centro de Saúde e Laboratórios com serviços especializados), mas também, de acordo com os objetos dos cursos, podem ser oferecidos estágios nas comunidades, assim como trabalhos de campo inclusive com incursões em áreas de floresta ou com algum grau de exemplaridade que se relacione com o ciclo de formação do aluno. Os docentes acompanham os estágios de forma sistemática.

Os materiais dos cursos presenciais são produzidos pelos próprios docentes, embora algumas Unidades já disponham de estrutura de retaguarda para a produção de vídeos, filmes, entre outros dispositivos midiáticos. A Fiocruz tem também uma Vídeo Distribuidora no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), que cria um ambiente favorável à colaboração, quando solicitada, bem como um extenso acervo de programas e documentários produzidos e sediados em um canal de televisão, o Canal Saúde. Há possibilidade de disponibilização de livros da Editora Fiocruz e das Revistas existentes, bem como os livros e periódicos das bibliotecas institucionais.

A busca de inovações curriculares se dá em caráter permanente. Um exemplo recente integra o documento de Diretrizes do Ensino de Pós-Graduação na FIOCRUZ, de 2014, e está representado pela proposta de mobilidade entre alunos da pós-graduação *Stricto Sensu*, mas espera-se que a implantação desse processo motive este procedimento também com os estudantes dos cursos *Lato Sensu*, permitindo a frequência do aluno em disciplinas das diferentes Unidades, com reconhecimento de créditos e contribuindo para a integralização de uma formação menos endógena e mais representativa da visão de Saúde Pública da Instituição. A Fiocruz é palco de inúmeros debates sobre seus temas de interesse, e também de políticas públicas. No cotidiano dos cursos, incentiva-se a participação dos estudantes nesses eventos, desde que orientados pela coordenação do curso correspondente. Os Centros de Estudo das Unidades são muito ativos, e os estudantes têm frequência nas sessões temáticas organizadas para alunos, pesquisadores e docentes.

Outro exemplo de inovação curricular é a organização de processos formativos integrados. Em virtude de sua vocação diretamente voltada para a qualificação da força de trabalho para o SUS, a ENSP realiza um processo de revisão de sua oferta *Lato Sensu*, com foco no aprofundamento do diálogo com as necessidades do sistema e serviços de saúde. O projeto contemplou, metodologicamente, a participação dos atores da prática do SUS de todas as regiões do país e foi intitulado “ENSP em Movimento”. Atualmente esse processo está em atualização, com revisão de seus produtos e resultados, especialmente no que se refere à reformulação da oferta em Áreas de Prática do sistema de saúde, estruturadas em Programas de Formação, ordenados em itinerários de aprendizagem. Os itinerários são definidos segundo os objetivos do processo formativo e da titulação final, podendo ser de: atualização, aperfeiçoamento, especialização e residências médicas e multiprofissionais. Esse processo objetiva cumprir com uma maior robustez e complementaridade no âmbito do *Lato Sensu*, assim como a integração ao *Stricto Sensu*,

nas suas dimensões de ensino e pesquisa. Esse é apenas um exemplo de iniciativas das unidades da Fiocruz dedicadas à qualidade do ensino *Lato Sensu*.

Portanto, busca-se a integração e fortalecimento do ensino com oferta compartilhada de disciplinas e das metodologias de ensino-aprendizagem propiciando mobilidade docente e discente, bem como, ensino e aprendizagem compartilhados por meio da comunicação virtual com Web e Videoconferência.

A gestão das informações é garantida por meio da Plataforma Siga, um conjunto de sistemas, informações e arquitetura, configurados, visando informatizar os processos associados à gestão de cursos de pós-graduação e de nível técnico da Fiocruz, segundo levantamento e normatização realizados nas suas unidades. Este sistema de registro acadêmico já foi descrito no item 2.4.1.

Os cursos de especialização *Lato Sensu*, tanto presenciais como a distância, podem também ser classificados quanto à regularidade e aos públicos alcançados. Nesses aspectos, podem ser de duas categorias: cursos regulares de oferta aberta ou cursos ofertados sob demanda.

Os cursos de oferta regular aberta são aqueles desenhados pelas Unidades e que são oferecidos periodicamente, de modo anual ou bienal. Sua oferta e processos de seleção de alunos são divulgados amplamente por meio de editais públicos. Dependendo do tipo de conteúdo e objetivo a que se propõe, tal tipo de curso pode ser para um público amplo, colocando-se apenas exigências acadêmicas e de vínculos profissionais, ou pode haver restrições para situações mais focadas a determinadas profissões da saúde, localização regional e outros aspectos correlatos.

Os chamados cursos sob demanda são oferecidos como resultado de entendimentos e negociações entre as unidades da Fiocruz e os organismos de saúde, principalmente as secretarias do Ministério da Saúde, as secretarias estaduais e municipais de saúde, e também outros ministérios e órgãos públicos. Neste caso, pode ser algum dos cursos de oferta regular, que então passa a ser oferecido para um público específico e localizado, ou pode ser curso especialmente desenhado para aquele público e situação. Em quaisquer dos casos, isso resulta de articulações e elaborações conjuntas entre as equipes coordenadoras de cursos e a entidade ou órgão demandante, para garantia das especificidades de cada demanda e público atendido. Também para esses cursos existe a publicação de edital e processo seletivo para composição das turmas, seguindo critérios pactuados com a instituição demandante.

Ademais, registre-se que a carga horária dos cursos é bastante variada, para atender a necessidades exigidas pelos objetivos específicos, públicos e situações atendidos. Embora grande parte dos cursos se atenha à carga mínima de 360 horas, existem especialidades que exigem carga horária bem maior, similares àquelas das residências.

4.3 Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

O sistema de governança democrática da Fiocruz permite altos graus de autonomia das diversas unidades, conforme já descrito no capítulo 2 deste documento. O Congresso Interno como instância máxima de elaboração e deliberação das grandes linhas estratégicas e os diversos fóruns e organismos de interlocução e pactuação interna possibilitam garantir a unidade de ação necessária à realização da Missão Institucional.

Desta forma, a oferta diversificada de programas de pós-graduação *Lato Sensu*, tanto presenciais como a distância, é viabilizada pela atuação autônoma das diversas unidades, que cuidam, por meio de seus processos internos de elaboração e decisão democrática, de consolidar as regras orientadoras para o estabelecimento e funcionamento de tais programas.

Já em 2003, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou um Regimento Geral dos Cursos *Lato Sensu* que tratava de expor um conjunto de orientações genéricas e balizadoras que garantissem a cada unidade responsável pela elaboração e implementação dos programas, o alinhamento mínimo necessário e ao mesmo tempo a clareza para o exercício das definições autônomas.

Em dezembro de 2010, o Conselho Deliberativo referendou novo Regimento Geral, aprovado seis meses antes pela Câmara Técnica de Ensino. Tal documento fora construído por meio de contribuições de um colegiado de representantes das Unidades Técnico-Científicas, instituído por iniciativa da Coordenação Geral de Pós-Graduação da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação.

Este é o Regimento Geral vigente e nele se reafirma que as Unidades Técnico-Científicas são responsáveis pelo “planejamento, programação, orçamento, fonte(s) de financiamento, credenciamento, seleção, acompanhamento, execução e avaliação” dos cursos. Para isso, estipula que cada Unidade deverá organizar seu Regulamento Interno de Pós-Graduação *Lato Sensu*, “de acordo com suas especificidades, no qual estarão definidas as normas a serem seguidas, atribuições dos profissionais e as diretrizes acadêmico-pedagógicas adotadas, com base neste Regimento Geral e na legislação de ensino em vigor no país”.

Desta forma, as unidades técnico-científicas responsáveis por programas de pós-graduação *Lato Sensu* elaboraram seus Regimentos Específicos, em alguns casos se limitando a regulamento de cursos, quando sua oferta está resumida a um tipo de curso.

Os regulamentos de cada curso, sob responsabilidade da coordenação do curso, em geral são aqueles que trazem as determinações, informações e orientações mais específicas sobre os processos seletivos, regime de aulas, critérios de avaliação, e eventualmente o cronograma de realização do curso.

Após cinco anos de vigência do Regimento Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em junho de 2015 a Câmara Técnica de Ensino iniciou diagnósticos sobre a necessidade de novas atualizações neste documento orientador, levando em conta alterações ocorridas em dispositivos regulatórios emanados pelo Conselho Nacional de Educação.

O trabalho ainda está em fase inicial e nele se buscará um maior alinhamento conceitual das diretrizes da Fiocruz aos normativos vigentes para a pós-graduação *Lato Sensu* elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e órgãos do MEC, e também uma maior unificação de linguagem e propósitos com que a Fiocruz opera sua missão institucional, pela harmonização – no que couber – entre os diversos Regimentos específicos das Unidades ofertantes.

Deve-se registrar que a Fiocruz, em conjunto com as demais Escolas de Governo da União, participou ativamente dos debates e proposições para um novo marco regulatório da Pós-Graduação *Lato Sensu*, na audiência pública convocada pelo CNE em agosto de 2014. No período seguinte, aguardava-se a edição do novo marco regulatório para – de modo coerente – produzir as atualizações normativas internas necessárias no Regimento Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Fiocruz. A prolongada indefinição desta situação coloca para a Fiocruz o desafio de, no curto prazo, produzir as atualizações possíveis ao seu Regimento Geral de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

4.4 A oferta de Especializações Presenciais no período 2016-2020

A oferta de programas de ensino pelas Unidades da Fiocruz é resultante da composição de inúmeras variáveis, internas e externas à instituição, que são consideradas nos processos contínuos de planejamento e avaliação.

Os congressos internos e outras instâncias de governança da Fiocruz e suas unidades periodicamente constroem e reveem análises globais sobre os grandes desafios postos para o sistema público de saúde. Para isso, baseiam-se em estudos e pesquisas de diversificados temas que afetam a qualidade da Vida no planeta, correlacionam com as definições estratégicas existentes para as políticas públicas e apontam para as definições de linhas de intervenção, em pesquisa e ensino, a serem priorizadas pela Fiocruz e suas unidades, em associação com suas redes de parcerias.

Com base em suas linhas de investigação e expertises, e considerando as conjunturas e contextos globais analisados que contribuem para a interpretação de quais são as principais demandas de capacitação para a saúde pública, as Unidades alinham e definem suas propostas de oferta formativa. A efetivação de oferta, que é construída coletivamente, resultará também das condições específicas de cada período, no que tange às prioridades governamentais e às restrições ou facilidades de financiamento. A força de trabalho da Fiocruz em cada período também é fator a considerar na definição da dimensão da oferta, estando esta condicionada à política geral sobre concursos estabelecida pelo governo federal.

A série histórica da oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* presenciais apresentada no item 4.1 evidencia que, no período de 2008 a 2015, um conjunto variando entre 33 e 58 cursos de especialização foram ofertados anualmente. De fato, há um conjunto de aproximadamente 50 cursos com programas consolidados que são

ofertados em quantidades variadas em cada período, dependendo de vários fatores, tais como aqueles relacionados à demanda externa e às capacidades internas de cada Unidade demandada.

No ano de 2015 foi realizada a oferta de 39 cursos de especialização presenciais, por 13 diferentes unidades da Fiocruz, num total de 981 vagas. Para o ano de 2016 estão previstos 37 cursos presenciais, com um total de 836 vagas, sob responsabilidade de 11 Unidades.

Uma projeção do que a Fiocruz ofertará no período 2016-2020 foi construída com base na capacidade já existente nas Unidades, que possuem a tradição de ofertarem turmas anuais ou bienais de seus cursos regulares. Tal projeção não considera a oferta dos cursos sob demanda, cuja previsibilidade é bastante difícil, especialmente em conjunturas de restrição orçamentária que atingem a administração pública.

Desta forma, as tabelas apresentadas a seguir, possibilitam uma visão apenas aproximada das atividades a se realizarem no período 2016-2020. Periodicamente, tendo por base análises e avaliações sobre as demandas colocadas pelo SUS e considerando as oportunidades de parcerias e outras soluções inovadoras que possam ampliar sua capacidade de resposta, a Fiocruz irá detalhando a oferta de cada ano. Em cada tabela, estão especificados os cursos e ano a ano estão projetadas quantas turmas (T) e quantas matrículas (M) deverão ser ofertadas.

Tabela 4.6: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - COC

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20
Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	0	0	1	20	1	20	1	20	1	20
Total	1	20	2	40	2	40	2	40	2	40

Tabela 4.7: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - ENSP

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Direito e Saúde	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Gestão da Atenção Básica	1	6	1	6	1	6	1	6	1	6
Gestão de Hemocentros	1	35	1	35	1	35	1	35	1	35
Gestão e Tecnologias do Saneamento	1	15	1	15	1	15	1	15	1	15
Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20
Pneumologia Sanitária	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
Saúde Mental e Atenção Psicossocial	0	0	1	30	1	30	0	0	1	30
Saúde Pública	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20
Vigilância Sanitária	1	30	0	0	0	0	1	30	0	0
Total	10	266	10	266	10	266	10	266	10	266

Tabela 4.8.: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - EPSJV

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Educação Profissional em Saúde	0	0	1	35	1	35	0	0	1	35
Total	0	0	1	35	1	35	0	0	1	35

Tabela 4.9: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - ICICT

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Informação Científica e Tecnológica em Saúde	2	45	2	45	2	45	2	45	2	45
Comunicação e Saúde	1	20	0	0	0	0	1	20	0	0
Total	3	65	2	45	2	45	3	65	2	45

Tabela 4.10: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - INCQS

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Controle da Qualidade de Produtos, Ambientes e Serviços Vinculados à Vigilância Sanitária	0	0	1	15	1	15	0	0	1	15
Residência Multiprofissional em Saúde na Área de Vigilância Sanitária com Ênfase na Qualidade	1	12	1	12	1	12	1	12	1	12
Total	1	12	2	27	2	27	1	12	2	27

Tabela 4.11: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - INI

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Monitoria em Ensaios Clínicos	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Multiprofissional em Imunizações e Saúde do Viajante	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Infectologia para Médicos Estrangeiros	1	3	1	3	1	3	1	3	1	3
Vigilância em Saúde	1	25	0	0	0	0	0	0	0	0
Psicologia Hospitalar na área de Infectologia	1	10	1	10	1	10	1	10	1	10
Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20
Nutrição na área de infectologia	0	0	0	0	1	5	1	5	1	5
Serviço Social na área de infectologia	0	0	0	0	1	5	1	5	1	5
Fisioterapia na área de infectologia	0	0	0	0	1	5	1	5	1	5
Total	6	62	5	37	8	52	8	52	8	52

Tabela 4.12. Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - IOC

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Ciência, Arte e Cultura na Saúde	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Ensino em Biociências e Saúde	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
Entomologia Médica	1	10	1	10	1	10	1	10	1	10
Malacologia de Vetores	0	0	1	10	1	10	0	0	1	10
Total	3	80	4	90	4	90	3	80	4	90

Tabela 4.13. Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - Farmanguinhos

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Gestão da Inovação em Fitomedicamentos	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Tecnologias Industriais Farmacêuticas	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Total	2	60	2	60	2	60	2	60	2	60

Tabela 4.14. Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 - IFF

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Atenção à Saúde da Mulher	1	12	1	12	1	12	1	12	1	12
Enfermagem Neonatal	1	10	1	10	1	10	1	10	1	10
Controle de Infecção	1	5	1	5	1	5	1	5	1	5
Enfermagem Pediátrica	1	10	1	10	1	10	1	10	1	10
Total	4	37	4	37	4	37	4	37	4	37

**Tabela 4.15: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 –
ILMD (Fiocruz Amazônia)**

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Planejamento e Orçamento Público em Saúde	1	44	1	30	0	0	1	30	0	0
Determinantes Sociobioecológicos de Doenças Endêmicas na Amazônia	0	0	1	30	0	0	0	0	0	0
Saúde Mental Álcool e Outras Drogas	1	40	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	84	2	60	0	0	1	30	0	0

**Tabela 4.16: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 -
Fiocruz Brasília (EFG/DIREB)**

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Direito Sanitário	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Saúde Coletiva	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Total	2	60	2	60	2	60	2	60	2	60

**Tabela 4.17: Previsão de Oferta *Lato Sensu* 2016-2020 – IAM
(Fiocruz Pernambuco – ex-CPqAM)**

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Gestão do Sistema	0	0	3	90	1	30	1	30	1	30
Saúde Pública	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Vigilância Epidemiológica	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Especialização em Saúde Ambiental	1	30	1	30	1	30	1	30	1	30
Total	3	90	6	180	4	120	4	120	4	120

Capítulo 5: Pós-Graduação *Lato Sensu* a Distância

A Educação a Distância é definida como uma estratégia fundamental para que a a Fiocruz responda efetivamente à sua missão institucional. Por isso, desde 1998 existe investimento sistemático na oferta dessa modalidade de ensino, primeiramente pela constituição do Programa de Educação a Distância da ENSP, por meio do qual se consolidaram muitas expertises e resultados. Depois, pelo trabalho crescente realizado nos últimos anos por diversas unidades, seja na produção de recursos educacionais abertos para uso em cursos a distância, seja na viabilização de cursos. Note-se que há uma oferta significativa de cursos em parceria entre diversas unidades e a ENSP e a UAB.

Nos últimos anos, a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* na Fiocruz tem se realizado nas modalidades presencial e a distância, em diferenciados arranjos e desenhos. Tendo em vista o processo de credenciamento institucional da Fiocruz para a oferta dos cursos de especialização *Lato Sensu* – para atender às orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CES nº 295/2013), e considerando as orientações adicionais emitidas posteriormente pelo INEP para o credenciamento institucional de escolas de governo que atuam na modalidade EaD (Nota Técnica DAES/ INEP nº 028/2015, de 08 de julho de 2015), neste capítulo são apresentadas informações sobre o ensino na modalidade a distância, na Fiocruz.

Para isso, faz-se primeiramente um breve histórico da evolução do assunto na Fiocruz. Em seguida, descreve-se o modelo formativo implantado na ENSP e suas principais características. Um panorama das iniciativas de educação a distância em outras unidades da Fiocruz é também apresentado, seguido de breve apresentação sobre os cursos em oferta na instituição no ano de 2016, precedendo a descrição das principais propostas em curso para ampliação e melhor organização da oferta dos cursos EaD na Fiocruz. Neste aspecto, trata-se de dar destaque ao Projeto Campus Virtual Fiocruz, em fase de implantação.

Na parte final do capítulo, visando responder de modo mais direto às solicitações e orientações do INEP, alguns tópicos são retomados de acordo com cada quesito descrito na Nota Técnica INEP 28/2015.

5.1 Breve histórico do desenvolvimento da EaD na Fiocruz

A Fiocruz teve papel determinante nas iniciativas educacionais descentralizadas desencadeadas a partir da metade da década de 1970 que fortaleceram a primeira geração de profissionais engajados em saúde pública de uma maneira nacional e

articulada, que veio a resultar na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e em seguida na criação do Sistema Único de Saúde, em 1990. Para isso, a Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP teve papel determinante na oferta formativa e atuou como incentivadora e articuladora de parcerias e iniciativas de capacitação em todas as regiões do país, envolvendo universidades e escolas estaduais e municipais de saúde pública.

Assim, no decorrer dos anos, à medida que o SUS se transformava em realidade nas regiões, ocorria forte crescimento das demandas por qualificação de dirigentes e técnicos para as várias instâncias e espaços de atuação da saúde pública.

Ademais, ao longo dos anos 1990, o país via crescer as iniciativas de educação a distância com uso de tecnologias de informação e comunicação, num novo patamar produzido pelas intensas inovações tecnológicas e começo da utilização da Internet, que no Brasil se tornou de uso público em 1995. Em 1996, o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância. Já nesses anos, discutiam-se na ENSP as primeiras formulações para um programa de ensino a distância, em momento que se intensificavam os investimentos na pós-graduação.

Desta forma, a perspectiva da EaD começou a ser implementada pela ENSP em 1998, de modo conjugado e articulado à estratégia de Escola de Governo, para garantir o reforço do compromisso da Fiocruz com a pesquisa e a formação para o SUS. E isso representou forte ingrediente para a constituição de uma Rede de Escolas de Governo em Saúde. A EaD foi considerada iniciativa estratégica de formação e qualificação em saúde, dirigida a profissionais e instituições envolvidas na gestão de sistemas e serviços de saúde, no nível de pós-graduação *Lato Sensu*. As Tecnologias de Informação e Comunicação crescentemente se apresentaram como um importante componente para o enfrentamento aos desafios da educação: pela redução de barreiras físicas relativas ao espaço e tempo, pelas possibilidades de interatividade e de incentivo ao compartilhamento de conhecimentos, fundamentais para os valores básicos que constituem a identidade do SUS.

A primeira grande oferta formativa em EaD na Fiocruz, foi uma parceria entre a ENSP e a Universidade de Brasília, em 1998, para atender a uma demanda do Ministério da Saúde para a formação de gestores municipais de saúde. De modo fortemente vinculado à Missão institucional da Fiocruz no que tange à política de formação de profissionais de saúde, realizou-se o curso “Gestão em saúde: aperfeiçoamento para dirigentes municipais – programa de educação a distância”.

Rapidamente, o Programa de Educação a Distância da ENSP permitiu a expansão da oferta de cursos para diversos estados, constituindo-se num importante mecanismo de democratização da formação em saúde.

Nos anos 2000, a demanda por EaD se tornou mais intensa, em razão das transformações no Ministério da Saúde e em outras instâncias de gestão do SUS. Buscando garantir mudanças nacionais nas práticas de atenção, gestão, formulação de políticas e de participação social, o Ministério da Saúde adotou diversas medidas que exigem ações

estratégicas e articuladas de formação e capacitação em todo o Sistema. Resgata-se também a importante iniciativa do Programa de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem – PROFAE, que atuou visando fortalecer a atuação em Rede, que implantou os Núcleos de Apoio Docente, durante os anos de 2001 a 2004. Esses núcleos foram implantados em parceria com 45 universidades públicas federais e/ou estaduais, privadas e centros universitários do país, com o objetivo de potencializar a ação da Instituição no espaço em que atua. Os núcleos foram constituídos por um grupo de profissionais de comprovada competência e reputação técnico-científica. A EAD/ENSP passou a atuar de maneira descentralizada e participativa, buscando uma aproximação com a realidade local vivenciada pelos alunos/profissionais.

Já no ano 2003, com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – SGETES no Ministério da Saúde, visando a ordenação da formação para o SUS, as demandas para a Fiocruz vão se ampliando. Ademais, outras áreas do Ministério passam também a consolidar com a Fiocruz diversas parcerias relativas a demandas institucionais, com destaque para a Secretaria Executiva e a Secretaria de Vigilância em Saúde. Como desdobramento da atuação da SGETES, já em 2004, foi criada a PNEPS – Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Portaria GM/MS nº 198/2004), visando produzir mudanças na gestão, atenção, formação, participação social em saúde, modificando os processos de trabalho no SUS. Pouco depois, com a edição da Portaria GM/MS nº 1996/2007, definiram-se novas diretrizes e estratégias para a implementação da PNEPS adequando-a às diretrizes operacionais e ao regulamento do Pacto pela Saúde, que fora estabelecido no ano anterior.

A partir de 2004, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou a ampliação da oferta de EaD por toda a instituição. Assim, diversas unidades regionais da Fiocruz incorporaram-se ao processo e passaram a desenvolver capacidades e expertises nesta modalidade de ensino. Mais recentemente, algumas iniciativas regionais passam a ser implementadas por algumas unidades, em cursos de aperfeiçoamento ou especializações, como os casos de Pernambuco e Mato Grosso do Sul, em parceria com outras instituições educacionais.

Em 2006, a ENSP passou a integrar o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituído pelo MEC-SEED naquele mesmo ano, para ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade no território nacional, por meio de instituições públicas de ensino superior, federais, estaduais e municipais. A atuação da ENSP no âmbito da UAB representou possibilidade de interiorizar oferta de pós-graduação *Lato Sensu*, para atender as políticas públicas no âmbito municipal, tanto de saúde como educação.

A atuação em rede foi ainda mais fortemente incrementada a partir de um processo formativo nacional voltado para a gestão do SUS: o Curso Nacional de Qualificação de Gestores do SUS. A experiência foi fruto de parceria entre o Ministério da Saúde (MS), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), assim como o envolvimento dos órgãos colegiados e deliberativos do SUS – as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs) e os Conselhos Estaduais de Saúde (CES). A oferta consolidou-se a partir do compromisso

programático de fortalecimento da RedEscola. O modelo de governança do projeto incluiu a efetiva participação de 27 Instituições de ensino em saúde nos processos decisórios e de gestão do ensino, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, titulando mais de 13.000 mil gestores do sistema.

Numa outra vertente de atuação, e inspirado na experiência da UAB, em 2010 o Ministério da Saúde instituiu o Sistema Universidade Aberta do SUS – UNASUS, por meio do Decreto nº 7385, visando atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos trabalhadores do SUS, por meio do desenvolvimento de educação a distância na área de saúde. De modo articulado, cabe à SGETES e à Fiocruz a coordenação do UNASUS, que em 2015 estava com uma rede composta por 35 instituições, sendo 34 universidades e mais a Fiocruz. Ver Quadro 2.10, capítulo 2.

Como resultado desse processo, 18 anos após a primeira iniciativa realizada em parceria com a Universidade de Brasília, para atender à capacitação dos gestores municipais, a oferta de educação a distância pela Fiocruz se tornou robusta e complexa. O Programa de Educação a Distância da ENSP representa a maior proporção da oferta realizada, congregando um amplo campo de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especializações. Destacam-se também iniciativas que outras unidades, com diferenciados modos de operacionalização, tem articulado no campo da EaD, mais recentemente sendo exemplificados pelas experiências de Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Brasília.

A visualização global da experiência se torna mais complexa, à medida que a ampliação e intensificação das ações, em decorrência do Sistema Unasus, envolve a participação de inúmeras instituições de ensino em regime de parceria e cooperação. Neste âmbito, a Fiocruz se destaca como uma das instituições-membro da rede e pelo seu trabalho de sustentação institucional, pois ocupa a função de Secretaria Executiva do Sistema, mantendo para isso ampla estrutura de equipamentos e pessoal na Direção Regional de Brasília, sob a coordenação de técnicos e dirigentes da Fiocruz.

5.2 A caracterização da oferta da ENSP na modalidade EaD

No que tange às suas práticas de ensino, a ENSP está voltada para a preparação de profissionais comprometidos com as necessidades da população. E participa da formulação de política nacional de saúde que consolide a saúde como direito de cidadania e dever do Estado. Os princípios da educação permanente em saúde vieram fortalecer as concepções e práticas já implementadas no ensino da Fiocruz durante o período anterior à edição da PNEPS, que consideram a incorporação do processo de trabalho ao processo pedagógico por meio do acesso possibilitado pelas mediações suportadas pelas tecnologias de informação. Firmaram-se os referenciais político-pedagógicos baseados na compreensão de que a educação não se separa da cultura, e está contextualizada histórica e socialmente, e intimamente ligada ao trabalho humano e ao compromisso com processos de formação profissional humanizadores.

Os cursos são orientados por pressupostos construtivistas, por isso consideram o respeito e o resgate dos saberes prévios do sujeito-aprendiz, que é agente ativo de seu próprio conhecimento, construindo significados e definindo sentidos de acordo com a representação que tem da realidade, com base em suas experiências e vivências, incluindo os processos de trabalho de cuidar e de ensinar.

Decorre daí a opção por metodologias ativas de ensino-aprendizagem, o incentivo ao pensamento crítico-reflexivo e propositivo, estimulando a ação intencional dos agentes envolvidos – docentes, tutores, alunos – visando a resolução de problemas do mundo real, contextualizados nos serviços de saúde e nas comunidades em que se situam.

Assim, o modelo formativo busca a interdisciplinaridade no tratamento dos problemas enfrentados, de tal forma que as diversas disciplinas interagem umas com outras, possibilitando o desenvolvimento de novas competências significativas, contextualizadas.

A ação educativa a distância está fundamentada em quatro dimensões interdependentes: material didático, sistema de tutoria, ambiente virtual de aprendizagem e acompanhamento acadêmico-pedagógico.

No modelo implementado, o *material didático* tem papel de fio condutor de todo o processo, organizando o desenvolvimento e a dinâmica do ensino-aprendizagem. Mais do que expressar todos os conteúdos, o material didático visa, em uma perspectiva interativa, oferecer aportes que incentivem o aprendiz à busca de conhecimentos e à procura de soluções, de forma que tal perspectiva acaba por redefinir o papel do aluno e do tutor no espaço da mediação dos saberes, sendo uma das bases da educação permanente em saúde.

A segunda dimensão da ação educativa – o *sistema de tutoria* – estabelece para o tutor papel determinante para a criação de ambiente favorável à aprendizagem e também a responsabilidade pela avaliação do desempenho do aluno. O tutor é também um facilitador do processo de relacionamento entre todos atores envolvidos no processo: aluno, coordenação, orientador pedagógico. Os tutores são selecionados por meio de processos públicos, passam por processos de formação inicial em EaD e participam em seguida da formação permanente de tutores.

Os *Ambientes Virtuais de Aprendizagem* – AVA representam outra dimensão da ação educativa a distância como estratégia fundamental para ampliação da interatividade entre os atores do processo educativo, além de propiciar o acesso a materiais complementares e incentivarem maior inclusão digital.

O AVA utilizado pela ENSP foi concebido com base no software VIASK (Virtual Institute of Advanced Studies Knowledge), propiciando os acessos à biblioteca virtual, às informações sobre o curso, ao relacionamento com o tutor (envio das tarefas) e com a turma (esta, por meio de fóruns de discussão), dentre outros. Para incentivar a interação entre pessoas com interesses comuns, por meio de fóruns, chats, listas de discussão, etc, é utilizada também a plataforma Moodle para a construção de comunidades virtuais de aprendizagem.

O *acompanhamento acadêmico-pedagógico* é o quarto componente da ação educativa da ENSP na modalidade a distância e busca integrar as dimensões acadêmico-administrativa, pedagógica e gerencial do curso, exercendo papel importante para a manutenção da proposta político-pedagógica do curso e para realizar o acompanhamento acadêmico e pedagógico que contribui para a continuidade dos alunos no processo. Esse processo está apoiado no Sistema de Gestão Acadêmica SIMIOS, que foi desenvolvido para atender aos requisitos necessários ao processo de gestão dos cursos da EAD/ENSP. Esse sistema está em uso desde 2002 e é responsável por todo o fluxo de processo dos cursos, alunos e docentes da EAD. Por esse sistema todos passam, desde a inscrição, aceitação até a certificação. Ele oferece relatórios de acompanhamento das etapas do fluxo e automatização de envio de mensagens e também é responsável pelo acompanhamento do desempenho dos alunos e tutores, disponibilizando informações necessárias à gestão dos cursos por parte da equipe de acompanhamento acadêmico-pedagógico e dos coordenadores de curso.

A grande oferta de cursos do EaD ENSP, não apenas as especializações, têm sido componente muito significativo no fortalecimento e consolidação da modalidade de ensino a distância na Fiocruz, conforme pode ser visto nos Quadros 5.1 e 5.2.

O Programa de Educação a Distância implementado pela ENSP desde 1998 baseia-se em polos e redes de instituições para a oferta descentralizada dos cursos de programas de pós-graduação em Saúde Pública. Tais polos foram implantados em parceria com 45 universidades públicas federais e/ou estaduais, constituindo uma rede para execução descentralizada de algumas funções didático-administrativas dos programas, para isso contando também com apoio de governos municipais e estaduais.

Quadro 5.1: Cursos EaD-ENSP: Especializações – de oferta regular e sob demanda

Especialização - Oferta Regular	Turmas	Período
Curso de Especialização de Autogestão em Saúde	7	1999-2006

Especialização - Oferta sob demanda	Turmas	Período
Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde	7	2005-2015
Avaliação em Saúde	3	2011-2015
Biossegurança para Laboratório de Saúde Pública	2	2004-2013
Alimentação e Nutrição na Atenção Básica	2	2015
Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	1	2013
Impactos da Violência na Saúde	1	2012
Formação Docente Educação Profissional Técnica na Área da Saúde	3	2008-2011
Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem	4	2001-2004
Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade	1	2015

Especialização - Oferta sob demanda	Turmas	Período
Gestão de Projetos de Investimentos em Saúde	3	2009-2010
Gestão de Recursos Físicos e Tecnológicos em Saúde	3	2006-2010
Gestão de Redes de Atenção à Saúde	1	2014
Gestão em Saúde	3	2008-2012
Gestão em Saúde Materno-infantil	2	1999-2005
Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	8	2006-2015
Vigilância Alimentar e Nutricional para Saúde Indígena	1	2007

Quadro 5.2: Cursos EaD-ENSP: Aperfeiçoamentos e Atualizações – de oferta regular e sob demanda

Aperfeiçoamento - Oferta Regular	Turmas	Período
Biossegurança em Saúde	6	2000-2005
Vigilância Sanitária	8	2001-2009
Gestão Integrada Resíduos Sólidos Municipais e Impacto Ambiental	8	2002-2009
Curso de Vigilância Alimentar e Nutricional	8	2002-2003
Saúde Mental, Políticas e Instituições	7	2003-2009
Gestão de Projetos de Investimentos em Saúde	1	2006

Aperfeiçoamento - Oferta sob demanda	Turmas	Período
Bioética Aplicada	2	2012-2013
Consultório na Rua	1	2014
Formação Agentes Controle Social na Área da Saúde do Trabalhador	3	2010-2012
Formação de Facilitadores de Educação Permanente em Saúde	11	2005-2013
Tutoria em Processo Facilitação de Educação Permanente em Saúde	4	2005-2008
Curso Gestão em Saúde	7	1998-2004
Formação de Apoiadores para a Política Nacional de Humanização da Gestão e Atenção à Saúde	1	2006
Aperfeiçoamento em Gestão de Projetos de Investimentos em Saúde	3	2008-2010
Vigilância Alimentar e Nutricional para a Saúde Indígena	1	2008
Apoio Matricial na Atenção Básica, com ênfase nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família	1	2014
Processo Educativo em Negociação do Trabalho no SUS	2	2008-2009
Formação em Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e de Atuação em Comitês de Mortalidade	1	2013
Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família	2	2014-2015
Qualificação de Gestores do SUS	4	2009-2012
Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa	5	2008/12/5

Aperfeiçoamento - Oferta sob demanda	Turmas	Período
Impactos da Violência na Saúde	5	2007-2013
Política e gestão da saúde pública para o Ministério Público	1	2015
Vigilância Sanitária	4	2008-2014
Atualização - Oferta regular	Turmas	Período
Internet para Profissionais de Saúde	3	2003-2005
Processos de Gestão e Tecnologias da Informações em Saúde	5	2004-2008
Atualização - Oferta sob demanda	Turmas	Período
Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente	3	2009-2011
O Elétron na Radioterapia	2	2005-2006
Formação Pedagógica em EAD	13	2003-2015
Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e Atuação em Comitês de Mortalidade no Contexto do Município	2	2013-2014
Processos em Tecnologia de Informação em Saúde	1	2006
Políticas Públicas e Gestão Social	1	2008
Controle e Assistência da Tuberculose	1	2008
Controle e Assistência da Tuberculose - nível médio	1	2009

5.3 A caracterização da oferta EaD das demais unidades da Fiocruz

Várias das Unidades da Fiocruz tem se aplicado a desenvolver expertise no campo da educação mediada por tecnologias da informação. Além de diversas relações de parceria inter-unidades, na oferta de propostas de cunho regional, como tem sido o caso da Fiocruz-Pernambuco, muitas unidades têm trazido inovadoras contribuições, em iniciativas próprias ou em parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa. A este propósito, alguns exemplos evidenciam o crescimento das estratégias de ensino a distância, que qualificam as unidades e suas equipes para a oferta continuada de pós-graduação *Lato Sensu* a distância.

Instituto Oswaldo Cruz

O IOC tem trabalhado fortemente na produção de materiais didáticos que constituem acervo significativo para o ensino no campo das ciências biológicas e biomédicas e de educação popular em saúde. Mantendo ativa postura de disseminação de informações e conhecimentos, investe na produção de vídeo-aulas, jogos interativos, CD-rom e bibliotecas virtuais, com foco na produção de recursos educacionais para serem utilizados tanto por alunos dos programas implementados pelo Instituto, como por estudantes em geral.

Todo este acervo pode ser acessado facilmente no Portal Fiocruz, no site do IOC, onde – a título de exemplos – pode-se utilizar o *Zig-Zaids*, um divertido jogo que fornece informação e estimula o debate sobre transmissão e prevenção do HIV; ou assistir a *Aedes aegypti – introdução aos aspectos científicos do vetor*, um conjunto de videoaulas, em dez módulos temáticos, para ajudar a população a conhecer sobre o mosquito, interessando a diversos públicos, como professores, estudantes e profissionais de educação; ou obter gratuitamente o DVD do filme *Técnicas histológicas: uma abordagem prática*, que é um curso completo voltado à capacitação de histotecnologistas.

Ademais, além de utilizar a plataforma Moodle para apoio aos seus cursos presenciais, o IOC coordena, em parceria com o InMETRO, cursos a distância para capacitação dos membros de Comissões de Ética de Uso de Animais de Laboratório, tendo já atingido um público de 1.500 participantes.

Casa de Oswaldo Cruz

A COC, unidade dedicada à preservação da memória da instituição, lidando de modo contínuo com a gestão e disseminação de informações, também já explora algumas iniciativas em educação a distância.

Para o ano de 2016 lançou o curso internacional “Conservação Preventiva de Bens Culturais”, com forte uso de TICs. Realizado em parceria com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, é composto de aulas simultâneas, por meio de webconferência, para turmas presenciais no Brasil, em Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

O ICICT, além de coordenar a Rede de Bibliotecas, físicas e virtuais, da Fiocruz – elemento central para a viabilização da oferta de educação a distância implementada pela Fiocruz para todas as regiões do país, também já disponibiliza anualmente cursos de atualização na modalidade a distância, qualificando-se para oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* nessa modalidade. O ICICT utiliza a plataforma Moodle.

O Curso “Introdução à educação não-formal em ambientes virtuais”, entre outros objetivos visa explorar o potencial das tecnologias da informação e comunicação no processo de colaboração e aprendizagem em atividades de formação permanente. Outro curso é o “Andando nas nuvens”, que traz noções de computação em nuvem e introdução ao uso de tecnologias interativas na educação, pesquisa e gestão em saúde.

Na modalidade *blended*, anualmente é ofertado o curso de atualização “Internet e Saúde”, que apresenta e debate temas relacionados com a interface internet e saúde, desde a questão das consequências do acesso à informação on-line no comportamento e no relacionamento entre profissionais e usuários do sistema de saúde, até a questão da educação on-line, sobre aplicativos e ambientes virtuais que promovem a saúde.

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

O IFF tem investido na Telessaúde, que é uso das TIC para atividades a distância relacionadas à saúde em seu diversos níveis (primário, secundário e terciário), possibilitando a interação entre profissionais da saúde ou entre estes e seus pacientes, bem como o acesso remoto a recursos de apoio diagnóstico ou até mesmo terapêuticos, através da robótica. Combina, portanto, componentes diagnósticos e clínicos com forte potencial educativo.

Criado em setembro de 2012, o Laboratório de Telessaúde do IFF – Labtel tem como finalidade coordenar e executar ações relacionadas com os projetos de Telessaúde do IFF bem como experimentar e desenvolver tecnologias de informação em saúde voltadas para formação. Os objetivos específicos de pesquisa do Laboratório são: programar telessaúde ubíqua em ambiente hospitalar para o cuidado materno-infantil; estruturar ambiente de inovação em telessaúde para alta complexidade; apoiar ações de telessaúde na atenção básica e média complexidade e a regulação das redes de atenção do SUS; potencializar ações de pesquisa, ensino, assistência, desenvolvimento e avaliação de tecnologias, bem como cooperação técnica em nível nacional e internacional para a saúde feminina infanto-juvenil.

O investimento em telessaúde focado no apoio às equipes remotas da atenção básica, espalhados pelo país, poderá num segundo momento compor importante faceta da oferta de EaD da Fiocruz, para isso sendo necessário a coordenação de ações entre distintas unidades e atores institucionais.

Fiocruz Bahia (Instituto Gonçalo Muniz)

A **Fiocruz-BA** ainda não tem implementado ações educativas a distância em cursos de especialização. No entanto, tem utilizado com intensidade a plataforma moodle, disponibilizada em seu portal, como instrumento importante de apoio aos cursos ofertados presencialmente, com várias disciplinas e outros suportes na plataforma moodle para os cursos de mestrado e doutorado, dos Programas de Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa, Patologia Humana e Experimental e Ensino de Biociências e Saúde.

Fiocruz Pernambuco (Instituto Aggeu Magalhães)

Buscando atender à sua missão institucional, a **Fiocruz-PE** avança em suas possibilidades de formar profissionais para o Sistema Único de Saúde – SUS implantando uma plataforma de EAD, que possibilitará que seus cursos e disciplinas cheguem aos locais mais distantes do Nordeste.

A oferta de cursos na modalidade semi-presencial, para o aperfeiçoamento de gestores do SUS, com carga de 225 horas, foi implementada numa parceria com a Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba. Na experiência foram capacitados mais de 400 gestores dos 223 municípios daquele estado, com o objetivo de fortalecer a regionalização da saúde. Os 25 tutores-apoiadores do curso tinham o papel de tutoria e de apoio para o fortalecimento das redes, por isso estiveram distribuídos em todas as regiões do estado.

Também desenvolveu e ofertou um curso livre, a distância, sobre gestão financeira em saúde, voltada aos gestores municipais.

Fiocruz Brasília (Escola Fiocruz de Governo – EFG)

A EFG, que acumulou experiência na oferta presencial do curso de especialização em Direito Sanitário, já em sua 10ª edição, atendendo a demanda do CONASS, iniciou em 2015 a oferta na modalidade a distância, desse curso remodelado para as necessidades

das equipes das Secretarias Estaduais de Saúde, com 160 vagas ofertadas para servidores de todas as unidades da federação.

O curso utiliza a plataforma Moodle e é viabilizado por uma equipe técnica de EAD constituída na Escola Fiocruz de Governo no início de 2015, com o suporte da equipe do Sistema UNASUS, lotada no mesmo prédio, pois ali está a Secretaria Executiva com todos os seus equipamentos e pessoal.

Ademais, a EFG utiliza de modo intensivo vários dos dispositivos da plataforma Moodle na implementação de seus cursos presenciais, de especialização e mestrado profissional, potencializando os contatos entre os alunos e as equipes implementadoras dos cursos.

Fiocruz Mato Grosso do Sul

A Fiocruz-MS tem uma experiência significativa na oferta de educação a distância, pois implementou parceria bastante produtiva com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com a Secretaria Estadual de Saúde, com a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande e com a Associação Sul-Matogrossense de Medicina da Família e Comunidade, consolidando-se um pool ou rede de entidades engajadas na oferta de especializações a distância, que alcançam todo o país, para isso utilizando a plataforma Moodle. O projeto teve financiamento do Ministério da Saúde/SGETES, por meio da UNASUS e se trata de uma experiência exitosa.

Além de uma relevante oferta de cursos de aperfeiçoamento e atualização voltados ao Plano Estadual de Educação Permanente (programa de formação em saúde e trabalho) e de consolidação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, há a bem-sucedida experiência de oferta de curso de especialização em atenção básica em saúde da família, que formou mais de 90% dos profissionais das equipes da Estratégia de Saúde da Família em 100% dos municípios do estado de MS.

Na sequência da formação dos profissionais do estado, a UNASUS convidou Mato Grosso do Sul a expandir o programa a outros estados da Federação para atender ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) e ao Programa Mais Médicos dos estados da Bahia, Alagoas, Rondônia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para isso, a rede de instituições parceiras do Mato Grosso do Sul desenvolveu um programa de formação de tutores EaD e Educação Permanente nesses estados, bem como ampliou o leque de instituições parceiras.

Com oito turmas realizadas ou em fase de conclusão, no período de 2010 a 2016 foram atendidos 4.275 participantes. Também, como decorrência desta experiência, a UFMS e a Fiocruz-MS tiveram aprovação para o Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Família, que já teve duas turmas realizadas e duas turmas em andamento no momento.

Mantendo as parcerias com as instituições estaduais já citadas, por intermédio de participação em um edital público lançado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2012, a Fiocruz-MS e seus parceiros implementaram a Especialização em Gestão em Saúde do Sistema Prisional, para 500 participantes originários das 27 unidades da federação, distribuídos em 25 turmas.

A Fiocruz MS também tem se dedicado à produção de material auto-instrucional para cursos interativos de abrangência nacional, como os cursos de sistema digestivo, de chikungunya e o de Zika, todos com um grande número de profissionais matriculados. São projetos em curso em 2016.

O Sistema UNASUS apresenta em seu portal as informações sobre os resultados alcançados, distribuídos por estados, municípios e regiões de saúde, e também classificado pelas modalidades (aperfeiçoamento, especialização, mestrado profissional e qualificação profissional). De acordo com a atualização produzida em janeiro de 2016, no período de 2010 a 2016, a atuação do Sistema Unasus resultou na oferta de 279.200 matrículas (Tabela 5.1), nas diversas modalidades, que alcançaram alunos em 5.097 municípios de todas as unidades da Federação (91,5% do total de municípios existentes).

Tabela 5.1: Resultados da UNASUS – Período 2010-2015
(Matrículas ofertadas)

Modalidade de curso	Matrículas
Especialização	53.026
Mestrado Profissional	60
Aperfeiçoamento	13.920
Qualificação Profissional	212.137
Outro	57
Total	279.200

Fonte: Portal Unasus – Arouca em Números (consulta em 12/02/2016)

Ressalte-se que a Fiocruz tem participado desta oferta por meio de suas Unidades, com destaque para a atuação da Fiocruz Mato Grosso do Sul na referida parceria com a UFMS e outras instituições. O resultado dessa oferta pode ser visualizada na Tabela 5.2. É significativo destacar que as matrículas para os cursos de especialização *Lato Sensu* atenderam a 23 Unidades da Federação. E também que a experiência da UNASUS na oferta de Mestrado Profissional na modalidade semi-presencial é recente, iniciada exatamente pela oferta das turmas em Mato Grosso do Sul (60 matrículas) que atenderam a servidores públicos daquele estado.

Tabela 2.2: Resultados da UFMS/FIOCRUZ-MS – Período 2010-2015
(Matrículas ofertadas)

Modalidade de curso	Matrículas
Especialização	4.275
Mestrado Profissional	60
Qualificação Profissional	9.861
Total	14.196

Fonte: Portal Unasus – Arouca em Números (consulta em 12/02/2016)

Fiocruz Amazônia (Instituto Leônidas e Maria Deane)

A Fiocruz Amazônia, que possui ofertas educacionais de pós-graduação *Stricto Sensu* e *latu sensu*, passou em 2015 a sediar o Projeto “Desenvolvimento e teste na região amazônica de aplicativos educacionais e médicos para plataformas móveis”, com o apoio e transferência de tecnologia pela UNASUS. O projeto que trará solução para graves dificuldades de viabilização das capacitações e apoio aos profissionais de saúde em áreas remotas, vulneráveis e com desassistência.

A partir da implantação do Programa de Valorização da Atenção Básica (2012) e início do Projeto Mais Médicos (2013), a UNASUS passou a apoiar ações educacionais e o desenvolvimento de mecanismos de acesso para leitura e realização de exercícios off-line, para alcançar esses profissionais situados nas áreas mais remotas, notadamente em municípios isolados, nas regiões indígenas e em toda a Amazônia legal.

Assim, em 2015 foi institucionalizado por ato da Universidade Estadual do Amazonas o Grupo de Trabalho composto também pela Fiocruz Amazônia, VPEIC/Fiocruz e UNASUS, com apoio financeiro da Samsung.

A população da região amazônica passará a contar com profissionais de saúde mais qualificados e instrumentalizados, assim como mais acesso a informação sobre educação em saúde. Além disso, a Fiocruz qualifica seu instituto na Amazônia como produtor de recursos educacionais do Sistema UNA-SUS e amplia sua participação na educação em saúde da região.

A produção de disciplinas compartilhadas

Dando início a uma das diretrizes para o ensino da pós-graduação estabelecidas em 2014, várias unidades trabalharam em conjunto para iniciar a produção, na modalidade EaD, de disciplinas compartilhadas – ou seja, que possam ser utilizadas por diferentes programas de pós-graduação da Fiocruz.

Essa primeira experiência uniu esforços de docentes das unidades Fiocruz Bahia, Fiocruz Minas, Fiocruz Rondônia e Instituto Oswaldo Cruz, e resultou na elaboração e implementação da primeira disciplina compartilhada (“Bioinformática integrada”) que abriu as portas para novos horizontes em termos de ensino e compartilhamento de saberes entre os experts de todas as unidades da instituição. A disciplina teve carga de 60 horas, atingiu a uma primeira turma de 50 alunos provenientes de cursos de diversas unidades (e também de algumas instituições parceiras), tendo sido implementada com o uso da Plataforma Moodle da Fiocruz-BA, por meio da qual se realizaram aulas de videoconferência e webconferência. A experiência foi avaliada como bastante positiva pela Direção da Fiocruz.

5.4 A Oferta de Especializações EaD em 2015

A oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, na modalidade EaD na Fiocruz é composta de cursos de oferta regular e cursos de demanda institucional, em atendimento a necessidades de áreas ou instituições do SUS.

Os cursos regulares, isto é, ofertados periodicamente de modo aberto a pessoas com nível de graduação que se submetam ao processo seletivo, implementados pela ENSP no ano de 2015 são baseados em editais da UAB/MEC e atingiram um total de 511 alunos matriculados.

Vários dos cursos são de demanda institucional, ou seja, destinam-se a clientela específica para uma determinada instituição demandante. É o caso da oferta da Escola Fiocruz de Governo (Brasília), atendendo a demanda do CONASS, voltada a capacitar profissionais atuantes nas Secretarias Estaduais de Saúde de todas as unidades da federação. E também as ofertas da Fiocruz Mato Grosso do Sul, em parceria com UFMS/UNIR, com financiamento mediado pela UNASUS, e que visam atender a profissionais da atenção básica do estado de Rondônia; assim como a oferta voltada para profissionais de saúde engajados na atenção básica ao sistema prisional, demanda do Ministério da Justiça/Conselho Nacional de Justiça.

Tabela 5.1: Cursos de Especialização na Modalidade EaD – Ofertados em 2015

Unidade	Cursos de Especialização a distância	Matrículas
ENSP	Alimentação e Nutrição na Atenção Básica	200
	Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde	151
	Avaliação em Saúde	91
	Gestão da Inovação em Medicamentos da Biodiversidade	22
	Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	47
Brasília (EFG)	Direito Sanitário (para CONASS)	160
Fiocruz MS	Atenção básica em saúde da família (parceria UFMS)	426
	Atenção básica em saúde da família (parceria UFMS/UNIR/Fiocruz RO)	136
	Gestão em saúde no sistema prisional (parceria UFMS) – para MJ	500
Total de matrículas no período		1.733

5.5 A oferta de Especializações EaD no período 2016-2020

Tal como já apontado no item 4.4, quando foi apresentada a projeção de oferta de cursos de especialização presenciais, o desenho de perspectivas da oferta de cursos de especialização na modalidade a distância no período 2016-2020 é um cenário inicial orientador, a partir do qual a Fiocruz efetivará suas ações formativas.

A atuação da Fiocruz dentro do sistema UNASUS, articulada na rede com 35 instituições ali engajadas, amplia significativamente a capacidade de atendimento, tanto em termos de quantitativos de educandos atendidos, como à extensão dos estados e municípios alcançados.

Ademais, como se verá de modo mais detalhado a seguir (item 5.6), está em curso a implantação do projeto Campus Virtual Fiocruz, que ampliará a capacidade de oferta EaD das unidades da Fiocruz. Haverá maior quantidade de unidades engajadas nesse tipo de oferta, assim como serão mais diversificados os cursos e maior o escopo do atendimento. O desenvolvimento deste Projeto ocorre de modo concomitante à implantação de Datacenter (ver item 8.3), parte de uma estrutura de computação em nuvem, que representa um grande salto na capacidade da Fiocruz em ofertar programas de educação *on-line*, além de outros aspectos de sua atuação em pesquisa e articulações em rede.

As Tabelas 5.2, 5.3 e 5.4 a seguir indicam, para cada unidade ofertante, os cursos já existentes e propostos e a quantidade de turmas (T) e de matrículas (M) previstos para cada ano do período.

Tabela 5.2: Previsão oferta *Lato Sensu* EaD - 2016-2020 – ENSP

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Alimentação e Nutrição na Atenção Básica	0	0	1	200	1	200	0	0	1	200
Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde	0	0	1	250	1	250	0	0	1	250
Avaliação em Saúde	0	0	1	250	1	250	0	0	1	250
Biossegurança para Laboratório de Saúde Pública	1	50	0	0	0	0	1	50	0	0
Gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição	0	0	1	200	1	200	0	0	1	200
Gestão da Saúde da Pessoa Idosa	1	60	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de Hemocentros	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de Redes de Atenção à Saúde	1	1500	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão em Saúde	1	500	0	0	0	0	1	500	0	0
Impactos da Violência em Saúde	1	200	0	0	0	0	1	200	0	0
Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente	1	1500	1	1000	1	1000	0	0	1	1000
Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	1	300	1	200	1	200	1	200	1	200
Vigilância Sanitária	0	0	1	200	1	200	0	0	1	200
Total	8	4210	7	2300	5	1850	4	950	7	1850

Tabela 5.3: Previsão Oferta *Lato Sensu* EaD - 2016-2020 – ICICT

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Avaliação, Monitoramento e Informação em Saúde	1	200	1	200	1	200	1	200	1	200
Total	1	200	1	200	1	200	1	200	1	200

Tabela 5.4: Previsão Oferta Lato Sensu EaD - 2016-2020 – Fiocruz MS (*)

Cursos Previstos	2016		2017		2018		2019		2020	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
Atenção Básica em Saúde da Família	2	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Definições sobre 2017-2020 serão pactuadas no âmbito da UNA-SUS.

5.6 Propostas de organização da oferta de cursos EaD na Fiocruz

O aumento do número de trabalhadores de saúde no país e também da diversidade de objetos de atuação e de intervenção da política de saúde pública são fato constante nestas últimas décadas, o que levou à criação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS (2004), baseada também na avaliação sobre as insuficiências do modelo predominante de formação dos profissionais de saúde, colocando como desafio, necessidade de uma contínua atualização e aperfeiçoamento das competências desses profissionais.

Desde o início da implantação dessa política educacional, a Fiocruz desempenha papel de destaque no enfrentamento ao desafio de consolidá-la, tendo a ENSP como importante agente formador. Conforme acima, outras unidades da instituição têm acumulado experiência na oferta formativa, tanto presencial como a distância. A constituição do Sistema UNASUS em 2010 veio fortalecer o modelo de oferta já experimentado pela Fiocruz, de se basear fortemente na construção de parcerias com instituições diversas, em todas as regiões do país, apoiando o funcionamento em Redes de Escolas e utilizando tal estratégia para enfrentar a enorme demanda existente, em grande escala, e acolhendo as necessidades de abordagens adequadas a cada contexto regional e cultural, ou a cada área do campo da saúde.

A modalidade da EaD contribui de modo muito efetivo na resposta a esses desafios, ainda que coloque – para sua implementação – outros tantos desafios, de ordem tecnológica, política e cultural. O contínuo avanço das TIC, com soluções mais efetivas e economicamente viáveis, vem sendo aproveitado para o aperfeiçoamento do modelo de oferta e gestão da EaD. De mesma forma, o avanço das políticas de acesso à informação e ao conhecimento e à visão de compartilhamento e uso coletivo das tecnologias tem contribuído para a ampliação das ofertas formativas disponibilizadas para os profissionais de saúde e para a população.

Já em 2010, o VI Congresso Interno da Fiocruz, ao tempo que ressaltava a importância da implantação de abordagens pedagógicas inovadoras que superassem a concepção de ensino baseada na mera transmissão de conhecimentos, pontuava o desafio da formação em larga escala, a exigir cada vez mais a implementação de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação (plataformas de EaD, telessaúde, produção e difusão de recursos educacionais abertos).

Em 2014, no VII Congresso Interno, foi dado destaque às estratégias de formação por meio de redes colaborativas como parte da qualificação continuada, seja no nível profissional técnico, no nível superior ou na pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. E, embora reconhecendo os avanços alcançados, afirmou-se a necessidade de promover maior integração das ações educacionais realizadas pelas diferentes unidades da Fiocruz, favorecendo seu alinhamento às necessidades do SUS.

Desta forma, no eixo finalístico 1 (Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de conhecimento e formação para o SUS), o Congresso formulou o objetivo de “Adotar estratégias pedagógicas inovadoras e implantar plataforma educacional capaz de interoperar com ambientes virtuais externos e com o sistema EAD da Fiocruz, visando a formação dos trabalhadores para o SUS, em compasso com os processos formativos presenciais”. Para isso, apontou os seguintes objetivos relacionados à gestão: “(a) Atualizar e tornar interoperáveis tecnologias para plataformas educacionais; (b) Implantar novo sistema interoperável de gestão acadêmica; (c) Promover o princípio da integração curricular nos programas de formação de trabalhadores para o SUS, compreendendo os fundamentos científicos e tecnológicos do processo produtivo contemporâneo e as bases conceituais da saúde pública e do SUS; (d) Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores no trabalho da Fiocruz no campo da educação, especialmente nas ações de formação de quadros profissionais para o SUS e atividades intersetoriais”.

Tendo como referência esses objetivos estabelecidos no debate congressual, desde o final de 2014 há dois projetos estruturantes em implantação, sob coordenação da equipe da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Pesquisa da Fiocruz.

Por um lado, já está em implantação o **Campus Virtual Fiocruz**, para constituir com o conjunto das Unidades da Fiocruz um espaço virtual que permitirá agregar as informações das diversas ações de ensino, assim como fazer a integração e gestão compartilhada de recursos para educação a distância.

Por outro lado, trabalha-se na construção do **Novo SIGA**, para superar limitações existentes no Sistema de Gerenciamento Acadêmico – SIGA, em funcionamento desde 2003. Conforme já descrito no Capítulo 2, o Novo Siga permitirá aumentar a articulação entre as diversas parcerias da Fiocruz, entre os diversos programas internos e entre as modalidades de oferta (presencial e EaD), ampliando a interoperabilidade com o sistema UNASUS (Plataforma Arouca) e com a CAPES (Plataforma Sucupira).

O Campus Virtual Fiocruz

A Fiocruz definiu como fundamental o apoio à organização de uma rede de tecnologia, informação, comunicação e educação em saúde, com a integração dos processos, a aproximação dos cursos às ações de comunicação e divulgação científica em saúde. O Projeto **Campus Virtual Fiocruz** será este espaço que permitirá agregar as informações dos cursos das Unidades e demais ações de ensino, assim como fazer a integração e gestão compartilhada de recursos para EAD. Possibilitará a integração dos processos

informativos (divulgação científica em saúde, educação popular em saúde) com os especificamente formativos, promovendo a aproximação entre os cursos presenciais e a distância, assim como entre os diversos programas – sejam eles da educação corporativa, da educação profissional ou dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

O objetivo principal é facilitar a gestão da informação das diversas iniciativas de ensino existentes na Fiocruz a partir de um ambiente virtual integrado, além de promover o uso comum de ferramentas tecnológicas que incentivam e facilitam a participação e intercâmbio de informações nas diferentes redes parceiras, especialmente com a Rede do Sistema UNASUS e do Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS.

O campus virtual Fiocruz permitirá várias possibilidades de aprendizagem dentro de um ambiente integrado, por meio do qual, o aluno terá acesso às informações sobre as ofertas de cursos de todas as unidades, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, ao Repositório de Recursos Educacionais Abertos (vídeos, áudios e demais materiais didáticos) e diversas ferramentas de comunicação.

Desta forma, será superada a dificuldade de acesso às informações sobre os cursos, que se encontram ainda espalhadas nos portais de cada unidade ofertante, colocados em diversas plataformas, com recursos educacionais dispersos, de difícil acesso, recuperação e compartilhamento. Ademais, em razão de limitações já diagnosticadas no sistema SIGA, muitas das informações constantes nos portais não estão igualmente atualizadas, o que será superado neste novo funcionamento.

O Projeto Campus Virtual Fiocruz ancora-se num conjunto de princípios, dentre os quais vale destacar alguns:

- a. *Educação permanente*: vinculação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que pressupõe a articulação entre ensino, trabalho e cidadania e a construção da rede do SUS como espaço de educação profissional, estimulando a produção de saberes a partir da valorização da experiência e da cultura dos sujeitos das práticas de trabalho em saúde.
- b. *Trabalho em rede*: atuação de forma descentralizada e colaborativa, com o comprometimento ao coletivo, que inclui a construção de padrões de relacionamento e participação, mas preservando as autonomias dos entes participantes.
- c. *Ensino como fonte de acesso aberto e universal aos recursos educativos*: os Recursos Educacionais Abertos (REA), conceito desenvolvido pela Unesco, referem-se “materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, em qualquer suporte ou mídia, que estão sob domínio público, ou estão licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros”. Podem incluir cursos completos, partes de cursos, livros didáticos, vídeos, softwares e qualquer ferramenta ou técnica que possa apoiar o acesso ao conhecimento. Para isso, os materiais produzidos serão catalogados e depositados no repositório de acesso aberto, considerando padrões tecnológicos recomendados para o desenvolvimento e compartilhamento.

d. Convergência e padrões abertos: uso e aproveitamento de inovações tecnológicas que assegurem a interoperabilidade entre as fontes de informação, seguindo padrões abertos e priorizando as práticas nacionais e internacionais de software livre.

Para a viabilização do Campus Virtual Fiocruz, está proposto um modelo de gestão compartilhada e descentralizada, com a participação de todas as unidades de ensino da Fiocruz. Parte-se do reconhecimento de que a Fiocruz é um conjunto selecionado, persistente e estruturado de unidades comprometidas com o desenvolvimento de produtos e serviços de informação e formação em saúde pública, que compartilham os princípios do Campus Virtual e estabelecem o compromisso de trabalhar mediante uma rede colaborativa e coordenada para atender a sua missão.

É prevista também a participação de instituições parceiras de ensino e pesquisa, gestores, pesquisadores, professores e alunos.

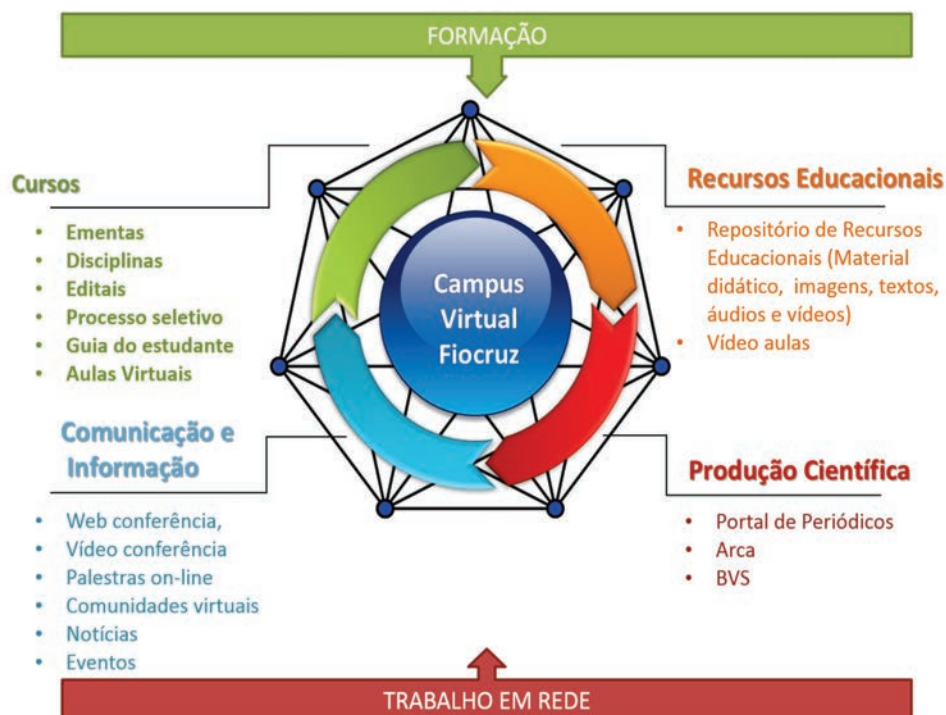
Foram constituídos, no âmbito da Câmara Técnica de Ensino, dois Grupos de Trabalho para garantirem a operacionalização das propostas:

- a. GT-REA – Grupo de Trabalho Recursos Educacionais Abertos: responsável pela avaliação periódica das recomendações relativas aos padrões tecnológicos para o desenvolvimento dos recursos e pelo estabelecimento de diretrizes para o ciclo de produção
- b. GT-Novo Siga – Grupo responsável por acompanhar o desenvolvimento do Sistema em suas diferentes fases, além de validar o levantamento dos requisitos necessários e discutir com os diferentes gestores suas especificidades.

O modelo tecnológico é constituído de um conjunto de ferramentas que permitam o intercâmbio, utilização e reutilização de informações, cursos e recursos educacionais. O desenvolvimento do Campus Fiocruz baseia-se na utilização de ferramentas de código livre e na utilização de padrões de tecnológicos mundialmente reconhecidos.

O modelo é constituído pelos seguintes componentes:

- Portal
- Ambiente Virtual de Aprendizagem
- Repositório de recursos educacionais
- Espaço para comunicação e interação
- Aulas virtuais



A Câmara Técnica de Ensino proporá diretrizes e criará um Grupo de Trabalho específico para maior detalhamento e harmonização das iniciativas em EaD da Fiocruz.

5.7. Informações solicitadas pelo INEP (NT DAES/INEP nº 28/2015)

5.7.1. Articulação entre as metas e objetivos dos cursos EaD com a Missão institucional

A missão institucional da Fiocruz, reafirmada nas deliberações do VII Congresso Interno realizado em 2014, é extremamente ampla, em coerência com a diversidade de campos de atuação da instituição e considerada sua importância e relevo para a saúde da população brasileira, comprometida com o projeto da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS. Desta forma, assim é descrita a Missão:

“Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.”

Tal formulação é uma expressão sintética das atribuições previstas em seu Estatuto, estipulado no Decreto nº 4.725/2003, que já no inciso I do seu artigo 1º, refere-se à responsabilidade da Fiocruz em “participar da formulação e da execução da Política

Nacional de Saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação, as duas últimas na área da saúde”. Esta atribuição coloca para a Fiocruz um papel de relevo nas políticas implementadas pelo Ministério da Saúde e, no que tange à constituição e qualificação da força de trabalho do SUS, a ter papel ativo e protagonista na viabilização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS, instituída em 2004 e ampliada em 2007.

Desde o período de lutas sociais que vieram a desembocar na construção do SUS em 1990, a Fiocruz desempenhou papel importante no campo da oferta de pós-graduação adequada à constituição de gestores e técnicos comprometidos com a saúde pública. Com a institucionalização da PNEPS, as demandas de capacitação se ampliaram – e continuam em crescimento em razão do aumento da complexidade do quadro sanitário do país – e a Fiocruz respondeu pelo aumento contínuo e acelerado de sua oferta educativa, atendendo às demandas do Ministério da Saúde e das outras esferas de gestão do SUS.

A oferta de pós-graduação a distância emergiu como resposta aos desafios de atendimento de enorme escala de participantes, localizados nas mais distintas regiões do país. A atuação em rede com inúmeras organizações parceiras é praticamente um princípio defendido desde o início, como condição básica de viabilização, tanto do ponto de vista técnico – conseguir alcançar a tão distintos e distanciados pontos do país – como do ponto de vista político-cultural, pela importância de se considerarem as diferenças existentes entre as situações (quadro sanitário das regiões e perfil dos públicos-alvos do ensino). A criação da UNASUS pelo Ministério da Saúde, com definição de sua coordenação compartilhada entre SGETES e Fiocruz, foi parte da resposta estratégica de enfrentamento a este quadro profundamente desafiador.

Para a definição de seus cursos de pós-graduação *Lato Sensu* a distância, a Fiocruz parte da análise das demandas e necessidades da saúde no país, na maioria das vezes atuando diretamente com as áreas do Ministério da Saúde responsáveis pela coordenação das diversas políticas específicas. A própria viabilização financeira desses programas robustos e distribuídos nacionalmente só pode acontecer com o suporte direto do Ministério da Saúde.

Desta forma, entende-se que a oferta formativa já implementada pela Fiocruz no campo da pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade EaD encontra-se profundamente articulada à sua missão institucional, não guardando qualquer contradição ou conflito com a oferta realizada na modalidade presencial.

5.7.2. Política institucional para a EaD e a questão dos polos

Desde 1998, quando se criou o Programa de EaD da ENSP, essa modalidade é compreendida como iniciativa estratégica de formação em saúde, de modo articulado com a Rede de Escolas de Governo em Saúde e vinculação a outras redes existentes.

Com o passar dos anos, além do fortalecimento do Programa EaD-ENSP, outras iniciativas foram implementadas em outras unidades da Fiocruz, algumas para atendimento a

demandas regionais (como o caso da Fiocruz-PE e Fiocruz-CE) ou mesmo de caráter nacional, como se tornou mais recentemente a experiência da Fiocruz-MS, já no contexto de participação na rede UNASUS.

Assim, o incentivo institucional da Fiocruz para o investimento organizado e constante na oferta de EaD – afirmado e reafirmado nas definições políticas de seus Congressos Internos quadrienais – tem trazido a expansão desta modalidade.

A viabilização dos polos descentralizados, no Programa EaD-ENSP, tem sido garantida por meio da articulação permanente com as escolas de saúde pública e outras instituições de ensino superior, por meio das Redes de Escolas e também com prefeituras municipais.

Ademais, as unidades descentralizadas da Fiocruz – localizadas no Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí – também tem se qualificado para atuar como polos para cursos EaD, dependendo do arranjo de execução estabelecido no desenho de cada projeto.

Por meio das parcerias viabilizadas no ambiente da UNASUS, abre-se também o acesso a polos das instituições de ensino superior participantes do sistema.

Cada uma dessas situações depende de cada projeto, muitos dos quais são realizados para atender a demandas institucionais prementes colocadas pelo Ministério da Saúde, como o caso do Programa Mais Médicos, a título de exemplo, que exigiu resposta rápida e em alta escala de oferta de cursos de especialização *Lato Sensu* ead, viabilizados pela participação de inúmeras instituições, mediadas pela UNASUS.

Dessa forma, a operacionalização da oferta educativa EaD-Fiocruz conta com uma capacidade grande de articulação com instituições parceiras e mecanismos tecnológicos que estão à disposição, em uma concepção de sistema nacional de formação para a saúde. Alguns polos são mobilizados mediante estratégias de parcerias que têm processos consolidados de articulação com a Fiocruz e outros já integram os esforços iniciados pela ENSP com a UAB.

5.7.3. Comunicação interna com alunos de cursos a distância

A comunicação com os alunos, de modo sistêmico, é viabilizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, ganhando relevância os esforços para a facilitação do diálogo dos atores fundamentais do processo de ensino nessa modalidade, quais sejam: o aluno, o tutor, o facilitador de aprendizagem e o coordenador do curso. No sistema virtual de contatos, o aluno aciona a secretaria acadêmica e desta forma acessa todos os serviços: inscrição, matrícula, solicitações diversas e informações institucionais.

Ademais, há suporte virtual para contatos de tira-dúvidas, e contatos por meio de mensagens eletrônicas de todos os envolvidos no curso.

O tutor exerce papel fundamental como mediador da relação pedagógica e também, sempre que necessário, como facilitador do processo entre os demais atores (a própria secretaria, coordenação pedagógica, direção do curso, etc).

A implantação do Campus Virtual Fiocruz, que incorpora também a atualização do Sistema de Gestão Acadêmica (Novo Siga), colocará os dispositivos comunicacionais entre todos os atores envolvidos no processo a um patamar mais elevado.

As comunidades Virtuais utilizam diversas estratégias de interação entre os atores do curso (autores; orientadores-tutores; tutores-alunos; etc.) e de acesso a materiais complementares. Tanto para os cursos a distância, quanto para os presenciais.

5.7.4. Políticas de formação e capacitação para atuação na EaD dos técnicos administrativos

A formação e capacitação dos técnicos administrativos na Fiocruz é de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos e das Unidades em que estão lotados, por meio do Plano Anual de Capacitação, construído de acordo com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. A respeito, ver descrição no Capítulo 6 deste PDI.

Aqueles profissionais que contribuem na educação a distância têm oportunidade de participar de capacitações específicas, necessárias à sua atuação, quando ocorre uma combinação entre os conhecimentos específicos da gestão dos processos técnico-gerenciais aos quais estão dedicados, com os processos de gestão do ensino adotado pela EaD. A área de TI é bastante importante nessa dinâmica organizativa, e os seus trabalhadores exercem papel estratégico, desenvolvendo seus próprios processos, inovando permanentemente e treinando equipes descentralizadas, quando a demanda assim o exigir.

5.7.5. Política de formação de tutores

A Fiocruz tem uma política bem estabelecida para a constituição de seu coletivo de tutores, que articula o processo de seleção de candidatos ao processo formativo. Em geral, as Unidades seguem procedimentos similares, com algumas especificidades em cada caso – dependendo da região em que acontece, das instituições parceiras envolvidas ou mesmo do objeto abordado em cada curso (que pode ser de aperfeiçoamento ou especialização).

A formação e capacitação de pessoal da área pedagógica na EAD é uma política da instituição e ocorre de forma sistemática por meio de processos formativos para esta clientela, realizados em momentos presenciais, nos polos e também a distância, usando o AVA. São formados tutores, mediadores de ensino em EaD e Orientadores de Aprendizagem, que fazem permanentemente o monitoramento pedagógico e apoio aos tutores de aprendizagem.

- Os tutores e professores devem ser capacitados para o uso do AVA. O profissional deve saber analisar contextos educacionais complexos (que envolvam a aprendizagem a distância, conectividade do aluno, estratégias educacionais adequadas a cada contexto e conhecimento de metodologias educacionais ativas;

- Um “tutorial” sobre o ambiente do curso deve ser oferecido aos alunos e tutores;
- Os tutores deverão ser capacitados na utilização do Moodle, compreendendo os principais recursos, como utilização de fórum, avaliação dos alunos, procedimentos para disponibilizar arquivos na plataforma, entre outros.

Todos os tutores para atuação nos cursos de especialização na modalidade EaD são necessariamente selecionados mediante chamada pública, com ampla divulgação, para realização de processo seletivo, composto de duas etapas.

O edital ou chamada pública traz bem definidos os critérios que definem o perfil do público-alvo apto a participar no processo seletivo, sendo, em geral, os seguintes:

- “Profissionais com pós-graduação *Lato Sensu* completa na formação superior de profissionais de saúde;
- Profissionais com pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado ou doutorado) completa nas áreas de Saúde ou Educação;
- Experiência em docência e facilitação de processos educativos com uso de metodologias ativas, preferencialmente na modalidade a distância, e em gestão e cuidado em saúde;
- Habilidade para utilizar computadores/recursos de conectividade - internet, e-mail, fórum, chat;
- Dispor de recursos ágeis de conectividade via internet;
- Disponibilidade de 20 horas semanais para o exercício da tutoria nas atividades presenciais e à distância, sendo quatro horas em regime de plantão. Explica-se que no plantão da tutoria o tutor estará disponível, em local apropriado e com recursos de comunicação como fax, telefone e internet, para interagir com os especializandos de sua turma, desempenhando atuação prevista no edital do curso. Ademais os cursos podem ter momentos presenciais e encontros de educação permanente de tutores, todos de participação integral e obrigatória, ao longo do seu período de realização, devendo o profissional ter disponibilidade para participar destas atividades no Rio de Janeiro e nos respectivos Polos (Unidades Fiocruz).”

O edital apresenta também informações detalhadas sobre o processo seletivo, constituído de duas etapas. A primeira etapa, de caráter eliminatório, consiste na verificação de atendimento às exigências estipuladas no edital e análise da documentação apresentada, realizadas por Comissão de Seleção que é composta pelo coordenador do curso, um representante da unidade ofertante do curso e profissionais indicados pela coordenação do curso.

Os candidatos selecionados nesta etapa, são convocados a participar da 2ª etapa, uma Oficina de Formação Inicial de Tutores, estimada para acontecer na cidade da unidade ofertante, com duração de 40 horas em cinco dias. A participação tem caráter eliminatório e classificatório, de acordo com a avaliação de desempenho nas atividades desenvolvidas na oficina; aqueles que cumprirem os critérios, receberão certificado de Atualização em Formação Pedagógica em EAD.

A Oficina de Formação Inicial de Tutores objetiva que os candidatos conheçam: (a) A concepção e metodologia de execução do Curso, os níveis e sujeitos da gestão e as estratégias de execução descentralizada; (b) O Material Didático, seus conteúdos,

atividades e sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, com base nas Unidades de Aprendizagem; (c) O processo de Gestão Acadêmica e o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado como mediação tecnológica.

Aos convocados para o exercício da tutoria, a formação tutorial prosseguirá, em caráter processual e permanente, durante o desenvolvimento do curso, nos encontros de educação permanente e nos momentos presenciais, sendo os tutores acompanhados por orientadores de aprendizagem, responsáveis pelo processo formativo, em conjunto com a equipe de coordenação do curso.

5.7.6. Plano de gestão para a modalidade EaD

Em relação à gestão de cada curso, em cada projeto se estabelecem e se pactuam cronograma de execução, ações e sub-ações, responsáveis, prazos e recursos necessários, caracterizando um plano de trabalho que orientará a atuação da coordenação de curso e demais atores envolvidos.

Para o planejamento das mudanças de caráter global no modelo de oferta de cursos na modalidade EaD, a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação coordena os processos de trabalho, tendo estabelecido alguns Grupos de Trabalho (Recursos Educacionais Abertos, e EAD/SIGA), que contam com a participação e envolvimento de profissionais indicados pelas Unidades ofertantes de educação a distância. A Câmara Técnica de Ensino é o espaço de debate e consolidação das propostas construídas pelos GT; dependendo do alcance do assunto tratado, posteriormente pode ser levado à decisão do Conselho Deliberativo da Fiocruz.

5.7.7. Controle de produção e distribuição de material didático

Na maioria dos casos, os materiais didáticos produzidos são disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, no momento adequado à proposta didática de cada curso. Em alguns projetos, em que há recursos previstos, os materiais didáticos são impressos e enviados pelo correio aos estudantes.

O desenvolvimento do material didático precisa responder as necessidades do aluno e estar coerente com a proposta pedagógica do curso. Este recurso deve ser especialmente desenvolvido para cada curso ou reutilizado de outros cursos (Fiocruz e Redes Parceiras), e rigorosamente avaliado. A reutilização deve seguir os termos de uso para remixagem em obras coletivas, especialmente desenvolvido para essa utilização por consultor jurídico e validado pelo GT-REA – Grupo de Trabalho Recursos Educacionais Abertos, criado no âmbito da Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação, com representantes de várias Unidades da Fiocruz.

Pretende-se com a utilização dos recursos educacionais abertos, aproveitar a diversidade de elementos que contribuem para a construção do conhecimento, desenvolvimento da autonomia e aplicação deste conhecimento nos processos de trabalho.

No intuito de desenvolver habilidades e competências específicas, deve ser utilizado um conjunto de mídias compatíveis, como por exemplo, materiais impressos, vídeos, videoconferências, CD-Roms, artigos, páginas web e materiais para smartphones; envolvendo as diferentes formas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para tanto, a equipe multidisciplinar necessita estar integrada, auxiliada por especialistas em desenho instrucional, ilustração, diagramação, dentre outros.

Quanto ao conteúdo, todos os materiais produzidos serão catalogados e depositados no repositório de acesso aberto para distribuição, compartilhamento e reutilização, considerando padrões tecnológicos recomendados para o desenvolvimento e compartilhamento proposto no âmbito do GT-REA - Grupo de Trabalho Recursos Educacionais Abertos. O GT-REA é responsável pela avaliação periódica dessas recomendações e o estabelecimento de diretrizes para o ciclo de produção dos recursos educacionais abertos.

Todos os materiais produzidos devem seguir padrões tecnológicos recomendados para o desenvolvimento de Recursos e que possibilite a interoperabilidade, proposto no âmbito do GT-REA - Grupo de Trabalho Recursos Educacionais Abertos. Todos os materiais deverão seguir os critérios de produção de recursos adotados pela Fiocruz e redes parceiras.

O Repositório de Recursos Educacionais Abertos da Fiocruz ARCA-REA, atende a todos os cursos da instituição, presenciais e a distância e estará integrado ao ARCA – Repositório Institucional.

Ressalte-se também que os materiais de educação a distância são produzidos mediante Oficinas prévias com autores convidados para tal fim, que interagem com a coordenação de EaD, no caso da ENSP. Também são organizados ambientes virtuais para cada curso, possibilitando a interação entre o aluno e os docentes por meio de plataformas institucionais. Há interação entre as Unidades de Ensino para o compartilhamento de ações e colaborações, sempre que necessário.

5.7.8. Biblioteca: instalações para gerenciamento dos polos de apoio

As bibliotecas e sistemas virtuais de informação representam importante capital construído pela Fiocruz. Neste PDI, o assunto foi inicialmente apresentado no item 2.5 (Políticas de Gestão da Comunicação e Informação), onde se fez uma descrição global sobre a rede de bibliotecas físicas, a rede de bibliotecas virtuais e os vários repositórios.

No capítulo 8, dedicado ao Eixo Infraestrutura do PDI, o item 8.2 traz mais detalhes de como o sistema é coordenado (pelo ICICT) e os diversos modos de implementação pelas Unidades.

Para o tratamento específico do suporte bibliográfico aos cursos de especialização na modalidade EaD, em primeiro lugar se destaca que a consulta aos documentos virtuais é predominante e garantida, parcialmente pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (com

as bibliografias básicas de cada unidade do curso), assim como pela Rede de Bibliotecas Virtuais e pelos Repositórios de Saúde Pública, com destaque para o acesso aberto a todo o acervo da UNASUS e ao repositório da OPAS.

Ademais, as unidades descentralizadas da Fiocruz possuem bibliotecas físicas, ligadas em rede com o ICICT, com a possibilidade de uso da comutação bibliográfica.

5.7.9. Unidade de gestão acadêmico-operacional em EaD

Cada Unidade na Fiocruz conta com uma Secretaria de Gestão Acadêmica que é responsável pela gestão operacional de todos os cursos, tanto na modalidade a distância quanto na presencial. A SECA é ligada às Vices de Ensino e Pós Graduação das Unidades e a Coordenação de Pós Graduação da Fiocruz, responsável por enviar as informações necessárias a CAPES sobre seus Programas.

Todas as Unidades estão utilizando o mesmo sistema de gestão acadêmica e tem sua gerência geral na Coordenação de Pós Graduação da Fiocruz na VPEIC.

Todas as Unidades podem utilizar a Plataforma Moodle implantada na VPEIC, sob responsabilidade do Campus Virtual Fiocruz, além de utilizarem Plataformas descentralizadas em cada sede.

O Projeto Campus Virtual Fiocruz e as concomitantes atualizações que resultarão no Novo Siga, anteriormente descritos, estabelecem melhores condições para a articulação global de todos estes aspectos, no que tange às demais unidades da Fiocruz, estabelecendo padronizações e normalizações que facilitarão a gestão das informações e a agilidade dos processamentos e decisões.

Capítulo 6: Corpo docente e técnico-administrativo

Este capítulo dedica-se a apresentar de modo sintético uma caracterização da força de trabalho da Fiocruz, em linhas gerais, e em mais detalhes os segmentos profissionais engajados na oferta de ensino *lato sensu*, para evidenciar a capacidade da instituição na implementação das suas propostas previstas neste PDI. A política de capacitação dos servidores também é brevemente descrita.

O capítulo finaliza com esclarecimentos relacionados ao planejamento da expansão do corpo docente e técnico-administrativos e os contingenciamentos conjunturais relacionados ao assunto.

6.1 Política de gestão do trabalho da Fiocruz

A Diretoria de Recursos Humanos (Direh) da Fiocruz, cujo nome foi alterado recentemente para Diretoria de Gestão do Trabalho, é a responsável pela formulação e implementação de políticas, estratégias e instrumentos de gestão do trabalho. Integra ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador. Em cada unidade da Fiocruz funciona um Serviço de Recursos Humanos, com o qual a Direh interage permanentemente, orientando suas atividades de organização da gestão de recursos humanos e acompanhamento da vida funcional dos trabalhadores. Recentemente, a Fiocruz vem investindo em uma Política de Qualidade Interna, pautada por pesquisas de satisfação junto aos seus trabalhadores.

A diversidade de campos atuação da instituição implica também grande diversidade nos perfis da força de trabalho, predominantemente composta por servidores concursados e integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz (Lei n. 11.355/2006).

Em grandes linhas, a força de trabalho da Fiocruz é composta de quase 13.000 pessoas, sendo cerca de 5.500 servidores públicos e 7.400 trabalhadores terceirizados, conforme apontado no quadro-resumo abaixo, com as informações mais recentes (setembro de 2015).

Tabela 6.1: Força de Trabalho Fiocruz em dezembro de 2015

Segmentos de trabalhadores	Médio	Superior	Total
Servidores da carreira de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (+ celetistas)	1.650 (+14)	3.702 (+4)	5.352 (+18)
Servidor nomeado cargo comissão	1	26	27
Servidor requisitado	2	3	5
Servidor cedido	32	63	95
Terceirizados	5.791	1.704	7.495
Total de trabalhadores (servidores + terceirizados)	7.490	5.502	12.992

Fonte: DIREH, 2016 (SGA RH Servidores e SGA RH Não Servidores, base: dezembro/2015).

Desde 1996, a seleção da força de trabalho (servidores públicos) na Fiocruz se dá por concurso público em atendimento ao que foi normatizado na Constituição Federal de 1988. O processo de captação e seleção na Fiocruz inicia-se com identificação do quadro de cargos livres, identificação da necessidade do órgão para atender ao planejamento estratégico da organização e posteriormente a negociação com o Ministério do Planejamento para uso das vagas livres (SIAPE) e/ou ampliação do quadro. Internamente, a priorização pelos cargos a serem preenchidos é feita conforme a disponibilidade orçamentária e o planejamento estratégico para atendimento ao PPA.

De acordo com o Relatório de Gestão 2014, a instituição encerrou aquele ano com um quadro de 5.285 servidores ativos, número maior do que o de dezembro de 2013, pois em 2014 houve um concurso para 400 vagas vinculadas à substituição de terceirizados e para recomposição do quadro de servidores aposentados, exonerados ou falecidos.

O quadro de servidores próprios da Fiocruz é definido pelo seu Plano de Carreiras e Cargos de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz (Lei nº 11.355/2006) que vem sendo aprimorado desde sua instituição em 2006. Este Plano se estrutura em cinco carreiras, sendo três de nível superior, duas de nível médio e um cargo isolado de nível superior. No Quadro 6.1 são relacionadas essas carreiras e disponibilizados os quantitativos de servidores em cada uma delas, tal tal como apurado em janeiro de 2016.

Alguns serviços podem ser contratados de terceiros pela organização, como aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/1997. Nestes casos, a demanda e o perfil são definidos pela unidade interessada, com base no portfólio de serviços descritos na Carta de Serviços da Fiocruz *vis a vis* aos compromissos pactuados com as partes interessadas.

Quadro 6.1: Cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Fiocruz (Lei nº 11.355/2006)

Nível	Cargo	Carreira	Quantitativo
Superior	Pesquisador em Saúde Pública	Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	995
	Tecnologista em Saúde Pública	Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	1.734
	Analista de Gestão em Saúde	Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	798
	Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (cargo isolado)		42
Intermediário	Técnico em Saúde Pública	Técnico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	1.195
	Assistente Técnico de Gestão em Saúde	Suporte à Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	411

Fonte: DIREH, fevereiro de 2016.

Os trabalhadores terceirizados são contratados em regime de CLT por meio de empresas licitadas e exercem as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações entre outros.

6.2 Composição e caracterização do corpo docente

A Fiocruz como uma instituição de ciência, pesquisa e ensino tem um quadro de 4204 servidores com titulação de pós-graduação *lato e Stricto Sensu*, sendo 1.531 doutores, 1.187 mestres e 1.486 especialistas.

O Plano de Carreiras e Cargos da Fiocruz, conforme já apontado, é composto de quatro cargos de nível superior – pesquisador, tecnologista, analista de gestão e especialista em C&TI – que exercem suas funções de pesquisa e gestão nas diversas Unidades, tendo a docência como um componente importante de suas atividades, tal como orientado pelo Estatuto da instituição. Conforme já se apontou antes, o Decreto nº 4725, de 9 de junho de 2003, estabeleceu, entre as diversas competências das Unidades técnico-científicas, aquela de “desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País”.

No início de 2016, estavam em atuação 995 pesquisadores, 1.734 tecnologistas e 42 especialistas. Além disso, a instituição contava com 798 analistas de gestão em saúde. Ademais, há um pequeno contingente de servidores com cargo de profissões da saúde (médicos, enfermeiros, etc) e outras.

Ressalta-se a visão de que pesquisa e ensino são encarados como funções interligadas e necessárias, fazendo parte da própria identidade originária da instituição, desde o início do século passado.

Destarte, a docência em cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu e Lato Sensu* é garantida principalmente pelos servidores dos cargos de Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, Pesquisador em Saúde Pública e alguns dos Tecnologistas em saúde Pública e dos Analistas de Gestão em Saúde.

Ademais, a Fiocruz conta com a participação de importante contingente de docentes externos, colaboradores provenientes de outras instituições. Coerente com sua orientação de inserção nacional, com investimento na formação e desenvolvimento de força de trabalho em temas de ponta nos mais diversos espectros relacionados à saúde, somente por meio de estratégias colaborativas com grande pluralidade de instituições de ensino e pesquisa e de gestão da saúde pública, pode a Fiocruz alcançar sua missão.

6.2.1. Breve retrato dos docentes do *Lato Sensu*

Há uma grande autonomia de cada unidade na composição do corpo docente de cada curso ofertado, o que é feito combinando-se o engajamento de pesquisadores e técnicos próprios da Unidade e contando também com as participações, em maior ou menor grau (conforme as condições e necessidades de cada situação) com servidores da Fiocruz provenientes de outras Unidades. Ademais, incorporam-se docentes externos, sobretudo provenientes das universidades públicas federais. Por fim, na docência de inúmeros cursos ocorre alto índice de participação de docentes provenientes dos órgãos públicos da saúde (Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, outros órgãos públicos), caracterizando a forte ligação do ensino na Fiocruz ao campo da gestão e das políticas públicas. Em sua função “escola de governo”, a Fiocruz atende às necessidades estratégicas do SUS – expressas por meio das demandas e participação dos gestores públicos da saúde – e incorpora no processo formativo a colaboração direta de agentes responsáveis pela condução e implementação das políticas públicas de saúde.

Assim, o quadro de colaboradores nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* é muito amplo e diversificado. Ademais, há diversos graus de engajamento e participação de cada docente ao longo dos anos, dependendo das necessidades da oferta de cada período e do plano de trabalho do docente-pesquisador.

Um retrato sintético do quadro de docentes atuantes no *Lato Sensu* é apresentado a seguir, tal como registrado no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA-LS) no início de 2016:

Havia no cadastro um total de 1627 docentes colaboradores nos cursos *Lato Sensu*, dos quais 841 são “docentes próprios”, ou seja, servidores de carreira da Fiocruz e 816 são “docentes externos”, isto é, provenientes de uma diversidade de instituições de ensino e de gestão. Ressalte-se que este quadro não é estável, uma vez que há adesões ou saídas no decorrer dos meses; porém o cadastro não registra docentes afastados, exceto os casos de rescisão de contrato com a Fiocruz, aposentadorias ou falecimentos.

Desse contingente de docentes constantes no cadastro do Sistema de Gerenciamento das Informações do *Lato Sensu* – SIGA-LS, 1568 (90,8%) possuem nível de formação de

pós-graduação, a saber: 46 pós-doutores (2,8%), 795 doutores (49,2%), 450 mestres (27,8%) e 177 especialistas (11%).

Há um segmento de 148 docentes com nível de formação graduação. Este grupo, que representa 9,2% do conjunto, é composto de modo predominante por gestores e dirigentes públicos que atuam nas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios que trazem suas contribuições específicas e também por alunos de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da Fiocruz, que desenvolvem atividades de docência em campos específicos dos projetos de pesquisa em que estão envolvidos.

O agrupamento de 841 Docentes Próprios é constituído de servidores da Fiocruz provenientes principalmente de três cargos do quadro de carreiras, a saber: Pesquisadores (359 docentes), Tecnologistas em Saúde Pública (312 docentes) e Analistas de Gestão em Saúde Pública (91 docentes). Há também entre os docentes próprios outros grupos menores de servidores com cargos das profissões de saúde (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, veterinários, biólogos, terapeutas ocupacionais, etc).

No agrupamento de docentes próprios, 61,7% são doutores ou pós-doutores e 28,7% são mestres.

Em geral, os docentes próprios engajam-se em atividades de ensino nas unidades em que estão lotados, ali onde desempenham suas funções de pesquisa, gestão ou serviços. Porém há um contingente de 147 deles (18%) que colaboram em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de outras unidades da Fiocruz. Esta prática propicia o aumento do intercâmbio de conhecimentos entre as áreas da instituição.

A relação de docentes próprios é apresentada no **Anexo II** deste PDI.

Algumas características do agrupamento de docentes externos evidenciam também grande diversidade de origens. No que tange às suas instituições de origem, o maior agrupamento é composto de professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino superior. Outros dois grupos muito expressivos são compostos daqueles provenientes de estados e municípios e daqueles que provêm das áreas do Ministério da Saúde ou outros órgãos federais.

O segundo grupo é composto de docentes provenientes de estados e municípios (14%) e 15% provêm das áreas do Ministério da Saúde ou outros órgãos federais.

6.3 Política de formação e capacitação da força de trabalho

A atuação da Fiocruz é muito diversificada no campo da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, configurando uma instituição ímpar, cuja força de trabalho – vista em seu conjunto – precisa estar apta a atuar em áreas de conhecimento muito diversas. O seu estatuto, estabelecido por meio do Decreto n. 4.725, de 9 de junho de 2003, define seu campo de ação e sua estrutura organizacional, evidenciando tal complexidade.

A título de exemplo, em julho de 2014 estavam definidas 29 áreas de pesquisa que, em seu conjunto, atingiam a quantidade de 271 linhas de pesquisa, indo desde as

questões mais especializadas dos campos da biologia e saúde, passando pelo campo das tecnologias mais diversificadas, atuando no campo da gestão pública e das políticas públicas, alcançando os estudos nas diversas áreas sociais (sociologia, antropologia, filosofia, comunicação, cultura, história, educação), até os estudos relacionados à economia, estatística e informática. Conforme orientação estatutária todas as unidades técnico-científicas devem, além de desenvolver investigações, implementar ações de formação e disseminação de conhecimentos em suas áreas.

Desses exemplos se pode concluir sobre a grande diversidade de perfis profissionais exigidos, assim como sobre os altos graus de qualificação técnica e acadêmica requeridos para esses profissionais.

Desta forma, a questão da qualidade técnica, política e científica do conjunto da força de trabalho da Fiocruz exige diversificadas estratégias, que combinam ações centralizadas e descentralizadas, indo desde a definição dos mecanismos e processos de recrutamento por meio de concursos públicos até as políticas sistemáticas de desenvolvimento institucional e profissional.

A consolidação do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, por meio da Lei n. 11.355, de 19 de outubro de 2006, estabeleceu critérios e pre-requisitos de ingresso e progressão que buscam garantir a entrada de profissionais especializados e muito qualificados. Assim, para os servidores ocupantes dos cargos de nível superior (pesquisador, tecnologista, analista de gestão, técnico em saúde pública), são colocados como pré-requisito de entrada, além da formação em nível superior em áreas pertinentes à atuação da Fiocruz, diferenciados graus de titulação pós-graduada.

O Plano de Carreira favorece o aperfeiçoamento e crescimento profissional, mediante mecanismos de concessão e benefícios ao desempenho profissional e a uma melhor qualificação. O adicional de titulação acadêmica é um desses mecanismos. A instituição estimula a qualificação profissional em vários níveis, inclusive com a oferta de cursos específicos, como os de mestrado profissional, o que possibilita a retenção do conhecimento especializado.

Pode-se destacar que a formação daqueles servidores que atuam como docentes na Fiocruz acontece prioritariamente por dentro das práticas de pesquisa, na participação em congressos, no compartilhamento de projetos com equipes nacionais e internacionais, nas orientações de alunos e na participação em eventos promovidos pelo SUS em suas temáticas correspondentes. As unidades da Fiocruz têm promovido nos últimos anos processos de atualização dos seus docentes, por meio de seminários em que se discutem tópicos ligados à preparação pedagógica.

Do ponto de vista institucional, a Diretoria de Gestão do Trabalho (Direh) da Fiocruz é a responsável pela formulação e implementação de políticas, estratégias e instrumentos de gestão do trabalho. Integra ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador. Seguindo o modelo de gestão descentralizada,

em cada unidade da Fiocruz funciona um Serviço de Recursos Humanos, com o qual a Direh interage permanentemente, orientando suas atividades de organização da gestão de recursos humanos e acompanhamento da vida funcional dos trabalhadores. O planejamento das ações de capacitação na Fiocruz é desenvolvido segundo esse modelo de gestão descentralizada. Desta forma, cada Unidade da Fiocruz, por meio do Serviço de Recursos Humanos, elabora seu Plano Anual de Capacitação, específico para suas áreas de atuação, que deve ser enviado a Direh para compor o plano institucional.

Para atender ao especificado em sua Missão e Visão a Fiocruz atua fortemente na valorização e qualificação dos trabalhadores e no gerenciamento das suas competências, assim como também na formação permanente de lideranças institucionais.

A valorização da capacitação é também uma diretriz do Governo Federal, expressa no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Tal política visa, sobretudo, a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, partindo-se do pressuposto que o desenvolvimento permanente do servidor público é um fator estratégico para o alcance desse objetivo. Dentre as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP - destaca-se o incentivo e apoio ao servidor em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais.

Nesse contexto e para atender a necessidade de desenvolvimento e qualificação de pessoas da Fiocruz e aos objetivos definidos pela PNDP a Diretoria de Gestão do Trabalho vem desenvolvendo e implementando uma série de iniciativas e processos que facilitam o alcance desses objetivos.

O desafio para a área de desenvolvimento de pessoas é desenhar estratégias que integrem, direcionem e alinhem todas as ações sob sua responsabilidade. A implantação de uma escola corporativa que vise à gestão das competências, integrando a gestão da carreira é uma diretriz da gestão atual, sendo uma destas estratégias.

Como primeiro passo na mudança da lógica de treinamento para a abordagem da educação corporativa, foram desenvolvidas metodologias para planejamento da capacitação na Fiocruz, orientadas pelo alinhamento estratégico e o desenvolvimento de competências necessárias à melhoria da gestão. Para o planejamento, são seguidas as etapas: estudo dos objetivos estratégicos e definição dos projetos estratégicos prioritários; definição dos conhecimentos a serem desenvolvidos; desenho das melhores estratégias de aprendizagem para desenvolver os conhecimentos elencados; e definição das ações de capacitação.

O Plano Anual de Capacitação da Fiocruz representa o trabalho coletivo das Unidades Fiocruz e procura atender a totalidade dos trabalhadores da instituição no que se refere ao desenvolvimento de conhecimentos alinhados às estratégias da organização. Em 2013 foram implementadas ações para alinhar a metodologia de elaboração do Plano Anual de Capacitação: partindo de um documento “diretrizes para o planejamento

da capacitação na Fiocruz”, realizou-se oficina de alinhamento estratégico com os responsáveis pelos serviços de recursos humanos das diversas unidades da Fiocruz, posteriormente participando numa rede virtual de desenvolvimento de pessoas, de intercâmbio e orientações, que reforçam o processo colaborativo.

O Plano Anual de Capacitação da Fiocruz é composto por programas voltados ao Desenvolvimento Institucional (que são desenvolvidos e coordenados pela Diretoria de Gestão do Trabalho e atendem a orientação estratégica da Fiocruz) e pelos Planos de Capacitação das Unidades (que são desenvolvidos e coordenados pelos Serviços de Recursos Humanos e tem por objetivo desenvolver conhecimentos específicos para a área de atuação de cada unidade).

O Desenvolvimento institucional, sob responsabilidade da DIREH, é composto de dois programas: o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e o Programa de Integração do Novo Servidor.

6.3.1. Programa de Desenvolvimento Gerencial

O PDG tem uma proposta “pautada em uma estrutura de projetos para ações de educação formal e não formal, em um ciclo contínuo e permanente, para desenvolvimento das competências gerenciais requeridas: gestão de pessoas; gestão da informação e do conhecimento; gestão pública; e gestão estratégica. O objetivo geral do PDG é criar um ambiente de valorização da gestão e dos gestores por meio de estratégias de aprendizagem contextualizadas para o desenvolvimento de lideranças com ênfase nas competências gerenciais gerais requeridas. O programa é constituído de cinco projetos: Excelência da Alta Administração da Fiocruz; Desenvolvimento de excelência em gestão; construindo a gestão do futuro; encontro anual de gestão/prêmio de inovação da gestão; Rede virtual de excelência em gestão. A estrutura do programa está organizada na perspectiva de integração dos profissionais de gestão das diferentes áreas e níveis de atuação, com ênfase na inovação da gestão”.

As bases do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) são as Competências Gerenciais Gerais definidas pela Fiocruz em um processo que envolveu 5 etapas, dentre elas entrevista com atores-chave e validação na Câmara de Gestão, configurando um conjunto de quatro competências gerais para os dirigentes da Fiocruz.

Quadro 6.2: Competências Gerais dos Dirigentes

Planejamento Estratégico	Capacidade de formular e promover o alinhamento estratégico institucional, orientados pelos resultados à sociedade, monitorando e avaliando sistematicamente o desempenho e aprendizagem organizacional.
Gestão de Pessoas	Identificar e orientar o desenvolvimento das competências de sua equipe, mobilizando as pessoas para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.
Gestão Pública	Atuar gerencialmente com foco nos resultados para a sociedade de acordo com o ordenamento e a ética pública
Gestão da Informação e do Conhecimento	Gerar informações gerenciais sistematizadas na sua área de atuação, estimulando o compartilhamento dos conhecimentos produzidos de forma contínua, intra e intequipes.

6.3.2. Programa de Integração do Novo Servidor

O Programa de Integração do Novo Servidor consiste em atividades de recepção e integração de novos concursados. Nele são apresentadas a instituição e sua alta direção, um conjunto de palestras sobre o Plano Quadrienal e o projeto de futuro da Fiocruz, o código de ética do servidor público e outros temas.

6.3.3. Escola Corporativa

A partir de 2012 começou a implementação de iniciativas educacionais que vieram a desembocar na criação da Escola Corporativa. Primeiramente foi a criação do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG. Entre outras ações, foi realizado o curso de especialização em Gestão de Organizações de Ciência e Tecnologia, certificado pela ENSP, que formou 227 analistas de gestão pública em saúde aprovados no concurso de 2010. Em parceria com a Fundação Dom Cabral vem sendo ofertadas ações formativas desde 2014. E mais recentemente (2015 e 2016), no âmbito do PDG, começou a ser ofertado o Mestrado em Gestão Pública, parceria com a Fundação Getúlio Vargas.

A Escola Corporativa declara sua missão como: “oferecer ações educacionais para o desenvolvimento dos talentos humanos e das competências organizacionais, promovendo a geração, assimilação, difusão e aplicação do conhecimento, através de um processo de aprendizagem ativa e contínua, e gerando resultados”.

As ações da Escola Corporativa obedecem a premissas de qualificação voltadas para o desenvolvimento institucional, desenvolvimento da carreira de servidores, criação e fortalecimento de rede de aprendizagem, integração e decisão coletiva para a educação corporativa da instituição e inovação na aprendizagem.

6.4 Cronograma de expansão da força de trabalho

A ampliação do corpo efetivo da Fiocruz depende de concurso público. No período de 1999 a 2010 foram realizados três concursos que ampliaram o quadro de 3.005 para 5.210 servidores. Embora com maior concentração na região sudeste onde se localiza um maior número de unidades técnico-científicas, os servidores estão distribuídos pelo país nas demais unidades. Como resultado do último concurso público realizado, em 2014, entraram 400 servidores, sendo 317 para compor o quadro de tecnologias (128), Pesquisador (164) e especialista (25).

Como a expansão do corpo técnico-administrativo e do corpo de pesquisadores-docentes está atrelada à autorização de concurso público, a Diretoria de Gestão do Trabalho (Direh) da Fiocruz mantém permanentemente negociações com os Ministérios da Saúde e do Planejamento para a liberação de novas vagas. Porém, não há previsão de abertura de editais em 2016, em razão do cenário econômico restritivo.

As tratativas, que ocorrem no âmbito do governo desde 2015, vão ao encontro de um Acórdão com o TCU, que estabelece a apresentação de um plano de incorporação de novos servidores para o desenvolvimento de projetos estratégicos e substituição de terceirizados na Fiocruz. No entanto, o cronograma que vem sendo discutido prevê que o início da seleção e das contratações ocorra apenas a partir de 2017.

A expectativa da Fiocruz é contar com a autorização para incorporar 600 novos servidores em seu quadro, tão logo a solicitação seja aprovada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Capítulo 7: Corpo Discente

Em razão da diversidade de campos de atuação da Fiocruz, seu público alvo é composto de diversos segmentos sociais e profissionais. Desde 2007, com vistas a analisar o cumprimento de suas atividades e serviços prestados, foi definida a segmentação dos usuários, por meio de trabalhos e consultas coordenado pela Secretaria Executiva do Programa da Qualidade Fiocruz e envolvendo todas as áreas finalísticas. Tal segmentação é analisada e atualizada anualmente, buscando visualizar quem são os usuários diretos, pessoas físicas ou jurídicas, que utilizam os diferentes serviços e produtos oferecidos pelas unidades da Fiocruz.

Desta forma, esse público alvo com diferenciados perfis, foi agrupado em três segmentos:

1. Usuário-cidadão – pessoas físicas que acessam diretamente os serviços prestados pela instituição;
2. Usuário-estudante ou estudante-profissional de saúde; e,
3. Profissionais, gestores e instituições de saúde e de ciência e tecnologia.

O segmento dos usuários-estudantes está diretamente associado ao macroprocesso “Educação e formação em saúde”, sendo também um agrupamento bastante diverso: “Usuários-estudantes e estudantes-profissionais de saúde que recebem treinamento e capacitação nos diversos cursos técnicos, de especialização e de pós-graduação oferecidos pela instituição, presenciais e à distância; profissionais, gestores e instituições de saúde e de ciência e tecnologia que demandam cursos específicos de capacitação, desenvolvimento e realização de projetos de pesquisa”.

De acordo com os dados sistematizados no Relatório de Gestão, a Fiocruz concluiu o ano de 2014 com 9.636 egressos das diversas ações de educação e formação, aí incluídos os programas de educação profissional, atualização e as pós-graduações. Naquele ano, houve 2.176 alunos titulados nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, aí incluídos também os concluintes de residências, aperfeiçoamentos e atualizações.

Tendo em vista o objetivo imediato deste PDI, os próximos itens deste capítulo trarão elementos mais detalhados sobre os estudantes dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

7.1 Formas de acesso aos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

As orientações mais genéricas sobre o acesso aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* contidas no Regimento Geral são, em primeiro lugar, a exigência de que os candidatos sejam portadores de diploma de cursos superior e forneçam a documentação exigida em chamada de seleção pública. E, em segundo lugar, fica destacado no Art. 13º que

a seleção será sempre mediante evento público, cabendo à coordenação do curso estabelecer os critérios referentes à avaliação do candidato.

Esta definição de caráter geral é posteriormente traduzida em outras orientações mais específicas em cada Regimento de Unidade, ficando a especificação dos critérios de avaliação para a seleção de candidatos e outras informações relacionadas à caracterização do curso, descritos nos Regulamentos dos Cursos, que são de responsabilidade do coordenador de curso.

A oferta predominante de cursos de especialização na Fiocruz é caracterizada por ser regular (em geral anual e vários bienais), sempre divulgada amplamente pelos portais da instituição e pelas mídias sociais.

Embora haja variações entre os regulamentos dos variados cursos – seja por razões de cunho metodológico, seja pela variação dos objetos de ensino em foco em cada caso – praticamente todas as Chamadas públicas estabelecem duas etapas no processo seletivo, sendo a primeira caracterizada por uma prova escrita de caráter eliminatório, e a segunda fase constituída por entrevista, de caráter classificatório. O Currículo é quase sempre solicitado e eventualmente compõe a primeira etapa e outras vezes a segunda; sua apreciação pode ser considerada de caráter eliminatório ou classificatório, de qualquer forma, sempre claramente especificado previamente nas chamadas públicas.

Vários outros quesitos são eventualmente considerados em determinados cursos, tais como: exigência de pré-projeto a ser encaminhado pelo candidato no momento da inscrição; carta do candidato expondo motivações que o levaram a pleitear a participação no curso; declaração da chefia do candidato informando a disponibilidade dele para frequentar o curso nos horários estipulados e, também, em alguns casos, expressando o interesse da instituição pela participação do candidato no curso. Alguns casos pedem a descrição da experiência prática do candidato no campo temático do curso pretendido, sendo este documento considerado para o processo avaliativo. No caso de alguns cursos, são também estabelecidas cotas de participantes provenientes de instituições diretamente envolvidas com aquela temática, indicando as prioridades.

7.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro (bolsas)

O acompanhamento pedagógico aos alunos dos cursos de especialização é realizado por meio das reuniões entre o coordenador de curso e a equipe de docentes, sendo acionadas ações de apoio quando isso se faz necessário. No entanto, trata-se de atividades que estão distribuídas no cotidiano do trabalho da equipe, não havendo um maior grau de formalização e controle das atividades.

Algumas unidades deixam bem explícitas, entre as atribuições dos docentes, aquelas de orientar os alunos e estimular permanentemente sua integração na turma, no curso e na vida acadêmica da Unidade e da Fiocruz. Outras trazem especificações para o coordenador pedagógico, tal como a de assistir e orientar os alunos e os professores, visando a formação integral do educando e também a de diagnosticar as dificuldades dos alunos e as suas limitações, pesquisar as causas e manter entendimento a respeito

com os professores.

O trabalho na docência da disciplina de metodologia para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso cumpre papel importante no apoio ao aluno, uma vez que aí se evidenciam recorrentemente as dificuldades mais comuns.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* ofertados pela Fiocruz são gratuitos e a instituição não possui programa específico de apoio financeiro aos alunos, porém eles se beneficiam das diversas características da oferta de ensino e da vida no Campus, no caso das unidades instaladas em Manguinhos, com serviços subsidiados, como o caso das lanchonetes e restaurantes.

7.3 Organização estudantil

Desde 2012 foi estabelecida a Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz-Rio de Janeiro, que representa os estudantes de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* ofertados por unidades sediadas no estado do Rio de Janeiro.

Entre muitas outras finalidades relacionadas em seu Estatuto, a APG Fiocruz-RJ se propõe a “avaliar continuamente a qualidade do ensino na pós-graduação e, quando necessário, reivindicar e sugerir as providências cabíveis”.

A APG-Fiocruz mantém relações de colaboração e parceria com a direção da Fiocruz, em assuntos que sejam pertinentes. Já está em segunda edição a publicação do Guia do Estudante, iniciativa conjunta da Vice-Presidência de Ensino, Comunicação e Informação e da APG Fiocruz-RJ.

Em algumas unidades de ensino, é considerada a participação de representantes do corpo discente nos fóruns de governança. Recentemente a ENSP aprovou seu novo Regimento Interno, no qual estabelece para a Vice-Direção de Ensino, entre outras, a competência de “assegurar a representação discente nos fóruns deliberativos” (Art. 35, inciso VII), estando prevista participação de um representante dos discentes, eleito diretamente por seus pares, no Conselho Deliberativo da Escola (Art. 13), e também no Colegiado de Ensino, neste caso estando especificado que é um representante do *Stricto Sensu* e outro do *Lato Sensu* (Art. 19, #2º). Há também participações previstas em outras comissões.

Ademais, conforme já relatado, várias unidades periodicamente fazem sondagens de expectativas e de satisfação dos alunos em relação às disciplinas e cursos ministrados, por meio de questionários aplicados ao final de cada disciplina, sendo esta outra forma de expressão do corpo discente.

7.4 Acompanhamento de egressos

O acompanhamento de egressos é atividade bastante complexa que ainda não é realizada de modo permanente e sistemático em relação aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

Algumas unidades, como a Escola Nacional de Saúde Pública e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio realizaram pesquisas voltadas para egressos, nas quais se levantam informações sobre a imagem mantida sobre a Fiocruz, dentre outros aspectos.

Há registros de alguns estudos realizados por iniciativa de pesquisadores na Fiocruz, no entanto ainda não se produziu uma sistematização e uma análise de caráter mais global sobre o assunto. A constituição de uma Comissão Própria de Avaliação a partir de 2016, coloca a possibilidade de um trabalho mais dirigido ao assunto, que muitos elementos e subsídios trarão para a qualificação do ensino de pós-graduação *Lato Sensu* na Fiocruz.

Capítulo 8: Infraestrutura

A complexidade da Fiocruz já foi apontada e descrita de modo global no capítulo 1, a partir de um breve histórico de como se desenvolveu e veio a se constituir a configuração atual da Instituição (2015-2016).

Em razão da multiplicidade de seus campos de atuação, constituídos paulatinamente ao longo de sua história de 115 anos, coloca-se como uma tarefa difícil a apresentação sintética dos aspectos de sua infraestrutura.

Assim, tendo em consideração o objetivo mais imediato deste PDI (contribuir para o processo de avaliação externa visando o credenciamento institucional para oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*), este capítulo apresentará de modo mais detalhado as informações relativas ao Campus de Manguinhos, no qual se situam 7 das 13 unidades que ofertam cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

Assim, primeiramente será feita uma descrição de caráter mais global sobre os aspectos da infraestrutura da Instituição em seu conjunto e na segunda parte selecionam-se alguns itens a informar diretamente relacionados às Unidades responsáveis pela oferta de cursos de especialização *Lato Sensu* situadas no Campus de Manguinhos.

Informações sobre as unidades situadas em outros Campi serão referidas de modo sintético.

8.1 Infraestrutura física

8.1.1. Contexto Geral

A configuração institucional como Fundação Oswaldo Cruz, estabelecida pelo Decreto nº 66.624, em maio de 1970, produziu a aglutinação de vários estabelecimentos de pesquisa, ensino e assistência no campo da saúde pública, a maioria deles situada no Bairro de Manguinhos no Rio de Janeiro. Tal reorganização incorporou também instituições situadas em outras localidades, no Rio de Janeiro e em outros estados, como os casos de Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. Nas décadas seguintes, outras unidades foram criadas, chegando-se à situação existente em 2015-2016, em que podemos afirmar que a Fiocruz possui unidades ou representações estabelecidas em diversos campi e endereços, em 11 unidades da Federação e uma na África.

Os bens imobiliários geridos pela Fiocruz são muito diversos, a maioria deles sendo cessão de uso de Propriedade da União, alguns são cessão de uso de Universidades (Piauí, Distrito Federal) e comodato (Pernambuco). A gestão patrimonial é coordenada pela Diretoria de Administração – DIRAD, que implementa esforços contínuos de melhoria do uso do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET,

capacitando os profissionais da área de gestão do patrimônio para aperfeiçoar as ações de gestão.

As Unidades que possuem oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em 2015-2016 estão localizadas em 6 capitais, sendo que no Rio de Janeiro estão distribuídas em 3 bairros, conforme evidencia o Quadro 8.1.

Quadro 8.1: Localização territorial das Unidades que ofertam *Lato Sensu*

UF	Cidade	Bairro	Unidade
RJ	Rio de Janeiro	Manguinhos	COC - Casa de Oswaldo Cruz
			ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
			EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
			ICICT – Inst.de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
			INCQS - Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
			INI - Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
			IOC - Instituto Oswaldo Cruz
		Jacarepaguá	Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos
		Flamengo	IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
AM	Manaus	Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane	
BA	Salvador	Fiocruz Bahia - Instituto Gonçalo Muniz	
DF	Brasília	Fiocruz Brasília - Escola Fiocruz de Governo	
MS	Campo Grande	Fiocruz Mato Grosso do Sul	
PE	Recife	Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães	

Nota-se, portanto, que metade das Unidades que ofertam cursos de pós-graduação *Lato Sensu* está situada no Bairro de Manguinhos, em grande área localizada na Avenida Brasil. As outras sete unidades estão localizadas, cada uma delas, em distintos endereços, sendo cinco em outras regiões do país.

8.1.2. O Campus Fiocruz Manguinhos

Manguinhos é o principal *Campus* da FIOCRUZ. Reúne a direção superior da Instituição, seus órgãos colegiados e de assessoramento e as unidades mais representativas nos campos da pesquisa biomédica e da formação em ciência e tecnologia em saúde; da pesquisa clínica e atenção de referência em doenças infecciosas; da pesquisa epidemiológica e social; da pós-graduação em saúde pública e da formação de nível técnico em saúde; da produção de imunobiológicos, reagentes e medicamentos; da preservação do patrimônio histórico cultural da saúde; e da difusão científica e tecnológica.

O processo de formação do Campus Manguinhos teve início em 1899, com a criação do antigo Instituto Soroterápico Federal. Sua história pode ser dividida em três períodos. O primeiro deles, que vai até a década de 1960, que é o período da criação, implantação e consolidação do antigo Instituto Soroterápico, depois Instituto Oswaldo Cruz e atualmente Fundação Oswaldo Cruz. No segundo período, entre as décadas de 1960 e 1980, com a Fiocruz vivendo um período de declínio, foram erguidas várias edificações destinadas a órgãos do Ministério da Saúde, não necessariamente ligados ao Instituto Oswaldo Cruz, pensadas isoladamente e sem articulação com o conjunto existente. No último período, iniciado ainda na década de 1970, houve melhoria nas condições de infraestrutura e a recuperação de edificações antigas, uma grande expansão sendo deflagrada a partir de meados dos anos 1980, já no contexto de redemocratização do país, ao mesmo tempo em que são tombadas suas principais edificações históricas. A partir dos anos 1990, como parte da política de preservação e valorização do patrimônio do Campus, a instituição passa a oferecer à população da cidade atividades com fins socioculturais científicos.

Como resultado desse processo histórico, o campus possui edificações com usos diferenciados, distribuídos sem uma maior organicidade no território: atividade industrial, atividade de educação, atividade de arte, cultura e educação, além das atividades de administração. As atividades de pesquisas e desenvolvimento científico estão espalhadas por diversos prédios. O Plano Diretor do Campus Manguinhos, elaborado com a consultoria do IBAM a partir de 2012, ainda em fase de validação nos fóruns de governança da Fiocruz, faz minucioso estudo e mapeamento de toda a situação e apresenta as proposições de médio e longo prazo para o enfrentamento paulatino a essa situação historicamente construída.

O mapa do Campus de Manguinhos pode ser acessado no Portal da Fiocruz: <http://www.dirac.fiocruz.br/mapa-do-campus/>.

Quadro 8.2: Relação das Unidades da Fiocruz situadas em Manguinhos

Unidade ou Área
Presidência E seus Órgãos de Assistência Direta e Assessoria (Gabinete, Auditoria, Procuradoria, Cooperação Social, Centro de Relações Internacionais - CRIS)
Vice-Presidências: Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPLR) Produção e Inovação em Saúde (VPIS) Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VAAPS) Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI)
Unidades Técnico-Administrativas e Coordenações Vinculadas à VPGDI: DIC(DIRAC), DIRAD, DIREH, DIPLAN, CQuali, CGTI

Unidades Técnico-Científicas:

COC
ENSP
EPSJV
ICICT
INCQS
INI
IOC
ICTB – Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ex-CECAL)
Biomanguinhos (apenas parte da estrutura em Manguinhos)
Farmanguinhos (apenas parte administrativa em Manguinhos)

Dentro dessa grande área de Manguinhos, há equipamentos de apoio aos usuários, como bibliotecas, agência de correios e de banco, restaurantes, lanchonete, creche, serviços de atendimento de saúde aos servidores. São espaços compartilhados com entidades sociais e empresas de prestação de serviço, e outras destinadas a apoiar e a desenvolver serviços de utilidade em saúde para os trabalhadores, dependentes e pensionistas da Fiocruz, assim como para os projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde de interesse da Fiocruz. Ademais, há o Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde – ASFOC/SN, com permissão onerosa de uso.

Quadro 8.3. Entidades e Empresas situadas no Campus de Manguinhos

- Sindicato Servidores Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - Asfoc-SN
- Associação Brasileira de Educação Médica –ABEM
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES
- Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec
- Sociedade de Promoção da Casa Oswaldo Cruz – SPCOC
- Caixa de Assistência Oswaldo Cruz – FIOSAUDE
- Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev.
- SVA Comercio de Alimentos Ltda ME
- Vila Verde da Vila Comércio Ltda – ME (cantina)
- Buffet la Defense Ltda (Restaurante Biomanguinhos)
- W Engenharia Ltda (Serviços de Manutenção)
- Banco Brasil
- Agência de Correios
- Banca de Jornal
- Creche
- Núcleo de Saúde do Trabalhador – NUST
- Urgência Médica – Centro de Saúde Escola

Espaços de Convivência e Alimentação

O Campus da Fiocruz em Manguinhos, em razão até de seu posicionamento territorial, organizou-se ao longo do tempo para garantir a permanência de muitas pessoas por longos períodos em suas instalações, por isso existindo várias estruturas de atendimento a necessidades de alimentação (lanches e almoços).

Em algumas unidades existem lanchonetes, que são intensamente utilizados. Em vários desses locais são oferecidos serviços de almoço.

Quadro 8.4: Lanchonetes no Campus Manguinhos

Lanchonete	Localização
Cantina Tia Penha	Pavilhão Artur Neiva
Lanchonete da Asfoc	Prédio da Asfoc
Cantina da ENSP	2º andar do Prédio da ENSP
Restaurante da Quadra de Esportes	Atrás da Garagem
Quiosque	Próximo Diplan
Lanchonete – INI	Em frente ao Hospital do INI
Lanchonete da Expansão	Prédio da Expansão – 10º and.

Ademais, existem no Campus quatro restaurantes grandes, com serviços a quilo, que atendem ao público proveniente das diversas áreas e serviços ali existentes.

Quadro 8.5: Restaurantes no Campus Manguinhos

Restaurante	Localização
Laboratório Culinário Biomanguinhos	Biomanguinhos
Bandejão Fiocruz	Prédio da ASFOC
ENSP	Térreo da ENSP
Bandejão Fiocruz	10º andar Prédio Expansão

Registre-se ainda a recuperação, em 2015, da Casa de Chá, situada ao lado do Castelo Mourisco. Trata-se de edificação histórica no qual funciona restaurante com serviços a la carte.

Na EPSJV existe o bandejão que oferece alimentação gratuita aos estudantes (café da manhã, almoço e jantar).

8.1.3. Equipamentos disponíveis para o ensino em Manguinhos

Cada Unidade da Fiocruz investe na constituição e aperfeiçoamento de estruturas físicas e equipamentos necessários à implementação das atividades de ensino. Como resultado de um longo processo histórico, conforme diagnosticado pelo Plano Diretor

do Campus, há diferenciados graus de modernização das estruturas, havendo esforço continuado e permanente de adequação às necessidades, que são mutáveis ao longo do tempo.

Para uma visão geral sobre as capacidades instaladas no que se refere às atividades de ensino, o Quadro 8.6 aponta de modo sintético as principais capacidades que estão colocadas à disposição do ensino, aqui considerada a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

Quadro 8.6: Infra-estrutura utilizada pelo *Lato Sensu* no Campus de Manguinhos

Item	COC	ENSP	EPSJV	ICICT	INCQS	INI	IOC
Salas de aula	2	15	16	3	5	4	15
Sala de Estudo	0	2	4	6	1	0	1
Sala de Multimídia			1	1			
Sala Webconferência	2	1	1	1	1	1	1
Sala de Reuniões	0	6	1	0	2	0	1
Auditório		2	1	1	1	1	2
Laboratórios (outros)	4		6		12		72
Laboratórios Informática		3	1	1	1	1	2
Equipamentos Informática		100	30	21	15	17	
Rede Wireless	Sim	Sim		Sim			Sim
Secretaria <i>Lato Sensu</i>	4	15	1	2	2	5	18
Local para atender alunos		Sim	1		Sim		

Fonte: VPEIC - Consulta feita às Unidades – fevereiro/2016

Salas diversas

As salas de aula, em sua maioria, são previstas para turmas de até 40 pessoas; com equipamentos conectados à Internet, Datashow e computadores. Algumas, em menor quantidade, estão equipadas para o uso de webconferência, além de possuírem – de acordo com as especificidades de ação da Unidade – alguns outros dispositivos tecnológicos.

Todas as unidades possuem estruturas de sala de aula suficientes para as ofertas formativas. O uso das salas é compartilhado pelos cursos implementados para os vários campos de oferta (cursos técnicos, aperfeiçoamentos e atualizações, especializações e cursos do *Stricto Sensu*). Em determinadas situações de oferta ampliada de vagas para algum seminário ou evento formativo, é comum o compartilhamento das estruturas de ensino entre as unidades.

A Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP é a mais antiga e maior unidade voltada fortemente ao ensino desde sua criação, possuindo uma infraestrutura ampla. Como oferece dezenas de cursos para os diferenciados públicos, e é responsável por mais de

30% dos cursos de especialização *Lato Sensu* ofertados pela Fiocruz, apresentam-se alguns detalhes de sua infraestrutura voltada ao *Lato Sensu*:

A ENSP possui um conjunto de 15 salas para aulas, com uma capacidade total de atendimento a 435 pessoas. Estas salas possuem dimensões variadas, sendo que 8 delas tem capacidade para 30 pessoas cada uma, 5 têm capacidade para 15 pessoas, 1 sala atende a 40 e outra a 80 pessoas.

Há uma sala para webconferência com capacidade para 15 pessoas e dois auditórios, sendo um para até 80 participantes e o maior, para 206 participantes.

Para convívio dos alunos, há uma sala com capacidade para atendimento de 12 pessoas. Tem sido usada principalmente para utilização de computadores. Nova sala, mais ampla deverá estar disponibilizada ainda no primeiro semestre de 2016.

Para realização de reuniões, a Escola dispõe de 6 salas, com capacidades que variam entre 15 e 30 pessoas, distribuídas em vários andares do prédio e com uma capacidade total de 120 pessoas.

Auditórios

Há no Campus Manguinhos 8 auditórios com tamanhos variados e com uso intenso, tanto pelas Unidades onde se localizam, como por atividades gerais propostas pelas Vice-Presidências ou por Unidades que não possuem auditórios.

Os maiores auditórios, em termos de capacidade de público, estão localizados na ENSP (Auditório Raimundo de Moura Brito – 206 lugares), EPSJV (Auditório Joaquim Alberto Cardoso de Melo, 128 lugares), Museu da Vida – vinculado ao COC (95 lugares), IOC (Auditório Emmanuel Dias – 120 lugares e Auditório Maria Deane – 116 lugares).

Todos os auditórios estão equipados para videoconferências e outras atividades colaborativas com uso de recursos comunicacionais multimídia.

Laboratórios

Em razão dos diferenciados campos de atuação de cada Unidade, varia a quantidade de laboratórios existentes.

Destaca-se aqui o IOC com seus 72 laboratórios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, relativos ao seu amplo campo de ação para diagnóstico de doenças infecciosas, genéticas e controle de vetores. Tais laboratórios podem ser usados pelos alunos de pós-graduação desde que autorizados pelos pesquisadores, quando estes estão atuando como docentes ou orientadores de monografias, no caso dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

Outro exemplo a mostrar as peculiaridades das unidades da Fiocruz refere-se aos quatro laboratórios existentes na Casa de Oswaldo Cruz, que são muito utilizados para apoiar os cursos de especialização, todos eles relacionados à Memória e História: Laboratório de Conservação de Documentos, Laboratório Fotográfico, Reserva Técnica

Museológica e Oficina-Escola de Manguinhos, sendo esta última equipada com infraestrutura direcionada à prática da conservação e restauração de bens edificados. A COC possui ainda outros espaços institucionais e serviços que podem servir como “laboratórios” para pesquisas e trabalhos práticos dos alunos. Entre eles destacam-se o Serviço de Conservação e Restauração do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e o Serviço de Arquivo Histórico do Departamento de Arquivo e Documentação.

O INCQS possui um conjunto de 12 laboratórios distribuídos em seus quatro Departamentos (Microbiologia, Química, Imunologia e Farmacologia/Toxicologia), além de possuir o Serviço de Animais de Laboratório, que funciona como apoio a todas as atividades que envolvam animais no INCQS.

Laboratórios de informática

Quase todas as Unidades possuem seu Laboratório de Informática, com dimensões variadas e diversas aplicações.

Cabe destacar a ENSP, que possui três laboratórios de informática com capacidade para atender até a 78 alunos, sendo um maior, para 36 pessoas, e os outros para 18 e 24 pessoas.

Secretaria Acadêmica

Todas as unidades possuem seus serviços estruturados de Secretaria Acadêmica, todas utilizando o Sistema de Gerenciamento Acadêmico – SIGA. Em geral, os serviços de secretaria acadêmica atendem conjuntamente às necessidades dos cursos técnicos, de aperfeiçoamento, das especializações e dos cursos *Stricto Sensu*. Porém cada unidade organiza tais serviços de acordo com suas necessidades e visões específicas.

Na Casa de Oswaldo Cruz, a secretaria acadêmica da Pós-graduação *Lato Sensu*, dedicada às atividades administrativas e de atendimento a discentes e docentes, está equipada com armários funcionais destinados ao arquivamento de pastas e documentos dos cursos, além de computadores conectados à rede de internet. Sua equipe é composta por um chefe, graduado em pedagogia com habilitação em supervisão e gestão acadêmica, e por dois profissionais que se dedicam as rotinas dos cursos.

A ENSP possui uma Secretaria Acadêmica do *Lato Sensu* e de Qualificação Profissional, que está dividida em dois espaços: localiza-se no 1º andar principal da ENSP para atendimento ao público, arquivo dos cursos e processo de certificação e no 1º andar do prédio Joaquim Cardoso da ENSP para o processo seletivo e acompanhamento acadêmico dos cursos. Esta Secretaria possui uma equipe com profissionais que atuam especificamente no acompanhamento dos cursos *Lato Sensu* e de Qualificação Profissional, presenciais e a distância. São ao todo 15 profissionais, entre servidores e terceirizados, distribuídos nas funções da área administrativa e de gestão de documentos.

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio possui uma Secretaria Acadêmica articulada em 3 setores: Registro e Documentação, Atendimento ao Público Externo

e Atendimento aos Profissionais e Estudantes da Escola. Realiza atendimento das 7h às 20h, de segunda-feira a sexta-feira, durante todo o ano. Possui uma equipe de 15 pessoas.

A Secretaria Acadêmica do ICICT possui área física exclusiva com dois ambientes, equipada com 11 estações de trabalho, armários, arquivo, 05 telefones, fax, 02 impressoras. Além de utilizar o SIGA, possui também a Página de Ensino, um sistema Internet de Gestão de Conteúdo (CMS - Content Management Systems), que permite acesso dos diferentes usuários (alunos, professores, coordenadores e funcionários da secretaria acadêmica) em qualquer horário e local. A equipe da Secretaria conta com seis profissionais em tempo integral, sendo dois que executam as atividades do *Lato Sensu* e uma estagiária do curso de pedagogia.

O INCQS possui Secretaria Acadêmica com dois ambientes sendo a primeira sala para receber os alunos. Possui uma equipe com 4 funcionárias, sendo duas envolvidas com os cursos do *Lato Sensu*.

O INI possui uma Secretaria Acadêmica, na qual há um Coordenador do *Lato Sensu*, 1 Secretário escolar e 3 profissionais de secretaria dedicados especificamente ao *Lato Sensu*.

No Instituto Oswaldo Cruz, a Secretaria Acadêmica possui equipe composta por dezoito profissionais que se distribuem entre o curso técnico, programas *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e os diversos serviços de suporte à área como Gestão de Estágios, Gestão de Disciplinas, Gestão de Bolsas, Gestão de Passagens e Diárias, Gestão de Documentação, Gestão de Projetos financeiros, Apoio Audiovisual e Reprografia.

Espaços para atendimento aos alunos

O atendimento aos alunos, no decorrer dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, é feito principalmente em atividades coletivas e grupais, tanto nas salas utilizadas regularmente para a oferta das disciplinas, como nos laboratórios e nas salas de reuniões que existem em todas as unidades.

Para atendimentos e orientações individualizados, quando se fazem necessários, os docentes, tutores ou orientadores pedagógicos fazem o agendamento de uso privativo de pequenas salas de reuniões, por meio da Secretaria Acadêmica. Ademais, a maioria dos professores-pesquisadores utilizam suas salas individuais de trabalho também para atendimento a alunos.

8.1.4. Informações sobre as Unidades em outros Campi

Destacamos aqui as Unidades localizadas em outros Campi e que também ofertam cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. Além de duas unidades localizadas no Rio de Janeiro (Farmanguinhos e IFF), há quatro regionais engajadas em cursos de especialização e que estão fisicamente já bem equipadas: Amazônia, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Ademais, a Fiocruz Mato Grosso do Sul, em que pese sua estrutura bastante enxuta,

por ter definido sua estratégia de ensino vinculada a oferta de cursos a distância, em parceria com outras instituições locais e no âmbito da UNASUS, consegue atuação bastante eficiente, como descrito adiante.

Todas as unidades possuem salas de aula em quantidade adequada, sendo que em algumas delas as salas estão equipadas com tecnologia de nova geração, com alta conectividade, além de possuírem recursos multimídia, lousas digitais interativas e conexão wireless. Foram feitos investimentos em tecnologias que possibilitam videoconferências e webreuniões, condição importante para o intercâmbio de conhecimentos e informações entre as unidades e com a rede de parcerias.

O IFF, que é um hospital, faz menos investimento em laboratórios de pesquisa, possuindo no entanto boa estrutura de laboratório de informática, além de investir desde 2012 no Labtel – Laboratório de Telessaúde e Telemedicina, de importante papel na educação em saúde.

Farmanguinhos, o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde, possui 17 laboratórios que são eventualmente utilizados pelos alunos, com autorização dos pesquisadores (que em geral são os orientadores de monografias). Possui também um laboratório de informática, que os alunos podem utilizar para pesquisas (assim como podem instalar ali seus computadores pessoais).

As demais unidades engajadas na oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e situadas fora do Campus de Manguinhos possuem condições adequadas de infraestrutura e logística, sendo que algumas se sobressaem por grande investimento na constituição de laboratórios de pesquisa bastante atualizados, que possibilitam o acesso aos alunos de pós-graduação, como é o caso das Unidades da Amazônia, Bahia e Pernambuco.

A Fiocruz Pernambuco inaugurou recentemente o Laboratório de Virologia e Terapia Experimental, com quase 60 postos de trabalho e salas de procedimentos individuais. Com isso, o antigo espaço foi transformado em um Laboratório Escola, para aulas práticas das disciplinas, sem provocar interrupção nas pesquisas em andamento.

A Fiocruz Bahia também possui uma grande diversidade de equipamentos, com excelente infraestrutura de laboratórios. São 11 laboratórios amplos e bem equipados. Tal infraestrutura está à disposição dos estudantes da pós-graduação de acordo com seus projetos de pesquisa.

A Fiocruz Amazônia também dispõe de 7 laboratórios dedicados a pesquisas em seus campos de investigação. Possui 4 salas de aula, além de salas para professores e salas de estudo.

A Fiocruz Brasília, cujas atividades de ensino são de responsabilidade da Escola Fiocruz de Governo, está situada dentro do Campus da Universidade de Brasília, em prédio de construção recente, com projeto arquitetônico premiado e excelentes condições para o ensino. Possui 9 de salas de aulas de tamanhos variados, dois bons auditórios, além de laboratório de informática.

A Fiocruz Mato Grosso do Sul, por ser um escritório instalado recentemente (4 anos) possui apenas uma infraestrutura administrativa enxuta. No entanto, participa de uma rede de parcerias que envolve a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e outras instituições, que desenvolveu um arranjo colaborativo para a oferta, em larga escala, dos cursos a distância no âmbito da UNASUS (ver item 5.3 deste PDI). Desta forma, sua infraestrutura própria abriga a gestão e Colegiados dos cursos e também sala de webconferência e biblioteca. Já as demais parceiras (Escola de Saúde Pública e Escola Técnica do Sul, da Secretaria de Saúde do Estado, e a UFMS) disponibilizam um total de 30 de salas de aula, dois anfiteatros (200 e 300 lugares), quatro laboratórios de informática (com total de 130 computadores), alojamento e bibliotecas. Ademais, a UFMS disponibiliza e mantém a secretaria acadêmica e conta com a infraestrutura de 13 pólos da UAB no interior do Estado.

Em resumo, todas as unidades regionais estão bem providas de auditórios equipados para videoconferências. Os maiores estão localizados em Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Brasília. Essas unidades possuem suas secretarias acadêmicas, conectadas ao Sistema SIGA. Todas possuem biblioteca física, com bons equipamentos e conexão em rede e apoio aos alunos. (Quadro 8.7).

Quadro 8.7: Infra-estrutura do *Lato Sensu* nas Unidades de Outros Campi

Item	FAR	IFF	AM	BA	DF	PE
Salas de aula	4	7	4	1	9	11
Sala de Estudo	1		1			1
Sala de Multimídia	1			3		3
Sala Webconferência	1	1	1	1	1	1
Sala de Reuniões				2	1	
Auditório		1	1	2	2	1
Laboratórios (outros)	17		7	11		12
Laboratórios Informática	2	1	1	1	1	
Equipamentos Informática	20	10	15	50	27	4
Secretaria <i>Lato Sensu</i>	2	3	1	1	1	1

8.1.5. Planos de expansão: projetos de grande vulto

A Fiocruz vem aprimorando e expandindo sua presença nas cinco regiões do Brasil para que haja, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas e ensino voltados às necessidades loco-regionais. Para tal, busca a ampliação de sua infraestrutura, antes concentrada principalmente na região sudeste.

Desta forma, alguns projetos foram apresentados ao Ministério da Saúde e estão presentes no Orçamento da Fundação na forma de ações orçamentárias específicas. Trata-se de importantes investimentos de médio prazo, cuja implementação é condicionada

pelo contexto econômico geral do país. A Tabela 8.1 apresenta o planejamento orçamentário global desses projetos nos últimos anos. Embora o contexto econômico não tenha permitido a manutenção dos prazos originais de execução, a proposta evidencia o esforço estratégico da Fiocruz em adequar suas estruturas às necessidades globais do país no que tange à sua área de atuação.

Tabela 8.1: Projetos de Grande Vulto – orçamento global

PROJETOS	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016
TOTAL	214.520.000	289.954.000	401.580.176	328.100.000
Total Custeio	4.400.000	13.920.000	4.000.000	0
Total Investimento	210.120.000	276.034.000	397.580.176	328.100.000

Trata-se de oito grandes projetos estratégicos, cuja proposição partiu da análise diagnóstica de problemas e gargalos em importantes instalações já atuantes em Manguinhos e em outras localidades, assim como definição de ampliação de novas unidades e criação de respostas a desafios identificados nas análises prospectivas em relação ao quadro da saúde pública e coletiva no Brasil. A seguir apresentam-se resumidamente as especificações de cada Projeto e ao final, na Tabela 8.2, pode-se visualizar o montante de recursos previstos para cada um dos Projetos.

Projeto 11PJ – Estruturação de laboratórios de pesquisas biomédicas

Visa a reestruturação dos laboratórios de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz para atender as normas de qualidade e segurança. Esta ação impacta no desenvolvimento do ensino na instituição, pois os laboratórios são campos de prática de inúmeros cursos, sejam *Lato Sensu* ou *Stricto Sensu*.

Projeto 147J – Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia

Visa a unificação dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia em uma única Unidade com otimização dos processos e de área física. Os atuais Institutos de Saúde da Mulher e da Criança, localizado na praia de Botafogo, e o de Infectologia, localizado no Campus de Manguinhos, irão ocupar uma nova sede na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. Este novo local está sendo preparado para o desenvolvimento das atividades de Atenção, Pesquisa e Ensino.

Projeto 147V – Construção do Centro de Documentação e História da Saúde

Abrigará valioso acervo histórico, composto por documentos textuais, iconográficos e sonoros acerca dos processos políticos, sociais e culturais da saúde e ainda acervo bibliográfico especializado em história das ciências e da saúde. Este acervo serve de apoio aos cursos de pós-graduação da Fiocruz, quando recupera, trata e oferece conteúdo histórico da saúde no Brasil para estudos e geração de conhecimento.

Projeto 13DW – Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos

Visa fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Projeto 13DU – Construção do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz em Fortaleza/CE

Engloba a construção da Unidade Fiocruz Ceará e uma Plataforma de Produção em Substratos Vegetais. Ambos estão localizados no Pólo de Biotecnologia na Cidade de Euzébio, próximo à Fortaleza. A Unidade da Fiocruz impactará na formação profissional na região, pois conta com um prédio dedicado ao Ensino, além dos prédios de laboratórios e o administrativo.

Projeto 13DV – Construção do Pólo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG

Objetiva a construção de nova sede para o Instituto René Rachou localizado no novo Pólo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, com uma estrutura moderna que possibilitará o compartilhamento de áreas comuns de pesquisa, além de fortalecer o ensino com melhores condições de infraestrutura.

Projeto 14U0 – Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS

Conjuga a implantação/expansão de infraestrutura de centros regionais (construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Teresina/PI; construção do Polo de Biotecnologia da Fiocruz em Porto Velho/RO; construção do Centro de Pesquisa da Fiocruz em Campo Grande/MS; expansão do Polo de Biotecnologia da Fiocruz Paraná) e a criação de um Centro de Recursos Biológicos no Rio de Janeiro.

As quatro primeiras construções são relacionadas a Unidades com forte componente de Pesquisa e Ensino, impactando em melhorias para essas áreas na Fiocruz. Já o Centro de Recursos Biológicos potencializa as estruturas de Coleções Biológicas da Fiocruz possibilitando a expansão deste serviço para pesquisas e, conseqüentemente, para o ensino.

Projeto 13DT – Construção da nova unidade administrativa da Fiocruz

Possibilitará uma readequação dos processos de gestão, força de trabalho e conseqüentemente, do espaço físico no Campus Manguinhos. Com a realocação dos profissionais para essa nova estrutura, serão liberados espaços atualmente ocupados por profissionais da gestão para que sejam ocupados por áreas finalísticas da Instituição, incluindo o ensino.

Tabela 8.2: Projetos de Grande Vulto – orçamento de cada projeto

Projeto	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015	LOA 2016
147J – Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	50.400.000	47.880.000	21.600.000	17.200.000
147V – Construção do Centro de Documentação e História da Saúde	7.000.000	2.100.000	3.200.000	1.300.000
13DW - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	88.000.000	163.450.000	278.320.176	240.000.000
13DU – Construção do Pólo de Biotecnologia da Fiocruz em Fortaleza/CE	42.000.000	39.900.000	45.000.000	29.600.000
13DV – Construção do Pólo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG	5.000.000	4.750.000	7.000.000	4.000.000
14U0- Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	11.440.000	19.608.000	25.460.000	32.000.000
13DT - Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz	1.000.000	2.850.000	5.000.000	4.000.000
TOTAL	214.520.000	289.954.000	401.580.176	328.100.000

8.2 Bibliotecas: acervos físicos e virtuais

As bibliotecas da Fiocruz já foram apresentadas no item 2.5 (Políticas de Gestão da Comunicação e Informação). Aqui se retoma o assunto principalmente para tratar do acesso dos estudantes dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* da Fiocruz às bibliotecas e acervos.

Cabe às bibliotecas da Fiocruz uma esfera de competências que se traduz na gestão, na organização e na disseminação dos recursos bibliográficos e na produção das fontes de informação (Bibliotecas Virtuais em Saúde, Repositório Institucional, etc.), através de métodos e tecnologias da informação, de modo a contribuir, com pertinência e evidência, para o ensino, a pesquisa, a assistência, a gestão e a tomada de decisão em saúde, e ainda, a cooperação em redes e projetos de informação nacionais e internacionais.

Como antecedente, cabe mencionar que uma das ações estruturantes durante o III Encontro de Bibliotecários da Fiocruz, foi a criação, em 2002, da Rede de Bibliotecas da Fiocruz. Atualmente, está vinculada ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e tem como missão propiciar efetiva interação entre as bibliotecas, os centros de documentação e/ou unidades de informação da Fiocruz, e as instituições acadêmicas nacionais e internacionais, através de ações conjuntas, facilitando a comunicação entre os vários segmentos da Fiocruz, visando à democratização da informação em benefício da sociedade.

Em síntese, o papel da Rede de Bibliotecas da Fiocruz contempla: reunir, articular e integrar as bibliotecas, assim como os centros de documentação e/ou unidades de

informação da FIOCRUZ; fomentar o compartilhamento do conhecimento técnico-científico institucional entre a comunidade científica (atores); potencializar e agilizar o intercâmbio e o uso de informações; compromisso de desfazer os nós e as barreiras na disseminação das informações em saúde pública; garantir que a sociedade tenha acesso ao conhecimento produzido; inserir a biblioteca no centro da oferta de serviços de informação; e melhorar gestão da produção técnico-científica.

Nesse contexto político-institucional, as bibliotecas da Fiocruz têm buscado a articulação em uma rede de cooperação, que tem por objetivo qualificar o atendimento ao usuário e potencializar suas ações para a difusão da informação científica e tecnológica em saúde. Simultaneamente, avultam o elenco de bibliotecas físicas. A Rede de Bibliotecas da Fiocruz é composta por 17 bibliotecas físicas, dentre as quais 12 estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Elas já foram relacionadas no Quadro 2.1, no Capítulo 2.

Na trajetória da Fiocruz, ressaltamos que o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT/Fiocruz), criado em 1986, além de coordenar três importantes bibliotecas físicas situadas em Manguinhos (Ciências Biomédicas, Saúde Pública, Saúde da Mulher e da Criança), responde pelo acervo de Obras Raras Assuerus Overmeer, abriga a Seção de Preservação de Acervos Bibliográficos. Estas bibliotecas estão articuladas para qualificar o atendimento ao usuário e potencializar as ações de disseminação da informação científica e tecnológica em saúde. A Rede de Bibliotecas da Fiocruz alcança cerca de 252.000 volumes de livros e monografias e mais de 2.250 títulos de periódicos correntes.

O Ilict também é responsável pela Coordenação das Bibliotecas Virtuais em Saúde (BVS) na Fiocruz, projeto em parceria com o Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências e Saúde (Bireme) e o Ministério da Saúde (MS). Assim, tem como objetivo fortalecer a institucionalidade da Fiocruz como organização líder em gestão de informação técnico-científica em saúde; promover a geração de conhecimentos sobre o desenvolvimento da BVS por meio de pesquisas avaliativas e construção de indicadores de acompanhamento; e, ainda, criar instrumentos para o gerenciamento e desenvolvimento de BVS, tais como: atividades de promoção e coordenação de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação técnico-científica, no âmbito da Rede de Bibliotecas da Fiocruz.

Neste contexto, prioriza os serviços de atenção ao usuário buscando promover e/ou executar atividades de capacitação de usuários, otimizando o uso das fontes de informação da BVS, através de cursos presenciais e/ou a distância e administração da base de dados de usuários dos serviços.

Atualmente, a Fiocruz disponibiliza três bibliotecas biográficas virtuais: Adolpho Lutz, Sérgio Arouca e Carlos Chagas e nove bibliotecas virtuais temáticas e 1 (uma) em construção. Elas estão relacionadas no Quadro 2.2, do Capítulo 2.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, ressaltam-se iniciativas de geração de tecnologias inovadoras, que permitem o acesso aos textos completos e arquivos

sonoros, nas dissertações e teses da BVS Saúde Pública, realizados em associação com a Bireme/OPAS, e o Repositório Institucional da Fiocruz (Arca) – que reúne e confere maior visibilidade à produção intelectual da Fiocruz. Inserido no movimento internacional pelo livre acesso à informação, seu acervo inclui diferentes formatos como relatórios de pesquisa, trabalhos monográficos de docentes e alunos.

Com relação ao Portal de Periódicos Capes, todos os alunos e docentes estão cadastrados e têm livre acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Há também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web.

Outro destaque é o acesso ao Portal Regional da BVS, espaço de integração de fontes de informação em saúde que promove a democratização e ampliação do acesso à informação científica e técnica em saúde na América Latina e Caribe. É desenvolvido e operado pela BIREME em 3 idiomas (inglês, português e espanhol). A coleção de fontes de informação do Portal está composta de bases de dados bibliográficas produzidas pela Rede BVS, como LILACS, além da base de dados Medline e outros tipos de fontes de informação tais como recursos educacionais abertos, sites de internet e eventos científicos.

Os alunos e docentes também dispõem do acervo e recursos oferecidos pela Rede de Bibliotecas da Fiocruz, tais como: empréstimo domiciliar e entre bibliotecas, capacitação de usuários no uso de fontes de informação e gerenciamento de referências, serviços de disseminação seletiva da informação, busca bibliográfica, catalogação na fonte, comutação bibliográfica, consulta local e remota, normalização de documentos, reprografia. Proporcionam acesso às principais fontes especializadas de informação, como por exemplo: Portal de Pesquisa da BVS, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD), Latindex, Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (OASISBR), Portal do Livro Aberto em CT&I, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Health on the Net Foundation (HonSelect), SciELO - Livros, SciELO – Periódicos, SciELO – Brasil, SciELO Livros – Fiocruz, Pubmed, etc. Destacam-se também disciplinas oferecidas no âmbito das bibliotecas para os alunos dos Programas de Pós-graduação sobre metodologias de revisão de literatura: sistemática, integrativa e narrativa, do mesmo modo que, a elaboração da pesquisa bibliográfica como parte fundamental do processo da pesquisa científica e da produção do conhecimento.

As bibliotecas da Fiocruz integram as principais redes e sistemas cooperativos, entre os quais destacam-se: Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde - BIREME; SeCS (Portal de Revistas Científicas em Ciências da Saúde) - BIREME; SciELO (Scientific Electronic Library On-line) - (FAPESP/BIREME/CNPq); CCN (Catálogo Coletivo Nacional) - IBICT/CNPq, Rede BiblioSUS, Rede Bibliodata (IBICT) e Rede de Bibliotecas da Associação dos Profissionais de Informação e Documentação em Ciências da Saúde do Estado do Rio de Janeiro (APCIS/RJ).

Outro destaque importante é a participação da Fiocruz no Campus Virtual em Saúde Pública OPAS (Ver item 2.8.2 deste PDI). Uma rede descentralizada de indivíduos, instituições e organizações que compartilhem cursos, recursos, serviços e atividades de educação com o objetivo comum de fortalecer as competências da força de trabalho em saúde pública. Faz uso intensivo de novas tecnologias de informação e comunicação, e educação em saúde e espera se tornar um espaço de criatividade e inovação.

As bibliotecas da Fiocruz, como organizações prestadoras de serviços, encaram diariamente o desafio de atender com excelência as complexas necessidades de seus usuários e/ou alunos. Todavia, nenhuma biblioteca basta a si mesma, tendo necessariamente que utilizar os recursos disponíveis nas bibliotecas congêneres de fácil acesso, buscando, na medida do possível, compartilhar as suas posses com outras, ao mesmo tempo em que faz uso das alheias. A cooperação/compartilhamento de recursos informacionais constitui uma forma de suprir as coleções de cada biblioteca da Rede, promover a geração de novos conhecimentos e a implementação de novas ideias, minimizando as dificuldades encontradas pelos profissionais da informação que trabalham nas bibliotecas integrantes da Rede, de modo a otimizar o atendimento ao usuário e o enriquecimento da área de informação em saúde. Os exemplos apresentados visam o compartilhamento do acervo, por meio de iniciativas como: empréstimo entre bibliotecas; comutação bibliográfica; e aquisição cooperativa de coleções. Os tipos de recursos informacionais adquiridos, por meio do serviço de cooperação, são livros, periódicos, anais etc., tanto em suportes impressos em papel, quanto em suportes eletrônicos. Entende-se que a realização do trabalho cooperativo através da Internet pode contribuir para facilitar o desenvolvimento das atividades da biblioteca e agilizar o atendimento às solicitações.

As publicações científicas nacionais e internacionais têm migrado do formato tradicional para o formato eletrônico tornando os recursos de informação disponíveis aos usuários em acesso aberto. Dessa forma, o acesso aos acervos bibliográficos pela Rede de Bibliotecas da Fiocruz se dá, majoritariamente a partir dos sistemas e fontes de informação eletrônicas, tal como publicações eletrônicas (ebooks, dissertações e teses, periódicos eletrônicos, multimeios, etc). Investir nestas novas modalidades de acesso e consulta tem sido uma prioridade de toda a Fiocruz, sendo assim, os alunos estão credenciados a frequentar e ter acesso a todas as publicações de todo acervo bibliográfico da Fiocruz. Em resumo, as bibliotecas da Rede de Bibliotecas da Fiocruz possuem em seus acervos diversos tipos de suportes informacionais para bem atender a seus usuários, com destaque para suas coleções de periódicos e o Portal de Teses defendidas na Fiocruz. Ao acionar o sistema, os usuários encontram listas de periódicos nacionais e estrangeiros recentes, em ordem alfabética.

O acervo de livros e periódicos da Rede de Bibliotecas é atualizado sistematicamente, mediante aquisição regular, visando sempre a adequação do acervo aos cursos oferecidos e disciplinas ministradas. A atualização e expansão do acervo são feitas através de indicações e sugestões de coordenadores, corpo docente e discente, lançamentos de

editoras e a necessidade de desenvolvimento de áreas com acervo defasados e ou não suficientes. Dessa forma, a política de aquisição e atualização e expansão do acervo prioriza: Bibliografia básica; bibliografia complementar – adota-se o critério de compra de 3 exemplares, podendo o número de exemplares ser maior, conforme a procura; indicações dos professores – livros indicados pelos professores, que não constam da bibliografia básica ou complementar; indicações dos alunos – o aluno pode fazer sua sugestão no próprio site da biblioteca ou no balcão de atendimento; lançamentos editoriais.

A Rede de Bibliotecas também integra o Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro. Através deste grupo, tem acesso a mais de 30 instituições, que promovem o intercâmbio no uso do acervo das bibliotecas participantes mediante a disponibilização das instalações à consulta dos alunos das instituições conveniadas.

8.3 Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação

Nos itens anteriores, dando destaque às condições do ensino de pós-graduação, ficou acentuado que o uso de tecnologias de informação e comunicação é intensivo nas várias unidades da Fiocruz, em suas diversas áreas de atuação. As parcerias fortemente baseadas em redes, fundamentais para a implementação das ações de ensino na Fiocruz, e a necessidade de conexão entre as diversas unidades descentralizadas em várias regiões do país, para o acesso e intercâmbio ágil de informações e conhecimentos levou ao forte investimento caracterizado pelas iniciativas já descritas no capítulo 2, como parte das políticas de gestão da comunicação e informação: rede de bibliotecas físicas, rede de bibliotecas virtuais, repositório institucional Arca, Base de teses e dissertações, Portal de periódicos, boletins e revistas eletrônicos, audiovisuais e Canal Saúde, videodistribuidora, banco de imagens, observatórios, sites temáticos, jogos e materiais educativos. Ademais, a equipe técnica do Sistema Universidade Aberta do SUS é constituída e gerida pela Fiocruz, em sua unidade de Brasília, com vigoroso investimento em tecnologias de informação e comunicação.

Também houve investimento em diversos sistemas informáticos, tendo sido construído para a gestão acadêmica o sistema SIGA, já apresentado no capítulo 2, como parte da política de gestão do ensino. Em diversas unidades também houve o investimento em ambientes virtuais de aprendizagem necessários aos programas de educação a distância, como o baseado no VIASK utilizado pela ENSP e nas apropriações e customizações do Moodle, como as implementadas por várias unidades, já descritos no capítulo 5.

Assim, o quadro geral de investimento em recursos de tecnologia de informação e comunicação pela Fiocruz apresenta as unidades com a maioria de seus ambientes de ensino utilizando rede Wireless, por meio da qual são operadas webconferências e webreuniões de trabalho e de orientações; ademais, de acordo com necessidades ou projetos específicos, existem os investimentos em salas de multimídia e telessaúde. Todas

as unidades que necessitam em seus projetos pedagógicos, investiram em laboratórios de informática para treinamentos específicos.

No entanto, como a maioria das organizações públicas, a Fiocruz viveu a incorporação relativamente desordenada das inovações tecnológicas de informática, em razão, em larga medida, dos altos custos dos investimentos estruturais e sistêmicos, a disputarem com inúmeras outras ações estratégicas orçamentos de dimensões limitadas. Ademais, a autonomia de cada unidade lhes permitiu desenvolver iniciativas e investimentos próprios, para responder a necessidades de seus projetos, que muitas vezes lhes abriram oportunidades de financiamento externo por meio de participação em editais públicos ou parcerias com entidades nacionais ou internacionais. Tal situação resultou na criação de sistemas, com graus bastante diferenciados de escopo e finalidade, que apresentaram soluções necessárias aos problemas enfrentados, mas no decorrer do tempo amplificaram dificuldades de interoperabilidade, perdendo gradualmente suas capacidades de atendimento, em razão do aumento contínuo e diversificado das ações e projetos.

Em 2011 foi estruturada a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI para coordenar as ações de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) da Fiocruz, garantindo a integração dos processos organizacionais e a inserção da Fiocruz no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Governo Federal (Sisp).

A CGTI é órgão vinculado à Presidência, sob coordenação da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, mantendo atuação muito articulada à DIPLAN. Ela orienta tecnicamente as áreas de TIC das unidades da Fundação, promovendo a aderência aos marcos regulatórios pela observância às instruções da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (MPOG) e às demais normas de gestão dos recursos de informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Federal. Além disso, ela cuida do alinhamento tecnológico institucional, principalmente coordenando a elaboração de propostas de políticas, diretrizes, objetivos e estratégias para a gestão e o uso de TIC, em conformidade com o Plano Estratégico de TIC (Peti). Ela coordena também a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e mensura os resultados obtidos.

O primeiro PDTI passou a vigorar em 2014, tendo caráter dinâmico, com avaliações quadrimestrais, e diz respeito a todas as unidades da Fiocruz. De forma mais estruturada, as orientações estratégicas garantem que todos projetos de tecnologia da informação na Fiocruz levam em conta as determinações governamentais: padrões de interoperabilidade de governo eletrônico (e-PING), modelo de acessibilidade em governo eletrônico (e-MAG), modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ Brasil). Como método geral se estabeleceu o Modelo de Desenvolvimento de Sistema – MDS, para garantir a interoperabilidade entre os sistemas internos e destes com os sistemas da administração federal.

Refletindo a orientação articulada e estratégica propiciada pelo PDTI, em dezembro de 2015, a Fiocruz inaugurou a sala-cofre e deu início à primeira etapa de operação de seu Datacenter, que lhe garante aumento expressivo em eficiência, sob o ponto de vista

de TI, habilitando-a suportar projetos que mesclam ciência e megadados. O Datacenter da Fiocruz foi baseado em um modelo de virtualização de alta densidade, semelhante ao usado hoje pela NASA e faz parte do desenvolvimento de uma estrutura de computação em nuvem.

Os principais benefícios são o aumento da capacidade de processamento e armazenamento e a mudança no modelo de negócios em TI para as unidades da Fiocruz. Com licitação concluída em 2014, orçada em R\$ 52,7 milhões (R\$ 37 milhões para o datacenter e R\$ 15,7 milhões para a sala-cofre), trata-se de projeto de grandes dimensões e sua construção deve se estender até 2017. Ao final do projeto, a capacidade de processamento da instituição terá saltado de 500 para 6.000 terabytes (6 petabytes).

Tal projeto superará a situação de um ambiente tecnológico diagnosticado pela CGTI como fracionado, com baixa capacidade de operação, alta fragilidade e estrutura de TI descentralizada. Ademais, tal ambiente é vulnerável a intempéries e incidentes, como ataques cibernéticos.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação traz também as definições relacionadas à implementação do Projeto Campus Virtual Fiocruz e atualização do sistema de gestão acadêmica (que vem sendo chamado de Novo Siga), assuntos já tratados neste PDI, respectivamente no capítulo 5 (item “propostas para a ampliação e organização da oferta de cursos EaD da Fiocruz”) e capítulo 2 (item “política de gestão do ensino”).

8.4 Ações de promoção da acessibilidade física

A adequação das edificações e equipamentos da Fiocruz às normas de acessibilidade universal é não apenas uma necessidade prática, mas está inserida no mais profundo compromisso da instituição com a saúde pública, a razão de sua existência já centenária. Desta forma, os projetos de novas construções – em todas suas áreas – incorporam as diretrizes de acessibilidade universal, previstas nos normativos da ABNT e demais instrumentos relacionados.

Entretanto, principalmente com referência ao Campus de Manguinhos, a complexidade das intervenções necessárias à adequação dos espaços às normas de acessibilidade demandam inúmeras ações que colocam seu planejamento em um campo de difícil previsibilidade. A existência de diversas edificações tombadas ou em processo de tombamento por órgãos de proteção do patrimônio, aliada às dimensões e complexidade topográfica do Campus, apontam para ações que demandam tempo e atenção e que estão sendo implementadas de maneira gradativa.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia da DIC (ex-DIRAC) é responsável pela coordenação das ações de adequação das áreas do Campus às condições de acessibilidade exigidas pela legislação e empreende um plano contínuo neste campo. A detalhada análise da situação e descrição dos projetos já implantados ou em desenvolvimento foram sistematizados, em outubro de 2015, no “Relatório sobre as Condições de Acessibilidade

do Campus de Manguinhos: ações em curso e previstas”. Com base nele, apresentam-se aqui informações sintéticas.

As principais obras recém-executadas referem-se a reformas de escadarias e passeios em áreas de grande circulação de pessoas, obras no entorno de algumas edificações e em estacionamentos. Os passeios passaram por adequação à acessibilidade e instalação de piso tátil direcional e foram criadas vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. Também houve reformas em auditórios, para adequação a normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, além de atendimento a requisitos e sonorização, vídeo e telecomunicações. Assentos para pessoas obesas e para pessoas com mobilidade reduzida, sinalização tátil no piso e inclusão de sanitário acessível também foram medidas implantadas no Auditório do Pavilhão Ernani Braga.

Há o projeto de implantação do Polo Administrativo, um complexo que reúne as áreas administrativas de diversas Unidades. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos atenderão aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas a norma técnica de acessibilidade da ABNT: rampas acessíveis, elevadores, sanitários PNE, vagas PNE nos estacionamentos privativos e públicos e sinalização tátil.

Para novas obras, os contratos preveem soluções arquitetônicas e urbanísticas que contemplam a acessibilidade dos edifícios e seus entornos: sanitários PNE, estacionamentos com vagas PNE, rampas de acesso com inclinação máxima de 8%, faixa elevada para travessia de rua, piso tátil direcional e de alerta, sinalização tátil em escadas, placas de comunicação em Braille, tal como estabelece a NBR 9050.

A contratação de obra para adequação de passeios à acessibilidade e reestruturação de redes de infraestrutura do Campus de Manguinhos é um projeto que está na fase de desenvolvimento do projeto executivo para licitação da obra. Contempla a construção de novos passeios e a ampliação e a adequação dos passeios existentes aos critérios de acessibilidade. Para isso, foi construído um diagnóstico com consulta aos usuários do Campus, ficando definidas as áreas prioritárias de intervenção em passeios, estando projetados um total de 4.400 metros lineares de passeios.

No âmbito do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM), a Casa de Oswaldo Cruz vem implementando projetos de acessibilidade, sempre tentando minimizar o impacto de eventuais rampas e plataformas de acesso ao espaço histórico sem prejuízo à plena circulação de todos os públicos à exposição a ser instalada, a cargo do Museu da Vida.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia da DIC (ex-DIRAC) destaca que as intervenções físicas são apenas primeiro passo para a acessibilidade, havendo também a necessidade de atividades de conscientização dos usuários e funcionários do Campus quanto ao respeito e cuidado com o espaço público, para minimizar casos como obstrução de passeios, acessos e travessias de pedestres. Lembrando que o Campus de Manguinhos possui cerca de 700.000 m² de área de terreno, o Departamento alerta que – para que todos os edifícios e áreas externas possam estar adaptados aos

critérios de acessibilidade, serão necessários muitos anos, incluindo o desenvolvimento de diagnósticos e levantamentos de necessidades; desenvolvimento de projetos que, possivelmente, demandarão consultas com profissionais especializados em acessibilidade; realização de licitações públicas para a execução das obras; e o próprio tempo para execução dessas intervenções.

De modo similar ao já descrito no item anterior, as Unidades responsáveis pelo ensino na Fiocruz desenvolvem esforços contínuos de adequação das salas de aulas, laboratórios e demais espaços internos às condições de acessibilidade normatizadas. Como não é possível estabelecer a acessibilidade universal plena em projetos de adequação de espaços, medidas de ajuste ou mitigatórias foram implementadas para garantir a acessibilidade básica.

Capítulo 9:

Conclusões – Propostas para Ensino

O credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo fortalecerá a previsibilidade das ofertas de ensino de pós-graduação *lato sensu*, presenciais e a distância, o que incentivará e facilitará a ampliação do intercâmbio e debate de experiências entre as várias unidades ofertantes, fator que contribuirá para o aumento da qualidade do ensino Fiocruz.

Como apontado ao longo do texto, as Unidades possuem alto grau de autonomia na realização de suas propostas de ensino, garantindo por meio dos fóruns de governança os elementos de direcionamento estratégico comum e a avaliação continuada das experiências. A partir do segundo semestre de 2014, aconteceram vários momentos de discussão e trabalho conjunto, com vista à preparação da Fiocruz para o credenciamento institucional. Desta forma, a primeira elaboração do Projeto Político-Pedagógico e posteriormente do PDI 2016-2020 propiciaram muitas aprendizagens entre dirigentes, pesquisadores e técnicos, mediados pela Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação e envolvendo as diversas unidades atualmente engajadas na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Além de diversos seminários, foram realizadas discussões nas unidades e na Câmara Técnica de Ensino.

Este trabalho, orientado pelas formulações do Parecer CNE/CES nº 295/2013, e buscando com celeridade atender aos requisitos colocados pelo conjunto dos indicadores constantes no Instrumento de Avaliação de Escolas de Governo, acentuou a reflexão sobre a diversidade das experiências de ensino implementadas nas diversas unidades da Fiocruz, quando foram se tornando mais evidentes os acúmulos conquistados e também os desafios a superar em alguns dos aspectos solicitados pelo processo de avaliação externa.

Assim, o processo coletivo de elaboração do PDI trouxe como resultado adicional o crescimento do interesse pelo aprofundamento da proposta político-pedagógica da Fiocruz e a busca pelo aperfeiçoamento dos processos de avaliação institucional sob a ótica das ofertas do ensino *lato sensu*. Como uma síntese das principais questões que ocuparam as discussões e os trabalhos de elaboração, orientadas pelo esforço de atendimento aos requisitos do instrumento de avaliação externa, foi se constituindo um conjunto de propostas – em diversos graus de aprofundamento – que, listadas e agrupadas, contribuirão para incentivar e orientar a continuidade dos trabalhos, principalmente no que tange à produção de consensos na SubCâmara Técnica do Ensino *Lato Sensu*.

Ademais, a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA incentivará o aumento da consistência do processo de auto-avaliação institucional, por meio da articulação entre os diversos processos de avaliação já existentes na Fiocruz e pelo desenvolvimento de novos aspectos relacionados diretamente ao ensino *lato sensu*.

Espera-se que as interlocuções da CPA com a Câmara Técnica de Ensino contribuam significativamente para a análise adequada dos diversos pontos de melhoria a implementar, além de incentivarem sobremaneira os processos de sistematização e disseminação das experiências de implementação do ensino *lato sensu*.

As propostas a seguir, relacionadas em agrupamentos temáticos, constituem uma pauta preliminar a ser enriquecida nos processos coletivos a implementar.

Propostas para o Ensino da Fiocruz

Propostas gerais

1. Obter o credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo na oferta de cursos *lato sensu*, presenciais e a distância. Período: 2016.
2. Ampliar o Grupo de Trabalho responsável pela consolidação e aprofundamento do Projeto Político Pedagógico da Fiocruz, com a inclusão de representantes do *stricto sensu* e ensino técnico, com vistas a incorporar as especificidades de todos os segmentos do ensino da Instituição. Período: 2017-2018.
3. Fortalecer a participação da Fiocruz nos fóruns e atividades do Sistema de Escolas de Governo da União - SEGU e demais espaços de trabalho que visem a melhoria da adequação e da segurança regulatória das ofertas educacionais das Escolas de Governo, com destaque para os cursos de especialização *lato sensu*, presenciais e a distância. Período: 2016-2020.
4. Aprimorar o processo de auto-avaliação da Fiocruz, a partir da experiência do primeiro credenciamento. Período: 2016-2020.
5. Participar dos esforços liderados pela DIPLAN para aperfeiçoamento dos indicadores de ensino *lato sensu*, com a participação da VPEIC e das Unidades da Fiocruz. Período: 2016-2020.

Formação de trabalhadores em saúde para CT&I e para o SUS

1. Manter atualizado no âmbito da VPEIC e disponibilizar para a CPA, o portfólio de políticas e projetos governamentais que demandam esforços do *Lato Sensu* e propor alternativas de apoio, em associação com as Unidades da Fiocruz. Período: 2016 - 2020
2. Disponibilizar, após avaliação, os recursos educacionais abertos dos cursos *lato sensu* para o conjunto de ações do ensino. Período: 2016-2017.
3. Realizar estudo de caráter permanente para aprimorar o conhecimento sobre o corpo de alunos da Fiocruz, explorando o potencial do SIGA e dando destaque à relação dessa instituição com o SUS. Período: 2017-2020.
4. Explorar o potencial de contribuição das experiências de Educação a Distância que vêm sendo adotadas na Instituição, e com suas parcerias, com vistas à ampliação

da oferta educativa, com atenção permanente à qualidade da oferta. Período: 2016-2020.

5. Aprimorar as ações de atualização pedagógica para os docentes, buscando parcerias com os grupos internos à instituição que pesquisam e ensinam sobre esse tema e em outras instituições parceiras com expertise no assunto. Período: 2016-2018.

Gestão do ensino

1. Revisar e atualizar o Regimento Geral dos Cursos *Lato Sensu* da Fiocruz, incorporando orientações mais recentes dos normativos do CNE e MEC e adequando-o à nova situação estabelecida pelo credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo. Período: 2016-2017
2. Avaliar os Regimentos de Ensino específicos das Unidades, para harmonizá-los, no que couber, com as revisões e atualizações que forem implementadas no Regimento Geral de Cursos *Lato Sensu*. Período: 2016-2017
3. Realizar com periodicidade bienal a Jornada Fiocruz Escola de Governo, com foco nos projetos de ensino de apoio ao SUS, para intercâmbio e disseminação de experiências educacionais inovadoras no campo técnico, político e pedagógico. Período: 2018 e 2020
4. Atualizar, de forma permanente, a oferta educativa *lato sensu* relacionada às demandas do SUS, analisando sua relação com as políticas públicas que envolvem esforço organizativo do ensino *lato sensu*. Período: 2017-2020.
5. Apoiar as ações de formação do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica – PROVAB, contribuindo para a produção de 5 módulos/ano, em parceria com a SGTES e a UNA-SUS. Período: 2017-2019.
6. Dar prosseguimento ao processo de implantação do Campus Virtual da Fiocruz, realizando reuniões com a comunidade de docentes e outros trabalhadores da Fiocruz, com vistas a explorar o seu potencial no campo educacional, como um instrumento de dinamização do *lato sensu* na instituição. Período: 2016-2020.
7. Qualificar o registro das informações dos cursos *lato sensu* presenciais e a distância, aperfeiçoando os métodos de alimentação do sistema com as secretarias acadêmicas e coordenações de cursos, incluindo as Vice Direções de Ensino das Unidades. Período: 2016-2020.
8. Implementar Oficinas de Trabalho periódicas voltadas para as Secretarias Acadêmicas, coordenações de Cursos e Docentes, para sensibilização e capacitação sobre a importância e as funcionalidades do Sistema de Gerenciamento do Ensino (SIGA e Novo Siga). Período: 2016-2017-2018.
9. Implantar mecanismos de monitoramento da qualidade das informações do SIGA e o fornecimento de relatórios gerenciais sobre a oferta do ensino na Fiocruz, em apoio aos processos de planejamento da oferta formativa *lato sensu*. Período: 2016-2020.

10. Implantar o Novo Siga. Período: 2017-2018.
11. Realizar de forma contínua e sistemática, através do SIGA, o monitoramento do trabalho de gestão do *lato sensu* nas Unidades da Fiocruz e realizar visitas periódicas da coordenação do SIGA às Unidades, para orientação quanto a problemas existentes na gestão do *lato sensu*. Período: 2016-2020.

Políticas de Gestão da Comunicação e Informação

1. Ampliar a visibilidade às produções relacionadas ao *lato sensu*, incluindo as monografias de alunos e os materiais educacionais. Valorizar o Portal da Fiocruz, o repositório Arca e de Recursos Educacionais Abertos como espaços das ações de ensino e propor ações concretas para ampliar essa visibilidade. Período: 2016-2020
2. Realizar ações de indução no campo editorial e promover a circulação de informações pelos canais institucionais de comunicação, estimulando a inclusão de experiências do ensino *lato sensu* da Fiocruz e das instituições parceiras. O produto dessa ação poderá se constituir em base importante de orientação e de registro de memória do ensino *lato sensu* na instituição. Período: 2016-2020.
3. Ampliar os serviços das bibliotecas mediante o aumento do número de documentos no repositório institucional; dar continuidade ao processo de atualização e modernização das bibliotecas, da oferta de cursos sobre pesquisa bibliográfica e normalização de trabalhos, da implantação do serviço de atendimento online e da elaboração de manuais de utilização. Período: permanente.

Cooperação internacional

1. Realizar Oficina de Projetos de Cooperação Internacional que envolvem o ensino *lato sensu*, com vistas a uma participação cada vez maior dos docentes da Fiocruz em novas iniciativas. Período: 2017.
2. Fortalecer a cooperação com a OPAS com vista à utilização do Campus Virtual da Fiocruz para a oferta de Cursos EaD. Período: 2016-2020.

Responsabilidade social

1. Ampliar o conhecimento das ações de responsabilidade social realizadas pela Fiocruz, promovendo a divulgação entre os docentes; propondo atividades didático-pedagógicas para os alunos; promovendo a vivência de membros da comunidade em projetos de ensino; e estimulando a participação de docentes sobre novos objetos de intervenção e novas práticas relacionadas ao ensino *lato sensu* na instituição. Período: 2017-2020.

Anexo I: Endereços das Unidades que ofertam *Lato Sensu*

Unidades situadas no Campus de Manguinhos – Rio de Janeiro (RJ)

Casa de Oswaldo Cruz – COC

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900 (Pavilhão do Relógio)

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP

Rua Leopoldo Bulhões 1.480 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.041-210

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900

Instituto Nacional de Infectologia Carlos Chagas – INI

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900 (Pavilhão Gaspar Viana)

Instituto Oswaldo Cruz – IOC

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900 (Castelo Mourisco)

Unidades situadas em outros Campi no Rio de Janeiro

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF

Avenida Rui Barbosa 716 - Flamengo, Rio de Janeiro, RJ

CEP 22.250-020

Instituto de Tecnologia em Fármacos de Manguinhos – Farmanguinhos

Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ

CEP 22.775-903

Unidades situadas em outras Unidades da Federação

Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD (CPqLMD)

Rua Terezina 476 - Adrianópolis, Manaus, AM

CEP 69.057-070

Fiocruz Brasília – Escola Fiocruz de Governo – EFG (DIREB)

Av. L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília, DF

CEP: 70910-900

Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Muniz – IGM (CPqGM)

Rua Waldemar Falcão 121 - Candeal, Salvador, BA

CEP 40.296-710

Fiocruz Mato Grosso do Sul

Rua Gabriel Abrão, 92 Jardim das Nações – Campo Grande, MS

CEP 79081-746

Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães – IAM (CPqAM)

Av. Professor Moraes Rego s/nº - Cidade Universitária, Caixa Postal 7.472 - Recife, PE

CEP 50.670-420

Anexo II: Relação dos docentes dos cursos *Lato Sensu* – Fiocruz

A relação a seguir apresenta os servidores de carreira da Fiocruz que estão cadastrados como docentes em cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, conforme informações de janeiro de 2016.

A coluna “Lotação” se refere à unidade a que o servidor está vinculado funcionalmente, não necessariamente onde ele atuou ou atua em docência *lato sensu*.

O registro dos nomes dos cargos aparece de forma abreviada em vários casos: Analista de Gestão em Saúde (Analista Gestão Saúde), Assistente Técnico de Gestão em Saúde (Assist.Téc.Gestão Saúde); Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Especialista CT&I Saúde), Pesquisador em Saúde Pública (Pesq.Saúde Pública), Técnico em Saúde Pública (Técnico Saúde Pública), Tecnologista em Saúde Pública (Tecnologista S.Pública).

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Adilson de Almeida Júnior	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Adir Maria R. de Oliveira Glüsing	ICICT	Mestrado	Assist.Téc.Gestão Saúde
Adriana Campos Moreira Britto	Presidência	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Adriana Hamond Regua Mangia	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde pública
Adriana Miranda de Castro	IFF	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Adriana Peixoto da Silva	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Adriana Ribeiro Rice Geisler	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Adriana Sant’ana da Silva	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Adriana Sotero Martins	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Adriana Teixeira Reis	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Adriano Bernardo de Sá Roriz	DIRAD	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Adriano da Silva Campos	CDTS	Graduação	Técnico Saúde Pública
Adriano de Lavôr Moreira	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Alberto dos Santos de Lemos	INI	Especialização	Tecnologista S.Pública
Alda Maria Lacerda da Costa	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Aldemir Lima Maquine	ILMD (CPqLMD)	Especialização	Analista Gestão Saúde
Aldo Pacheco Ferreira	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Alejandro Marcel Hasslocher Moreno	INI	Mestrado	Médico
Alessandra Lifschitz Viçosa	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Alessandro Ponce de Leão Giupponi	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Aletheia Soares Sampaio	IAM (CPqAM)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Alex Alexandre Molinaro	ENSP	Mestrado	Assist.Téc.Gestão Saúde
Alex Lima de Carvalho	DIRAD	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Alexandre Gomes Vizzoni	INI	Especialização	Tecnologista S.Pública
Alexandre Henrique da Silva Lima	EPSJV	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Alexandre Medeiros Correia de Sousa	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Alexandre Pessoa Dias	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Alfredo Carlos Rodrigues de Azevedo	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Alice Ferry de Moraes	ICICT	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Aline da Silva Alves	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Aline de Carvalho Martins	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Aline Fagundes da Silva	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Aline Lopes de Lacerda	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Almiro Domiciano da Cruz Filho	IFF	Mestrado	Médico
Ana Celia Pessoa da Silva	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ana Claudia Meirelles Penna Vasques	DIC (DIRAC)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Ana Cristina Martins de A. Nogueira	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Ana Cristina Simões Rosa	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ana Julia Calazans Duarte	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Ana Luce Girão Soares de Lima	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ana Lúcia de Magalhães Fittipaldi	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ana Lúcia de Moura Pontes	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Ana Lúcia Ribeiro de Vasconcelos	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ana Lúcia Tiziano Sequeira	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Ana Luiza Stiebler Vieira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ana Margarida de Mello B. Campello	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ana Maria Cheble Bahia Braga	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Ana Maria de Brito	IAM (CPqAM)	Doutorado	Médico
Ana Paula de Alencar Macario da Silva	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ana Paula Morgado Carneiro	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Ana Paula Natividade de Oliveira	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ana Paula Oliveira Brum	Presidência	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Ana Paula Rodrigues C. de Paiva	Presidência	Especialização	Tecnologista S.Pública
Ana Paula Saboia de Albuquerque	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Ana Teresa Acatauassú Venâncio	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Anamaria D'Andrea Corbo	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Anderson Teixeira Boanafina	COC	Especialização	Analista Gestão Saúde
André Bastos Daher	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
André de Faria Pereira Neto	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
André Freire Furtado	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
André Luiz Dutra Fenner	DIREB/EFG	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
André Monteiro Costa	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
André Paulo da Silva Malhão	EPSJV	Especialização	Tecnologista S.Pública
André Reynaldo Santos Périssé	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
André Vianna Dantas	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
André Vinicius Pires Guerrero	DIREB/EFG	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Andrea Araujo Zin	IFF	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Andréa da Luz Carvalho	DIREH	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Andrea Henriques Pons	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Andréa Sobral de Almeida	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Andrey Moreira Cardoso	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Angela Cristina de Souza Cordeiro	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Angela Fernandes Esher Moritz	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Angela Maria Castilho Coimbra	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Angela Maria Fausto Souza	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Angélica Baptista Silva	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Anizia Aguiar Neta	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Analista Gestão Saúde

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Anna Beatriz de Sa Almeida	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Anthony Érico da Gama Guimarães	IOC	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Antília Januária Martins	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Antonio Alcirley da Silva Balieiro	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Antonio Carlos dos Santos Cardoso	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública
Antonio Carlos Siani	FARMANGUINHOS	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Antonio Celso da Costa Brandão	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Antonio da Cruz Gouveia Mendes	IAM (CPqAM)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Antonio Eduardo Vieira dos Santos	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Antonio Eugênio Castro C. de Almeida	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Antonio Henrique A. de Moraes Neto	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Antônio Ivo de Carvalho	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Antônio Levio da Silva Neto	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Antonio Nascimento Duarte	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Antonio Paulino Andrade de Luna Dias	IOC	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Antonio Teva	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Anunciata Cristina Marins B. Sawada	IOC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Aparecida de Fatima T. dos Santos	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Aricele Ferreira dos Santos	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Arlinda Barbosa Moreno	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Arnaldo Maldonado Junior	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Augusto Vinhaes Barboza	ICICT	Graduação	Tecnologista S.Pública
Barbara Cristina E. P. Dias de Oliveira	IOC	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Beatriz Bravo Damian	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Bernardete Ferraz Spisso	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Bianca Dieile da Silva Benini	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Brani Rozemberg	INI (CpHEC)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Bruno Leonardo Alves de Andrade	DIREB/EFG	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Camila Pimentel Lopes de Melo	IAM (CPqAM)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Carla Cristina de Freitas da Silveira	FARMANGUINHOS	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Carla de Barros Reis	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Carla Gruzman	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Carla Macedo Martins	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Carla Maria Teixeira Coelho	COC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Carla Trevisan Martins Ribeiro	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Carla Xavier dos Santos Kaufmann	DIREH	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Carlos Alberto Vasconcelos Freitas	IOC	Mestrado	Biólogo
Carlos Augusto Ferreira de Andrade	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Carlos Augusto Graboys Gadelha	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Carlos Eduardo Colpo Batistella	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Carlos Eduardo da Silva Figueiredo	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins	ICICT	Doutorado	Médico
Carlos Everaldo Alvares Coimbra Jr	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Carlos Fidelis da Ponte	COC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Carlos Henrique Assunção Paiva	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Carlos Machado de Freitas	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Carlos Minayo Gómez	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Carlos Otávio Fiúza Moreira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Carmem Luiza Cabral Marinho	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Cássia Dias Pereira	Presidência	Mestrado	Analista Gestão Saúde

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Catarina Macedo Lopes	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Catia Veronica dos Santos Oliveira	ENSP	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Cecy Dunshee de Abranches	IFF	Especialização	Médico
Célia Landmann Szwarcwald	ICICT	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Célia Leitão Ramos	ENSP	Graduação	Pesq.Saúde Pública
Célia Maria Carvalho P. A. Romão	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Celia Maria de Almeida	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Célia Regina de Andrade	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Celina Santos Boga Marques Porto	ENSP	Mestrado	Médico
Christina Alves Peixoto	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Christina Maria Simas	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública
Christine Pereira Gonçalves	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Christovam de Castro Barcellos Neto	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Cintia de Moraes Borba	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Clara de Fátima Gomes Cavados	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Clarice Melamed	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Clarice Padilla Gatto	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Claudia Bonan Jannotti	IFF	Doutorado	Médico
Cláudia Cavalcanti da Fonte	IAM (CPqAM)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Cláudia de Souza Ferreira Martins	Presidência	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Claudia Garcia Serpa Osorio de Castro	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Cláudia Gonçalves Thaumaturgo Silva	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Cláudia Inês Chamas	IOC	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Claudia Maria Alexandre do Carmo	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Claudia Maria de Rezende Travassos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Claudia Masini d'Ávila Levy	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Claudia Teresa Vieira de Souza	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Claudio Gomes Ribeiro	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Claudio Roberto Cordovil Oliveira	ICICT	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Cleber Galvão Ferreira	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Clelia Christina Correa de Mello Silva	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Clementina dos Santos Feltmann	ENSP	Mestrado	Agente administrativo
Cosme Marcelo Furtado P. da Silva	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Creuza da Silva Azevedo	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Cristiane Machado Quental	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Cristina Alves Magalhães de Souza	FARMANGUINHOS	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Cristina Maria Rabelais Duarte	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Cristina Maria Toledo Massadar Morel	EPSJV	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Cynthia Magluta	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Dalia Elena Romero Montilla	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Dalton Marcondes Silva	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Daniel Forsin Buss	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Daniel Lopes Moreira	COC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Daniela Muzi	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Daniella Cristina Rodrigues Pereira	DIREB/EFG	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Danielle Aparecida da Silva	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Danielle Grynszpan	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Darcílio Fernandes Baptista	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Débora Cynamon Kligerman	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Debora Ribeiro de Souza Santos	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Deborah Chein Bueno de Azevedo	ENSP	Graduação	Analista Gestão Saúde
Delaine Martins Costa	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Denise Cavalcante de Barros	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Denise Monteiro da Silva	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Denise Nacif Pimenta	IRR (CPqRR)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Denise Oliveira e Silva	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Denise Valle	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Diego Vaz Bevilacqua	COC	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Dilene Raimundo do Nascimento	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Dina Czeresnia	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Dolores Lima da Costa Vidal	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Domício Aurélio de Sá	IAM (CPqAM)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Dominichi Miranda de Sá	COC	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Dulce Aurélia de Souza Ferraz	DIREB/EFG	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Edilene de Menezes Pereira	EPSJV	Especialização	Tecnologista S.Pública
Edinelson Benedito Alves de Azevedo	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Edinilsa Ramos de Souza	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Edmundo de Almeida Gallo	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ednéia Maria de Oliveira	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Edson Elias da Silva	IOC	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eduarda Ângela Pessoa Cesse	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eduardo Bernardo M. Valadares	DIRAD	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Eduardo Chaves Leal	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Eduardo Fonseca Pinto	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eduardo Maia Freese de Carvalho	IAM (CPqAM)	Doutorado	Médico
Eduardo Navarro Stotz	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eduardo Vieira Martins	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Eduardo Vilela Thielen	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elaine Cabral Gonçalves Yuan	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Elda Falqueto	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Eliaime Mouta Confort	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eliane Batista Pontes	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Eliane Caldas do Nascimento Oliveira	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eliane Hollanda de Carvalho	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Eliane Portes Vargas	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elias Seixas Lorosa	IOC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Élida Azevedo Hennington	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elio Grossman	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Elisa Ribeiro Fraga Ferreira	INI	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Elisabete Dorighetto Borges	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Elisabete Michel	INI	Graduação	Analista Gestão Saúde
Elizabeth Artmann	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elizabeth de Andrade Romeiro	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Elizabeth Ferreira Rangel	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elizabeth Gloria Oliveira B. dos Santos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elizabeth Moreira dos Santos	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Elizabeth Nimrichter de Almeida	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Elizabeth Queiroz Moreira A. Salgado	IFF	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Elizabeth Timotheo Crivaro	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Elô de Oliveira Rodrigues	BIOMANGUINHOS	Mestrado	Técnico Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Eloi de Souza Garcia	IAM (CPqAM)	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Else Bartholdy Gribel	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Elyne Montenegro Engstrom	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Emilia Maria de Andrade Correia	ENSP	Mestrado	Médico
Emmanuelle Batista de Souza L. Neto	DIPLAN	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Eneida Gonçalves de Oliveira	IFF	Especialização	Médico
Erica Tatiane da Silva	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ester Maria Mota	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ester Nunes Platenik	IFF	Especialização	Técnico Enfermagem
Euclides Etienne Miranda Arreguy	IFF	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Evandro da Silva Freire Coutinho	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Evelyne Marie Therese Mainbourg	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Fabiane Vinente dos Santos	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Técnico Saúde Pública
Fábio Bastos Russomano	IFF	Doutorado	Médico
Fabio Castro Gouveia	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Fabíola Cristina de Oliveira Kegele	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Fabius Abrahão Torreão Esteves	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Fabricia Pires Pimenta Ribeiro	ICICT	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Fátima Maria Gomes da Rocha	IOC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Fausto Klabund Ferraris	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Felipe Arley Costa Pessoa	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Felipe Gomes Naveca	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Felipe Rangel de Souza Machado	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Fermin Roland Schramm	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Fernanda Nunes Santos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Fernando André Rezende do Prado	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Fernando Antônio Pires Alves	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Fernando Faria Fingola	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Fernando José de Proença F. Filho	ICICT	Especialização	Técnico Saúde Pública
Fernando Medina	FARMANGUINHOS	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Fernando Salgueiro Passos Telles	ENSP	Doutorado	Médico
Fernando Sérgio Dumas dos Santos	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Flávia Tavares Silva Elias	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Flavio Coelho Edler	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Flavio Isidoro da Silva	BIOMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Francelina Helena Alvarenga L. e Silva	CDTS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Francini Lube Guizardi	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Francisco de Paula B. Azevedo Neto	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Francisco Inácio Pinkusfeld M. Bastos	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Francisco Javier Uribe Rivera	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Francisco José Roma Paumgarten	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Franz Reis Novak	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Frederico Peres da Costa	ENSP	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Furio Devescovi	FARMANGUINHOS	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Garibaldi Dantas Gurgel Junior	IAM (CPqAM)	Mestrado	Médico
Geandro Ferreira Pinheiro	ESPJV	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Genesio Vicentin	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Genimar Rebouças Julião	Presidência	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Geraldo Marcelo da Cunha	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Gideon Borges dos Santos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Gilberto Hochman	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gilberto Salles Gazeta	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gina Torres Rego Monteiro	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gisele Cruz de Mendonça	IFF	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Gisele Huf	INCQS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gisele O'Dwyer de Oliveira	ENSP	Mestrado	Médico
Gisele Pinto de Oliveira	IOC	Especialização	Analista Gestão Saúde
Gisele Porto Sanglard	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gíssia Gomes Galvão	ENSP	Mestrado	Médico
Gizele da Rocha Ribeiro	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Gladys Miyashiro Miyashiro	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Glauco de Kruse Villas Bôas	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Glória Inês Beal Gotardo	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Gonzalo José Bello Bentancor	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Grace Ferreira de Araújo	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Grácia Maria de Miranda Gondim	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Guido Antônio Espírito Santo Palmeira	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Guilherme Franco Netto	Presidência	Doutorado	Especialista CT&I Saúde
Gustavo Corrêa Matta	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Gustavo Marins de Aguiar	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Haiana Charifker Schindler	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Hayne Felipe da Silva	FARMANGUINHOS	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Helena Cristina Balthazar G. Borges	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Helena Maria Seidl Fonseca	ENSP	Mestrado	Enfermeiro
Helena Pereira da Silva Zamith	INCQS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Helene Santos Barbosa	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Heloisa Maria Lopes Veiga	ILMD (CPqLMD)	Especialização	Analista Gestão Saúde
Helvécio Vinícius Antunes Rocha	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Hermano Albuquerque de Castro	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Herminia Guimaraes Couto Fernandez	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Homero Teixeira de Carvalho	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Ialê Falleiros Braga	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Idê Gomes Dantas Gurgel	IAM (CPqAM)	Doutorado	Médico
Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Inês Echenique Mattos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ines El-Jaick Andrade	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Inesita Soares de Araújo	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ingrid Daré Viana	ICTB (CECAL)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Iris Maria da Silva	ENSP (CSEGSF)	Graduação	Tecnologista S.Pública
Isabel Brasil Pereira	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Isabel Cristina Silva Arruda Lamarca	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Isabela Cabral Félix de Sousa	EPSJV	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Isabele Barbieri dos Santos	DIREB/EFG	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Isabella Fernandes Delgado	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Isis Gorete da Silva de Azevedo	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Islândia Maria Carvalho de Sousa	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Iuri da Costa Leite	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ivan Neves Júnior	INI	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Ivano Raffaele Victorio de F. Capasso	INCQS	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Izamara Bastos Machado	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Jacenir Reis dos Santos Mallet	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jaime Larry Benchimol	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
James Robert Welch	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Janaina Campos de Miranda	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Janaína de Pina Carvalho	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Jane Margaret Costa von Sydow	IOC	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Janine Miranda Cardoso	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Jeni Vaitsman	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jeorgina Gentil Rodrigues	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Jesem Douglas Yamall Orellana	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Jesus Pais Ramos	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Joana Angélica Barbosa Ferreira	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
João Aprígio Guerra de Almeida	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
João Carlos Araújo Carreira	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
João Carlos Borges Rolim de Freitas	INCQS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Joaquim Gonçalves Valente	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Joaquim Lucas Júnior	DIREB/EFG	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Joel Majerowicz	BIOMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Jois Alves Ortega	INI	Especialização	Tecnologista S.Pública
Jorge Americo da Silva Sandins	ENSP	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Jorge Antonio Zepeda Bermudez	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jorge Azevedo de Castro	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Jorge Carlos Santos da Costa	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Jorge de Campos Valadares	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jorge Lima de Magalhães	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Jorge Mesquita Huet Machado	DIREB/EFG	Doutorado	Tec.Saúde Pública
Jorge Moreira Baptista	DIREH	Graduação	Tecnologista S.Pública
Jorge Otávio Maia Barreto	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jorge Souza Mendonça	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
José Augusto Pina	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Cerbino Neto	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Fernando de Souza Verani	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Francisco Pedra Martins	ENSP	Doutorado	Médico
José Gomes Temporão	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Inácio Jardim Motta	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Jose Liporage Teixeira	FARMANGUINHOS	Mestrado	Técnico Saúde Pública
José Luiz do Amaral Corrêa Araújo Jr.	IAM (CPqAM)	Doutorado	Tecnologista S.Pública
José Luiz Neves de Aguiar	FARMANGUINHOS	Doutorado	Técnico Saúde Pública
José Luiz Telles de Almeida	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Maria de Andrade Lopes	IFF	Especialização	Médico
José Mendes Ribeiro	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Pascoal Simonetti	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Paulo Gagliardi Leite	IOC	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Roberto Franco Reis	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
José Wellington Gomes de Araújo	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Joseli Lannes Vieira	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Joseli Maria da Rocha Nogueira	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Joselice da Silva Pinto	IAM (CPqAM)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Josino Costa Moreira	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Josué Laguardia	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Joviana Quintes Avanci	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Julia dos Santos Silva	IOC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Juliana da Silva Ribeiro de Andrade	IOC	Mestrado	Técnico Saúde Pública
Juliana de Meis	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Juliana Johansson Soares Medeiros	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Juliano de Carvalho Lima	DIREH	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Júlio César França Lima	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Júlio Cesar Schweickardt	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Julio Vianna Barbosa	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Jussara Cruz de Brito	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Kaori Kodama Flexor	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Karinne Marieta Pimenta de Carvalho	IOC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Karla Meneses Rodrigues P. da Costa	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Kathie Njaine	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Katia Christina Leandro	INCQS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Kátia Lerner	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Kátia Maria da Silva Lima	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Katia Maria Oliveira de Souza	IFF	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Katia Reis de Souza	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Kátia Rejane de Medeiros	IAM (CPqAM)	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Katia Silveira da Silva	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Kátia Sydrônio de Souza	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Keyla Belizia Feldman Marzochi	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Laís Bastos da Fonseca	Presidência	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Lália Dayse Farias de Oliveira	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Lângia Colli Montresor	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Laura Daniel	ICC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Laura González Sainz	IOC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Laurinda Rosa Maciel	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Laurinda Yoko Shinzato Higa	IFF	Mestrado	Médico
Leila da Silva Bezerra	DIREH	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Lenice Gnocchi da Costa Reis	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Lenira Fracasso Zancan	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Leonardo Costa de Castro	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Leonardo de Souza Lopes	INCQS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Leonardo Lucchetti Caetano da Silva	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Leonardo Simonini Ferreira	ICICT	Graduação	Técnico Saúde Pública
Letícia Krauss Silva	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Letícia Pessoa Masson	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Lia Giraldo da Silva Augusto	IAM (CPqAM)	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Lidismar Pereira da Silva	ENSP	Especialização	Enfermeiro
Lígia Giovanella	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Lília Eliane de Oliveira Moraes	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Lilian Cagliari Linhares Barreto	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Lilian Miranda	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Liliane Reis Teixeira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Lindenberg Lins dos Santos	IAM (CPqAM)	Especialização	Analista Gestão Saúde
Lívia Dumont Facchinetti	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Lizete Dickstein	IFF	Especialização	Médico
Lorelai Brilhante Kury	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Lorena Drummond Loureiro Vieira	BIOMANGUINHOS	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Lúcia de Fátima Cadilhe de O. Costa	ENSP	Especialização	Digitador
Lucia Helena Pinto Bastos	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Lúcia Rotenberg	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luciana Danielli de Araujo	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Luciana Fillies Bueno Mathias	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Luciana Gomes	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luciana Sepúlveda Köptcke	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luciane Binsfeld	IFF	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Luciano Medeiros de Toledo	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Lucília de Almeida Elias Lopes	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Lucina Ferreira Matos	DIREH	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Lucyenne da Silva Barbosa	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Luis Caetano Martha Antunes	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luis Carlos Soares M. Domingues	Presidência	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Luis David Castiel	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luis Fernando Ponce Amêndola	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Luis Henrique Monteiro Pereira	FARMANGUINHOS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Luisa Medeiros Massarani	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Luisa Regina Pessôa	ENSP	Doutorado	Arquiteto
Luiz Alexandre Mosca Cunha	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Luiz Anastácio Alves	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiz Antonio Bastos Camacho	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiz Antonio da Silva Teixeira	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiz Antonio de Assis Ferreira	DIREH	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Luiz Eduardo Fonseca	Presidência	Doutorado	Médico
Luiz Fernando Rocha Ferreira da Silva	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiz Otávio de Azevedo	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiz Otávio Ferreira	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Luiza Rosangela da Silva	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Lusiele Guaraldo	INI	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Magali Romero Sa	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Manoel de Araujo Amorim	DIREB/EFG	Especialização	Analista Gestão Saúde
Manoel de Carvalho	IFF	Doutorado	Médico
Manoel Luiz Martins Donas	DIC (DIRAC)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Manoel Luiz Martins Donas	DIREH	Especialização	Tecnologista S.Pública
Mansur Ferreira Campos	DIPLAN	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Marcel de Moraes Pedroso	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcela Alejandra Pronko	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Alves Pinto	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Aranha Gardel	IFF	Graduação	Técnico Saúde Pública
Marcelo Bessa de Freitas	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Firpo de Souza Porto	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Luiz Carvalho Gonçalves	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marcelo Meuser Batista	IOC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Marcelo Pelajo Machado	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Rasga Moreira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcelo Rodrigues Pereira	FARMANGUINHOS	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Marcelo Simão de Vasconcellos	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Marcia Agostini	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Marcia Barbosa de Paiva	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Márcia Barbosa Warnken	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Marcia Cavalcanti Raposo Lopes	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcia Chame dos Santos	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Márcia Coronha Ramos Lima	FARMANGUINHOS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcia Corrêa de Castro	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Márcia Cristina Rodrigues Fausto	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Márcia de Cássia Cassimiro	IOC	Mestrado	Assist.Téc.Gestão Saúde
Márcia de Oliveira Teixeira	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcia dos Santos Luiz	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Márcia Franco da Silva	INI	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Márcia Gonçalves de Castro	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcia Regina Vinhaes	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Márcia Rodrigues Lisboa	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marcia Teixeira	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Márcia Valéria Guimarães C. Morosini	EPSJV	Especialização	Tecnologista S.Pública
Marcilio Sandro de Medeiros	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Marcio Fernandes Nehab	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Marcio Luiz Braga Corrêa de Mello	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Márcio Rolo	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marco Antônio Carneiro Menezes	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Marco Antônio Carvalho Santos	EPSJV	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marco Antonio Ferreira da Costa	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marco Tulio de Barros de Castro	FARMANGUINHOS	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Marcos Antonio F. do Nascimento	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcos Barbosa de Souza	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcos Besserman Vianna	ENSP	Doutorado	Médico
Marcos Chor Maio	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marcos Denicio	Presidência	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marcos José de Araújo Pinheiro	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marcos Quintela da Silva	ENSP	Graduação	Técnico Saúde Pública
Marden Samir Santa Marinha	DIREH	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Margareth Catoia Varela	INI	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Margareth Crisóstomo Portela	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Margareth Maria de Carvalho Queiroz	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Margareth Maria Pretti Dalcolmo	ENSP	Doutorado	Médico
Maria Alice Fernandes Branco	IAM (CPqAM)	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria Alice Pessanha de Carvalho	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Maria Aparecida Affonso Boller	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Auxiliadora de S. M. Gomes	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Auxiliadora Oliveira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Blandina Marques dos Santos	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Cecilia de Araujo Carvalho	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria Celeste Emerick	Presidência	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Maria Célia Delduque Nogueira P. Sá	DIREB/EFG	Pós-doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Cristina Botelho de Figueiredo	ENSP	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Maria Cristina Coelho Duarte	COC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Cristina Pessoa dos Santos	IFF	Mestrado	Médico
Maria Cristina Rodrigues Guilam	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria Cristina Soares Guimarães	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Maria Cynthia Braga	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria da Conceição Castro	COC	Especialização	Tecnologista S.Pública
Maria da Conceição do N. Monteiro	FARMANGUINHOS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria da Conceição Samu Pezzi	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria das Dores Dutra Behrens	FARMANGUINHOS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria das Graças Mota Melo	ENSP	Mestrado	Médico
Maria das Graças Müller O. Henriques	FARMANGUINHOS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria de Fátima dos Santos Costa	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria de Fátima Duarte Ayres	IOC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Maria de Fátima Junqueira Marinho	IFF	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Maria de Fátima Lobato Tavares	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria de Fátima Moreira M. Correa	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria de Fátima P. M. Albuquerque	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria de Fátima Rodrigues P. de Pina	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria de Lourdes Farre Vallve	IGM (CPqGM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria do Carmo de Castro Miranda	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Eliana Labra	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Elisa Andries dos Reis	Presidência	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Elisabeth Lopes Moreira	IFF	Doutorado	Médico
Maria Eveline de Castro Pereira	IOC	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Maria Fabiana Damásio Passos	DIREB/EFG	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Maria Helena Barros de Oliveira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Helena M. de Mendonça	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Helena Neves Lobo Silva Filha	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Helena Simões Villas Bôas	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria Helena Vieira Machado	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Helena Wohlers M. Cardoso	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Maria Heloisa Paulino de Moraes	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maria Inês Carsalade Martins	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Jacirema Ferreira Gonçalves	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria José Salles	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Lucia de Macedo Cardoso	Presidência	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Luiza Carvalho de Lima	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Luiza Felipe Bauer	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Luiza Garnelo Pereira	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maria Martha Duque de Moura	IFF	Doutorado	Médico
Maria Virginia Marques Peixoto	IFF	Doutorado	Sanitarista
Mariana Setúbal Nassar Ce carvalho	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mariella Silva de Oliveira-Costa	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marilene de Castilho Sá	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marilene Fragas Costa	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Marilia Santini de Oliveira	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marilza Maia Herzog	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marina Ferreira de Noronha	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marinete Amorim	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marisa Moura	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Marise Dutra Asensi	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marise Freitas Alves	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Marise Nogueira Ramos	EPSJV	Doutorado	Especialista CT&I Saúde
Marise Sacramento de Magalhães	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Marismary Horsth De Seta	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mariza Velloso Fernandez Conde	IOC	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Marize Bastos da Cunha	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marizete Pereira da Silva	INI	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Marlene Braz	IFF	Doutorado	Médico
Marli Brito Moreira de A. Navarro	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Márlon de Freitas Fonseca	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Marly Marques da Cruz	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marta Julia Faro dos Santos Costa	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Marta Pimenta Velloso	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Martha Cecilia Suárez Mutis	IOC	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Martha Silvia Martinez Silveira	IGM (CPqGM)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Mary Gomes de Barros	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maura Taveira e Silva Oliveira	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública
Maurício Carvalho de Vasconcellos	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Mauricio De Seta	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maurício Luiz Vilela	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Maurício Monken	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mauricio Roberto Motta Pinto da Luz	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Mauro Brandão Carneiro	INI	Mestrado	Médico
Mauro de Lima Gomes	Presidência	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Maximiliano Loiola Ponte de Souza	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Michele Feitoza Silva	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Michele Rocha de Araujo El Kadri	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Miguel Murat Vasconcellos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Milton Ozório Moraes	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Miriam Ribeiro Calheiros de Sá	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mirian Miranda Cohen	Presidência	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Mirian Noemi Pinto Vidal	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Mirna Barros Teixeira	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Mirza Rocha de Figueiredo	IFF	Doutorado	Médico
Mônica Carvalho M. W. Wermelinger	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mônica de Avelar F. Mafra Magalhães	ICICT	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Mônica Garcia	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Monica Lemos Ammon Fernandez	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Mônica Magno Vilar	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Mônica Silva Martins	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Monica Vieira	EPSJV	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Monique de Albuquerque Motta	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Murilo de Alencar Souza Oliveira	IOC	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Mychelle Alves Monteiro	INCQS	Mestrado	Técnico Saúde Pública
Nair Monteiro Teles	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública
Nara Terezinha Bogaski	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Nataly Araújo de Souza	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Neide Hiromi Tokumaru Miyazaki	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Nercilene Santos da Silva Monteiro	COC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Neuza Maria Nogueira Moysés	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Nildimar Honório Rocha	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Nilma Cintra Leal	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Nilson do Rosário Costa	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Nina Aurora Mello Savoldi	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Nina Isabel Soalheiro dos Santos Prata	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Nísia Verônica Trindade Lima	Presidência	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Noélia Silva Ladislau Leite	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Norma Lucena Cavalcanti L. da Silva	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Octavio Almeida de Souza	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Octavio Augusto França Presgrave	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Odir Clécio da Cruz Roque	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Olindo Assis Martins Filho	IRR (CPqRR)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ormezinha Celeste Cristo Fernandes	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Osvaldo Pompílio de Melo Neto	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Otávio Maia Porto	ENSP	Mestrado	Médico
Otávio Sarmento Pieri	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Pablo Dias Fortes	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Paola Cardarelli Leite	INCQS	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Patrícia Brasil	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Patricia de Araújo Marques	IFF	Graduação	Tecnologista S.Pública
Patricia de Azambuja Penna	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Patrícia Nassif da Cruz	Presidência	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Patricia Puccineli Orlandi Nogueira	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Patrícia Sampaio Tavares Veras	IGM (CPqGM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Paula de Novaes Sarcinelli	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paula Xavier dos Santos	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Páulea Zaquini Monteiro Lima	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Paulette Cavalcanti de Albuquerque	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Paulo Alexandre de Souza São Bento	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Paulo Castiglioni Lara	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Paulo Cesar Basta	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Paulo Cesar Peiter	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paulo Cezar Vieira Guanaes	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Paulo Chagastelles Sabroza	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Paulo Duarte de Carvalho Amarante	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Paulo Marchiori Buss	Presidência	Mestrado	Professor adjunto
Paulo Ricardo da Silva Maia	IFF	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Paulo Roberto de Abreu Bruno	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paulo Roberto de Carvalho	EPSJV	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paulo Roberto de Souza Vieira	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Paulo Roberto dos Reis Marques	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Paulo Roberto Elian dos Santos	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paulo Roberto Lagoeiro Jorge	DIC (DIRAC)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Paulo Roberto Nassar de Carvalho	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Paulo Rubens Guimarães Barrocas	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Paulo Sergio Silva de Alencar	EPSJV	Graduação	Médico
Paulo Soares D'Aguila	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Pedro César Teixeira Silva	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Pedro Emmanuel A. A. do Brasil	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Pedro Paulo Soares	COC	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Pedro Ribeiro Barbosa	ENSP	Doutorado	Professor assistente
Rafael Arouca Höfke Costa	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rafael da Silveira Moreira	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Rafaela dos Santos F. V. Assumpção	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Raimundo Wilson de Carvalho	ENSP	Doutorado	Médico veterinário
Raquel Barbosa Moratori	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Raquel Fonseca Rodrigues	IFF	Especialização	Tecnologista S.Pública
Raquel Paiva Dias-Scopel	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Regina Cele de Andrade Bodstein	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Regina Célia Bressan Q. de Figueiredo	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Regina Claudia G. de A. Coutinho	ENSP	Especialização	Médico
Reginaldo Peçanha Brazil	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Reinaldo Souza dos Santos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rejane Ramos Machado	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Renata Mendes da Silva Pinheiro	ICTB (CECAL)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Renata Reis Cornelio Batistella	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Renato da Gama-Rosa Costa	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Renato José Bonfatti	ENSP	Doutorado	Médico
Renato Matos Lopes	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ricardo Lourenço de Oliveira	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ricardo Riccio Oliveira	IGM (CPqGM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Ricardo Ventura Santos	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rita de Cássia Oliveira Costa Mattos	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rita de Cássia P. de Vasconcelos	IAM (CPqAM)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Rita de Cássia Vasconcelos da Costa	ENSP	Especialização	Tecnologista S.Pública
Rita Elizabeth Menezes de Amorim	DIC (DIRAC)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Rita Suely Bacuri de Queiroz	ILMD (CPqLMD)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Robert Wegner	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Roberta de Freitas Campos	DIREB/EFG	Especialização	Tecnologista S.Pública
Roberta Gondim de Oliveira	ENSP	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Roberto Magalhães Saraiva	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Roberto Nei Martins Machado	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Roberto Pierre Chagnon	DIC (DIRAC)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Roberto Silveira Reis	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rodrigo Murtinho de Martinez Torres	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rodrigo Tobias de Sousa Lima	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rogério Lannes Rocha	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Romeu Gomes	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rondineli Mendes da Silva	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rosa Maria da Rocha	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rosa Maria Soares M. Domingues	INI	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rosália Maria de Oliveira	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Rosalina Jorge Koifman	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rosana Chigres Kuschnir	ENSP	Doutorado	Médico
Rosana Magalhães	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rosane Abdala Lins	ICICT	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Rosane Berlinski Brito e Cunha	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Rosane Curi de Souza	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Rosane Gomes Alves Lopes	INCQS	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Rosany Bochner	ICICT	Pós-Doutorado	Tecnologista S.Pública
Roseli da Fonseca Rocha	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Rosely Magalhães de Oliveira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Rosemere Duarte	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Rosiceli Barreto Gonçalves Baetas	Presidência	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Rozania Bicego Xavier	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Salvatore Siciliano	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sandra Aparecida V. de Siqueira	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sandra Conceição Ferreira Monteiro	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Sandra Lisboa	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Sandra Suzana Prade	IFF	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Selene Beviláqua Chaves Afonso	IFF	Especialização	Médico
Sergio Alves da Silva	INCQS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Sergio Augusto de Miranda Chaves	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sergio Gomes Coutinho	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sérgio José Rocha Vieira	DIC (DIRAC)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Sergio Koifman	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sérgio Luiz Bessa Luz	ILMD (CPqLMD)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sergio Luiz da Silva Brito	ICICT	Especialização	Analista Gestão Saúde
Sérgio Marco Arruda	IGM (CPqGM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sérgio Munck Machado	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Sérgio Pacheco de Oliveira	ENSP	Doutorado	Médico
Sergio Ricardo Ferreira Sindico	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Sergio Tavares de Almeida Rego	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sheila Maria Ferraz M. de Souza	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sheyla Maria Lemos Lima	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Shirley de Mello Pereira Abrantes	INCQS	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Shirley Mendes Guimarães T. de Sá	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Silvana Aparecida Rogel C. Thiengo	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Silvana do Couto Jacob	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Silvana Granado Nogueira da Gama	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sílvia Maria dos Reis Lopes	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Sílvia Maria Lucena Montenegro	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Silvino Antunes Ramos	ENSP	Especialização	Médico
Silvio Valle Moreira	EPSJV	Especialização	Pesq.Saúde Pública
Simone Caldas Teves Neves	IOC	Mestrado	Técnico Saúde Pública
Simone Cynamon Cohen	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Simone Gonçalves de Assis	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Simone Petraglia Kropf	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Simone Ramos	ICTB (CECAL)	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Simone Souza Monteiro	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sinval Pinto Brandão Filho	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Solange Regina de Oliveira	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Sonia Duarte de Azevedo Bittencourt	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Sonia Maria Ferraz Medeiros Neves	INI	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Sonia Maria Figueira Mano	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Sonia Natal	ENSP	Doutorado	Médico
Sonia Regina Lambert Passos	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Stella Oswaldo Cruz Penido	COC	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Suely Aparecida Pimenta Fracalanza	INCQS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Suely Ferreira Deslandes	IFF	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Suely Rozenfeld	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Suze Rosa Sant'Anna	INI	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Suzete Rodrigues Gomes	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Szachna Elias Cynamon	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Takumi Iguchi	ENSP	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Tânia Barroso Barreto	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Tânia Celeste Matos Nunes	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Tania Cremonini de Araujo-Jorge	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Tania Cristina Pereira dos Santos	ICICT	Especialização	Técnico Saúde Pública
Tatiana Aragão Figueiredo	FARMANGUINHOS	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Tatiana Forti	INCQS	Especialização	Tecnologista S.Pública
Tatiana Vargas de Faria Baptista	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Tatsuo Carlos Shubo	Presidência	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Teca Calcagno Galvão	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Telma Abdalla de Oliveira Cardoso	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Teresa Cristina Monte Gonçalves	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Tereza Cristina dos Santos	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Tereza Cristina Favre	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Tereza Cristina Leal Balbino	IAM (CPqAM)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Thais Vieira Esteves	ENSP	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Therezinha Coelho Barbosa Tomassini	FARMANGUINHOS	Doutorado	Tecnologista
Thomas Manfred Krauss	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Tiago Maria Lapa	IAM (CPqAM)	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Tirza Barboza Dias	INI	Especialização	Tecnologista S.Pública
Valdenir Bandeira Soares	ENSP	Mestrado	Farmacêutico
Valéria Cavalcanti Rolla	INI	Doutorado	Médico
Valéria da Silva Fonseca	Presidência	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Valeria da Silva Monteiro	ICICT	Especialização	Tecnologista S.Pública
Valéria da Silva Trajano	IOC	Doutorado	Técnico Saúde Pública
Valéria de Matos Borges	IGM (CPqGM)	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Valéria Fernandes de Carvalho	EPSJV	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Valéria Sant'Anna Dantas Esteves	FARMANGUINHOS	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Valeska Carvalho Figueiredo	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Valmir Laurentino Silva	ENSP	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Vanessa Fernandes Guimarães	COC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vania Matos Fonseca	IFF	Doutorado	Sanitarista
Vera Lúcia Edais Pepe	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vera Lucia Luiza	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vera Lucia Marques da Silva	ENSP	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Verônica Marchon da Silva	IOC	Mestrado	Pesq.Saúde Pública
Verônica Viana Vieira	IOC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Victor Vincent Valla	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vinícius Cotta de Almeida	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Virginia Alonso Hortale	ENSP	Pós-Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Virgínia Torres Schall	IRR (CPqRR)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vitor Laerte Pinto Junior	DIREB/EFG	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Vitor Laerte Pinto Junior	INI	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Viviane Ferreira Esteves	IFF	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Viviane Santos de Oliveira Veiga	ICICT	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Wagner Barbosa de Oliveira	Presidência	Mestrado	Tecnologista S.Pública
Wagner de Jesus Martins	DIREB/EFG	Doutorado	Analista Gestão Saúde
Wagner Michel	INCQS	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Wagner Robson M. de Vasconcelos	DIREB/EFG	Mestrado	Tecnologista S.Pública

Nome	Lotação	Nível	Cargo
Walker Dutra de Carvalho	DIC (DIRAC)	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Walter Vieira Mendes Júnior	ENSP	Doutorado	Médico
Wanda Latmann Weltman	COC	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Wanda Luiza P. do Espírito Santo	ENSP	Mestrado	Terapeuta ocupacional
Wanise Borges Gouvea Barroso	FARMANGUINHOS	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Wayner Vieira de Souza	IAM (CPqAM)	Doutorado	Tecnologista S.Pública
Wellington Roberto Silva de Lima	IOC	Mestrado	Analista Gestão Saúde
Willer Baumgarten Marcondes	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
William Waissmann	ENSP	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Wilson Couto Borges	ICICT	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Wim Maurits Sylvain Degrave	IOC	Doutorado	Pesq.Saúde Pública
Zélia Maria Profeta da Luz	IRR (CPqRR)	Doutorado	Pesq.Saúde Pública

Anexo III:

Documentos e Normativos referidos

Legislação governamental referente à Fundação Oswaldo Cruz

BRASIL. Decreto nº 43.926, de 26 de junho de 1958. Dispõe sobre a Escola Nacional de Saúde Pública. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1958. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43926-26-junho-1958-382709-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970. Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Presidência da República, Brasília, 1970. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66624-22-maio-1970-408087-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 74.891, de 13 de novembro de 1974. Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Saúde (e altera o nome para Fundação Oswaldo Cruz). Presidência da República, Brasília, 1974. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74891-13-novembro-1974-423367-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 4.725, de 9 de junho de 2003. Aprova Estatuto da Fiocruz e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4725.htm

BRASIL. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006. Dispõe sobre a criação de várias carreiras e estabelece o Plano de Carreiras e Cargos da Fiocruz. Presidência da República, Brasília, 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11355.htm

Documentos institucionais e atos normativos da Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Ato da Presidência – 088/89-PR, de 13 de junho de 1989, Regulamenta o Estatuto; Ato da Presidência – 131/89-PR, de 16 de agosto de 1989, Altera o Estatuto.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria Presidência nº 275, de 11 de junho de 2010. Estabelece o Regimento Interno das Câmaras Técnicas da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P275_2010.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Regimento Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/regimento_lato_sensu_fiocruz.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Relatório Final do VI Congresso Interno da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: http://www.fiocruz.br/media/relatorio_final_ultima_versao.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Carta de Serviços ao Cidadão. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014, 3ª edição. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/carta2014_final.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Relatório Final do VII Congresso Interno da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. Disponível em: <http://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/VII%20Congresso%20Interno%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final%202014.pdf>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Relatório de Gestão 2014. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/relatorio-de-gestao-fiocruz-2014>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Relatório de Gestão – Autoavaliação Ciclo 2015. Rio de Janeiro: Fiocruz/VPDI, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Plano Anual de Capacitação Fiocruz 2015. Rio de Janeiro: Fiocruz/DIREH, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria Presidência nº 1246, de 01 de outubro de 2015. Torna público o conjunto de Indicadores Globais e Intermediários da Fiocruz, referente ao ano de 2015, com a atualização de metas, conforme previsto no calendário definido pelo Conselho Deliberativo da Instituição. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1246_2015.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Regimento Interno da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro: Ensp, 2015. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/b7ffafec04ead75540ba6c704612cbd8afa89a88.PDF>

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Portaria Presidência nº 200, de 29 de fevereiro de 2016. Cria a Comissão Própria de Avaliação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P200_2016.pdf

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - VPEIC. Diretrizes para as atividades de pós-graduação (versão preliminar para discussão na Câmara Técnica de Ensino). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

Legislação relacionada ao credenciamento institucional e às políticas de saúde e ensino

BRASIL. Decreto nº 5707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Presidência da República, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm

BRASIL. Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7385.htm

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (cria o SUS). Presidência da República, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

BRASIL. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12871.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde — PNEPS e dá outras providências. Ministério da Saúde, Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 2.087, de 1º de setembro de 2011. Institui o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica. Ministério da Saúde, Brasília, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/pri2087_01_09_2011.html

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011. Dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências. CNE, Brasília, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8824-rces007-11-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES nº 295, de 4 de dezembro de 2013, homologado pelo MEC em 07 de maio de 2014. Aprecia o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, que subsidia o ato de credenciamento e credenciamento de Escolas de Governo para oferta de pós-graduação *lato sensu*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/escolas_de_governo/2015/normas_legislacao/parecer_homologado.pdf

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Nota Técnica DAES/INEP nº 28, de 8 de julho de 2015. Traz informações para o preenchimento do formulário eletrônico e inserção de PDI às Escolas de Governo que ofertam Pós-Graduação *Lato Sensu*. – orienta a avaliação externa das Escolas de Governo. INEP, Brasília, 2015.

Anexo IV: Lista de abreviaturas e siglas

ABEM	Associação Brasileira de Educação Médica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APG Fiocruz RJ	Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz-Rio de Janeiro
ASFOC/SN	Sindicato dos Servidores em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública
Audin	Auditoria Interna
Biomanguinhos	Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos de Manguinhos
Biremes/OPAS	Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
C&T	Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CDTS	Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos em Saúde
CECAL	Centro de Criação de Animais de Laboratório (Atual ICTB)
CEE	Centro de Estudos Estratégicos
CESTEH	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CGPG	Coordenação Geral de Pós-Graduação
CGTI	Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/Comissão de Ensino Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COC	Casa de Oswaldo Cruz
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CPqAM	Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco – atual IAM)
CPqGM	Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia – atual IGM)
CPqLMD	Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia – atual ILMD)

CPqRR	Centro de Pesquisas René Rachou (Fiocruz Minas – atual IRR)
CRIS	Centro de Relações Internacionais em Saúde
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DIC	Diretoria de Infraestrutura dos Campi (ex-DIRAC)
DIPLAN	Diretoria de Planejamento Estratégico
DIRAC	Diretoria de Administração do Campus de Manguinhos (alterado para DIC)
DIRAD	Diretoria de Administração
DIREB	Diretoria Regional de Brasília
DIREH	Diretoria de Recursos Humanos (alterado para: Diretoria de Gestão do Trabalho)
EAD	Educação a Distância
EFG	Escola Fiocruz de Governo (DIREB – Brasília)
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
FARMANGUINHOS	Instituto de Tecnologia em Fármacos de Manguinhos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde
FIOPREV	Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social
FIOSAUDE	Caixa de Assistência Oswaldo Cruz – Plano de Saúde/Autogestão
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GESPUBLICA	Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização
GESTEC	Coordenação de Gestão Tecnológica
IAM	Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco – ex-CPqAM)
ICC	Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)
IGM	Instituto Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia – ex-CPqGM)
ILMD	Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia – ex-CPqLMD)
IRR	Instituto René Rachou (Fiocruz Minas – ex-CPqRR)
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
ICTB	Instituto de Ciências e Tecnologias em Biomodelos (ex-CECAL)
IFF	Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

INCQS	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
INI	Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (ex-IPEC)
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
Ipec	Centro de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (atual INI)
LOA	Lei Orçamentária Anual
Nust	Núcleo de Saúde do Trabalhador
OMS	Organização Mundial de Saúde
Opas	Organização Pan-americana de Saúde
PA	Plano Anual
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PGLS	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>
PLP	Plano de Longo Prazo
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PPA	Plano Plurianual
PQ	Plano Quadrienal
PQGF	Prêmio de Qualidade do Governo Federal Prêmio Nacional da Gestão Pública
Proformar	Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde
RFPC	Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica
SAGE	Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SEGU	Sistema de Escolas de Governo da União
SERES/MEC	Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior
SGETES/MS	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TEIAS	Território Integrado de Atenção à Saúde
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal de Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFC Universidade Federal do Ceará

UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFT	Universidade Federal Tocantins
UNASUL	União dos Países Sul-americanos
UNA-SUS	Sistema Universidade Aberta do SUS
UnB	Universidade de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIR	Universidade Federal de Rondonia
UniRio	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
VPAAPS	Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
VPEIC	Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação
VPGDI	Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional
VPPIS	Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde
VPPLR	Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência